



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 749

Segunda-feira - 30 de Maio de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	7
Ascurra.....	8
Biguaçu	19
Caçador.....	20
Campo Alegre	78
Campos Novos.....	82
Canoinhas.....	87
Capinzal	114
Chapadão do Lageado	117
Concórdia	136
Coronel Martins.....	141
Corupá	142
Forquilha.....	150
Fraiburgo.....	160
Garopaba.....	161
Governador Celso Ramos	162
Guaramirim.....	163
Herval do Oeste	163
Imbituba	164
Irineópolis	165
Itapoá	168
Joaçaba.....	169
Lages	173
Lindóia do Sul	174
Luzerna	174
Macieira.....	195
Massaranduba.....	196
Monte Carlo	197
Nova Trento.....	199
Novo Horizonte	205
Paial.....	205
Pinheiro Preto	217
Porto Belo.....	219
Porto União.....	230
Rio do Sul.....	231
Salto Veloso	255
Santa Terezinha do Progresso	258
São Lourenço do Oeste.....	259
São Pedro de Alcântara.....	261
Schroeder	261
Timbó	272
Tunápolis.....	272
Turvo	272
Videira.....	274

Consórcios

CINCO.....	284
------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto NO 053/2011

DECRETO NO 053/2011

Nomeia integrantes do Conselho Municipal da Cidade de Antonio Carlos, e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos e conforme disposto no art. 3º da Lei Municipal n.º 1.255/2010:

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal da Cidade de Antonio Carlos, conforme estabelecido na Lei Municipal n.º 1.255/2010.

Art. 2º - Conforme disposto no art. 3º da Lei Municipal n.º 1.255/2010, o Conselho Municipal da Cidade de Antonio Carlos será composto pelas pessoas abaixo nominadas:

I - Representantes do Poder Público Municipal

- a) Mário Luiz Junckes;
- b) Silvia Tessari;
- c) Rodrigo Conrad;
- d) Sebastião João Petry;
- e) Jose Odilio Hoffmann;

II - Representantes de entidades do movimento social e popular

- a) Associação Coral Poesis - Jose Carlos Zimermann;
- b) Associação Esportiva Cultural e Comunitária Santa Maria F.C. - Fabio Egert;
- c) Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Dom Afonso Niehues - Maria de Fatima Cristovão da Silva;

III - Representante de Entidades Empresariais

- a) Associação Comercial e Industrial de Antonio Carlos ACIAC - Luiz Alberto de Oliveira;

IV - Representante de Entidades Sindicais de Trabalhadores

- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Jose Gilson Garcia;

V - Representante de entidades profissionais e acadêmicas

- a) Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Antonio Carlos AE-AAC - Delmo Koch;

VI - Representante de Organizações não Governamentais

- a) Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rachadel - Lino Koch;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Antônio Carlos, em 26 de maio de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto Nº 054/2011

DECRETO Nº 054/2011

Outros no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 21.900,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 21.900,00.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 21.900,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 26 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de Maio de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PL Nº 091/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 091/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº 054/2011; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas da Escavadeira Hidráulica New Holland E 175B, ano 2009, da frota de veículos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; Abertura: dia 10/06/2011 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 27 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 138/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 138/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 086/2011 - Dispensa de Licitação nº 017/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Prinhoffmann - Mario Prim-ME; Objeto: contratação aquisição parcelada em entregas

semanais, de produtos hortifrutigrangeiros da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao programa nacional de alimentação escolar/PNAE; Valor: R\$ 44.213,76 (quarenta e quatro mil e duzentos e treze reais e setenta e seis centavos); Prazo: 31 (trinta e uma) semanas.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 104/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 104/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Aquinpel Suprimentos P/ Escrit. Inf. Papel. Ltda; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 10.360,40 (deis mil trezentos e sessenta reais e quarenta centavos); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 105/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 105/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Suprimoveis Ltda EPP; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 3.672,00 (três mil seiscentos e setenta e dois reais); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 106/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 106/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Progresso Telem. Com. E Serviços Ltda; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 5.873,40 (cinco mil oitocentos e setenta e três reais e quarenta centavos); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 107/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 107/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Papelaria Espaço Escolar Ltda EPP; Objeto: aquisição parcelada de material

de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 3.877,57 (três mil oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 108/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 108/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Escrimate Com. de Mat. de Escrit. e Inf. Ltda - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 6.822,48 (seis mil oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 109/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 109/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Orleans Informatica Ltda EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 1.693,38 (um mil seiscentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 110/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 110/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Celia Regina Wanbommel - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 837,97 (oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 111/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 111/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 074/2011 - Pregão Presencial nº 042/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Fabio Antonio Dos Santos ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de saúde e assistência social do município

de Antonio Carlos; Valor: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais); Prazo: 13/05/2011 - 13/05/2012.

Antônio Carlos, 13 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 113/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 113/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Cirurgica Jaw - Com. d Mat. Medico Hospitalar; Objeto: aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 114/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 114/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Altermed Mat. Medico Hosp. Ltda; Objeto: aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 85.314,49 (oitenta e cinco mil, trezentos e catorze reais e quarenta e nove centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 115/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 115/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Dimaci SC Materiais Cirurgicos Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 2.757,60 (dois mil setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 116/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 116/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Sulmedi Com. De Prod. Hosp. Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade;

Valor: R\$ 77.810,00 (setenta e sete mil oitocentos e dois reais);
Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 117/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 117/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Com. de Mat. Meddico Hosp. Macrosul Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 3.126,00 (três mil cento e vinte e seis reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 118/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 118/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Isamed Materiais Medico Hosp. Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 6.589,57 (seis mil quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 119/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 119/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Trade Medical Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 13.042,49 (treze mil quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 120/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 120/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Produvale Produtos Hospitalares Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade;

Valor: R\$ 6.582,90 (seis mil quinhentos e oitenta e dois reais e noventa centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 121/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 121/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Cointer Material Med. Hospitalar Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 2.303,70 (dois mil trezentos e três reais e setenta centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 122/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 122/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Asli Comercial Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 2.087,50 (dois mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 123/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 123/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: A.P. Tortelli Com. de Prod. Medico Hosp. Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 15.659,15 (quinze mil seiscentos e cinquenta e nove reais e quinze centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 124/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 124/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Plasmedic Com. de Mat. P/Uso Med. E Laboratorial; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta

municipalidade; Valor: R\$ 6.580,00 (seis mil quinhentos e oitenta reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 125/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 125/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Aliança Hospitalar; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 47.820,06 (quarenta e sete mil oitocentos e vinte reais e seis centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 126/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 126/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Santamed Com. De Prod. Farmaceuticos Ltda ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 72.450,00 (setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 127/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 127/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Hominum Comercio de Prod. p/ Saude Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 128/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 128/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Sermedical Arp Equipamentos Hospitalares Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta

municipalidade; Valor: R\$ 1.739,00 (um mil e setecentos e trinta e nove reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 129/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 129/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Medical Prod. Medico Hospitalares Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 5.899,18 (cinco mil e oitocentos e noventa e nove reais e dezoito centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 130/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 130/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Qualymedic Com. e Assist. Tecnica Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 6.880,00 (seis mil e oitocentos e oitenta reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 131/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 131/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CSE Equipamentos e Serviços Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 132/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 132/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Cirurgica Santa Cruz Com. de Prod. Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta

municipalidade; Valor: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 133/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 133/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 056/2011 - Pregão Presencial nº 029/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Tecnolab Comercio e Serviços Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de consumo, material de enfermagem, material hospitalar e equipamento hospitalar para o posto de saúde desta municipalidade; Valor: R\$ 1.387,35 (um mil trezentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 134/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 134/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 078/2011 - Pregão Presencial nº 043/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Prinhoffmann - Mario Prim - ME; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo (utensílios domésticos e materiais de limpeza) para cozinha da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 5.900,55 (cinco mil, novecentos reais e cinquenta e cinco centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 135/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 135/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 078/2011 - Pregão Presencial nº 043/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Quimicos & Papeis Ltda - ME; Objeto: Aquisição parcelada de produtos de consumo (utensílios domésticos e materiais de limpeza) para cozinha da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 7.020,60 (sete mil, vinte reais e sessenta centavos); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 136/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 136/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 078/2011 - Pregão Presencial nº 043/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Sebold Comercial - ME; Objeto: Aquisição parcelada de produtos de consumo (utensílios domésticos e materiais de limpeza) para cozinha da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de

Antônio Carlos; Valor: R\$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 137/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 137/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 080/2011 - Pregão Presencial nº 045/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Prinhoffmann - Mario Prim - ME; Objeto: Aquisição parcelada de Material de Consumo do tipo gêneros alimentícios para secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 6.731,00 (seis mil setecentos e trinta e um reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 139/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 139/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 079/2011 - Pregão Presencial nº 044/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Verde Vale Gramas Ltda - ME; Objeto: locação de horas de serviços de caminhão truck traçado 6x4 para recuperação das estradas vicinais do perímetro rural do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais); Prazo: 19/05/2011 - 19/05/2012.

Antônio Carlos, 19 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 140/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 140/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Aquinpel Suprimentos p/ Escrit. Inf. Papel. Ltda; Objeto: aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de antonio carlos; Valor: R\$ 4.831,95 (quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 141/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 141/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Suprimoveis Ltda EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 2.226,50 (dois mil, duzentos e vinte e seis

reais e cinquenta centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 142/2011 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 142/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Carlos Augusto dos Passos EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 1.872,26 (um mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 143/2011 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 143/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Infotriz Comercial Ltda EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 13.142,86 (treze mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 144/2011 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 144/2011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Dial Departamentos Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 751,01 (setecentos e cinquenta e um reais e um centavo); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 145/2011 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 1452011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Escrimate Com. de Mat. De Escrit. e Inf. Ltda - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 9.242,50 (nove mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 146/2011 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 1462011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Progresso Telem. Com. e Serviços Ltda; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 1.228,72 (um mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 147/2011 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 1472011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Celia Regina Wanbommel - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 200,65 (duzentos reais e sessenta e cinco centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 148/2011 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 1482011; Origem: Processo Licitatório nº. 081/2011 - Pregão Presencial nº 046/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Comercial Storinny Ltda - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para secretaria de administração e finanças do município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 55,60 (cinquenta e cinco reais e sessenta centavos); Prazo: 25/05/2011 - 25/05/2012.

Antônio Carlos, 25 de Maio de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 0006 2011 - CIRURGIAS, ECODOPLER e RX AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0006/2011.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE HOSPITAL ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS, EXAMES ECODOPLER E RX, PARA OS MUNICÍPIOS DE ARROIO TRINTA, USUÁRIOS DO SUS, DE ACORDO COM OS DEVIDOS ENCAMINHAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SERVIÇOS ESTES QUE NÃO SÃO OFERECIDOS NA REDE LOCAL.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 08:45h do dia 14/06/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00h do dia 14/06/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta, 27 de maio de 2011.

GLOTILDE CASALETTO SARTORI

Secretária de Saúde

Ascurra

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 2233, de 11 de janeiro de 2011.

DECRETO N.º 2233, de 11 de janeiro de 2011.

Atualiza Valor da UFM - Unidade Fiscal Municipal.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1.º, Art. 469, da Lei Complementar n.º 043/2002 de 10.12.2002 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Complementar n.º 060/2005 de 29.09.2005.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica atualizada para R\$ 2,12 (Dois Reais e doze centavos) o valor da UFM - Unidade Fiscal Municipal de Ascurra, com base na variação do INPC dos últimos 12 meses (período: dezembro/2009 a novembro/2010), em 5,93% (cinco vírgula noventa e três por cento), utilizada para fins de cálculo de tributos, penalidades pecuniárias, e outras incidências fiscais na legislação do Município, no exercício de 2011.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua aplicação.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 11 de janeiro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 11 de janeiro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto N.º 2235, de 11 de janeiro de 2011.

DECRETO N.º 2235, de 11 de janeiro de 2011.

Atualiza Taxa de Cemitério.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 471, da Lei Complementar n.º 043/2002 de 10.12.2002 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1.º - Fica atualizada de acordo com o presente decreto, a taxa

de Cemitério, como segue:

TIPO CARNEIRA	VALOR EM UFM (R\$2,12)	VALOR EM R\$
Carneira simples (solteiro)	60,00	127,20
Carneira dupla (casal)	120,00	254,40
Carneira simples (criança)	50,00	106,00
Espaço p/ casinha	150,00	318,00

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 11 de janeiro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 11 de janeiro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto N.º 2234, de 11 de janeiro de 2011.

DECRETO N.º 2234, de 11 de janeiro de 2011.

Atualiza Tabela de Valores de Mudanças do Viveiro Municipal.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 471, da Lei Complementar n.º 043/2002 de 10.12.2002 (Código Tributário do Município de Ascurra),

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam estabelecidos os valores abaixo, para o fornecimento de mudas do viveiro municipal:

TIPO DE MUDA	VALOR EM UFM POR MILHEIRO (UFM=R\$2,00)	VALOR EM R\$
Mudas de pinos	73,00	154,76
Mudas de eucalipto	73,00	154,76
Mudas de palmeira	62,00	131,44
Mudas de palmito	62,00	131,44

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ascurra, em 11 de janeiro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em, 11 de janeiro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto N.º 2241, de 14 de fevereiro de 2011.

DECRETO N.º 2241, de 14 de fevereiro de 2011.

Homologa Resultados Finais do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com o Decreto nº 2239, de 25/01/2011, referente ao Edital nº 01/2011.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os resultados finais do Processo Seletivo, referente ao Edital nº 001/2011, conforme quadro de classificação segue:

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

MOTORISTA (073003)

N.º INS-CRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
25	João Paulo Waltrick	044.621.519-84	9,0	1º
20	Marcos Wiliam Gomes da Silva	052.178.079-97	8,5	2º
05	Edegar Egon Luiz Zimath	351.431.189-72	7,5	3º
45	Juliano Wendt	031.961.979-64	7,0	4º

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (072001)

N.º INS-CRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
06	Sidnei Fossa	901.855.879-68	9,0	1º
02	Wilson Carlos da Silva	064.276.409-33	9,0	2º
30	Débora Hammes	079.118.979-13	8,0	3º
35	Rejane Rufino	003.470.549-00	7,5	4º
01	Alcione Muller	022.800.829-85	6,0	5º

QUADRO DE PESSOAL DO NASF – LEI Nº 065 DE 08/12/2006 E LC 096/2009

ASSISTENTE SOCIAL (999083)

N.º INS-CRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
04	Helen Diane Camargo Fernandes de Souza	053.928.639-73	7,5	1º

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR I (143000)

N.º INS-CRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	PROVA ESCRITA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
33	Rosane Cristina Coelho Pisa	907.202.029-49	8,0	7,4	9,48	1º
17	Fabiana Schulz	031.054.089-59	8,5	4,0	9,3	2º
09	Catia Vanilde Darolt	037.188.109-99	7,5	8,0	9,1	3º
26	Ilda Tambosi Vicente	716.360.139-53	8,0	4,8	8,96	4º
40	Daniela Hasse Dallabona	025.329.029-57	7,5	7,0	8,9	5º
29	Emilia Lacerda Gusmão Moser	439.541.545-87	7,0	8,2	8,64	6º
12	Rosana Schmitt	628.462.727-00	7,5	4,0	8,3	7º
23	Daniela Prade	060.906.009-03	7,0	4,8	7,96	8º
32	Simone Poli Ferrari	947.280.389-04	7,0	4,0	7,8	9º
11	Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski	086.494.117-03	7,0	3,0	7,6	10º
51	Michele Cipriani	034.917.929-83	5,5	7,0	6,9	11º

ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (991005)

N.º INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
52	Ligiane Gonçalves	008.871.169-39	9,0	1º

42	Ane Caroline Debarba	051.157.419-38	8,5	2º
37	Marileusa Sardagna Nasatto	552.412.719-53	8,5	3º
13	Adayhane Aparecida Pimentel Pereira	859.849.142-04	8,0	4º
38	Debora Juliane Polidoro	082.633.439-33	7,5	5º
10	Luana Campestrini	047.542.049-08	7,5	6º
48	Débora Andrea Leal dos Santos	086.104.919-51	6,0	7º
36	Priscila Rodrigues	070.263.869-21	6,0	8º

CRECHEIRA (991002)

N.º INS-CRIÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
41	Barbara Alexandre Rodrigues Campos Lorenzi	016.806.667-03	10,0	Desclassificada – Art.166, Lei Comp. nº 14/95 – Estatuto dos Servidores (Proc. Discip. 01/2007)
31	Vera Lucia de Fátima Freitas	665.272.609-20	8,5	1º
53	Tatiane Zonta	073.953.899-30	8,0	2º
18	Rosecler Aparecida Sevegnani	072.278.869-05	8,0	3º
03	Sonia Domingos dos Santos Vieira	123.993.688-51	7,5	4º
22	Elisabete Rodrigues Moser	753.845.579-87	7,5	5º
34	Eliana Domingos Bacurau	300.182.688-62	7,5	6º
08	Lauriane da Silva Costa	070.990.829-65	7,0	7º
54	Susana Paz Forte	031.110.799-02	6,5	8º
27	Daiane Gomes de Azevedo	082.793.109-32	6,5	9º
43	Aneli Terezinha da Silva	065.098.879-59	6,5	10º
44	Juliana Idalecio dos Santos	056.795.379-31	5,0	11º

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 14 de fevereiro de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 14 de fevereiro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto No 2237, de 11 de janeiro de 2011

DECRETO No 2237, de 11 de janeiro de 2011

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre janeiro a Dezembro de 2011, para os Órgãos da Administração Direta, Autarquia e Fundações Públicas do Poder

Executivo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, Incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual nº 12.906, de 22 de janeiro de 2004, que alterou a Lei Estadual nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996, bem como na Lei Complementar Municipal nº 14, de 20/04/1995 (Estatuto dos servidores); e

CONSIDERANDO que as Repartições Públicas Federais observarão o calendário de feriados e pontos facultativos estabelecidos na Portaria nº 735, de 01/12/2010,

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e organização das atividades da Administração Pública Municipal para redução de despesas;

CONSIDERANDO o Calendário Escolar 2011 está em conformidade com o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos, sem a ocorrência de prejuízo para Educação da Rede Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla divulgação do calendário de funcionamento das Unidades Administrativas, Autarquia e Fundações da Administração Municipal, principalmente junto aos usuários da Rede Municipal de Ensino e do Sistema Único de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos do período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2011, para os Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I - 1º de janeiro (sábado), Confraternização Universal - feriado Nacional;

II - 7 de março (segunda-feira) Carnaval - ponto facultativo;

III - 04 de abril (segunda-feira) - antecipação da comemoração da Emancipação do Município (07 de abril) - (feriado Municipal - Lei 915, de 16/12/2002);

IV - 21 de abril (quinta -feira), Tiradentes - feriado Nacional;

V - 22 de abril, (Sexta-feira), Paixão de Cristo - feriado Nacional;

VI - 01º de maio (Domingo), Dia Mundial do Trabalho - feriado Nacional - Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

VII - 23 de junho (quinta-feira), Corpus Christi (feriado nacional e feriado municipal - Lei Municipal nº 527/89);

VII - 07 de setembro (Quarta-feira), Independência do Brasil (feriado Nacional - Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

IX - 12 de outubro, (Quarta-feira), Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil (feriado Nacional - Lei Federal nº 6.802, de 30/06/1980);

X - 15 de outubro (sábado), Dia do Professor (ponto facultativo nas escolas públicas municipais, Lei Compl. Nº 14/95 - Estatuto dos Servidores);

XI - 28 de outubro, (sexta-feira), comemoração do Dia do Servidor Público (ponto facultativo, exceto para os professores, Lei Compl. 14/95 - Estatuto dos Servidores) e art. 236 da Lei Federal nº8.112, de 11/12/90;

XII - 2 de novembro, (quarta-feira), Finados (feriado Nacional - Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002 / feriado municipal - Lei Municipal nº 527/89);

XIII- 15 de novembro, (terça-feira), Proclamação da República (feriado Nacional - Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002);

XIV - 25 de dezembro, (sábado) - Natal - (feriado nacional - Lei Federal nº 662, de 06/04/1949, alterada pela Lei Federal nº 10.607, de 19/12/2002).

§ 1º - Ficam os Secretários Municipais e as Autoridades da

Administração Municipal, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço, nos dias declarados como ponto facultativo.

Art. 3º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas nos artigos anteriores, será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º - O calendário de que trata o Art. 1º deste Decreto poderá ser alterado, caso ocorram novas determinações relacionadas a feriados ou em caso de interesse público, visando o melhor atendimento a Administração Pública.

Art. 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Ascurra, em 11 de janeiro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Ascurra, 11 de janeiro de 2011

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto Nº 2236, de 11 de janeiro de 2011

DECRETO Nº 2236, de 11 de janeiro de 2011

EQUIPARA-SE O SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas inciso IV de Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, o inciso IV do Art. 7º da CF/88, que prevê salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

CONSIDERANDO a Medida Provisória 516/2010 que está em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2011, estabelecendo o Salário Mínimo no valor de R\$ 540,00 e estabelecendo ainda, que nenhum benefício concedido, pode ser inferior a este valor;

CONSIDERANDO que o poder Legislativo encontra-se em recesso parlamentar;

CONSIDERANDO que será encaminhado na primeira sessão legislativa, no mês de fevereiro/2011, projeto de lei que prevê a reposição salarial dos servidores públicos deste município, já devidamente equiparado o salário mínimo municipal com o salário mínimo nacional;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a equiparar o salário mínimo municipal ao salário mínimo nacional.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2011.

Município de Ascurra, em 11 de janeiro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em, 11 de janeiro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº 2240, de 01 de fevereiro de 2011

REGULAMENTO GERAL DA ESCRITA FISCAL WEB E DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NFS-e
DECRETO Nº 2240, de 01 de fevereiro de 2011

Regulamenta a Escrita Fiscal web e a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) em aplicativo acessado pela internet, relativa ao Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza, ISSQN, no município de Ascurra/SC e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das obrigações tributárias acessórias relativas a Escrita Fiscal e recolhimento do ISSQN pela internet conforme prevê o art. 11 da Lei Complementar nº 49 de 19/12/2003, alterada pela Lei Complementar nº 72 de 17/10/2007;

CONSIDERANDO a legislação instituidora das regras tributárias do ISSQN no município, Lei Complementar nº 49 de 19/12/2003 e suas alterações;

CONSIDERANDO o previsto na legislação tributária municipal (Arts. 9º a 13 e 15 e 16 da Lei Complementar nº 49 de 19/12/2003) relativa a sujeição passiva do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) a terceiros vinculados ao fato gerador da obrigação tributária, introduzindo as figuras da substituição tributária e da responsabilidade por retenção na fonte do imposto;

CONSIDERANDO o novo regime diferenciado de tratamento tributário dispensado às ME e EPP promovido pela LC nº 123/06 e LC nº 128/08 (Lei do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual);

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação do uso de novo sistema web denominado "Fiscal Web" para emissão de Declaração de Informações Fiscais (DIF) prestados e tomados no município de Ascurra;

O Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os prestadores de serviços e contribuintes do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) do município de Ascurra, inclusive os imunes e isentos deste imposto, salvo disposições em contrário, ficam sujeitos às normas previstas na legislação tributária e neste regulamento.

Art. 2º É da competência da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, através da Divisão de Planejamento, Tributação e Cadastro, instituir guias de recolhimento de ISSQN, além da sistematização das informações fiscais a serem transmitidas pela internet bem como da escrituração de livros fiscais que o contribuinte esteja obrigado a utilizar.

Seção Única
Do acesso aos aplicativos tributários municipais

Art. 3º O acesso as ferramenta de escrita fiscal e de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, NFS-e, se dará por login e senha de acesso no padrão fornecido pela ferramenta FISCAL WEB disponibilizada pela prefeitura no site: <http://www.ascurra.sc.gov.br>.

§ 1º Os contribuintes que ainda não possuem login e senha de acesso a ferramenta deverão preencher o Formulário de Solicitação de Acesso disponível no próprio portal de acesso a ferramenta FISCAL WEB e aguardar liberação.

§ 2º O status da liberação da solicitação de acesso pode ser acompanhada no próprio portal de acesso a ferramenta.

§ 3º As ferramentas de emissão da NFS-e e Escrita Fiscal fazem parte do conjunto de aplicativos on line denominado FISCAL WEB, postos a disposição do contribuinte e as autorizações de uso serão previamente avaliadas pelo setor competente do município.

CAPÍTULO II
DA DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO FISCAL - DIF

Art. 4º As pessoas jurídicas de direito público e privado, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle, as Fundações instituídas pelo Poder Público e as Instituições filantrópicas estabelecidos ou sediados no Município, tomadores ou intermediários de serviços, ficam obrigados a adotar a ferramenta "Fiscal Web" para envio da Declaração de Informações Fiscais, mensalmente, via Internet, dos serviços contratados e/ou prestados.

§ 1º As obrigações previstas no "caput" do artigo só se aplicam quando as fontes tomadoras dos serviços forem estabelecidas no Município, sendo irrelevantes, para este fim, as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 2º As ME e EPP optantes do Simples Nacional estabelecidas no município, também estão obrigadas a adotar o programa a que se refere o caput do artigo, que servirá para a escrituração mensal de todos os documentos fiscais emitidos e documentos recebidos referente serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros.

§ 3º O Microempreendedor Individual - MEI a que se refere o Art. 18A da LC nº 123/06, acrescentado pela LC nº 128/08 e conforme previsto na Resolução CGSN nº 68 de 27/10/2009 fica desobrigado de entregar a declaração de serviços prestados e tomados a que se refere o caput do artigo.

§ 4º As retenções do ISSQN de prestadores de serviços enquadrados no Simples Nacional deverão ser efetuadas conforme prevê o art. 21, §4º da LC nº 123 de 14/12/2006 com redação dada pela LC nº 128 de 19/12/2008 regulamentada pela Resolução CGSN nº 51 de 22/12/2008.

§ 5º Os livros fiscais do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a que se refere a Lei Complementar nº 49 de 19/12/2003, ficam a partir da data de aprovação da presente norma, substituídos pela Declaração a que se refere o caput do artigo.

Seção I
Declarações normais

Art. 5º A DIF - Declaração de Informações Fiscais - deverá ser enviada à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - Divisão de Planejamento, Tributação e Cadastro, através do site <http://www.ascurra.sc.gov.br>.

§ 1º No caso de contribuintes de ISSQN próprio e as pessoas jurídicas ou entidades obrigadas a efetuar a retenção na fonte prevista no Código Tributário Municipal, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

§ 2º A entrega da DIF, prevista no "caput" do artigo, poderá ser realizada pelo contador ou empresa contábil, credenciada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - Divisão de Planejamento, Tributação e Cadastro, observadas as disposições estabelecidas na legislação tributária, especialmente o cadastro mobiliário municipal.

§ 3º Os estabelecimentos de caráter temporário onde houver a antecipação do pagamento do imposto, ficam dispensados da entrega da DIF.

§ 4º A DIF deverá ser enviada pelo prestador e pelo tomador do serviço, mesmo que no mês em questão não haja prestação ou contratação de serviços, enviando tão somente o protocolo "sem movimento" pela própria ferramenta emissora.

§ 5º A declaração de serviços tomados será considerada "sem movimento" quando o responsável pela declaração não informar movimentação na sua escrita fiscal.

Art. 6º A DIF poderá conter, dentre outras, as seguintes informações:

I - nos casos de contribuinte pessoa jurídica ou entidade obrigada:

tipo do documento fiscal emitido;
número do documento fiscal emitido;
nome do tomador do serviço (recebedor);
data da emissão do documento fiscal;
valor contábil do documento fiscal;
situação de validade do documento fiscal;
subitem da lista de serviços;
local onde o serviço foi prestado;
dedução na base de cálculo do imposto se for o caso;
situação tributária a que está submetido conforme tabela em anexo deste decreto.

II - nos casos de responsável por retenção:

competência/mês a que se refere a informação fiscal;
b) tipo do documento fiscal objeto da retenção;
c) número do documento fiscal objeto da retenção;
d) nome do prestador do serviço que foi efetuado a retenção;
e) data da emissão do documento fiscal pelo prestador do serviço;
f) valor do serviço contratado;
g) item da lista de serviços;
h) local onde o serviço tomado foi prestado;
i) dedução da base de cálculo do imposto se for o caso;
j) situação tributária a que está submetido conforme tabela em anexo a este decreto.

Seção II Declarações Especiais

Art. 7º As Instituições Financeiras estão desobrigadas da emissão de documento fiscal, devendo efetuar a Declaração de Informações Fiscais em modelo específico, desenvolvido conforme o Plano de Contas contábeis da instituição, padrão COSIF, na ferramenta "Fiscal Web".

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no "caput" deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central e o plano de contas analítico descritivo da instituição.

§ 2º Os serviços tomados pelas instituições financeiras deverão ser informados na escrituração fiscal específica da ferramenta "Fiscal Web".

Art. 8º Os cartórios e tabelionatos estão desobrigados da emissão de documento fiscal, devendo efetuarem as Declarações de Informações Fiscais em modelo específico, informando tão somente a receita mensal com serviços, podendo deduzir os valores dos repasses ao Fundo de Reaparelhamento de Justiça e os selos de fiscalização específicos de sua atividade.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - Divisão de Planejamento, Tributação e Cadastro, poderá, a qualquer tempo, se assim for necessário, estabelecer declarações especiais para outras atividades ou contribuintes desobrigados de usarem notas fiscais de serviços.

CAPÍTULO III DAS GUIAS DE APURAÇÃO DO ISSQN

Art. 10º. A apuração do imposto a pagar será feita, salvo disposição em contrário, na data de vencimento de cada competência, pelo aplicativo "Fiscal Web" conforme documentos fiscais declarados pelo contribuinte, sendo o documento de arrecadação (DAM) gerado pela própria ferramenta.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, os documentos fiscais emitidos, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento o boleto bancário para pagamento do imposto devido.

§ 2º O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverão escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, os documentos fiscais comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento o boleto bancário para pagamento do imposto devido, inclusive dos serviços tomados de contribuintes do Simples Nacional e, neste caso, as alíquotas serão as seguintes, de acordo com a respectiva faixa de faturamento e em conformidade com as regras estabelecidas no Art. 21, §4º da LC nº 123 de 14/12/2006 (Lei do Simples Nacional):

Tabela de alíquotas do ISSQN/Simples Nacional

Faixas	Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ISS
1	Até 120.000,00	2,00%
2	De 120.000,01 a 240.000,00	2,79%
3	De 240.000,01 a 360.000,00	3,50%
4	De 360.000,01 a 480.000,00	3,84%
5	De 480.000,01 a 600.000,00	3,87%
6	De 600.000,01 a 720.000,00	4,23%
7	De 720.000,01 a 840.000,00	4,26%
8	De 840.000,01 a 960.000,00	4,31%
9	De 960.000,01 a 1.080.000,00	4,61%
10	De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	4,65%
11	De 1.200.000,01 a 2.400.000,00	5,00%

Fonte: Anexo III, IV e V da LC nº 123/06

§ 3º O envio da DIF e a emissão da guia de recolhimento deverá ser efetuada pela ferramenta "Fiscal Web."

§ 4º Ficam substituídas as antigas guias de recolhimento mensal e os carnês de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, regime de Faturamento e Estimativa, pela guia de recolhimento do ISSQN, emitida através do sistema "Fiscal Web."

§ 5º Os contribuintes prestadores de serviços optantes e autorizados ao pagamento do ISSQN pelo regime favorecido de tributação instituído pela LC nº 123 de 14/12/2006 (Simples Nacional), ficam desobrigados a efetuar o recolhimento do imposto pelo sistema

"Fiscal Web", devendo apenas informar os documentos fiscais emitidos e recebidos de terceiros à Fazenda Municipal e efetuar o recolhimento do ISSQN próprio através de aplicativo PGDAS (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional) da Receita Federal.

CAPÍTULO IV

DO RECIBO DE SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO E DE RESPONSÁVEL POR RETENÇÃO DO IMPOSTO NA FONTE

Art. 11 Os responsáveis tributários, quando efetuarem a retenção do imposto na fonte, deverão emitir o Recibo de Retenção na Fonte, segundo a forma disponibilizada pela própria ferramenta de envio de declarações (Fiscal Web).

Parágrafo único. O recibo discriminado no "caput" do artigo será emitido eletronicamente em 02 (duas) vias com informações legíveis em todas as vias, sem emendas ou rasuras, tendo a seguinte destinação:

I - primeira via: entregue ao prestador do serviço no ato do pagamento dos serviços;

II - segunda via: arquivo do responsável tributário.

CAPÍTULO V

DA EMISSÃO DA ESCRITA FISCAL COM CERTIFICADO DIGITAL

Art. 12. A Escrita Fiscal pela internet deverá ser enviada com os certificados digitais e-CNPJ e e-CPF a serem adquiridos pelos contribuintes junto as autoridades certificadoras.

Parágrafo Único. Poderão ser admitidos outros modelos de certificados desde que homologados conforme o padrão ICP-Brasil.

Art. 13. Os usuários obterão os certificados e-CPF e e-CNPJ junto a qualquer Autoridade Certificadora Habilitada, mediante solicitação realizada por intermédio da Internet.

§ 1º A lista de Autoridades Certificadoras Habilitadas e seus respectivos endereços na Internet estarão disponíveis no sítio da SRF.

§ 2º A identificação dos usuários é realizada mediante seu comparecimento a uma das Autoridades de Registro vinculadas à Autoridade Certificadora Habilitada escolhida para emissão do certificado.

§ 3º O custo do processo de emissão do certificado é de responsabilidade do usuário.

§ 4º A empresa ou o seu escritório contábil poderão ter mais de uma pessoa responsável pela assinatura digital da Declaração fiscal emitida pela ferramenta Fiscal Web.

Art. 14. O titular do certificado digital é responsável por todos os atos praticados perante o município com a utilização do referido certificado e sua correspondente chave privada, devendo adotar as medidas necessárias para garantir a confidencialidade dessa chave e requerer, imediatamente, à Autoridade Certificadora a revogação de seu certificado, em caso de comprometimento de sua segurança.

Parágrafo único. É obrigatório o uso de senha para proteção da chave privativa do titular do certificado.

Art. 15. Os débitos relativos ao ISSQN resultantes das informações prestadas na DIF encontram-se devidamente constituídos, não sendo cabível lançamento de ofício por parte da administração tributária municipal e serão encaminhados, após a devida cobrança

administrativa, para a devida inscrição em dívida ativa municipal.

Parágrafo único. Os lançamentos fiscais a serem efetuados pela Fiscalização Fazendária Municipal abrangerão somente valores não constantes da DIF.

Art. 16. Os valores declarados e não recolhidos poderão ser considerados para fins de não emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND) pela administração tributária municipal.

§ 1º Não se constitui em motivo impeditivo para emissão de certidão negativa de débitos a simples informação de fatos geradores na DIF que tenham gerado documentos de arrecadação (DAM) não recolhidos pelo contribuinte.

§ 2º A hipótese tratada no § 1º não exclui a possibilidade de lançamento fiscal para cobrança de valores devidos, durante o decorrer do ano-calendário ou antes do prazo de entrega da DIF, caso comprovada a existência do débito em procedimento de fiscalização.

Art. 17. Após a cobrança administrativa, os débitos declarados na DIF e não pagos serão encaminhados para inscrição em Dívida Ativa e cobrados judicialmente pela Procuradoria Geral do Município conforme previsto no Código Tributário Municipal.

Art 18. O município validará a responsabilidade da DIF com certificado digital junto aos contribuintes municipais, vinculando o respectivo contabilista ao seu cliente/contribuinte conforme documentação oficial arquivada no cadastro municipal de contribuintes, cabendo sua respectiva atualização, caso necessário, ao contribuinte ou escritório contábil responsável.

Art. 19. A ficha de atualização cadastral (FAC) devidamente assinada e arquivada na Prefeitura é documento oficial que comprova o vínculo e responsabilidade da escrita fiscal do contribuinte com o respectivo escritório contábil no cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas pela legislação tributária municipal.

CAPÍTULO VI

DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I Definição

Art. 20 Considera-se Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica – NFS-e, o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

Seção II Das Informações Necessárias

Art. 21 A NFS-e conterá as seguintes informações:

I - número sequencial;
II - código de verificação de autenticidade;
III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;
b) endereço;

c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

VI - discriminação do serviço;
VII – Local da Prestação do Serviço;
VIII - valor total da NFS-e;
IX - valor da dedução, se houver;
X - valor da base de cálculo;
XI – Código de situação tributária;
XII - código do serviço;
XIII - alíquota e valor do ISSQN;
XIV - indicação de isenção ou imunidade relativas ao ISSQN, quando for o caso;
XV - indicação de retenção de ISSQN na fonte ou substituição, quando for o caso;

§ 1º A NFS-e conterá as expressões "Prefeitura do Município de Ascurra" e "Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica".

§ 2º O número da NFS-e será gerada pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico por série e por estabelecimento do prestador do serviço.

§ 3º A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso V do "caput" deste artigo é opcional:

I - para as pessoas físicas;

II - para as pessoas jurídicas, somente quanto à alínea "c" do mesmo inciso V.

§ 4º A NFS-e de contribuinte optante do Simples Nacional, constará no campo destinado às informações complementares, as expressões:

"DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL."

"NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI."

Seção III

Da Emissão da NFS-e

Art. 22 A partir da aprovação do presente regulamento ficam obrigados a emitirem Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica, NFS-e, todos os contribuintes prestadores de serviços devidamente inscritos e licenciados no município, optantes ou não do Simples Nacional.

Seção IV

Dispensa

Art. 23 Estão dispensados da emissão da NFS-e os seguintes contribuintes devidamente inscritos e licenciados no município:

I - Os profissionais autônomos;

II - As sociedades de Profissionais Liberais na forma do Código Tributário Municipal.

III – As Instituições Financeiras estabelecidas no município;

IV – O microempresário individual optante do MEI;

V – Os cartórios e tabelionatos devidamente inscritos e licenciados como prestadores de serviços no município;

VI – As empresas, os templos religiosos, os partidos políticos e a suas fundações, as instituições filantrópicas e demais relacionadas

no Art. 150, VI da CF/88 com reconhecida imunidade tributária pelo município;

VII – As empresas, optantes do Simples Nacional, com as seguintes atividades principais e com faturamento anual de até R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais):

Item	CNAE	Descrição
a)	4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
b)	4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores;
c)	4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores;
d)	4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores;
e)	4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores;
f)	4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores;
g)	4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
h)	9529-1/02	Chaveiros, cópia de chaves, reparação e conserto de cadeados e fechaduras;
I)	9529-1/03	Reparação de relógios;
j)	9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não motorizados;

§ 1º A dispensa da emissão de NFS-e conforme a lista do inciso VII do caput não impede o contribuinte de solicitar autorização e emitir a nota fiscal de serviços eletrônica.

§ 2º Outros casos de dispensa poderão ser avaliados pelo fisco municipal devido a rudimentar organização operacional e fiscal do contribuinte;

§ 3º Os contribuintes autorizados e obrigados a emitirem Nota fiscal de serviços eletrônica conforme previsto no caput do artigo e que estão enquadrados no regime de estimativa fiscal serão automaticamente desenquadrados do regime a partir da liberação de uso da NFS-e e passarão a recolher o ISSQN pela receita dos serviços prestados (Regime Homologado).

Seção V

Do pedido de emissão da NFS-e

Art. 24 Para emitir a NFS-e o contribuinte deverá solicitar Autorização através do Portal do Cidadão disponível no endereço eletrônico <http://www.ascurra.sc.gov.br>.

Art. 25 A NFS-e emitida pela ferramenta é gerada com código de autenticidade e pode ser consultada no Portal do cidadão no site oficial do município.

§ 1º A NFS-e pode ser impressa em qualquer ferramenta de impressão compatível com o sistema e, caso seja da vontade do tomador, também pode ser enviada por e-mail com o respectivo código de autenticidade do documento fiscal.

§ 2º O Prestador do serviço ou o responsável por sua escrita fiscal poderão solicitar na própria ferramenta emissora, 05 (cinco) formulários de documentos fiscais eletrônicos em branco por mês.

Art. 26 No caso de eventual impedimento da emissão "on line" da NFS-e, o prestador de serviços deverá utilizar os formulários em branco a que tem direito.

Seção VI

Da Declaração automática e do Documento de Arrecadação do



ISSQN

Art. 27 As notas fiscais de prestação de serviços eletrônicas emitidas pelos contribuintes do ISSQN, inclusive os optantes do Simples Nacional, serão automaticamente declaradas pelo aplicativo de Escrita Fiscal para a Fazenda Municipal não havendo a necessidade de nova digitação do documento fiscal, sendo necessário apenas o procedimento de protocolação.

Art. 28 O recolhimento do ISSQN relativo as notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços emitidas, será efetuado através de documento de arrecadação municipal emitido pelo aplicativo de Escrituração Fiscal na data do vencimento do imposto.

Parágrafo Único. Para os contribuintes optantes do Simples Nacional, o aplicativo não gerará débito tributário do imposto e, neste caso, bastando apenas efetuar o protocolo de envio da Declaração pela ferramenta de Escrita Fiscal.

Seção VII**Do Cancelamento da NFS-e**

Art. 29 A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente pela própria ferramenta até a data limite de entrega do protocolo no prazo da declaração das informações fiscais da competência em que foi emitida.

Parágrafo único. Após o protocolo da declaração de informações fiscais, a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

Seção VIII**Integração com outros sistemas**

Art. 30 A NFS-e poderá ser emitida por outras ferramentas gerenciais ou fiscais usadas pelas empresas contábeis ou pelo próprio contribuinte e exportada/importada para a ferramenta FISCAL WEB em arquivo no formato "txt" através do Integrador da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Parágrafo Único. Caso o contribuinte opte em efetuar as emissões da NFS-e em seu próprio sistema de informação, deve o contribuinte enviar e-mail para: datacenter@ipm.com.br e solicitar o manual do integrador ou baixa-lo no próprio aplicativo.

Art. 31. O desenvolvimento das rotinas de emissão da NFS-e no padrão do aplicativo fornecido pela Prefeitura é de total responsabilidade do contribuinte que deverá seguir estritamente as regras contidas no manual do integrador.

Art. 32 A NFS-e emitida pelo aplicativo a que se refere este regulamento também pode ser exportada para outras ferramentas gerenciais e fiscais em opção própria no menu da ferramenta de emissão da NFS-e.

CAPÍTULO VII**DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Art. 33. O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às penalidades previstas na Legislação tributária municipal.

CAPÍTULO VIII**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 34 A Escrita Fiscal com certificado digital e a respectiva emissão da guia de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza pela ferramenta Fiscal Web terão vigência a partir de:

I - Novas empresas - a partir da inscrição no município;
II - Empresas já cadastradas terão prazo de 10 (dez) meses a contar da publicação do presente Decreto ou conforme requerimento, desde que entregue as notas fiscais não emitidas.

Art. 35 As NFS-e emitidas poderão ser consultadas no site da Prefeitura na guia "Serviços on line" para fins de se verificar a autenticidade do documento emitido onde o contribuinte deve informar o "código de verificação de autenticidade".

Art. 36 A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica a que se refere este regulamento conforme os arts. 22 e 23 terá vigência a partir da publicação do presente Decreto, para as novas empresas e para empresas já cadastradas o prazo de 10 (dez) meses para a regularização ou mediante requerimento com a entrega das notas fiscais não utilizadas.

Art. 37 As NFS-e ficarão armazenadas em meio magnético na Prefeitura até o vencimento do prazo decadencial de 5 (cinco) anos conforme previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 38. Faz parte deste decreto o Anexo Único que trata dos Códigos de Situação Tributária a serem usados na ferramenta "Fiscal Web".

Art. 39. As situações que ocasionem o impedimento do cumprimento deste decreto em virtude de quaisquer problemas relativos ao envio das declarações eletrônicas serão objeto de análise e despacho da autoridade administrativa para afastamento da punibilidade por infração à legislação tributária.

Art. 39. Este Decreto entra em vigor em 01 de fevereiro de 2011,

Prefeitura do Município de Ascurra

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma Regulamentar
Município de Ascurra em, 01 de fevereiro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

ANEXO ÚNICO

Códigos de Situação Tributária usados pelas ferramentas web:
ESCRITA FISCAL e NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-e)

				Usar nas Declarações de:	
Nº	Código	Descrição do Código	Descrição da situação a que o código se submete	Serviços prestados	Serviços Tomados
0	TI	Tributada integralmente	Quando o contribuinte estabelecido no município presta serviço no seu município.	SIM	NÃO
1	TIRF	Tributada integralmente com retenção na fonte	Quando o contribuinte estabelecido no município presta serviço para a prefeitura do seu município, para suas fundações e autarquias.	SIM	SIM

2	TIST	Tributada integralmente e sujeita à substituição tributária	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar serviço em outro município em que haja a figura da substituição tributária.	SIM	SIM
3	TRBC	Tributada com Redução na Base de Cálculo	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar um serviço previsto no subitem 17.05 da Lista de Serviços e haja dedução na base de cálculo.	SIM	NÃO
4	TRBCRF	Tributada com Redução na Base de Cálculo nos casos de Retenção na Fonte	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar um serviço previsto no subitem 17.05 da Lista de Serviços e haja dedução na base de cálculo no caso de serviço com ISSQN Retido na fonte	SIM	SIM
5	TRBCST	Tributada com Redução na Base de Cálculo nos casos de Substituição Tributária	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar um serviço previsto no subitem 17.05 da Lista de Serviços e haja dedução na base de cálculo no caso de serviço com ISSQN Retido no caso de substituição Tributária	SIM	SIM
6	ISE	Isenta	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar serviço em seu município, mas for beneficiado pela isenção do imposto através de lei municipal.	SIM	SIM
7	IMU	Imune	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar serviço em seu município, mas seja enquadrado com imune de impostos de acordo com a CF/88.	SIM	SIM
8	NTIFx	Não Tributada – ISS Fixo	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar serviço em seu município, mas estiver enquadrado como contribuinte de ISS/Fixo.	SIM	SIM
9	NTIEs	Não Tributada – ISS Estimado	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar serviço em seu município ou fora dele, mas estiver enquadrado como contribuinte de ISS/ Estimativa.	SIM	SIM

10	NTICc	Não Tributada – ISS Construção Civil recolhido antecipadamente	Quando o contribuinte estabelecido no município prestar serviço em seu município, mas cujo ISS tenha sido recolhido antecipadamente na ocasião da aprovação do projeto pela Prefeitura.	SIM	SIM
11	NTINa	Não Tributada – ISS recolhido por Nota Avulsa	Para todos os serviços tomados de prestadores estabelecidos ou não no município, ou não inscritos no cadastro municipal, mas cujo ISS tenha sido recolhido antecipadamente na liberação da nota fiscal avulsa.	SIM	SIM
12	NTPEM	Não Tributada – Prestador estabelecido no município	Para todos os serviços tomados de prestadores estabelecidos no município (que tenham inscrição no cadastro municipal)	NÃO	SIM
13	NTREP	Não Tributada – Prestador estabelecido fora do município	Para os serviços tomados de prestadores estabelecidos fora do município cuja atividade não possa ser alvo da retenção na fonte pelo município. (casos do art. 3º da LC 116/03)	NÃO	SIM
14	NTRIB	Não Tributada	Usar em todas as operações de prestação de serviços onde não há tributação de ISSQ<	SIM	SIM
15	NTAC	Não Tributada – Ato Cooperado	Para os serviços prestados por Cooperativas aos seus cooperados.	SIM	SIM

Decreto Nº. 2238, de 11 de janeiro de 2011.

DECRETO Nº. 2238, de 11 de janeiro de 2011.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2010.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207/2010 de 16/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

03.001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
04.121.0100.2007 Manutenção Convênio de Trânsito
3000000000000000 Despesas Correntes
3300000000000000 Outras Despesas Correntes
3390000000000000 Aplicações Diretas
35400 Vínculo - Convênio Trânsito - Militar 7.703,54
03.001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
04.121.0100.2007 Manutenção Convênio de Trânsito
3000000000000000 Despesas Correntes
3300000000000000 Outras Despesas Correntes
3390000000000000 Aplicações Diretas
35600 Vínculo - Convênio Trânsito - Prefeitura 1.792,72

03.001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
 04.121.0100.2007 Manutenção Convênio de Trânsito
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 35500 Vínculo - Convênio Trânsito - Civil 1.557,72
 07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
 15.452.0030.2061 Manutenção Melhoria Iluminação Pública
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 31700 Vínculo - Contribuição para COSIP 18.385,48
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 12.365.0040.2010 Manutenção da Merenda Escolar
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 36000 Vínculo - Prog. Nac. de Alim. Escolar PNAE 435,69
 07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
 15.452.0030.2063 Manutenção Saneamento Casan
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 32455 Vínculo - Transf. de Convênios Estados Outros 35.065,46
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 12.361.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do Magistério
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais
 3190000000000000 Aplicações Diretas
 31800 Vínculo - Transf. do FUNDEB - (apli.profis) 33.069,52
 09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
 08.244.0080.2032 Programa Bolsa Família
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 36300 Vínculo - Bolsa Família 468,72
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 12.361.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do Magistério
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 35800 Vínculo - Salário Educação 16.511,79
 TOTAL 114.990,64

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 11 de janeiro de 2011.
 MOACIR POLIDORO
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto 11 de Janeiro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
 Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2243, de 15 de fevereiro de 2011.

DECRETO Nº. 2243, de 15 de fevereiro de 2011.
 Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2010.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207/2010 de 16/12/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 10.301.0070.2025 Manutenção Saude - Recursos SUS
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 36411 Vínculo - saúde bucal - PSF ODONTO 214,23
 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 10.301.0070.2025 Manutenção Saude - Recursos SUS
 4000000000000000 Despesas de Capital
 4400000000000000 Investimentos
 4490000000000000 Aplicações Diretas
 36615 Vínculo - Vigilância Sanitária 10.261,26
 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 10.301.0070.2025 Manutenção Saude - Recursos SUS
 4000000000000000 Despesas de Capital
 4400000000000000 Investimentos
 4490000000000000 Aplicações Diretas
 36616 Vínculo - Epidemiologia e Cont. Doenças-ECD 5.654,14
 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 10.301.0070.2025 Manutenção Saude - Recursos SUS
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes
 3390000000000000 Aplicações Diretas
 36702 Vínculo - Farmácia Basica Estado 323,53
 TOTAL 16.453,16

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 15 de fevereiro de 2011.
 MOACIR POLIDORO
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto 15 de fevereiro de 2011.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
 Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2244, de 15 de fevereiro de 2011.

DECRETO Nº. 2244, de 15 de fevereiro de 2011.
 Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207 de 15/02/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0070.2025 Manutenção Saude - Recursos SUS
 3000000000000000 Despesas Correntes
 3100000000000000 Pessoal e encargos Sociais
 3190000000000000 Aplicações Diretas
 017100 - Vinculo Outros Recursos do Fundo Municipal de Saude4
 35.500,00
 TOTAL 35.500,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 15 de fevereiro de 2011.
 MOACIR POLIDORO
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 15 de fevereiro de 2011

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2249, de 30 de março de 2011.

DECRETO Nº. 2249, de 30 de março de 2011.

Autoriza a anulação e suplementação orçamentária.

Aires Rogério Dalfovo, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1207 de 16/02/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$6.000,00 (seis mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na seguinte Dotação:

08.001 Fundo Munic. da Criança e do Adolescente
08.273.0110.2041 Manutenção do Fundo Munic. Da Criança e do Adolec.
3000000000000000 Despesas Correntes
3100000000000000 Pessoal e encargos Sociais
3190000000000000 Aplicações Diretas
010000 - Vinculo Recursos Ordinários 6.000,00
TOTAL 6.000,00

Art. 2º. - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação da Seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Municipal:

08.001 Fundo Munic. da Criança e do Adolescente
08.273.0110.2041 Manutenção do Fundo Munic. Da Criança e do Adolec.
3000000000000000 Despesas Correntes
3300000000000000 Outras Despesas Correntes
3390000000000000 Aplicações Diretas
010000 - Vinculo Recursos Ordinários 6.000,00
TOTAL 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 30 de março de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 30 de março de 2011

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto. Nº 2250, de 08 de abril de 2011.

DECRETO. Nº 2250, de 08 de abril de 2011.

"Regulamenta os procedimentos e exigências para análise e aprovação de Projetos de Construção; Ampliação, Reforma e ou Regularização das edificações, de acordo com Plano Diretor - Lei Complementar nº 074, de 06 de novembro de 2007, e Código de Posturas Lei Complementar nº 088, de 12 de novembro de 2008 "

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Art. 72 da Lei Orgânica do Município de Ascurra/SC e

CONSIDERANDO, o §2º do art. 97 da Lei Complementar nº 074, de 06 de novembro de 2007 (Plano Diretor), que estabelece de

forma genérica critérios para a liberação de Alvarás de Conclusão da Obra ou, o Alvará de Funcionamento

CONSIDERANDO, que o artigo 221 da Lei Complementar nº 088 de 12 de novembro de 2008, dispõe que o Poder Executivo expedirá os atos administrativos complementares que se fizerem necessários à fiel observância das disposições deste código e

CONSIDERANDO ainda, que os procedimentos adotados, facilitarão o andamento dos processos, padronizando a documentação exigida, como também, corrigem os eventuais problemas e incorreções na origem do processo:

DECRETA:

Art. 1º - Os processos de análise e aprovação de Projetos de Construção; Ampliação, Reforma e ou Regularização das edificações, serão aceitos mediante protocolo, juntamente com a documentação necessária, respeitando os seguintes atos administrativos:

I - Consulta prévia de viabilidade;

II - Aprovação do projeto.

§ 1º - Consulta Prévia de Viabilidade

a) A Prefeitura Municipal, mediante protocolo, responderá a respectiva Consulta prévia, prestando informações referentes ao uso e ocupação do solo conforme legislação em vigor, dados cadastrais disponíveis, alinhamentos e, demais informações relevantes ao referido imóvel a ser edificado;

b) A Consulta Prévia será respondida em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo e tem prazo de validade de 06 (seis) meses.

c) Para solicitação da Consulta Prévia, o requerente deverá apresentar:

I - Protocolo, solicitando consulta de viabilidade, assinado pelo proprietário ou representante legal;

II - Certidão de Registro de Imóveis atualizada, Título ou Escritura de propriedade do imóvel;

III - Croqui de localização com indicação do imóvel,

§ 2º - Aprovação de projetos

a) Somente após o fornecimento da Consulta Prévia, o requerente poderá apresentar o projeto definitivo, para análise e conseqüente aprovação, composto de:

I - Protocolo, solicitando a aprovação do projeto, assinado pelo proprietário ou representante legal;

II - Consulta prévia de viabilidade devidamente preenchida pelo órgão municipal competente;

III - Certidão de Registro de Imóveis atualizada, Título ou Escritura de propriedade do imóvel;

IV - Cópia do carnê do IPTU - Imposto Territorial Urbano do ano anterior devidamente preenchido;

V - Certidão Negativa de Débitos Municipais;

VI - 3 (três) cópias do projeto arquitetônico. (sendo que uma cópia ficará com a Prefeitura)

VII - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de projeto e execução;

b) O projeto arquitetônico submetido à análise deverá constar no

mínimo de:

I - planta de situação e/ou de localização preferencialmente na escala 1/100 (um para 100) ou 1/200 (um para duzentos) contendo:

- a) indicação de todos os elementos que compõe o projeto da(s) edificação(s) que definam a forma, as dimensões e afastamentos do terreno, assim como rios, canais e outros elementos e sua respectiva distância à edificação;
- b) orientação do Norte;
- c) indicação do lote a ser construído e suas dimensões, assim como respectivos confrontantes e da distância do lote à esquina mais próxima ou edificação numerada;
- d) locação de fossa e filtro ou outra forma de tratamento de esgoto;
- e) denominação e largura(s) da(s) rua de acesso, posição do meio fio, largura do passeio (calçada), indicação de postes, árvores no passeio, e bocas de lobo;
- f) indicação dos acessos e das vagas de estacionamento, quando externas à edificação.

II - Projeto Hidrossanitário em conformidade com a NBR 7229/1993 e NBR 13969/1997, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;

III- planta baixa de cada pavimento não repetido preferencialmente na escala 1:50 (um para cinquenta) ou 1:100 (um para cem), contendo no mínimo:

- a) área total do(s) pavimento(s);
- b) dimensões e áreas dos espaços internos e externos;
- c) dimensionamento dos vãos de iluminação e ventilação;
- d) finalidade de cada compartimento;
- e) Especificações do material de fechamento (alvenaria, madeira ou metal);
- f) indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra;
- g) traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;
- h) indicação do tipo de cobertura, inclinação e caimentos.

IV - cortes transversais e longitudinais na mesma escala da planta baixa, em número suficiente para entendimento do projeto e com no mínimo a indicação de:

- a) altura interna do pé direito;
- b) altura das janelas e peitoris;
- c) perfis do telhado;
- d) indicação dos materiais e revestimentos quando for o caso;
- e) largura dos beirais;
- f) dimensionamento de escadas.

V - elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;

VI - Especificação dos índices urbanísticos: zoneamento; taxa de ocupação; coeficiente de aproveitamento e tamanho mínimo dos lotes, conforme Plano Diretor Municipal;

VII - selo (carimbo) ocupando o extremo inferior direito do quadro legenda especificando:

- a) a natureza e destino da obra;
- b) referência da folha - conteúdo: plantas, cortes, elevações, etc.;
- c) tipo de projeto - arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, etc.;
- d) espaço reservado para nome e assinatura do requerente, do autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra;
- e) caso haja necessidade de utilização de mais de uma folha para os desenhos do projeto, estas deverão ser numeradas em ordem crescente;
- f) quadro de áreas contendo: área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente (quando houver) e da nova construção, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas,

assim com a área total da construção;

g) espaço reservado à Prefeitura Municipal e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações acima do selo.

§ 3º - Todas as folhas do projeto deverá ser assinado pelo proprietário ou pelo seu representante legal e pelo profissional responsável e seu respectivo número de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/SC.

§ 4º - Quando necessário apresentar comprovante referente a aprovações em outros órgãos, considerando o seguinte:

- a) as edificações residenciais unifamiliares estão isentas de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros;
- b) as edificações multifamiliares acima de 750 m² ou 04 (quatro) pavimentos e àquelas destinadas a atividades comerciais, industriais, de serviços têm obrigatoriamente que apresentarem projetos preventivos contra-incêndio, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros Estadual;
- c) as edificações para o trabalho de interesse à saúde ou prestador de serviços de saúde têm obrigatoriamente que serem aprovadas junto à Vigilância Sanitária e ao Corpo de Bombeiros;
- d) toda e qualquer edificação causadora de impactos ao meio ambiente tem obrigatoriamente que ser aprovada pelo órgão ambiental municipal estadual competente.

Art. 2º - Na análise de projetos em geral, os órgãos competentes da Municipalidade observarão a ordem de entrada do projeto no Protocolo Geral.

Art. 3º - Os Projetos de Construção; Ampliação, Reforma e ou Regularização das edificações serão analisados em função de sua utilização lógica e não apenas pela sua denominação em planta.

Parágrafo único - Os projetos deverão ser apresentados sem rasuras ou emendas não ressalvadas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 08 de abril de 2011.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 08 de abril de 2011

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Aditivo/supressão contrato 10.076/2011

CONTRATO Nº 10.076-1/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - SUPRESSÃO

O Município de Biguaçu, doravante denominado de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa Cirurgica Fernandes Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 61.418.042/0001-31, representada pelo Sr. Luiz Antonio Fernandes doravante denominada de CONTRATADA, resolvem aditar em caráter de supressão o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem:

　1. Cláusula Primeira - Da supressão do valor do contrato.

Conforme, aplica-se uma supressão no referido contrato no valor de R\$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais), devido ao item cotado pela contratada não corresponder ao item 38 descrito do edital de licitação 002/2011, que tem por objeto a aquisição de materiais de enfermagem para uso das unidades de saúde e pronto atendimento de Biguaçu. Ante o exposto, A cláusula quarta do contrato de fornecimento de material nº 10.076, firmado em 27 de abril de 2011, passa a vigorar com a redação seguinte, ao que dispõe o art. 65, §2º, II, da lei 8.666/93:

Cláusula quarta - As partes atribuem a este contrato o valor de R\$ 1.168,50 (hum mil e cento e sessenta e oito reais e cinquenta centavos.

　2.Cláusula Segunda - As demais cláusulas do Contrato de Fornecimento de Material nº 10.076/2011 permanecem em vigor e inalteradas em todos os seus termos.

Biguaçu, 24 de maio de 2011.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução Nº 71 do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CAÇADOR

RESOLUÇÃO 71, de 18 de abril de 2011.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde - CMS em sua ducentésima quadragésima reunião, em caráter ordinário, realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, em conformidade com a Lei nº. 430 de 19/06/1991, com o Art. 2º. da Lei Municipal nº. 529, de 17 de junho de 1992 e Art. 1º. da Lei Municipal nº.1933, de 02 de julho de 2003, Lei Municipal nº. 1947 de 12/08/2003 e Lei nº.2.142 de 19 de novembro de 2004, que altera dispositivos da Lei anterior, com base em suas competências regimentais, nas atribuições conferidas pela Lei nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no uso de suas competências regimentais e atribuições, CONSIDERANDO:

- PAS - Programação Anual de Saúde. Formulada nas distintas áreas técnicas, define as ações que no ano específico /2011, irão garantir o alcance dos objetivos e o cumprimento das metas do Plano Municipal de Saúde, servindo de referência para a construção do RAG - Relatório Anual de Gestão.

RESOLVE:

- ART. 1º - Aprovar por unanimidade a PAS - Programação Anual de Saúde do Município de Caçador para o ano de 2011.

VENTURINO JOSÉ ZARDO

Conselheiro Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do CMS nº. 70, de 18 de abril de 2011.

SIRLEY TIBES CECATTO

Prefeita Municipal

LOELY BELLAVER

Secretária Municipal de Saúde

Resolução Nº 72 do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CAÇADOR

RESOLUÇÃO 72, de 18 de abril de 2011.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde - CMS em sua ducentésima quadragésima primeira reunião em caráter ordinário, realizada no dia 16 de março de 2011, em conformidade com a Lei nº. 430 de 19/06/1991, com o Art. 2º. da Lei Municipal nº. 529, de 17 de junho de 1992 e Art. 1º. da Lei Municipal nº.1933, de 02 de julho de 2003, Lei Municipal nº. 1947 de 12/08/2003 e Lei nº.2.142 de 19 de novembro de 2004, que altera dispositivos da Lei anterior, com base em suas competências regimentais, nas atribuições conferidas pela Lei nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no uso de suas competências regimentais e atribuições, CONSIDERANDO:

- O Relatório de Gestão 2010, apresentado a este conselho em 16/03/2011, através do técnico responsável pelo setor de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde Dr. Claudenir Leidens e apreciado em Plenário pelos Conselheiros Municipais de Saúde.

RESOLVE:

- ART. 1º - Aprovar por unanimidade o Relatório de Gestão 2010, respeitado as ressalvas contidas no parecer 01/2011 da Comissão Provisória para Análise do RAG - Relatório Anual de Gestão.

- ART. 2º - O Parecer da Comissão faz parte desta resolução.

- ART. 3º - Estar em vigor na última data de sua publicação.

-

VENTURINO JOSÉ ZARDO

Conselheiro Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do CMS nº. 72, de 18 de abril de 2011.

SIRLEY TIBES CECATTO

Prefeita Municipal

LOELY BELLAVER

Secretária Municipal de Saúde

Resolução Nº 73 do Conselho Municipal de Saúde

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE CAÇADOR

RESOLUÇÃO 73, de 18 de abril de 2011.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde - CMS em sua ducentésima quadragésima segunda reunião, em caráter ordinário, realizada no dia 13 de abril de 2011, em conformidade com a Lei nº. 430 de 19/06/1991, com o Art. 2º. da Lei Municipal nº. 529, de 17 de junho de 1992 e Art. 1º. da Lei Municipal nº.1933, de 02 de julho de 2003, Lei Municipal nº. 1947 de 12/08/2003 e Lei nº.2.142 de 19 de novembro de 2004, que altera dispositivos da Lei anterior, com base em suas competências regimentais, nas atribuições conferidas pela Lei nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no uso de suas competências regimentais e atribuições, CONSIDERANDO:

- A Port. Nº 3.840, de 7 de dezembro de 2010, que inclui a Saúde Bucal no monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde, e considerando a possibilidade de ajustes dos indicadores 2011, oriundo do processo de pactuação - SISPACTO do biênio 2010/2011, com amplo debate e apreciação em plenário pelos Conselheiros Municipais de Saúde.

RESOLVE:

- ART. 1º - Aprovar por unanimidade a inclusão dos indicadores Saúde Bucal e os ajustes dos indicadores/2011 e a avaliação do SISPACTO 2010/2011 do município de Caçador - SC.

- ART. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VENTURINO JOSÉ ZARDO

Conselheiro Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do CMS nº. 73, de 18 de abril de 2011.

SIRLEY TIBES CECATTO
Prefeita Municipal

LOELY BELLAVER
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 20.474

PORTARIA Nº 20.474, de 06 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão ADELMO CARLIM DE FREITAS, para ocupar o cargo em comissão de Secretário Executivo do Prefeito, Referência CC-5, do "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, com 35h semanais, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de maio de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.552

PORTARIA Nº 20.552, de 18 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR o Servidor Público Municipal ARION MARÇAL SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Manutenção de Edificações Públicas, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, à disposição do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, a partir de 20 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de maio de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.568

PORTARIA Nº 20.568, de 23 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 20.379, de 25/04/2011, que designou a Servidora ELIZETE FARIAS para responder interinamente pelo cargo de Diretora de Habitação, Referência CC-3, do "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, a partir de 01 de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.577

PORTARIA Nº 20.577, de 23 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e ainda conforme a Lei Complementar nº 209, 23/02/11, que dispõe sobre a nova Organização Administrativa da Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã ELIANE APARECIDA FRANÇA, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Habitação, da Secretaria de Assistência Social, Referência CC-3, do "Grupo Ocupacional Comissão", do Poder Executivo Municipal, com 35h semanais, a partir de 01 de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.578

PORTARIA Nº 20.578, de 23 de maio de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR a Servidora Pública Municipal VIVIAN DE LEMOS ESTROWISPY, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, da Secretaria de Educação, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, à disposição da Secretaria de Administração e Fazenda, a contar de 19 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.579

PORTARIA Nº 20.579, de 23 de maio de 2011.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/12/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, a cidadã, abaixo relacionada, para ocupar cargo no Grupo Ocupacional do Poder Executivo Municipal, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, secretaria de lotação e data do exercício e posse, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Sec. Lot.	Data Exercício e Posse
Janaína Menegazzo	Nutricionista	38	35	007	01/06/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de maio de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário de Administração e Fazenda.

Anexos RREO e RGF 1º Quadrimestre MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	48.727.491,87	439.094,63
Pessoal Ativo	42.544.272,31	439.094,63
Pessoal Inativo e Pensionista	5.064.684,41	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.118.535,15	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.085.699,77	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	22.194,22	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.063.505,55	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	43.641.792,10	439.094,63
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	44.080.886,73	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	89.379.685,83	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,32	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	53.627.811,50	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	50.946.420,92	
FONTE: C O N T A B I L I D A D E		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CACADOR, 26/05/2011

IMAR ROCHA
 PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
 Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	116.012.867,32	116.012.867,32	33.532.697,02	28,90	33.532.697,02	28,90	82.480.170,30
RECEITAS CORRENTES	101.812.367,32	101.812.367,32	32.326.442,72	31,75	32.326.442,72	31,75	69.485.924,60
RECEITA TRIBUTARIA	14.715.990,21	14.715.990,21	5.749.550,12	39,07	5.749.550,12	39,07	8.966.440,09
IMPOSTOS	11.630.768,00	11.630.768,00	4.275.113,81	36,76	4.275.113,81	36,76	7.355.654,19
TAXAS	2.675.598,31	2.675.598,31	1.445.346,55	54,02	1.445.346,55	54,02	1.230.251,76
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	409.623,90	409.623,90	29.089,76	7,10	29.089,76	7,10	380.534,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.223.083,13	4.223.083,13	1.312.638,54	31,08	1.312.638,54	31,08	2.910.444,59
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.458.083,13	2.458.083,13	853.382,27	34,72	853.382,27	34,72	1.604.700,86
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.765.000,00	1.765.000,00	459.256,27	26,02	459.256,27	26,02	1.305.743,73
RECEITA PATRIMONIAL	1.959.803,46	1.959.803,46	906.370,66	46,25	906.370,66	46,25	1.053.432,80
RECEITAS IMOBILIARIAS	47.945,80	47.945,80	9.696,28	20,22	9.696,28	20,22	38.249,52
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.911.857,66	1.911.857,66	896.674,38	46,90	896.674,38	46,90	1.015.183,28
RECEITA AGROPECUARIA	10.423,00	10.423,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.423,00
Rec. da Produção Vegetal	10.423,00	10.423,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.423,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.312.400,00	9.312.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.312.400,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.439.987,20	68.439.987,20	23.131.222,58	33,80	23.131.222,58	33,80	45.308.764,62
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	66.989.287,20	66.989.287,20	22.719.784,31	33,92	22.719.784,31	33,92	44.269.502,89
Transf. de Conv.	1.448.700,00	1.448.700,00	411.438,27	28,40	411.438,27	28,40	1.037.261,73
Transf. para o Combate à Fome	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.150.680,32	3.150.680,32	1.226.660,82	38,93	1.226.660,82	38,93	1.924.019,50
Multas e Juros de Mora	922.435,50	922.435,50	578.681,20	62,73	578.681,20	62,73	343.754,30
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.580,00	8.580,00	1.146,20	13,36	1.146,20	13,36	7.433,80
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	896.378,00	896.378,00	349.219,99	38,96	349.219,99	38,96	547.158,01
RECEITAS DIVERSAS	1.323.286,82	1.323.286,82	297.613,43	22,49	297.613,43	22,49	1.025.673,39
RECEITAS DE CAPITAL	14.200.500,00	14.200.500,00	1.206.254,30	8,49	1.206.254,30	8,49	12.994.245,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	1.139.658,91	0,00	1.139.658,91	0,00	-1.139.658,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	1.139.658,91	0,00	1.139.658,91	0,00	-1.139.658,91
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.200.500,00	14.200.500,00	66.595,39	0,47	66.595,39	0,47	14.133.904,61
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	14.200.500,00	14.200.500,00	66.595,39	0,47	66.595,39	0,47	14.133.904,61
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.553.177,45	3.553.177,45	1.255.149,17	35,32	1.255.149,17	35,32	2.298.028,28
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.510.992,03	3.510.992,03	1.255.149,17	35,75	1.255.149,17	35,75	2.255.842,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.253.309,12	3.253.309,12	1.051.964,66	32,34	1.051.964,66	32,34	2.201.344,46
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.253.309,12	3.253.309,12	1.051.964,66	32,34	1.051.964,66	32,34	2.201.344,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	257.682,91	257.682,91	203.184,51	78,85	203.184,51	78,85	54.498,40
Multas e Juros de Mora	257.682,91	257.682,91	203.184,51	78,85	203.184,51	78,85	54.498,40
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	42.185,42	42.185,42	0,00	0,00	0,00	0,00	42.185,42
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	42.185,42	42.185,42	0,00	0,00	0,00	0,00	42.185,42

Continua 1/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.553.177,45	3.553.177,45	1.255.149,17	35,32	1.255.149,17	35,32	2.298.028,28
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	119.566.044,77	119.566.044,77	34.787.846,19	29,10	34.787.846,19	29,10	84.778.198,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	119.566.044,77	119.566.044,77	34.787.846,19	29,10	34.787.846,19	29,10	84.778.198,58
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	119.566.044,77	119.566.044,77	34.787.846,19	29,10	34.787.846,19	29,10	84.778.198,58
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	114.251.368,61	422.000,00	114.673.368,61	35.092.698,99	35.092.698,99	29.119.198,34	29.119.198,34	25,39	85.554.170,27
DESPESAS CORRENTES	86.748.567,97	161.500,00	86.910.067,97	32.682.745,86	32.682.745,86	27.681.884,34	27.681.884,34	31,85	59.228.183,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.123.655,15	-399.400,00	45.724.255,15	14.299.162,02	14.299.162,02	14.214.901,41	14.214.901,41	31,09	31.509.353,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	104.500,00	0,00	104.500,00	19.887,99	19.887,99	19.887,99	19.887,99	19,03	84.612,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.520.412,82	560.900,00	41.081.312,82	18.363.695,85	18.363.695,85	13.447.094,94	13.447.094,94	32,73	27.634.217,88
DESPESAS DE CAPITAL	24.676.602,46	260.500,00	24.937.102,46	2.409.953,13	2.409.953,13	1.437.314,00	1.437.314,00	5,76	23.499.788,46
INVESTIMENTOS	23.243.902,46	260.500,00	23.504.402,46	1.983.614,86	1.983.614,86	1.010.975,73	1.010.975,73	4,30	22.493.426,73
INVERSOES FINANCEIRAS	1.120.000,00	0,00	1.120.000,00	238.991,86	238.991,86	238.991,86	238.991,86	21,34	881.008,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	312.700,00	0,00	312.700,00	187.346,41	187.346,41	187.346,41	187.346,41	59,91	125.353,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.826.198,18	0,00	2.826.198,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.826.198,18

Continua 2/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (n)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	114.251.368,61	422.000,00	114.673.368,61	35.092.698,99	35.092.698,99	29.119.198,34	29.119.198,34	25,39	85.554.170,27
RESERVA LEGAL - RPPS	2.726.198,18	0,00	2.726.198,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.726.198,18
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.314.676,16	10.000,00	5.324.676,16	1.810.723,10	1.810.723,10	1.744.605,58	1.744.605,58	32,76	3.580.070,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.076.676,16	10.000,00	4.086.676,16	1.239.531,89	1.239.531,89	1.173.414,37	1.173.414,37	28,71	2.913.261,79
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.238.000,00	0,00	1.238.000,00	571.191,21	571.191,21	571.191,21	571.191,21	46,14	666.808,79
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	119.566.044,77	432.000,00	119.998.044,77	36.903.422,09	36.903.422,09	30.863.803,92	30.863.803,92	25,72	89.134.240,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	119.566.044,77	432.000,00	119.998.044,77	36.903.422,09	36.903.422,09	30.863.803,92	30.863.803,92	25,72	89.134.240,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.924.042,27	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	119.566.044,77	432.000,00	119.998.044,77	36.903.422,09	36.903.422,09	30.863.803,92	34.787.846,19	25,72	89.134.240,85

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 740.843,66

FONTE: C O N T A B I L I D A D E

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.993.147,63	6.222.640,38	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.648.243,46	2.696.969,13	0,00	0,00
Interna	1.648.243,46	2.696.969,13	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	4.344.904,17	3.525.671,25	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	364.846,71	1.406.956,51	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.055.186,78	7.674.376,37	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	-39.338,46	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.690.340,07	6.228.081,40	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	5.628.300,92	4.815.683,87	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	84.967.798,34	89.379.685,83	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	7,05%	6,96%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	6,62%	5,39%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	101.961.358,01	107.255.623,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	1.648.243,46	2.696.969,13	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	974.694,38	1.336.146,11	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.374.210,34	6.492.271,12	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	20.676.036,11	20.676.036,11	0,00	0,00
Passivo Atuarial	20.676.036,11	20.676.036,11	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	25.377.654,87	26.159.990,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.259,70	8.233,33	0,00	0,00
Investimentos	25.369.516,42	26.155.783,86	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	121,25	4.027,19	0,00	0,00

FONTE: CONTABILIDADE

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-4.701.618,76	-5.483.953,89	0,00	0,00

CACADOR, 26/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

FONTE: CONTABILIDADE

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	114.251.368,61	114.673.368,61	35.092.698,99	35.092.698,99	29.119.198,34	29.119.198,34	94,35	25,39	85.554.170,27
Legislativa	4.664.500,00	4.664.500,00	1.073.056,10	1.073.056,10	784.521,36	784.521,36	2,54	16,82	3.879.978,64
Ação Legislativa	4.664.500,00	4.664.500,00	1.073.056,10	1.073.056,10	784.521,36	784.521,36	2,54	16,82	3.879.978,64
Administração	15.902.236,52	15.892.236,52	5.021.034,83	5.021.034,83	4.639.132,51	4.639.132,51	15,03	29,19	11.253.104,01
Administração Geral	12.550.199,20	12.540.199,20	3.356.371,59	3.356.371,59	3.159.282,23	3.159.282,23	10,24	25,19	9.380.916,97
Administração Financeira	3.352.037,32	3.352.037,32	1.664.663,24	1.664.663,24	1.479.850,28	1.479.850,28	4,79	44,15	1.872.187,04
Segurança Pública	2.563.800,00	2.563.800,00	1.308.395,80	1.308.395,80	829.309,58	829.309,58	2,69	32,35	1.734.490,42
Policiamento	1.973.800,00	1.973.800,00	793.226,94	793.226,94	581.494,42	581.494,42	1,88	29,46	1.392.305,58
Defesa Civil	590.000,00	590.000,00	515.168,86	515.168,86	247.815,16	247.815,16	0,80	42,00	342.184,84
Assistência Social	4.215.365,00	4.415.365,00	1.525.792,41	1.525.792,41	1.155.822,93	1.155.822,93	3,74	26,18	3.259.542,07
Assistência ao Idoso	232.150,00	232.150,00	21.345,72	21.345,72	9.009,39	9.009,39	0,03	3,88	223.140,61
Assistência ao Portador de Deficiência	26.050,00	26.050,00	6.944,22	6.944,22	6.944,22	6.944,22	0,02	26,66	19.105,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	646.150,00	646.150,00	112.208,30	112.208,30	91.618,28	91.618,28	0,30	14,18	554.531,72
Assistência Comunitária	3.311.015,00	3.511.015,00	1.385.294,17	1.385.294,17	1.048.251,04	1.048.251,04	3,40	29,86	2.462.763,96
Saúde	17.038.998,75	17.038.998,75	6.694.768,91	6.694.768,91	6.002.735,26	6.002.735,26	19,45	35,23	11.036.263,49
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Atenção Básica	15.546.998,75	15.546.998,75	6.299.644,10	6.299.644,10	5.704.724,30	5.704.724,30	18,48	36,69	9.842.274,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Suporte Profilático e Terapêutico	938.000,00	938.000,00	279.928,63	279.928,63	196.754,39	196.754,39	0,64	20,98	741.245,61
Vigilância Sanitária	248.000,00	248.000,00	103.280,68	103.280,68	91.057,07	91.057,07	0,30	36,72	156.942,93
Vigilância Epidemiológica	151.000,00	151.000,00	11.915,50	11.915,50	10.199,50	10.199,50	0,03	6,75	140.800,50
Educação	27.312.318,34	27.312.318,34	9.705.294,35	9.705.294,35	7.308.679,47	7.308.679,47	23,68	26,76	20.003.638,87
Alimentação e Nutrição	938.000,00	938.000,00	436.826,43	436.826,43	279.815,65	279.815,65	0,91	29,83	658.184,35
Ensino Fundamental	20.200.572,34	20.200.572,34	6.447.426,62	6.447.426,62	5.270.388,62	5.270.388,62	17,08	26,09	14.930.183,72
Ensino Superior	62.400,00	62.400,00	242,00	242,00	242,00	242,00	0,00	0,39	62.158,00
Educação Infantil	5.579.346,00	5.579.346,00	2.320.799,30	2.320.799,30	1.570.400,19	1.570.400,19	5,09	28,15	4.008.945,81
Educação de Jovens e Adultos	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00
Educação Especial	521.600,00	521.600,00	500.000,00	500.000,00	187.833,01	187.833,01	0,61	36,01	333.766,99
Cultura	939.100,00	939.100,00	209.092,21	209.092,21	165.107,71	165.107,71	0,53	17,58	773.992,29
Difusão Cultural	939.100,00	939.100,00	209.092,21	209.092,21	165.107,71	165.107,71	0,53	17,58	773.992,29
Urbanismo	16.772.200,00	16.999.200,00	5.704.105,47	5.704.105,47	4.815.090,45	4.815.090,45	15,60	28,33	12.184.109,55
Infra-Estrutura Urbana	4.254.000,00	4.254.000,00	91.036,06	91.036,06	75.444,23	75.444,23	0,24	1,77	4.178.555,77
Serviços Urbanos	12.518.200,00	12.745.200,00	5.613.069,41	5.613.069,41	4.739.646,22	4.739.646,22	15,36	37,19	8.005.553,78
Habitação	486.200,00	491.200,00	105.677,11	105.677,11	100.695,79	100.695,79	0,33	20,50	390.504,21
Habitação Urbana	486.200,00	491.200,00	105.677,11	105.677,11	100.695,79	100.695,79	0,33	20,50	390.504,21

Continua 1/3

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	114.251.368,61	114.673.368,61	35.092.698,99	35.092.698,99	29.119.198,34	29.119.198,34	94,35	25,39	85.554.170,27
Saneamento	13.537.500,00	13.537.500,00	860.397,22	860.397,22	810.939,36	810.939,36	2,63	5,99	12.726.560,64
Saneamento Básico Urbano	13.537.500,00	13.537.500,00	860.397,22	860.397,22	810.939,36	810.939,36	2,63	5,99	12.726.560,64
Gestão Ambiental	2.848.600,00	2.848.600,00	274.267,05	274.267,05	205.456,57	205.456,57	0,67	7,21	2.643.143,43
Preservação e Conservação Ambiental	2.848.600,00	2.848.600,00	274.267,05	274.267,05	205.456,57	205.456,57	0,67	7,21	2.643.143,43
Agricultura	2.967.250,00	2.967.250,00	873.372,04	873.372,04	752.372,75	752.372,75	2,44	25,36	2.214.877,25
Extensão Rural	2.967.250,00	2.967.250,00	873.372,04	873.372,04	752.372,75	752.372,75	2,44	25,36	2.214.877,25
Indústria	2.206.100,00	2.206.100,00	1.039.937,93	1.039.937,93	976.897,36	976.897,36	3,17	44,28	1.229.202,64
Promoção Industrial	1.656.100,00	1.656.100,00	1.039.937,93	1.039.937,93	976.897,36	976.897,36	3,17	58,99	679.202,64
Produção Industrial	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
Comércio e Serviços	55.000,00	55.000,00	52.764,00	52.764,00	52.764,00	52.764,00	0,17	95,93	2.236,00
Promoção Comercial	55.000,00	55.000,00	52.764,00	52.764,00	52.764,00	52.764,00	0,17	95,93	2.236,00
Transporte	735.500,00	735.500,00	135.165,00	135.165,00	101.785,00	101.785,00	0,33	13,84	633.715,00
Transporte Rodoviário	735.500,00	735.500,00	135.165,00	135.165,00	101.785,00	101.785,00	0,33	13,84	633.715,00
Desporto e Lazer	1.489.500,00	1.489.500,00	302.344,16	302.344,16	210.653,84	210.653,84	0,68	14,14	1.278.846,16
Desporto Comunitário	1.489.500,00	1.489.500,00	302.344,16	302.344,16	210.653,84	210.653,84	0,68	14,14	1.278.846,16
Encargos Especiais	417.200,00	417.200,00	207.234,40	207.234,40	207.234,40	207.234,40	0,67	49,67	209.965,60
Serviço da Dívida Interna	417.200,00	417.200,00	207.234,40	207.234,40	207.234,40	207.234,40	0,67	49,67	209.965,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.314.676,16	5.324.676,16	1.810.723,10	1.810.723,10	1.744.605,58	1.744.605,58	5,65	32,76	3.580.070,58
Legislativa	168.000,00	168.000,00	20.644,91	20.644,91	20.644,91	20.644,91	0,07	12,29	147.355,09
Ação Legislativa	168.000,00	168.000,00	20.644,91	20.644,91	20.644,91	20.644,91	0,07	12,29	147.355,09
Administração	454.290,06	464.290,06	82.875,42	82.875,42	82.875,42	82.875,42	0,27	17,85	381.414,64
Administração Geral	193.790,06	203.790,06	22.156,11	22.156,11	22.156,11	22.156,11	0,07	10,87	181.633,95
Administração Financeira	260.500,00	260.500,00	60.719,31	60.719,31	60.719,31	60.719,31	0,20	23,31	199.780,69
Segurança Pública	105.000,00	105.000,00	22.503,52	22.503,52	22.503,52	22.503,52	0,07	21,43	82.496,48
Policimento	105.000,00	105.000,00	22.503,52	22.503,52	22.503,52	22.503,52	0,07	21,43	82.496,48
Assistência Social	59.500,00	59.500,00	26.379,69	26.379,69	26.379,69	26.379,69	0,09	44,34	33.120,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.300,00	7.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.300,00
Assistência Comunitária	52.200,00	52.200,00	26.379,69	26.379,69	26.379,69	26.379,69	0,09	50,54	25.820,31
Saúde	833.800,00	833.800,00	194.723,10	194.723,10	138.909,76	138.909,76	0,45	16,66	694.890,24
Atenção Básica	833.800,00	833.800,00	194.723,10	194.723,10	138.909,76	138.909,76	0,45	16,66	694.890,24
Educação	1.863.786,10	1.863.786,10	773.040,02	773.040,02	762.735,84	762.735,84	2,47	40,92	1.101.050,26
Ensino Fundamental	1.558.786,10	1.558.786,10	643.887,76	643.887,76	633.583,58	633.583,58	2,05	40,65	925.202,52
Educação Infantil	305.000,00	305.000,00	129.152,26	129.152,26	129.152,26	129.152,26	0,42	42,35	175.847,74

Continua 2/3

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.314.676,16	5.324.676,16	1.810.723,10	1.810.723,10	1.744.605,58	1.744.605,58	5,65	32,76	3.580.070,58
Urbanismo	342.700,00	342.700,00	84.771,56	84.771,56	84.771,56	84.771,56	0,27	24,74	257.928,44
Infra-Estrutura Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Serviços Urbanos	312.700,00	312.700,00	84.771,56	84.771,56	84.771,56	84.771,56	0,27	27,11	227.928,44
Saneamento	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Saneamento Básico Urbano	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Gestão Ambiental	31.300,00	31.300,00	2.712,52	2.712,52	2.712,52	2.712,52	0,01	8,67	28.587,48
Preservação e Conservação Ambiental	31.300,00	31.300,00	2.712,52	2.712,52	2.712,52	2.712,52	0,01	8,67	28.587,48
Agricultura	156.300,00	156.300,00	28.120,43	28.120,43	28.120,43	28.120,43	0,09	17,99	128.179,57
Extensão Rural	156.300,00	156.300,00	28.120,43	28.120,43	28.120,43	28.120,43	0,09	17,99	128.179,57
Indústria	32.000,00	32.000,00	3.760,72	3.760,72	3.760,72	3.760,72	0,01	11,75	28.239,28
Promoção Industrial	32.000,00	32.000,00	3.760,72	3.760,72	3.760,72	3.760,72	0,01	11,75	28.239,28
Encargos Especiais	1.238.000,00	1.238.000,00	571.191,21	571.191,21	571.191,21	571.191,21	1,85	46,14	666.808,79
Serviço da Dívida Interna	1.238.000,00	1.238.000,00	571.191,21	571.191,21	571.191,21	571.191,21	1,85	46,14	666.808,79
TOTAL (III) = (I + II)	119.566.044,77	119.998.044,77	36.903.422,09	36.903.422,09	30.863.803,92	30.863.803,92	100,00	25,72	89.134.240,85

FONTE: C O N T A B I L I D A D E

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	84.967.798,34	89.379.685,83	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	18.692.915,63	19.663.530,88	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 26/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	7.922.528,29	8.478.974,23	7.882.191,43	7.631.694,27	7.441.745,51	8.527.625,80	8.247.471,28	10.273.129,04	7.402.704,11	7.850.126,90	11.101.146,14	8.674.032,05	101.433.369,05	112.017.526,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	765.472,62	808.103,49	665.624,74	666.094,72	630.807,10	673.109,29	652.053,51	960.931,09	628.809,28	932.082,18	2.804.123,20	765.482,84	10.952.694,06	14.715.990,21
I.P.T.U.	208.017,92	103.219,18	117.504,91	102.220,23	103.034,43	92.042,85	96.184,47	170.996,11	8.543,75	127.483,49	2.070.588,61	139.112,39	3.338.948,34	5.315.700,00
I.S.S.	306.082,18	341.413,00	330.927,25	306.327,19	299.363,02	299.632,54	325.450,45	349.823,23	332.993,22	286.581,12	362.418,34	329.058,08	3.870.069,62	4.325.000,00
I.T.B.I.	33.277,90	50.647,22	43.939,58	42.875,04	52.188,11	69.421,16	88.096,19	52.363,28	23.994,17	29.516,88	32.417,40	66.337,11	585.074,04	781.000,00
I.R.R.F	102.667,26	99.616,95	89.853,20	101.349,23	98.169,53	106.183,57	63.795,96	110.514,84	66.979,78	65.511,82	226.070,82	108.138,96	1.238.851,92	1.209.068,00
Outras Receitas Tributárias	115.427,36	213.207,14	83.399,80	113.323,03	78.052,01	105.829,17	78.526,44	277.233,63	196.298,36	422.988,87	112.628,03	122.836,30	1.919.750,14	3.085.222,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	538.979,93	1.093.861,55	356.728,42	360.746,43	362.627,38	374.712,47	230.688,73	599.305,31	59.199,73	391.334,64	392.092,25	470.011,92	5.230.288,76	4.223.083,13
RECEITA PATRIMONIAL	184.254,44	230.979,13	430.588,29	220.776,32	286.457,55	326.426,31	149.944,34	415.672,42	55.096,84	236.079,61	412.215,11	202.979,10	3.151.469,46	1.959.803,46
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	3.142,00	437,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.579,50	10.423,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.312.400,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.144.388,38	6.015.700,11	6.092.266,78	6.008.750,38	5.860.570,96	6.929.760,94	6.967.248,14	7.865.807,86	6.367.450,86	6.053.803,29	7.079.365,35	6.951.222,18	78.336.335,23	78.645.146,50
Cota-Parte do F.P.M.	1.558.940,77	1.352.962,26	994.885,24	1.333.344,87	1.113.032,19	1.198.166,15	1.436.319,03	2.496.553,76	1.735.991,72	1.870.276,61	1.262.567,58	1.618.370,09	17.971.410,27	18.969.860,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.908.137,92	1.968.854,36	2.008.402,11	2.064.036,59	2.079.493,10	2.426.471,41	2.265.534,95	2.444.663,79	2.238.951,85	1.910.016,17	2.298.454,05	2.167.739,63	25.780.755,93	26.813.167,50
Cota-Parte do I.P.V.A.	468.362,26	518.130,46	478.399,43	469.547,89	468.338,49	478.219,28	381.365,41	267.046,35	198.085,34	316.939,70	445.290,01	423.710,76	4.913.435,38	5.211.500,00
Cota-Parte do ITR.	7,51	136,09	75,65	75,13	8.314,69	57.478,92	10.541,04	9.212,88	11.047,48	108,03	1.212,85	222,22	98.432,49	41.692,00
Transferências da LC 61/1989	38.460,28	44.937,75	47.844,78	46.290,63	46.144,66	48.023,56	51.158,43	57.565,88	39.384,82	37.577,56	35.397,25	44.577,70	537.363,30	802.571,00
Transferências da LC 87/1996	13.506,11	13.506,11	13.506,11	13.506,11	13.506,11	13.506,11	13.506,11	13.506,11	12.764,22	12.764,22	10.063,00	12.764,22	156.404,54	229.306,00
Transferências do FUNDEB	1.380.301,90	1.375.435,05	1.317.910,42	1.399.749,40	1.408.811,90	1.417.134,12	1.556.323,04	1.645.009,84	1.554.470,13	1.396.441,09	1.566.092,53	1.580.742,91	17.598.422,33	16.207.000,00
Outras Transferências Correntes	776.671,63	741.738,03	1.231.243,04	682.199,76	722.929,82	1.290.761,39	1.252.500,13	932.249,25	576.755,30	509.679,91	1.460.288,08	1.103.094,65	11.280.110,99	10.370.050,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	289.432,92	330.329,95	333.841,20	374.888,92	301.282,52	223.616,79	247.536,56	431.412,36	292.147,40	236.827,18	413.350,23	284.336,01	3.759.002,04	3.150.680,32
DEDUÇÕES (II)	1.262.462,48	1.086.763,78	867.378,06	945.115,59	921.449,23	987.125,74	995.336,83	1.123.823,01	850.818,92	995.147,98	976.721,18	1.041.540,42	12.053.683,22	11.907.523,27
Outras Contrib Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.983,46
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	464.979,97	307.058,39	158.910,46	159.755,56	159.584,07	161.490,63	163.651,99	208.364,82	11.451,03	172.599,16	171.520,50	188.038,71	2.327.405,29	1.695.380,51
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.709,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2.709,98	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	797.482,51	779.705,39	708.467,60	785.360,03	761.865,16	825.635,11	831.684,84	912.748,21	839.367,89	822.548,82	805.200,68	853.501,71	9.723.567,95	10.205.159,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	6.660.065,81	7.392.210,45	7.014.813,37	6.686.578,68	6.520.296,28	7.540.500,06	7.252.134,45	9.149.306,03	6.551.885,19	6.854.978,92	10.124.424,96	7.632.491,63	89.379.685,83	100.110.003,35

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	1.139.658,91	1.139.658,91
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.139.658,91	1.139.658,91
Interna	1.139.658,91	1.139.658,91
Abertura de Crédito	1.139.658,91	1.139.658,91
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	89.379.685,83	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.139.658,91	1,28
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	14.300.749,73	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.256.578,01	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.139.658,91	1,28

FONTE: CONTABILIDADE

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/2

CACADOR, 26/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	63.065,38	4.399.394,34	-	3.648.302,64	814.157,08	87.183,58	1.746.208,80	-	1.345.261,05	488.131,33
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	43.234,83	3.314.796,64	0,00	2.768.083,90	589.947,57	1.326,00	1.688.521,35	0,00	1.315.882,28	373.965,07
CHEFIA DO EXECUTIVO	43.234,83	3.246.650,74	0,00	2.719.863,72	570.021,85	0,00	1.281.351,17	0,00	1.252.953,35	28.397,82
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	8.141,25	0,00	0,00	8.141,25	0,00	44.000,00	0,00	44.000,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.326,00	0,00	0,00	0,00	1.326,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	60.004,65	0,00	48.220,18	11.784,47	0,00	363.170,18	0,00	18.928,93	344.241,25
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396,07	0,00	396,07	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396,07	0,00	396,07	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR	0,00	140.392,01	0,00	102.403,01	37.989,00	0,00	13.064,31	0,00	12.929,88	134,43
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE	0,00	140.392,01	0,00	102.403,01	37.989,00	0,00	13.064,31	0,00	12.929,88	134,43
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,06	0,00	0,00	6.507,06
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.507,06	0,00	0,00	6.507,06
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR	2.385,39	200.470,61	0,00	150.698,78	52.157,22	3.814,05	19.411,51	0,00	7.600,00	15.625,56
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.385,39	200.470,61	0,00	150.698,78	52.157,22	3.814,05	19.411,51	0,00	7.600,00	15.625,56
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR	0,00	229,00	0,00	100,00	129,00	0,00	31,50	0,00	0,00	31,50
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	229,00	0,00	100,00	129,00	0,00	31,50	0,00	0,00	31,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR	9.787,71	743.384,83	0,00	626.895,70	126.276,84	17.858,53	5.497,00	0,00	1.093,42	22.262,11
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	9.787,71	743.384,83	0,00	626.895,70	126.276,84	17.858,53	5.497,00	0,00	1.093,42	22.262,11
FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR	7.657,45	0,00	0,00	0,00	7.657,45	62.156,00	0,00	0,00	0,00	62.156,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	7.657,45	0,00	0,00	0,00	7.657,45	62.156,00	0,00	0,00	0,00	62.156,00
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR	0,00	121,25	0,00	121,25	0,00	2.029,00	12.780,00	0,00	7.359,40	7.449,60
IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CACADOR	0,00	121,25	0,00	121,25	0,00	2.029,00	12.780,00	0,00	7.359,40	7.449,60
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	228.001,60	-	140.513,70	87.487,90	-	546.723,17	-	273.445,15	273.278,02
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	148.457,47	0,00	140.513,70	7.943,77	0,00	546.723,17	0,00	273.445,15	273.278,02
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	21.159,28	0,00	13.215,51	7.943,77	0,00	395.094,63	0,00	273.445,15	121.649,48
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	127.298,19	0,00	127.298,19	0,00	0,00	151.628,54	0,00	0,00	151.628,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR	0,00	79.544,13	0,00	0,00	79.544,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	79.544,13	0,00	0,00	79.544,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	63.065,38	4.627.395,94	0,00	3.788.816,34	901.644,98	87.183,58	2.292.931,97	0,00	1.618.706,20	761.409,35

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	11.121,96	0,00	11.121,96
Apoio a Pessoa Idosa - API	292,33	5.190,00	(4.897,67)
Assistência Farmacêutica Básica	238.396,62	28.487,17	209.909,45
Atenção Básica	95.734,47	84.091,98	11.642,49
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	39.826,93	21.286,36	18.540,57
Bolsa Família	32.091,62	0,00	32.091,62
Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	450,46	0,00	450,46
Gestão do SUS	8.064,98	0,00	8.064,98
Outras Transf. Decor. Compes. Financ. Expl. Rec. N	364,66	0,00	364,66
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	223.097,96	16.891,36	206.206,60
Programa de Atenção à Criança - PAC	3.406,94	12.651,42	(9.244,48)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PET	1.965,88	3.974,58	(2.008,70)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	50.928,51	113.357,20	(62.428,69)
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	12.397,80	11.400,00	997,80
Programa Sentinela	3.871,79	0,00	3.871,79
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educa	0,00	557.800,53	(557.800,53)
Recursos de Outros Convênios	0,00	44.199,50	(44.199,50)
Recursos Ordinários	0,00	21.120,33	(21.120,33)
Recursos Vinculados da União - Saúde	0,00	2.004,12	(2.004,12)
Recursos Vinculados do Estado - Saúde	0,00	7.282,72	(7.282,72)
Salário Educação	413.898,48	81.148,72	332.749,76
Transferências de Convênios - Educação	749,67	0,00	749,67
Transferências de Convênios - Outros	661.895,36	970.519,06	(308.623,70)
Transferências de Convênios - Saúde	510.119,04	72.924,57	437.194,47
Transferências do Fundeb - 60%	834.885,71	194.284,71	640.601,00
Transferências do Fundef - 40%	0,00	137.439,25	(137.439,25)
Vigilância em Saúde	116.849,32	10.158,10	106.691,22
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.260.410,49	2.396.211,68	864.198,81
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública -	102.428,41	127.048,57	(24.620,16)
Contribuição de Intervenção do Domínio Público - C	726,28	0,00	726,28
Convênio Programas Assistência Social	0,00	4.998,38	(4.998,38)
Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	0,00	450,00	(450,00)
Entidade 1 - Conta 47809: não foi informado o recurso padrão desta conta.	11.727,90	0,00	11.727,90
Entidade 1 - Conta 48171: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	740,72	(740,72)
Entidade 1 - Conta 48172: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	12.406,28	(12.406,28)
Entidade 1 - Conta 48173: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	3.655,55	(3.655,55)
Entidade 1 - Conta 48174: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	334.276,37	(334.276,37)
Entidade 1 - Conta 48175: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5.113,89	(5.113,89)
Entidade 1 - Conta 48176: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	16.531,12	(16.531,12)
Entidade 1 - Conta 48177: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	28.483,00	(28.483,00)
Entidade 1 - Conta 48180: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	4.570,54	(4.570,54)
Entidade 1 - Conta 48181: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	74,99	(74,99)
Entidade 1 - Conta 48183: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	79.529,84	(79.529,84)
Entidade 1 - Conta 48186: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	16.857,01	(16.857,01)
Entidade 1 - Conta 48187: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	39.167,23	(39.167,23)
Entidade 1 - Conta 48188: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	696,13	(696,13)
Entidade 1 - Conta 48189: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	74.319,80	(74.319,80)
Entidade 1 - Conta 48190: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	7.467,65	(7.467,65)
Entidade 1 - Conta 48191: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	4.821,00	(4.821,00)

Continua 1/4



MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/4

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Entidade 1 - Conta 48192: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	40.886,14	(40.886,14)
Entidade 1 - Conta 53178: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	77.689,95	(77.689,95)
Entidade 1 - Conta 53179: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	3.460,22	(3.460,22)
Entidade 1 - Conta 53181: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	853,73	(853,73)
Entidade 1 - Conta 55586: não foi informado o recurso padrão desta conta.	96.370,83	0,00	96.370,83
Entidade 1 - Conta 55589: não foi informado o recurso padrão desta conta.	21.804,82	0,00	21.804,82
Entidade 1 - Conta 55689: não foi informado o recurso padrão desta conta.	40.316,42	0,00	40.316,42
Entidade 1 - Conta 55690: não foi informado o recurso padrão desta conta.	112.755,42	0,00	112.755,42
Entidade 1 - Conta 55735: não foi informado o recurso padrão desta conta.	6.620,05	0,00	6.620,05
Entidade 1 - Conta 55797: não foi informado o recurso padrão desta conta.	74,23	0,00	74,23
Entidade 11 - Conta 11242: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	429,08	(429,08)
Entidade 11 - Conta 11379: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	650,64	(650,64)
Entidade 11 - Conta 6107: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	521,99	(521,99)
Entidade 12 - Conta 13347: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	88,00	(88,00)
Entidade 12 - Conta 15433: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	817,64	(817,64)
Entidade 12 - Conta 15434: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	488,42	(488,42)
Entidade 12 - Conta 15671: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	2.631,02	(2.631,02)
Entidade 12 - Conta 15672: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	151,43	(151,43)
Entidade 12 - Conta 15675: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	249,87	(249,87)
Entidade 12 - Conta 15676: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	28.068,21	(28.068,21)
Entidade 12 - Conta 20175: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.734,53	(1.734,53)
Entidade 13 - Conta 9485: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	2.632,03	(2.632,03)
Entidade 13 - Conta 9487: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	366,25	(366,25)
Entidade 13 - Conta 9490: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5,45	(5,45)
Entidade 13 - Conta 9491: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	318,64	(318,64)
Entidade 13 - Conta 9493: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	236,56	(236,56)
Entidade 13 - Conta 9494: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	334,76	(334,76)
Entidade 13 - Conta 9506: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	453,16	(453,16)
Entidade 13 - Conta 9518: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	236,96	(236,96)
Entidade 13 - Conta 9540: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	8.778,26	(8.778,26)
Entidade 14 - Conta 47473: não foi informado o recurso padrão desta conta.	567.846,17	0,00	567.846,17
Entidade 14 - Conta 47492: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	162,67	(162,67)
Entidade 14 - Conta 47498: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	181,54	(181,54)
Entidade 14 - Conta 52221: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	89,76	(89,76)
Entidade 15 - Conta 10446: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5,45	(5,45)
Entidade 15 - Conta 10552: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	(16.978,20)	16.978,20
Entidade 15 - Conta 5896: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	447,93	(447,93)
Entidade 15 - Conta 5897: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	992,98	(992,98)
Entidade 15 - Conta 5899: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	881,69	(881,69)
Entidade 15 - Conta 5900: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	18.693,91	(18.693,91)
Entidade 15 - Conta 5901: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	(410,65)	410,65
Entidade 15 - Conta 5923: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	(499,48)	499,48
Entidade 15 - Conta 5927: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	246,72	(246,72)
Entidade 16 - Conta 12421: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1,54	(1,54)
Entidade 16 - Conta 12428: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	69,86	(69,86)
Entidade 16 - Conta 12440: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	482,46	(482,46)
Entidade 16 - Conta 9395: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	785,26	(785,26)
Entidade 16 - Conta 9396: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.798,77	(1.798,77)
Entidade 16 - Conta 9397: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5,45	(5,45)
Entidade 16 - Conta 9398: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	44,77	(44,77)
Entidade 16 - Conta 9399: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	2.467,56	(2.467,56)
Entidade 2 - Conta 16533: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5.183,11	(5.183,11)

Continua 2/4



MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/4

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Entidade 2 - Conta 17270: não foi informado o recurso padrão desta conta.	157.712,61	0,00	157.712,61
Entidade 2 - Conta 17312: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	41.229,63	(41.229,63)
Entidade 2 - Conta 17313: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	288,16	(288,16)
Entidade 2 - Conta 17314: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5.219,92	(5.219,92)
Entidade 2 - Conta 17315: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	787,36	(787,36)
Entidade 2 - Conta 17316: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	116.611,49	(116.611,49)
Entidade 2 - Conta 17317: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	10.008,00	(10.008,00)
Entidade 2 - Conta 17318: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	2.478,34	(2.478,34)
Entidade 2 - Conta 17319: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	6.454,48	(6.454,48)
Entidade 2 - Conta 17320: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	904,05	(904,05)
Entidade 2 - Conta 17321: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	9.704,13	(9.704,13)
Entidade 2 - Conta 17322: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	8.984,15	(8.984,15)
Entidade 2 - Conta 17323: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	10.533,74	(10.533,74)
Entidade 2 - Conta 17324: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	25.050,85	(25.050,85)
Entidade 2 - Conta 17325: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	3.964,00	(3.964,00)
Entidade 2 - Conta 17326: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	23.593,91	(23.593,91)
Entidade 2 - Conta 17328: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.465,13	(1.465,13)
Entidade 2 - Conta 21764: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	3.053,36	(3.053,36)
Entidade 2 - Conta 21765: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5.596,66	(5.596,66)
Entidade 2 - Conta 21997: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	51.950,80	(51.950,80)
Entidade 2 - Conta 22005: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	(2.398,25)	2.398,25
Entidade 2 - Conta 22292: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	7.240,20	(7.240,20)
Entidade 2 - Conta 31703: não foi informado o recurso padrão desta conta.	100,00	0,00	100,00
Entidade 4 - Conta 17896: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	34,37	(34,37)
Entidade 4 - Conta 18676: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	8.100,00	(8.100,00)
Entidade 4 - Conta 18677: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	11,33	(11,33)
Entidade 4 - Conta 23222: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	30,69	(30,69)
Entidade 4 - Conta 23223: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	425,05	(425,05)
Entidade 4 - Conta 23225: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	243,75	(243,75)
Entidade 4 - Conta 29496: não foi informado o recurso padrão desta conta.	100,00	0,00	100,00
Entidade 4 - Conta 29525: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	3.388,74	(3.388,74)
Entidade 4 - Conta 34082: não foi informado o recurso padrão desta conta.	37.195,20	0,00	37.195,20
Entidade 6 - Conta 27995: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	165,43	(165,43)
Entidade 7 - Conta 18557: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	71,49	(71,49)
Entidade 7 - Conta 22997: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.377,37	(1.377,37)
Entidade 9 - Conta 17040: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	21.741,48	(21.741,48)
Farmácia Básica - (União)	0,00	821,50	(821,50)
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1.338,11	0,00	1.338,11
Piso de Atenção Básica - PAB	0,00	418,41	(418,41)
Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	1.902,69	(1.902,69)
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	26.248,94	815.514,25	(789.265,31)
Recursos de Convênios com o Governo do Estado	271,10	19.105,20	(18.834,10)
Recursos Ordinários	3.221.926,03	3.367.358,15	(145.432,12)
Recursos Ordinários	4.221,18	94.744,19	(90.523,01)
Recursos Ordinários	0,00	21.794,31	(21.794,31)
Renumeração de Depósitos Bancários	0,00	252,80	(252,80)
Transferências Centro de Especialidades Odontológicas	0,00	4.500,00	(4.500,00)
Transferências de Convênios - Outros	4.182,18	0,00	4.182,18
Vigilância Sanitária	0,00	134,68	(134,68)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	4.413.965,88	5.642.800,10	(1.228.834,22)
TOTAL (III) = (I + II)	7.674.376,37	8.039.011,78	(364.635,41)

Continua 3/4



MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 4/4

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	26.164.017,19	83.122,21	26.080.894,98
---	---------------	-----------	---------------

FONTE: C O N T A B I L I D A D E

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CACADOR, 26/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre/2011	Até o Quadrimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	769.258,55	769.258,55	1.376.846,05
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	856.480,88	856.480,88	1.480.390,99
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	723.881,31
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	723.881,31
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	716.127,45
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	7.503,22
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	250,64
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	855.334,68	855.334,68	709.222,70
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	855.334,68	855.334,68	709.222,70
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	1.146,20	1.146,20	47.286,98
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	1.146,20	1.146,20	43.740,48
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	-87.222,33	-87.222,33	-103.544,94
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	45.061,04	45.061,04	216.343,32	216.343,32	1.063.188,25
RECEITAS CORRENTES	45.061,04	45.061,04	216.343,32	216.343,32	1.063.188,25
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	714.433,66
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	714.433,66
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	714.433,66
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	9.506,98
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	45.061,04	45.061,04	216.343,32	216.343,32	36.678,99
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CACADOR - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre/2011	Até o Quadrimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	302.568,62
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	45.061,04	45.061,04	985.601,87	985.601,87	2.440.034,30
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre/2011	Até o Quadrimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	5.520.987,34	5.520.987,34	1.726.445,53	1.726.445,53	1.524.988,53
ADMINISTRAÇÃO	5.520.987,34	5.520.987,34	110.146,57	110.146,57	95.055,08
Despesas Correntes	5.463.474,84	5.463.474,84	106.271,57	106.271,57	79.320,18
Despesas de Capital	57.512,50	57.512,50	3.875,00	3.875,00	15.734,90
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	1.616.298,96	1.616.298,96	1.429.933,45
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.616.298,96	1.616.298,96	1.429.933,45
Aposentadorias	0,00	0,00	1.290.038,20	1.290.038,20	1.144.012,90
Pensões	0,00	0,00	326.260,76	326.260,76	285.920,55
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	11.790,06	11.790,06	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	11.790,06	11.790,06	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	11.790,06	11.790,06	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.532.777,40	5.532.777,40	1.726.445,53	1.726.445,53	1.524.988,53
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-5.487.716,36	-5.487.716,36	-740.843,66	-740.843,66	915.045,77
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre/2011	Até o Quadrimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de CACADOR - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre/2011	Até o Quadrimestre/2010
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	1.309.246,32

BENS E DIREITOS DO RPPS	MARÇO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Bancos Conta Movimento	2.053,21	8.233,33	18.045,79
Investimentos	25.268.592,52	26.155.783,86	22.662.257,55

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

 IMAR ROCHA
 PREFEITO MUNICIPAL

 CARLOS VILMAR RIBEIRO
 Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Apoio a Pessoa Idosa - API	1.380,00	3.810,00	0,00	12.336,33	(4.897,67)	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	28.487,17	0,00	27.388,74	209.909,45	0,00
Atenção Básica	0,00	82.167,90	1.924,08	117.696,04	11.642,49	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	18.240,00	3.045,86	0,50	9.136,04	18.540,57	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino e de Valorização do Magistério	168,00	16.723,36	0,00	30.597,32	206.206,60	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC	556,80	11.133,12	961,50	7.519,40	(9.244,48)	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	3.974,58	0,00	15.585,71	(2.008,70)	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	113.357,20	0,00	157.010,78	(62.428,69)	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNAT	0,00	11.400,00	0,00	0,00	997,80	0,00
Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	538,00	3.871,79	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - E	39.046,10	499.003,43	19.751,00	315.268,92	(557.800,53)	0,00
Recursos de Outros Convênios	258,50	0,00	43.941,00	0,00	(44.199,50)	0,00
Recursos Ordinários	7.170,33	0,00	13.950,00	0,00	(21.120,33)	0,00
Recursos Vinculados da União - Saúde	788,07	0,00	1.216,05	0,00	(2.004,12)	0,00
Recursos Vinculados do Estado - Saúde	2.662,66	0,00	4.620,06	0,00	(7.282,72)	0,00
Salário Educação	319,30	80.829,42	0,00	775.934,00	332.749,76	0,00
Transferências de Convênios - Outros	501.210,93	469.308,13	0,00	405.087,51	(308.623,70)	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	6.541,94	66.382,63	0,00	176.489,53	437.194,47	0,00
Transferências do Fundeb - 60%	0,00	194.284,71	0,00	0,00	640.601,00	0,00
Transferências do Fundef - 40%	0,00	137.439,25	0,00	663.502,20	(137.439,25)	0,00
Vigilância em Saúde	309,43	9.848,67	0,00	37.535,07	106.691,22	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	578.652,06	1.731.195,43	86.364,19	2.751.625,59	811.355,46	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública	0,00	127.048,57	0,00	6.897,20	(24.620,16)	0,00
Convênio Programas Assistência Social	1.485,39	0,00	3.512,99	0,00	(4.998,38)	0,00
Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	0,00	0,00	450,00	0,00	(450,00)	0,00
Farmácia Básica - (União)	0,00	0,00	821,50	0,00	(821,50)	0,00
Piso de Atenção Básica - PAB	30,21	0,00	388,20	0,00	(418,41)	0,00
Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	1.902,69	0,00	(1.902,69)	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - S	170.941,89	628.947,11	2.479,00	248.763,60	(789.265,31)	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - S	4.806,77	0,00	5.072,55	0,00	(789.265,31)	0,00
Recursos de Convênios com o Governo do Estado	5.837,94	0,00	13.267,26	0,00	(18.834,10)	0,00
Recursos Ordinários	37.989,00	56.620,76	134,43	91.690,32	(90.523,01)	0,00
Recursos Ordinários	50.547,11	52.289,66	334.902,50	107.188,70	(167.226,43)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	21.794,31	0,00	1.095,12	(167.226,43)	0,00
Recursos Ordinários	329.030,09	2.429.365,10	22.101,48	2.041.765,19	(167.226,43)	0,00
Renumeração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	252,80	0,00	(252,80)	0,00
Transferências Centro de Especialidades Odontológicas	1.500,00	0,00	3.000,00	0,00	(4.500,00)	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	1.299,01	4.182,18	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	134,68	0,00	(134,68)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	602.168,40	3.316.065,51	388.420,08	2.498.699,14	(2.223.483,46)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.180.820,46	5.047.260,94	474.784,27	5.250.324,73	(1.412.128,00)	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	635,60	3.391,59	6.814,00	10.488,72	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CACADOR, 26/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Apoio a Pessoa Idosa - API	1.380,00	3.810,00	0,00	12.336,33	(4.897,67)	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	28.487,17	0,00	27.388,74	209.909,45	0,00
Atenção Básica	0,00	82.167,90	1.924,08	117.696,04	11.642,49	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	18.240,00	3.045,86	0,50	9.136,04	18.540,57	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino e de Valorização do Magistério	168,00	16.723,36	0,00	30.597,32	206.206,60	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC	556,80	11.133,12	961,50	7.519,40	(9.244,48)	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	3.974,58	0,00	15.585,71	(2.008,70)	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	113.357,20	0,00	157.010,78	(62.428,69)	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNAT	0,00	11.400,00	0,00	0,00	997,80	0,00
Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	538,00	3.871,79	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos e Contribuições	39.046,10	499.003,43	19.751,00	315.268,92	(557.800,53)	0,00
Recursos de Outros Convênios	258,50	0,00	43.941,00	0,00	(44.199,50)	0,00
Recursos Ordinários	7.170,33	0,00	13.950,00	0,00	(21.120,33)	0,00
Recursos Vinculados da União - Saúde	788,07	0,00	1.216,05	0,00	(2.004,12)	0,00
Recursos Vinculados do Estado - Saúde	2.662,66	0,00	4.620,06	0,00	(7.282,72)	0,00
Salário Educação	319,30	80.829,42	0,00	775.934,00	332.749,76	0,00
Transferências de Convênios - Outros	501.210,93	469.308,13	0,00	405.087,51	(308.623,70)	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	6.541,94	66.382,63	0,00	176.489,53	437.194,47	0,00
Transferências do Fundeb - 60%	0,00	194.284,71	0,00	0,00	640.601,00	0,00
Transferências do Fundef - 40%	0,00	137.439,25	0,00	663.502,20	(137.439,25)	0,00
Vigilância em Saúde	309,43	9.848,67	0,00	37.535,07	106.691,22	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	578.652,06	1.731.195,43	86.364,19	2.751.625,59	811.355,46	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública	0,00	127.048,57	0,00	6.897,20	(24.620,16)	0,00
Convênio Programas Assistência Social	1.485,39	0,00	3.512,99	0,00	(4.998,38)	0,00
Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS	0,00	0,00	450,00	0,00	(450,00)	0,00
Farmácia Básica - (União)	0,00	0,00	821,50	0,00	(821,50)	0,00
Piso de Atenção Básica - PAB	30,21	0,00	388,20	0,00	(418,41)	0,00
Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	1.902,69	0,00	(1.902,69)	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos e Contribuições	170.941,89	628.947,11	2.479,00	248.763,60	(789.265,31)	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos e Contribuições	4.806,77	0,00	5.072,55	0,00	(789.265,31)	0,00
Recursos de Convênios com o Governo do Estado	5.837,94	0,00	13.267,26	0,00	(18.834,10)	0,00
Recursos Ordinários	37.989,00	56.620,76	134,43	91.690,32	(90.523,01)	0,00
Recursos Ordinários	50.547,11	52.289,66	334.902,50	107.188,70	(167.226,43)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	21.794,31	0,00	1.095,12	(167.226,43)	0,00
Recursos Ordinários	329.030,09	2.429.365,10	22.101,48	2.041.765,19	(167.226,43)	0,00
Renumeração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	252,80	0,00	(252,80)	0,00
Transferências Centro de Especialidades Odontológicas	1.500,00	0,00	3.000,00	0,00	(4.500,00)	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	1.299,01	4.182,18	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	134,68	0,00	(134,68)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	602.168,40	3.316.065,51	388.420,08	2.498.699,14	(2.223.483,46)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.180.820,46	5.047.260,94	474.784,27	5.250.324,73	(1.412.128,00)	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	635,60	3.391,59	6.814,00	10.488,72	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

CACADOR, 26/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre 2011	Até o Quadrimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	103.411.501,69	32.684.917,51	32.684.917,51	27.887.277,47
Receita Tributária	14.715.990,21	5.749.550,12	5.749.550,12	4.902.545,71
I.P.T.U.	5.315.700,00	2.345.096,11	2.345.096,11	1.822.361,88
I.S.S.	4.325.000,00	1.311.050,76	1.311.050,76	1.047.029,89
I.T.B.I.	781.000,00	152.265,56	152.265,56	309.082,10
I.R.R.F.	1.209.068,00	466.701,38	466.701,38	445.464,44
Outras Receitas Tributárias	3.085.222,21	1.474.436,31	1.474.436,31	1.278.607,40
Receita de Contribuição	7.476.392,25	2.364.603,20	2.364.603,20	1.809.343,99
Receitas Previdenciárias	45.061,04	216.343,32	216.343,32	1.484.500,94
Outras Contribuições	7.431.331,21	2.148.259,88	2.148.259,88	324.843,05
Receita Patrimonial Líquida	47.945,80	9.696,28	9.696,28	26.326,52
Receita Patrimonial	1.959.803,46	906.370,66	906.370,66	721.752,30
(-) Aplicações Financeiras	1.911.857,66	896.674,38	896.674,38	695.425,78
Transferências Correntes	68.439.987,20	23.131.222,58	23.131.222,58	19.895.765,45
F.P.M.	15.175.888,00	5.189.764,67	5.189.764,67	3.928.613,84
I.C.M.S.	21.450.534,00	6.897.832,13	6.897.832,13	6.267.551,49
Convênios	1.448.700,00	411.438,27	411.438,27	123.779,13
Outras Transferências Correntes	30.364.865,20	10.632.187,51	10.632.187,51	9.575.820,99
Demais Receitas Correntes	12.731.186,23	1.429.845,33	1.429.845,33	1.253.295,80
Dívida Ativa	896.378,00	349.219,99	349.219,99	403.544,81
Diversas Receitas Correntes	11.834.808,23	1.080.625,34	1.080.625,34	849.750,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	14.242.685,42	1.206.254,30	1.206.254,30	659.175,23
Operações de Crédito (III)	0,00	1.139.658,91	1.139.658,91	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	42.185,42	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	7.470,00
Transferências de Capital	14.200.500,00	66.595,39	66.595,39	651.705,23
Convênios	14.200.500,00	66.595,39	66.595,39	347.120,02
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	304.585,21
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	14.200.500,00	66.595,39	66.595,39	651.705,23
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	117.612.001,69	32.751.512,90	32.751.512,90	28.538.982,70
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre 2011	Até o Quadrimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	90.996.744,13	28.855.298,71	28.855.298,71	24.969.520,08
Pessoal e Encargos Sociais	49.810.931,31	15.388.315,78	15.388.315,78	14.376.769,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	104.500,00	19.887,99	19.887,99	3.715,60
Outras Despesas Correntes	41.081.312,82	13.447.094,94	13.447.094,94	10.589.034,93
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	90.892.244,13	28.835.410,72	28.835.410,72	24.965.804,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	26.175.102,46	2.008.505,21	2.008.505,21	2.005.674,95
Investimentos	23.504.402,46	1.010.975,73	1.010.975,73	1.141.551,34
Inversões Financeiras	1.120.000,00	238.991,86	238.991,86	305.355,50
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.120.000,00	238.991,86	238.991,86	305.355,50
Amortização da Dívida (XIV)	1.550.700,00	758.537,62	758.537,62	558.768,11
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	24.624.402,46	1.249.967,59	1.249.967,59	1.446.906,84

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre 2011	Até o Quadrimestre 2010
	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.726.198,18	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	115.616.646,59	30.085.378,31	30.085.378,31	26.412.711,32
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	1.995.355,10	2.666.134,59	2.666.134,59	2.126.271,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FORNTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Continuação 2/20


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 3/20


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 4/20

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 7/20

Continuação 8/20

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 9/20

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.566.753,40	12.566.753,40	4.582.507,02	4.582.507,02	36,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.186.020,50	6.186.020,50	2.643.367,18	2.643.367,18	42,73
1.1.1- IPTU	5.315.700,00	5.315.700,00	2.347.394,99	2.347.394,99	44,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.634,50	15.634,50	2.410,98	2.410,98	15,42
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	625.380,00	625.380,00	215.748,08	215.748,08	34,50
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	229.306,00	229.306,00	80.112,01	80.112,01	34,94
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(2.298,88)	(2.298,88)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	781.000,00	781.000,00	152.265,56	152.265,56	19,50
1.2.1- ITBI	781.000,00	781.000,00	152.265,56	152.265,56	19,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.390.664,90	4.390.664,90	1.320.172,90	1.320.172,90	30,07
1.3.1- ISS	4.325.000,00	4.325.000,00	1.311.050,76	1.311.050,76	30,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.634,50	15.634,50	2.570,29	2.570,29	16,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	31.269,00	31.269,00	1.452,44	1.452,44	4,64
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	18.761,40	18.761,40	5.099,41	5.099,41	27,18
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.209.068,00	1.209.068,00	466.701,38	466.701,38	38,60
1.4.1- IRRF	1.209.068,00	1.209.068,00	466.701,38	466.701,38	38,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	52.068.096,50	52.068.096,50	16.704.277,08	16.704.277,08	32,08
2.1- Cota-Parte FPM	18.969.860,00	18.969.860,00	6.487.206,00	6.487.206,00	34,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.969.860,00	18.969.860,00	6.487.206,00	6.487.206,00	34,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	26.813.167,50	26.813.167,50	8.615.161,70	8.615.161,70	32,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	229.306,00	229.306,00	48.355,66	48.355,66	21,09
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	802.571,00	802.571,00	156.937,33	156.937,33	19,55
2.5- Cota-Parte ITR	41.692,00	41.692,00	12.590,58	12.590,58	30,20
2.6- Cota-Parte IPVA	5.211.500,00	5.211.500,00	1.384.025,81	1.384.025,81	26,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	64.634.849,90	64.634.849,90	21.286.784,10	21.286.784,10	32,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.145.350,00	2.145.350,00	756.766,34	756.766,34	35,27
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.520.000,00	1.520.000,00	634.365,32	634.365,32	41,73
5.2- Outras Transferências do FNDE	625.350,00	625.350,00	122.401,02	122.401,02	19,57
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.155.750,00	2.155.750,00	756.766,34	756.766,34	35,10
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.205.159,30	10.205.159,30	3.320.619,10	3.320.619,10	32,54
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.793.972,00	3.793.972,00	1.297.441,33	1.297.441,33	34,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.362.633,50	5.362.633,50	1.717.329,57	1.717.329,57	32,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	45.861,20	45.861,20	10.211,36	10.211,36	22,27
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	160.514,20	160.514,20	16.527,10	16.527,10	10,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.338,40	8.338,40	2.291,38	2.291,38	27,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	833.840,00	833.840,00	276.818,36	276.818,36	33,20
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.311.230,00	16.311.230,00	6.097.746,66	6.097.746,66	37,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.207.000,00	16.207.000,00	6.097.746,66	6.097.746,66	37,62
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	104.230,00	104.230,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.001.840,70	6.001.840,70	2.777.127,56	2.777.127,56	46,27
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
Visível	Item 1.1	Item 1.2	Item 1.3	Item 1.4	
0	0,00	0,00	0,00	0	74.524,4
0,00	0,00	0,00	0,00	0	74.524,4
0,00	0,00	0,00	0,00	0	13.544,7
0,00	0,00	0,00	0,00	0	13.544,7
Item 1.5	Item 2	0			

Continuação 10/20


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 11/20

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 12/20

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 13/20

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.566.753,40	12.566.753,40	4.582.507,02	4.582.507,02	36,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.186.020,50	6.186.020,50	2.643.367,18	2.643.367,18	42,73
1.1.1- IPTU	5.315.700,00	5.315.700,00	2.347.394,99	2.347.394,99	44,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.634,50	15.634,50	2.410,98	2.410,98	15,42
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	625.380,00	625.380,00	215.748,08	215.748,08	34,50
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	229.306,00	229.306,00	80.112,01	80.112,01	34,94
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(2.298,88)	(2.298,88)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	781.000,00	781.000,00	152.265,56	152.265,56	19,50
1.2.1- ITBI	781.000,00	781.000,00	152.265,56	152.265,56	19,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.390.664,90	4.390.664,90	1.320.172,90	1.320.172,90	30,07
1.3.1- ISS	4.325.000,00	4.325.000,00	1.311.050,76	1.311.050,76	30,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.634,50	15.634,50	2.570,29	2.570,29	16,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	31.269,00	31.269,00	1.452,44	1.452,44	4,64
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	18.761,40	18.761,40	5.099,41	5.099,41	27,18
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.209.068,00	1.209.068,00	466.701,38	466.701,38	38,60
1.4.1- IRRF	1.209.068,00	1.209.068,00	466.701,38	466.701,38	38,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	52.068.096,50	52.068.096,50	16.704.277,08	16.704.277,08	32,08
2.1- Cota-Parte FPM	18.969.860,00	18.969.860,00	6.487.206,00	6.487.206,00	34,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.969.860,00	18.969.860,00	6.487.206,00	6.487.206,00	34,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	26.813.167,50	26.813.167,50	8.615.161,70	8.615.161,70	32,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	229.306,00	229.306,00	48.355,66	48.355,66	21,09
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	802.571,00	802.571,00	156.937,33	156.937,33	19,55
2.5- Cota-Parte ITR	41.692,00	41.692,00	12.590,58	12.590,58	30,20
2.6- Cota-Parte IPVA	5.211.500,00	5.211.500,00	1.384.025,81	1.384.025,81	26,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	64.634.849,90	64.634.849,90	21.286.784,10	21.286.784,10	32,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.205.159,30	10.205.159,30	3.320.619,10	3.320.619,10	32,54
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.793.972,00	3.793.972,00	1.297.441,33	1.297.441,33	34,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.362.633,50	5.362.633,50	1.717.329,57	1.717.329,57	32,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	45.861,20	45.861,20	10.211,36	10.211,36	22,27
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	160.514,20	160.514,20	16.527,10	16.527,10	10,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.338,40	8.338,40	2.291,38	2.291,38	27,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	833.840,00	833.840,00	276.818,36	276.818,36	33,20
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.311.230,00	16.311.230,00	6.097.746,66	6.097.746,66	37,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.207.000,00	16.207.000,00	6.097.746,66	6.097.746,66	37,62
11.2- Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	104.230,00	104.230,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.001.840,70	6.001.840,70	2.777.127,56	2.777.127,56	46,27

Visible	Item 1.1					Item 1.2					Item 1.3					Item 1.4						
0	0,00	0,00	0,00	0		429.550	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0
0,00	0,00	0,00	0,00	0		429.550	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0
0,00	0,00	0,00	0,00	-2298,88		107.826	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0
0,00	0,00	0,00	0,00	-2298,88		107.826	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0		0,00	0,00	0,00	0,00	0
	Item 1.5					Item 2										0						

Continuação 14/20


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 15/20

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 16/20

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 17/20

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.566.753,40	12.566.753,40	4.582.507,02	4.582.507,02	36,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.186.020,50	6.186.020,50	2.643.367,18	2.643.367,18	42,73
1.1.1- IPTU	5.315.700,00	5.315.700,00	2.347.394,99	2.347.394,99	44,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.634,50	15.634,50	2.410,98	2.410,98	15,42
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	625.380,00	625.380,00	215.748,08	215.748,08	34,50
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	229.306,00	229.306,00	80.112,01	80.112,01	34,94
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(2.298,88)	(2.298,88)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	781.000,00	781.000,00	152.265,56	152.265,56	19,50
1.2.1- ITBI	781.000,00	781.000,00	152.265,56	152.265,56	19,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.390.664,90	4.390.664,90	1.320.172,90	1.320.172,90	30,07
1.3.1- ISS	4.325.000,00	4.325.000,00	1.311.050,76	1.311.050,76	30,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.634,50	15.634,50	2.570,29	2.570,29	16,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	31.269,00	31.269,00	1.452,44	1.452,44	4,64
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	18.761,40	18.761,40	5.099,41	5.099,41	27,18
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.209.068,00	1.209.068,00	466.701,38	466.701,38	38,60
1.4.1- IRRF	1.209.068,00	1.209.068,00	466.701,38	466.701,38	38,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	52.068.096,50	52.068.096,50	16.704.277,08	16.704.277,08	32,08
2.1- Cota-Parte FPM	18.969.860,00	18.969.860,00	6.487.206,00	6.487.206,00	34,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.969.860,00	18.969.860,00	6.487.206,00	6.487.206,00	34,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	26.813.167,50	26.813.167,50	8.615.161,70	8.615.161,70	32,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	229.306,00	229.306,00	48.355,66	48.355,66	21,09
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	802.571,00	802.571,00	156.937,33	156.937,33	19,55
2.5- Cota-Parte ITR	41.692,00	41.692,00	12.590,58	12.590,58	30,20
2.6- Cota-Parte IPVA	5.211.500,00	5.211.500,00	1.384.025,81	1.384.025,81	26,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	64.634.849,90	64.634.849,90	21.286.784,10	21.286.784,10	32,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	10.205.159,30	10.205.159,30	3.320.619,10	3.320.619,10	32,54
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.793.972,00	3.793.972,00	1.297.441,33	1.297.441,33	34,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.362.633,50	5.362.633,50	1.717.329,57	1.717.329,57	32,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	45.861,20	45.861,20	10.211,36	10.211,36	22,27
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	160.514,20	160.514,20	16.527,10	16.527,10	10,30
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.338,40	8.338,40	2.291,38	2.291,38	27,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	833.840,00	833.840,00	276.818,36	276.818,36	33,20
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.311.230,00	16.311.230,00	6.097.746,66	6.097.746,66	37,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.207.000,00	16.207.000,00	6.097.746,66	6.097.746,66	37,62
11.2- Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	104.230,00	104.230,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.001.840,70	6.001.840,70	2.777.127,56	2.777.127,56	46,27

Visible	Item 1.1					Item 1.2					Item 1.3					Item 1.4				
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2298,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2298,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Item 1.5					Item 2					0										

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 18/20

										PREVISÃO ATUALIZADA (a)				RECEITAS REALIZADAS				(c) = (b/a)x100
										No Quadrimestre		Até o Quadrimestre						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						
										Item 11		Item 11						

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 19/20

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.907.197,90	11.907.197,90	3.804.223,57	3.804.223,57	31,95
13.1- Com Educação Infantil	3.148.500,00	3.148.500,00	963.975,66	963.975,66	30,62
13.2- Com Ensino Fundamental	8.758.697,90	8.758.697,90	2.840.247,91	2.840.247,91	32,43
14- OUTRAS DESPESAS	4.404.032,10	4.404.032,10	1.753.553,23	1.753.553,23	39,82
14.1- Com Educação Infantil	979.046,00	979.046,00	242.710,88	242.710,88	24,79
14.2- Com Ensino Fundamental	3.424.986,10	3.424.986,10	1.510.842,35	1.510.842,35	44,11
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	16.311.230,00	16.311.230,00	5.557.776,80	5.557.776,80	34,07
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					62,39
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (c)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	16.158.712,48	16.158.712,48	5.321.696,03	5.321.696,03	32,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.571.646,00	5.571.646,00	1.699.552,45	1.699.552,45	30,50
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.127.546,00	4.127.546,00	1.206.686,54	1.206.686,54	29,23
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.444.100,00	1.444.100,00	492.865,91	492.865,91	34,13
24- ENSINO FUNDAMENTAL	19.116.008,44	19.116.008,44	5.433.155,32	5.433.155,32	28,42
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.183.684,00	12.183.684,00	4.351.090,26	4.351.090,26	35,71
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.932.324,44	6.932.324,44	1.082.065,06	1.082.065,06	15,61
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	24.687.654,44	24.687.654,44	7.132.707,77	7.132.707,77	28,89
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.777.127,56
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.777.127,56
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.355.580,21
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,46

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.520.000,00	1.520.000,00	446.516,88	446.516,88	29,38
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	625.350,00	625.350,00	304.115,65	304.115,65	48,63
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.145.350,00	2.145.350,00	750.632,53	750.632,53	34,99
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	26.833.004,44	26.833.004,44	7.883.340,30	7.883.340,30	29,38
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	58.797,10		0,00		

MUNICÍPIO DE CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 20/20

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	6.097.746,66	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE	5.369.067,45	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	728.679,21	0,00

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	1.139.658,91		-1.139.658,91
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	26.175.102,46	2.008.505,21	0,00	24.166.597,25
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	26.175.102,46	2.008.505,21	0,00	24.166.597,25
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-26.175.102,46	-868.846,30		-25.306.256,16

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2010	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2011	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2012	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2013	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2014	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2015	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2016	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2017	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2018	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2019	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2020	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2021	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2022	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2023	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2024	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2025	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2026	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2027	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2028	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2029	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2030	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2031	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2032	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2033	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2034	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2035	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2036	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2037	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2038	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2039	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2040	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2041	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2042	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2043	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2044	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2045	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2046	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2047	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2048	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2049	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2050	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2051	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2052	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2053	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2054	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2055	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2056	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2057	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2058	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2059	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2060	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2061	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2062	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2063	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2064	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2065	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2066	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2067	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2068	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2069	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2070	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2071	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2072	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2073	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2074	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2075	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2076	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2077	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2078	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2079	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2080	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2081	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2082	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2083	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09
2084	0,00	0,00	0,00	21.734.046,09

Projeção atuarial elaborada em 30/05/2008 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Quadrimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Quadrimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	11.121,96	0,00	11.121,96

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	64.634.849,90	64.634.849,90	21.289.082,98	32,94
Impostos	11.630.768,00	11.630.768,00	4.277.412,69	36,78
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	5.315.700,00	5.315.700,00	2.347.394,99	44,16
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	781.000,00	781.000,00	152.265,56	19,50
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	4.325.000,00	4.325.000,00	1.311.050,76	30,31
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.209.068,00	1.209.068,00	466.701,38	38,60
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	935.985,40	935.985,40	307.393,21	32,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.269,00	31.269,00	4.981,27	15,93
Dívida Ativa dos Impostos	656.649,00	656.649,00	217.200,52	33,08
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	248.067,40	248.067,40	85.211,42	34,35
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	52.068.096,50	52.068.096,50	16.704.277,08	32,08
Da União	19.240.858,00	19.240.858,00	6.548.152,24	34,03
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	18.969.860,00	18.969.860,00	6.487.206,00	34,20
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	41.692,00	41.692,00	12.590,58	30,20
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	229.306,00	229.306,00	48.355,66	21,09
Do Estado	32.827.238,50	32.827.238,50	10.156.124,84	30,94
Cota-Parte do ICMS	26.813.167,50	26.813.167,50	8.615.161,70	32,13
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	802.571,00	802.571,00	156.937,33	19,55
Cota-Parte do IPVA	5.211.500,00	5.211.500,00	1.384.025,81	26,56
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	65.136.354,17	65.136.354,17	16.819.382,31	25,82
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-10.205.159,30	-10.205.159,30	-3.320.619,10	32,54
TOTAL	119.566.044,77	119.566.044,77	34.787.846,19	29,10

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	15.766.373,79	15.766.373,79	6.068.034,41	38,49
Pessoal e Encargos Sociais	11.003.154,42	10.653.154,42	3.344.641,37	31,40
Outras Despesas Correntes	4.763.219,37	5.113.219,37	2.723.393,04	53,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.955.424,96	1.955.424,96	63.411,11	3,24
Investimentos	1.955.424,96	1.955.424,96	63.411,11	3,24

Continua 1/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	1.955.424,96	1.955.424,96	63.411,11	3,24
Investimentos	1.955.424,96	1.955.424,96	63.411,11	3,24
TOTAL (IV)	17.721.798,75	17.721.798,75	6.131.445,52	34,60

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	17.721.798,75	17.721.798,75	6.131.445,52	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	6.129.500,00	6.129.500,00	1.725.015,32	28,13
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.483.000,00	3.483.000,00	1.132.446,82	18,47
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.646.500,00	2.646.500,00	592.568,50	9,66
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	11.592.298,75	11.592.298,75	4.406.430,20	71,87

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	406.098,68	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{(V - VI)}{I}$	20,70
---	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Quadrimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	16.380.798,75	16.380.798,75	5.843.634,06	95,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	938.000,00	938.000,00	196.754,39	3,21
Vigilância Sanitária	248.000,00	248.000,00	91.057,07	1,49
Outras Subfunções	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL	17.721.798,75	17.721.798,75	6.131.445,52	100,00

FONTE: CONTABILIDADE

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Continua 2/3

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

CACADOR, 25/05/2011

IMAR ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

Município de CACADOR - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	119.566.044,77	
Previsão Atualizada		—	119.566.044,77	
Receitas Realizadas		34.787.846,19	34.787.846,19	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	119.566.044,77	
Créditos Adicionais		—	432.000,00	
Dotação Atualizada		—	119.998.044,77	
Despesas Empenhadas		36.903.422,09	36.903.422,09	
Despesas Liquidadas		30.863.803,92	30.863.803,92	
Superavit Orçamentário		—	3.924.042,27	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	
Despesas Empenhadas		36.903.422,09	36.903.422,09	
Despesas Liquidadas		30.863.803,92	30.863.803,92	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida			89.379.685,83	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		985.601,87	985.601,87	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		1.726.445,53	1.726.445,53	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		-740.843,66	-740.843,66	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Quadrimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-812.617,05	0,00
Resultado Primário		0,00	2.666.134,59	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Quadrimestre	Pagamento até o Quadrimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.690.461,32	0,00	3.788.816,34	901.644,98
EXECUTIVO	4.690.461,32	0,00	3.788.816,34	901.644,98
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.380.115,55	0,00	1.618.706,20	761.409,35
EXECUTIVO	2.380.115,55	0,00	1.618.706,20	761.409,35
TOTAL:	7.070.576,87	0,00	5.407.522,54	1.663.054,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.355.580,21	25%	20,46
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.804.223,57	60%	62,39
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.139.658,91	-1.139.658,91	
Despesa de Capital Líquida		2.008.505,21	24.166.597,25	

Continua 1/2



Município de CACADOR - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.406.430,20	15,00	20,70

FONTE: CONTABILIDADE

CACADOR, 25/05/2011

 IMAR ROCHA
 PREFEITO MUNICIPAL

 CARLOS VILMAR RIBEIRO
 Contador Geral CRC-SC 9.335/O-0

CÂMARA DE VEREADORES**Resolução Nº 055, de 17 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO nº 055, de 17 de maio de 2011.

Prorroga licença para tratamento de saúde de servidora da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e com fundamento nos artigos 98, I e 102, da Lei Complementar nº 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador e mediante atestado médico ratificado pelo médico oficial o Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar por 30(trinta) dias a licença para tratamento de saúde concedida à servidora ROSANE APARECIDA CASSOL PIROLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, a contar de 12 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor em 17 de maio de 2011

Gabinete da Presidência, 17 de janeiro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO
Presidente.ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.**Resolução Nº 057, de 23 de maio de 2011.**

RESOLUÇÃO nº 057, de 23 de maio de 2011.

Exonera a pedido, Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, ROVILIO FICAGNA, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, 23 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,

2º Secretário.

Resolução Nº 058, de 24 de maio de 2011.

RESOLUÇÃO nº 058, de 24 de maio de 2011.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear WILLIAM DOUGLAS GOMES PERES, para o cargo em comissão de Assessora Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Classe: Assessoramento, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar o servidor ora nomeado, para exercer Assessoramento Parlamentar ao Gabinete do Vereador Antonio Rubiano Schmitz.

Art. 3º Esta Resolução entra vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, 24 de maio de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário**Campo Alegre****PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 6.547 de 26 de Maio de 2011**

DECRETO Nº 6.547 DE 26 DE MAIO DE 2011

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; DECRETA:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora - CINTHIA CHRISTOFFEL PATZSCH TAVARES, Matrícula Funcional nº 000415, Registro no Sistema Sob o nº 954268, declarando vacância no cargo de Nutricionista, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 26 de maio de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.548 de 27 de Maio de 2011

DECRETO Nº 6.548 DE 27 DE MAIO DE 2011
NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149, alterada pela Lei Municipal nº 3.092, em seu Artigo 3º; DECRETA:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e Não Governamentais.

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Titular: Deodato Raul Hruschka;

Suplente: Zurita Maria Pacheco.

Titular: Karina Teresinha Muehlbauer;

Suplente: Marco Aurélio Beckhauser.

b) Secretaria Municipal de Administração.

Titular: Rosani Aparecida da Silva Scholze;

Suplente: Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin.

c) Secretaria Municipal de Educação.

Titular: Angela Aparecida Reckziegel Hübner;

Suplente: Ester Maria Forlin Fritsch.

d) Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Lucimara Prestes de Souza Idalêncio;

Suplente: Maria Eliane Friedrich.

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Titular: Odenilson Contrat Ehlke;

Suplente: André Luiz Niemeyer.

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Associação de Moradores

Titular: Marilene Engler;

Suplente: Maria Célia Schmanky Franke.

b) Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO

Titular: Maria Emília Duvoisin;

Suplente: Elisabeth Kesting.

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Nádia Terezinha Bastos;

Suplente: Alice Luzia Detroz.

d) Clube de Idosos

Titular: Ivalina Maciel Karvat;

Suplente: Maria Adônia Dziedzics.

e) Associação de Pais e Professores de Escolas APP's de Escolas do Município

Titular: Magali Engel;

Suplente: José Carlos Neneve Cordeiro.

f) Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços

Titular: Lécio Pércles Virmond;

Suplente: Bianca Kesting Greipel.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: Marilene Engler;

Vice-Presidente Maria Emília Duvoisin;

Primeira Secretária: Karina Teresinha Muehlbauer;

Segunda Secretária: Magali Engel;

Tesoureiro: Odenilson Contrat Ehlke;

Gestor: Deodato Raul Hruschka.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.768 de 04 de agosto de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 27 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
27/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.246 de 24 de Maio de 2011

.GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.246 DE 24 DE MAIO DE 2011

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR

DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal - Motorista - AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, Matrícula Funcional nº 000122, Registro no Sistema Sob nº 297180, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência C para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência D no valor de R\$ 1.236,27 (um mil, duzentos e trinta e seis reais, vinte e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de maio de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de maio de 2011, será pago o valor de R\$ 1.073,79 (um mil, setenta e três reais, setenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2010, já descontado o valor de R\$ 53,50 (cincoenta e três reais, cinquenta centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 106,99 (cento e seis reais, noventa e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL, tendo como base para o cálculo o valor de R\$ 486,32 (quatrocentos e oitenta e seis reais, trinta e

dois centavos), que refere-se o vencimento do servidor.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de maio de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.246 de 24 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.246 DE 24 DE MAIO DE 2011
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR
DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho ao Servidor Público Municipal - Motorista - AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, Matrícula Funcional nº 000122, Registro no Sistema Sob nº 297180, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por desempenho, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência C para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência D no valor de R\$ 1.236,27 (um mil, duzentos e trinta e seis reais, vinte e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de maio de 2010.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de maio de 2011, será pago o valor de R\$ 1.073,79 (um mil, setenta e três reais, setenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2010, já descontado o valor de R\$ 53,50 (cincoenta e três reais, cinquenta centavos), referente a contribuição do servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 106,99 (cento e seis reais, noventa e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL, tendo como base para o cálculo o valor de R\$ 486,32 (quatrocentos e oitenta e seis reais, trinta e dois centavos), que refere-se o vencimento do servidor.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de maio de 2010.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 24 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.247 de 24 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.247 DE 24 DE MAIO DE 2011
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; RESOLVE:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. MARCIANE LOPES DOS SANTOS PASDA, Matrícula Funcional nº 000392, Registro no Sistema sob nº 887730, ocupante do cargo público Municipal, Agente Operacional I, nomeada pela Portaria Municipal nº 1.746 de 05 de março de 2001, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Administração a partir de 02 de maio de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.248 de 24 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.248 DE 24 DE MAIO DE 2011
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; RESOLVE:

Art.1º) A Servidora Pública Municipal Srª. ROSENILDA APARECIDA MAIA CUNHA, Matrícula Funcional nº 000607, Registro no Sistema sob nº 954871, ocupante do cargo Público Municipal, Agente Operacional I, nomeada pelo Decreto Municipal nº 6.260 de 11 de novembro de 2010, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social a partir de 02 de maio de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de maio de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.250 de 25 de Maio de 2011

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.250 DE 25 DE MAIO DE 2011
CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR CAPACITAÇÃO E DESEMPENHO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação a Servidora Pública Municipal - Nutricionista - CÍNTIA CHRISTOFFEL PATZSCH TAVARES, Matrícula Funcional nº 000415, Registro no Sistema sob nº 954268, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência C para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência D no valor de R\$ 2.592,61 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais, sessenta e um centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de junho de 2010.

Art.2º) Conceder Progressão Horizontal por Capacitação a Servidora Pública Municipal já mencionada no Artigo 1º desta Portaria.

Parágrafo único A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão obtida pela avaliação de Desempenho e apresentação de Cursos de Capacitação de no mínimo de 150 horas passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência D para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência E no valor de R\$ 2.670,38 (dois mil, seiscentos e setenta reais, trinta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de junho de 2010.

Art.3º) A diferença de vencimentos de que tratam as Progressões concedidas nos Artigos 1º; 2º e seus respectivos Parágrafos únicos, desta Portaria, conforme Processo Administrativo nº 573/2011, importam o valor de R\$ 1.934,12 (um mil, novecentos e trinta e quatro reais, doze centavos), já devidamente corrigido pelo INPC, do qual será descontado o valor de R\$ 201,19 (duzentos e um reais, dezenove centavos) referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor Patronal de R\$ 402,38 (quatrocentos e dois reais, trinta e oito centavos), tendo como base para o cálculo o valor de R\$ 1.829,00 (um mil, oitocentos e vinte e nove reais), que refere-se o vencimento da Servidora.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de junho de 2010.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 25 de maio

de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/05/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão (presencial) Nº 18/2011 - FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 18/2011
O objeto da licitação consiste na REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do Município, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	4.400	Km	Transporte de passageiros com veículo tipo "ônibus/microônibus", com capacidade mínima para 28 pessoas (sentadas)	2,35	10.340,00
02	14.500	Km	Transporte de passageiros com veículo tipo "van", com capacidade mínima para 15 pessoas (sentadas)	1,50	21.750,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, por item.
- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até às 9h45min, do dia 10/06/2011, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.
- Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: 10/06/2011, às 10h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.
- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1099 - Receitas: 0.1099 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde; e
- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.10109 - MAC/TFD.
- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.
- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 18/2011 - FMS".
- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município

é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 19 de maio de 2011.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Pregão (presencial) Nº 18/2011 - FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 18/2011

O objeto da licitação consiste na REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços no transporte de pacientes para tratamento de saúde fora do Município, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	4.400	Km	Transporte de passageiros com veículo tipo "ônibus/microônibus", com capacidade mínima para 28 pessoas (sentadas)	2,35	10.340,00
02	14.500	Km	Transporte de passageiros com veículo tipo "van", com capacidade mínima para 15 pessoas (sentadas)	1,50	21.750,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO, por item.
- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até às 9h45min, do dia 10/06/2011, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início julgamento do pregão: dia: 10/06/2011, às 10h, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1099 - Receitas: 0.1099 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde; e

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.10109 - MAC/TFD.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 18/2011 - FMS".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 19 de maio de 2011.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.637 de 23/05/2011

LEI Nº 3.637 DE 23/05/2011

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Música e Arte Sol Maior (Pulso Colorido), CNPJ 09.356.573/0001-27, localizada neste município às margens da BR-470 - Km 319, na importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para despesas referentes à gravação do DVD da Banda Pulso Colorido em 17 de julho de 2011.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.032 - Realização de Eventos em Geral

16-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0- Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos R\$ 3.500,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 23 de maio de 2011.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em exercício

Lei Nº 3.638 de 23/05/2011

LEI Nº 3.638 DE 23/05/2011

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder

subvenção social à APIOSC - Associação dos Pilotos do Oeste, CNPJ 12.628.207/0001-94, localizado neste município na Av. JK, na importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para despesas referentes à realização da 1ª Copa de Arrancadas Campos Novos 130 Anos, a realizar-se nos dias 14 e 15 de maio de 2011.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.032 - Realização de Eventos em Geral

16-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0- Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos R\$ 2.500,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 23 de maio de 2011.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em exercício

Lei Nº 3.639 de 23/05/2011

LEI Nº 3.639 DE 23/05/2011

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Novos, CNPJ 82.802.968/0001-04, localizado neste município na Rua Danuzia Bess, s/n, na importância de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para despesas referentes à realização do 1º Baile do Agricultor na comunidade de Pinhal Preto, a realizar-se no dia 23 de julho de 2011.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.032 - Realização de Eventos em Geral

16-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0- Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos R\$ 1.000,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei

em, 23 de maio de 2011.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em exercício

Lei Nº 3.640 de 26/05/2011

LEI Nº 3.640 DE 26/05/2011

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à APP - Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Coronel Gasparino Zorzi, CNPJ 83.827.006/0001-64, localizado neste município na Rua Cel. Lucidoro, 1919, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para despesas referentes à realização da V Edição da Sapecada do Pinhão, a realizar-se em 20 de maio de 2011.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente abaixo citada:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.032 - Realização de Eventos em Geral

16-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0- Transferências a Instituições Privadas

Sem Fins Lucrativos R\$ 2.000,00

Art. 3º - A entidade beneficiada na forma da presente Lei deverá prestar contas dos recursos repassados na forma desta lei, no prazo de 30 dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 26 de maio de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.641 de 26/05/2011

LEI Nº 3.641 DE 26/05/2011

APROVA ACORDO JUDICIAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Acordo Judicial, celebrado nos autos da Ação de Liquidação de Sentença de nº 014.04.003170-9/005, realizado por petição, que faz parte integrante desta Lei independente de transcrição.

Art. 2º - O acordo mencionado no Artigo anterior, decorre de condenação transitada em julgado e proferida nos autos da Ação de Indenização por Danos Patrimoniais, Morais e Estético Causados

Por Ato Ilícito de nº 014.04.003170-9, promovidos por Pedro Oshima Portugal Vaz, Josmar Portugal Vaz e Maysa Oshima Portugal Vaz, em face do Município de Campos Novos - SC.

Art.3º - O valor final do Acordo, já deduzida à importância de R\$ 71.935,04 pagos por Brasil Veículos Cia. De Seguro, e com as correções legais é de R\$ 680.320,79 (seiscentos e oitenta mil trezentos e vinte reais e setenta e nove centavos), a ser pago em benefício de Pedro Oshima Portugal Vaz, Josmar Portugal Vaz e Maysa Oshima Portugal Vaz em dez (10) parcelas mensais de R\$ 68.032,08 (sessenta e oito mil trinta e dois reais e oito centavos) a partir do dia 15 de junho de 2011, e o valor de R\$ 73.637,81 (setenta e três mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e um centavos), a ser pago em benefício do procurador dos Requerente Fabrício Roberto Tonietto Carvalho, em dez (10) parcelas mensais de R\$ 7.363,78 (sete mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos) a partir do dia 15 de junho de 2011.

Art. 4º - Os encargos desta Lei serão suportados por dotações do orçamento vigente, consignada na rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJ/ATIV. 2002 - Manutenção da Secretaria de Administração
96 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 26 de maio de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.293/2011 de 25/05/2011

DECRETO Nº 6.293/2011 DE 25/05/2011

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMEC

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Educação - COMEC, para a gestão de 2011 a 2013.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Suleide Maria Gehrke Gomes (Titular)

Silvana Maria Mecabô (Suplente)

Representantes da Rede Estadual de Ensino

Terezinha Gonçalves (Titular)

Arilda Cristina Vieceli Amalcabúrio (Suplente)

Tânia Ross (Suplente)

Representantes da Rede Municipal de Ensino

Jucemara Mânica Foppa (Titular)

Francelina Elizabete Varela Sturmer (Suplente)

Suly de Fátima Oliveira (Suplente)

Representantes das APPs Rede Estadual de Ensino

Ivorí Trombeta (Titular)

Sérgio Bortoli (Suplente)

Representantes da Rede Particular de Ensino

Maria Alzira Souza e Silva (Titular)

Janilce Tonial Giacomini (Suplente)
Sônia Colombo Bortoloso (Suplente)

Representantes das Instituições de Ensino Superior

José Fabricio Melo (Titular)

Eliane Aparecida Marin (Suplente)

Evanilda Corrêa (Suplente)

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho

Soeli de Fátima Doarte (Titular)

Maria Eliane de Moraes Lima (Suplente)

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.782/09 de 26/05/09, esta decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de maio de 2011.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal, em exercício

Resolução Nº 001 COMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMEC

RESOLUÇÃO nº 001 COMEC

Dispõe sobre a Matriz Curricular da Educação Básica Nível Educação Infantil e Ensino Fundamental 9 anos.

A presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o regimento interno e baseada no Parecer CNE/CEB nº 11 de 7/7/2010, Parecer CNE/CEB nº 20 de 11/11/2009, Resolução CNE/CEB Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, Resolução CNE/CEB nº 4/2010, Resolução nº 112 CEE/SC e LDB, e no Parecer nº 001 da Matriz Curricular da Educação Básica de 24 de maio de 2011 deste conselho, resolve:

Art. 1º - A presente resolução institui e orienta a aplicabilidade da Matriz Curricular e Sistema Escola Via Net para a Educação Básica nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental para que seja observada na oferta da educação infantil e ensino fundamental.

Art. 2º - O Ensino Fundamental deve ser ministrado em Língua Portuguesa.

Art. 3º - Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional, local e na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, os direitos das crianças e adolescentes (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

Art. 4º - Valores, atitudes, sensibilidades e orientações de conduta devem ser difundidas não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, visitas e excursões, pela distribuição do tempo e organização do espaço, pelos materiais utilizados na aprendizagem, pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.

Art. 5º - Ao se debruçar sobre uma área de conhecimento ou um tema de estudo o professor deverá levar o aluno a aprender diferentes maneiras de raciocinar.

Art. 6º - Do ponto de vista da abordagem, sabe-se que no processo de aprendizagem a área cognitiva está inseparavelmente ligada à afetiva e à emocional e tanto o prazer como a fantasia e o desejo estão imbricados em tudo o que fazemos. Sendo necessária, ao desenvolvimento do trabalho dos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMEC

profissionais da educação, a atenção constante ao aspecto do educar e cuidar em todas as etapas da educação escolar.

Art. 7º - A matriz de Educação Infantil Etapa Creche organizar-se-á da seguinte forma:

I – O nível de referencia é Educação Infantil.

II - A modalidade será Ensino Regular

III – A etapa é Creche.

IV - O número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar deverá ser de 200(duzentos) dias, com carga horária mínima anual de 800(oitocentos) horas.

V – Deverá haver 5(cinco) dias de trabalho semanal.

VI – O turno para atendimento ao educando deverá ser diurno.

VII – O mínimo de horas de atendimento ao educando deverá ser de 4(quatro) horas.

VIII – O máximo de horas de atendimento ao educando deverá ser de 10(dez) horas.

IX – É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

X – Os componentes curriculares deverão ser organizados da seguinte forma:

Eixos de trabalho/ Objetos de conhecimento	Berçário I	Berçário II	Maternal I	Maternal II
Identidade e Autonomia	X	X	X	X
Linguagem oral e escrita	X	X	X	X
Natureza e sociedade	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Estimulação	4	4	4	4
Total de aulas semanais	20	20	20	20

XI – Os conteúdos a serem contemplados em cada disciplina deverão estar explicitados no PPP de cada unidade escolar seguindo recomendações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMEC

XII - A duração da hora-aula de Estimulação será de 45 minutos conforme organização, sendo regulamentada no PPP da unidade escolar.

Art. 8º - Proposta de funcionamento de creches durante doze meses, conforme as necessidades locais de atendimento das mesmas e a realidade da demanda atendida na rede municipal.

Art. 9º - A matriz de Educação Infantil Etapa Pré-Escolar organizar-se-á da seguinte forma:

I - O nível de referencia é Educação Infantil.

II - A modalidade será Ensino Regular.

III – A etapa é Pré-Escolar.

IV - O número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar deverá ser de 200(duzentos) dias, com carga horária mínima anual de

800(oitocentos) horas.

V – Deverá haver 5 (cinco) dias de trabalho semanal.

VI – O turno para atendimento ao educando deverá ser diurno.

VII – O mínimo de horas de atendimento ao educando será 4 (quatro) horas.

VIII – As Unidades de Ensino fundamental que atendem turmas de Pré-Escolar, o tempo de recreio será de 30(trinta) minutos com monitoramento regulamentado no PPP da unidade escolar

IX – É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

X – Os componentes curriculares deverão ser organizados da seguinte forma:

Eixos de trabalho/objetos de conhecimento	Pré-Escolar I	Pré-Escolar II
Identidade e Autonomia	X	X
Linguagem oral e escrita	X	X
Natureza e sociedade	X	X
Matemática	X	X
Arte	3	3
Recreação	4	3
Total de aulas semanais	25	25

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMEC

XI – Os conteúdos a serem contemplados em cada disciplina deverão estar explicitados no PPP de cada unidade escolar seguindo recomendações dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

XII - A duração da hora-aula de Recreação e Arte será de 45(quarenta e cinco) minutos conforme organização e regulamentação no PPP de cada unidade escolar.

a) A disciplina de Arte deverá agregar os conteúdos de Música, artes visuais e teatro.

Art. 10º - Ao organizarem-se os conteúdos para o Ensino Fundamental dever-se-á considerar:

I - O ensino da História do Brasil levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (art. 26, §4º da LDB).

a) O conteúdo programático deverá incluir diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

b) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de arte, de literatura e história brasileira.

II - A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro.

III - A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas na LDB.

IV - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural

e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 11º - A matriz de Ensino Fundamental etapa Séries Iniciais organizar-se-á da seguinte forma:

I - O nível de referencia é Ensino Fundamental Nove Anos.

II - A modalidade será Ensino Regular.

III - A etapa é Séries Iniciais 1º a 5º ano.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMEC

IV - O número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar deverá ser de 200(duzentos) dias, com carga horária mínima anual de 800(oitocentos) horas.

V - Deverá haver 5(cinco) dias de trabalho semanal.

VI - O turno para atendimento ao educando deverá ser diurno (matutino ou vespertino).

VII - O mínimo de horas de atendimento ao educando será 4 (quatro) horas.

VIII - O tempo de recreio será de 15 (quinze) minutos com monitoramento regulamentado no PPP da unidade escolar.

IX - A duração hora/aula será de 45(quarenta e cinco) minutos.

X - A quantidade de aulas diárias serão 5(cinco).

XI - O número mínimo de aulas semanais: 26 (vinte e seis)

XII - O Ensino Religioso deverá ser organizado segundo art.33 da Lei nº 9.394/96 e regulamentado no PPP de cada unidade escolar.

XIII - Os componentes curriculares deverão ser organizados da seguinte forma:

	Áreas de Conhecimento/ Disciplinas	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
BASE COMUM	Língua Portuguesa	X	X	X	X	X
	Matemática	X	X	X	X	X
	Geografia	X	X	X	X	X
	História	X	X	X	X	X
	Educação Física	3	3	3	3	3
	Ensino Religioso	1	1	1	1	1
	Ciências	X	X	X	X	X
	Arte	2	2	2	2	2
	Língua Estrangeira – Inglês	1	1	1	1	1
Total de aulas semanais		26	26	26	26	26

XIV - Os conteúdos a serem contemplados em cada disciplina deverão estar explicitados no PPP de cada unidade escolar seguindo recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

XV - A duração da hora-aula de Ed. Física e Arte deverá ser de 45 (quarenta e cinco) minutos podendo ser alterada para 1(uma) hora conforme organização e regulamentação no PPP de cada unidade escolar.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMEC

a) A disciplina de Ed. Física deverá ser oferecida por profissional capacitado na área num total de 3 (três) aulas semanais, exceto quando a aula for de maior tempo.(1 hora)

b) A disciplina de Arte deverá ser oferecida num total de 2 (duas) aulas semanais.

XVI- A carga horária das demais disciplinas deverá ser regulamentada no PPP de cada unidade escolar de acordo com a proposta pedagógica, entendendo-se que o trabalho nas séries iniciais ocorre de forma interdisciplinar entre os diferentes componentes curriculares da base nacional comum.

XVII - A avaliação do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano será numérica/bimestral.

XVIII- Todo professor deverá ter como apoio registro avaliativo/descritivo de cada aluno.

Art. 12º - A matriz de Ensino Fundamental etapa Séries Finais organizar-se-á da seguinte forma:

I - O nível de referencia no ano de 2011 é exclusivo do Ensino Fundamental de Oito Anos, a partir de 2012 a 2015 será de forma gradativa passando a ser Ensino Fundamental de Nove anos.

II - A modalidade será Ensino Regular.

III - A etapa é Séries Finais 6ª a 9ª série/ano.

IV - O número mínimo de dias de efetivo trabalho escolar deverá ser de 200(duzentos) dias, com carga horária mínima anual de 800(oitocentos) horas.

V - Deverá haver 5(cinco) dias de trabalho semanal.

VI - O turno para atendimento ao educando deverá ser diurno(matutino ou vespertino).

VII - O mínimo de horas de atendimento ao educando será 4(quatro) horas

VIII - O tempo de recreio será de 15 (quinze) minutos com monitoramento regulamentado no PPP da unidade escolar.

IX - A duração hora/aula será de 45 (quarenta e cinco) minutos.

X - A quantidade de aulas diárias serão 5 cinco).

XI - O número mínimo de aulas semanais: 26 (vinte e seis)

XII - Os componentes curriculares deverão ser organizados da seguinte forma:

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMEC

	Áreas de Conhecimento/ Disciplinas	6ª sé- rie/ano	7ª série/ ano	8ª série/ ano	9ª sé- rie/ano
BASE COMUM	Língua Portuguesa	4	4	4	4
	Matemática	4	4	4	4
	Geografia	3	3	3	3
	História	3	3	3	3
	Educação Física	3	3	3	2
	Ensino Religioso	1	1	1	1
	Ciências	3	3	3	4
	Arte	2	2	2	2
	Língua Estrangeira – Inglês	2	2	2	2
	Língua Estrangeira – Espanhol	1	1	1	1
Total de aulas semanais		26	26	26	26

XIII - Os conteúdos a serem contemplados em cada disciplina deverão estar explicitados no PPP de cada unidade escolar seguindo recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

XIV - A avaliação da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª série/ano será numérica/Bimestral.

XV - A disciplina de Ciências do 9º ano será dividida em aulas de Química e de Física.

XVI - O Ensino Religioso deverá ser organizado segundo art.33 da Lei nº 9.394/96. 1(uma) aula semanal utilizando uma das aulas de outras disciplinas conforme cronograma e previsão no PPP de cada

unidade escolar, observando-se que a aula que foi cedida deverá ser complementada em horário de contra turno ou sábados.

Art. 13º - A Educação Especial, modalidade transversalizada nos níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação Básica, é organizada para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos.

I – O sistema Municipal de Ensino vem com a proposta de adequar o currículo para contemplar a diversidade, promover o acesso e a permanência com qualidade na rede regular de ensino que deverá constar no projeto político pedagógico das unidades escolares.

Art. 14º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Campos Novosl (SC), de maio de 2011.

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial n.º 32/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 69/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/06/2011, às 14h05min, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, treinamento e manutenção de Sistema de Gestão de Frota com 72 (setenta e dois) veículos diversos, em uso pelo do Governo Municipal, por meio de rastreamento por equipamento GPS. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Pregão Presencial n.º FME 03/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 05/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 03/2011

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/06/2011, às 14:05 horas, a abertura das propostas para aquisição de troféus e medalhas destinados a diversos eventos esportivos promovidos pela Fundação Municipal de Esportes. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

Errata do Edital de Tomada de Preços n.º FME 01/2011

ERRATA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS

TOMADA DE PREÇOS N.º FME 01/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 04/2011

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 03.914.543/0001-02, com sede na Rua Felipe Schmidt, s/n, Centro, Canoinhas-SC, torna público que no edital acima, onde lia-se, "60,00 X 4,00 M (EXTENSÃO X h)", leia-se, "71,00 X 4,00 M (EXTENSÃO X h)". Informações (047) 3621 7705. O edital devidamente corrigido está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente

Edital Nº 031/2011 Convoca Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Previsto no Edital Nº 05/SMS/2011.

EDITAL Nº 031/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 05/SMS/2011.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 05/SMS/2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 103/2011;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 05/SMS/2011, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de maio de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 031/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MEDICO GENERALISTA - ESF (40 horas)

RICARDO LUIS DO AMARAL LUBBE

ENFERMEIRA - ESF (40 HORAS)

WANIA ALINE FIGURA

Editais Nº 032/2011 CONVOCA CANDIDATOS Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007.

EDITAL Nº 032/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado

através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os

concurados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de maio de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 032/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 087 - AGENTE COMUNITÁRIO - PSF 03 - PACS - COHAB I (COHAB IV, JARDIM ESPERANÇA, LOTEAMENTO SANTA CRUZ)
ROSANE DA SILVA DO PRADO

CARGO 057 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
JUCÉLIA KUCARZ ADAMCHESKI

Relatório da Gestão Fiscal 1º Quadrimestre 2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2011

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	33.064.279,36	46,19
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	42.947.123,42	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	40.799.767,25	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-9.946.315,66	-13,90
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	85.894.246,84	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.747.278,59	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	407.280,45	0,57
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	11.452.566,24	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.010.497,73	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	14.754.535,77	12.217.911,18

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.022.039,13	76.152,18
Pessoal Ativo	27.080.703,71	175,01
Pessoal Inativo e Pensionista	2.465.592,72	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.475.742,70	75.977,17
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	31.022.039,13	76.152,18
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	31.098.191,31	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	71.578.539,03	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,45	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	38.652.411,08	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	36.719.790,52	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.567.374,62	7.505.272,63	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	4.494.686,86	4.432.584,87	0,00	0,00
Interna	4.494.686,86	4.432.584,87	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	3.072.687,76	3.072.687,76	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	10.142.626,74	17.451.588,29	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.485.650,80	17.580.037,76	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	375.911,55	161.336,96	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.575.252,12	-9.946.315,66	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	63.970.122,80	71.578.539,03	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	11,83%	10,49%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-4,03%	-13,90%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	76.764.147,36	85.894.246,84	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	642.840,73	608.023,62	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	642.840,73	608.023,62	0,00	0,00
Previdenciárias	642.840,73	608.023,62	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	3.851.846,13	3.824.561,25	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	168.990,85	499.725,39	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.338.130,83	21.280.682,67	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2011

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	63.970.122,80	71.578.539,03	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	14.073.427,02	15.747.278,59	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	407.280,45	407.280,45
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	407.280,45	407.280,45
Interna	407.280,45	407.280,45
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	407.280,45	407.280,45
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	71.578.539,03	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	407.280,45	0,57
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	11.452.566,24	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.010.497,73	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	407.280,45	0,57

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2º Bimestre 2011

Município de CANOINHAS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	81.179.896,00	
Previsão Atualizada		—	81.179.896,00	
Receitas Realizadas		14.632.710,10	27.883.111,94	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	420.682,77	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	81.179.896,00	
Créditos Adicionais		—	9.508.139,32	
Dotação Atualizada		—	90.688.035,32	
Despesas Empenhadas		9.936.482,58	35.806.831,20	
Despesas Liquidadas		10.254.555,41	17.776.758,98	
Superavit Orçamentário		—	10.106.352,96	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		9.936.482,58	35.806.831,20	
Despesas Liquidadas		10.254.555,41	17.776.758,98	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			71.578.539,03	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		800.000,00	-7.523.245,36	-940,41
Resultado Primário		-3.058.535,00	10.118.242,31	-330,82
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	375.911,55	150,00	365.962,23	9.799,32
EXECUTIVO	375.911,55	150,00	365.962,23	9.799,32
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.336.949,44	31.145,55	3.046.322,02	3.259.481,87
EXECUTIVO	6.336.949,44	31.145,55	3.046.322,02	3.259.481,87
TOTAL:	6.712.860,99	31.295,55	3.412.284,25	3.269.281,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.213.740,32	25%	20,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.334.897,30	60%	61,28
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		255.098,63	4.744.901,37	
Despesa de Capital Líquida		893.155,38	18.499.526,69	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	70.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	103.475,74

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.058.983,52	15,00	19,32

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	81.179.896,00	14.632.710,10	18,03	27.883.111,94	34,35	53.296.784,06
RECEITAS CORRENTES	72.659.896,00	72.659.896,00	13.945.849,65	19,19	27.004.251,49	37,17	45.655.644,51
RECEITA TRIBUTARIA	9.444.320,00	9.444.320,00	2.880.297,94	30,50	3.991.250,43	42,26	5.453.069,57
IMPOSTOS	7.454.250,00	7.454.250,00	2.192.061,76	29,41	3.121.416,34	41,87	4.332.833,66
TAXAS	1.882.070,00	1.882.070,00	688.236,18	36,57	869.834,09	46,22	1.012.235,91
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	108.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.213.350,00	2.213.350,00	151.441,17	6,84	262.062,78	11,84	1.951.287,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	43.350,00	43.350,00	32.871,05	75,83	34.827,40	80,34	8.522,60
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.170.000,00	2.170.000,00	118.570,12	5,46	227.235,38	10,47	1.942.764,62
RECEITA PATRIMONIAL	538.535,00	538.535,00	212.511,69	39,46	346.802,67	64,40	191.732,33
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	527.685,00	527.685,00	212.511,69	40,27	346.802,67	65,72	180.882,33
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.850,00	10.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.850,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.303.801,00	52.303.801,00	10.327.529,12	19,75	20.027.540,05	38,29	32.276.260,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	51.743.501,00	51.743.501,00	9.772.202,36	18,89	19.409.317,04	37,51	32.334.183,96
Transf. de Conv.	560.300,00	560.300,00	555.326,76	99,11	618.223,01	110,34	-57.923,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.159.890,00	2.159.890,00	374.069,73	17,32	2.376.595,56	110,03	-216.705,56
Multas e Juros de Mora	430.980,00	430.980,00	51.618,69	11,98	104.159,81	24,17	326.820,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.970,00	12.970,00	763,60	5,89	5.598,94	43,17	7.371,06
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	652.970,00	652.970,00	262.097,62	40,14	383.096,44	58,67	269.873,56
RECEITAS DIVERSAS	1.062.970,00	1.062.970,00	59.589,82	5,61	1.883.740,37	177,21	-820.770,37
RECEITAS DE CAPITAL	8.520.000,00	8.520.000,00	686.860,45	8,06	878.860,45	10,32	7.641.139,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	407.280,45	8,15	407.280,45	8,15	4.592.719,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	5.000.000,00	5.000.000,00	407.280,45	8,15	407.280,45	8,15	4.592.719,55
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.450.000,00	3.450.000,00	279.580,00	8,10	471.580,00	13,67	2.978.420,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	-130.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.450.000,00	3.450.000,00	149.580,00	4,34	341.580,00	9,90	3.108.420,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.179.896,00	81.179.896,00	14.632.710,10	18,03	27.883.111,94	34,35	53.296.784,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	81.179.896,00	81.179.896,00	14.632.710,10	18,03	27.883.111,94	34,35	53.296.784,06
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	81.179.896,00	81.179.896,00	14.632.710,10	18,03	27.883.111,94	34,35	53.296.784,06
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.487.013,92	—	—	420.682,77	—	—
Superávit Financeiro	—	3.487.013,92	—	—	420.682,77	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	81.179.896,00	9.508.139,32	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	17.776.758,98	19,60	72.911.276,34
DESPESAS CORRENTES	65.994.373,00	5.255.980,25	71.250.353,25	9.104.381,95	28.598.384,49	9.760.213,11	16.883.603,60	23,70	54.366.749,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.036.210,00	18.369,81	34.054.579,81	5.253.237,43	11.392.195,57	5.357.621,66	10.294.182,67	30,23	23.760.397,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	850.000,00	-25.000,00	825.000,00	10.918,63	451.386,56	73.064,97	151.551,92	18,37	673.448,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.108.163,00	5.262.610,44	36.370.773,44	3.840.225,89	16.754.802,36	4.329.526,48	6.437.869,01	17,70	29.932.904,43
DESPESAS DE CAPITAL	15.140.523,00	4.252.159,07	19.392.682,07	832.100,63	7.208.446,71	494.342,30	893.155,38	4,61	18.499.526,69
INVESTIMENTOS	12.790.523,00	4.390.379,07	17.180.902,07	782.642,45	6.016.327,55	263.101,77	430.916,65	2,51	16.749.985,42
INVERSOES FINANCEIRAS	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.700.000,00	-138.220,00	1.561.780,00	49.458,18	1.192.119,16	231.240,53	462.238,73	29,60	1.099.541,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	81.179.896,00	9.508.139,32	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	17.776.758,98	19,60	72.911.276,34

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	81.179.896,00	9.508.139,32	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	17.776.758,98	19,60	72.911.276,34
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	10.106.352,96	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	81.179.896,00	9.508.139,32	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	27.883.111,94	19,60	72.911.276,34

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	17.776.758,98	100,00	19,60	72.911.276,34
Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	489.941,55	878.835,43	386.467,70	774.659,88	4,36	26,71	2.125.340,12
Ação Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	489.941,55	878.835,43	386.467,70	774.659,88	4,36	26,71	2.125.340,12
Administração	5.948.701,80	6.224.448,88	831.888,15	2.845.778,23	959.235,04	1.798.850,32	10,12	28,90	4.425.598,56
Planejamento e Orçamento	870.000,00	920.000,00	135.037,58	516.933,69	167.366,60	290.179,82	1,63	31,54	629.820,18
Administração Geral	5.078.701,80	5.304.448,88	696.850,57	2.328.844,54	791.868,44	1.508.670,50	8,49	28,44	3.795.778,38
Segurança Pública	361.920,00	361.920,00	62.968,96	109.436,18	24.877,56	34.066,98	0,19	9,41	327.853,02
Administração Geral	361.920,00	361.920,00	62.968,96	109.436,18	24.877,56	34.066,98	0,19	9,41	327.853,02
Assistência Social	4.330.726,00	4.995.483,97	440.044,62	1.750.137,96	428.515,50	1.126.004,17	6,33	22,54	3.869.479,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	140.120,00	264.877,97	2.933,72	14.738,72	2.611,60	3.397,47	0,02	1,28	261.480,50
Assistência Comunitária	3.890.606,00	4.430.606,00	437.110,90	1.435.399,24	425.903,90	822.606,70	4,63	18,57	3.607.999,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	1,69	100,00	0,00
Saúde	13.433.107,60	18.182.478,00	3.120.536,97	8.230.557,62	3.150.272,95	5.224.875,72	29,39	28,74	12.957.602,28
Atenção Básica	5.036.240,00	6.661.240,00	790.144,88	1.869.200,72	817.202,55	1.416.423,67	7,97	21,26	5.244.816,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.967.307,60	9.106.678,00	1.893.454,70	5.273.186,02	1.966.620,31	3.198.992,53	18,00	35,13	5.907.685,47
Suporte Profilático e Terapêutico	1.688.400,00	1.673.400,00	341.721,70	834.976,74	272.971,06	428.643,36	2,41	25,62	1.244.756,64
Vigilância Sanitária	231.860,00	231.860,00	39.400,84	93.160,38	37.847,84	71.871,82	0,40	31,00	159.988,18
Vigilância Epidemiológica	509.300,00	509.300,00	55.814,85	160.033,76	55.631,19	108.944,34	0,61	21,39	400.355,66
Educação	23.608.434,60	24.821.555,54	2.683.624,42	8.982.468,09	3.168.739,12	5.273.789,36	29,67	21,25	19.547.766,18
Ensino Fundamental	17.643.714,60	18.668.256,09	1.950.445,77	7.473.791,22	2.525.035,75	4.165.402,93	23,43	22,31	14.502.853,16
Ensino Profissional	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
Ensino Superior	50.000,00	120.000,00	24.881,80	33.258,00	18.781,91	20.595,39	0,12	17,16	99.404,61
Educação Infantil	5.745.720,00	5.864.299,45	708.296,85	1.475.418,87	624.921,46	1.087.791,04	6,12	18,55	4.776.508,41
Educação de Jovens e Adultos	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.000,00
Cultura	394.970,00	394.970,00	48.366,03	193.091,10	60.368,91	94.773,27	0,53	24,00	300.196,73
Difusão Cultural	394.970,00	394.970,00	48.366,03	193.091,10	60.368,91	94.773,27	0,53	24,00	300.196,73
Direitos da Cidadania	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Urbanismo	11.412.876,00	11.926.529,81	909.313,78	7.099.575,61	625.104,65	1.174.169,93	6,61	9,85	10.752.359,88
Administração Geral	2.810.000,00	2.810.000,00	377.958,84	1.498.282,15	436.874,77	891.825,11	5,02	31,74	1.918.174,89
Infra-estrutura Urbana	7.392.876,00	7.906.529,81	531.354,94	4.471.914,18	0,00	0,00	0,00	0,00	7.906.529,81

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	17.776.758,98	100,00	19,60	72.911.276,34
Urbanismo	11.412.876,00	11.926.529,81	909.313,78	7.099.575,61	625.104,65	1.174.169,93	6,61	9,85	10.752.359,88
Serviços Urbanos	1.210.000,00	1.210.000,00	0,00	1.129.379,28	188.229,88	282.344,82	1,59	23,33	927.655,18
Habitação	822.000,00	842.480,44	0,00	2.713,88	347,15	1.485,61	0,01	0,18	840.994,83
Habitação Urbana	822.000,00	842.480,44	0,00	2.713,88	347,15	1.485,61	0,01	0,18	840.994,83
Saneamento	6.050.000,00	6.600.000,00	0,00	314.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00
Saneamento Básico Urbano	6.050.000,00	6.600.000,00	0,00	314.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600.000,00
Gestão Ambiental	295.000,00	295.000,00	41.606,74	128.698,73	31.902,39	50.602,08	0,28	17,15	244.397,92
Preservação e Conservação Ambiental	295.000,00	295.000,00	41.606,74	128.698,73	31.902,39	50.602,08	0,28	17,15	244.397,92
Agricultura	1.516.020,00	2.148.820,00	414.836,99	905.496,07	342.655,11	428.327,01	2,41	19,93	1.720.492,99
Extensão Rural	1.516.020,00	2.148.820,00	414.836,99	905.496,07	342.655,11	428.327,01	2,41	19,93	1.720.492,99
Indústria	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Produção Industrial	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	1.170.000,00	1.390.000,00	83.790,68	557.033,58	101.966,64	163.897,10	0,92	11,79	1.226.102,90
Promoção Comercial	735.000,00	735.000,00	62.195,23	311.252,91	83.295,63	145.226,09	0,82	19,76	589.773,91
Turismo	435.000,00	655.000,00	21.595,45	245.780,67	18.671,01	18.671,01	0,11	2,85	636.328,99
Energia	2.172.170,00	2.431.741,76	21.051,50	143.907,50	51.734,40	85.134,21	0,48	3,50	2.346.607,55
Energia Elétrica	2.172.170,00	2.431.741,76	21.051,50	143.907,50	51.734,40	85.134,21	0,48	3,50	2.346.607,55
Transportes	2.404.600,00	2.602.456,92	606.475,90	1.270.119,09	460.141,68	671.484,27	3,78	25,80	1.930.972,65
Policiamento	296.950,00	332.276,91	51.937,29	125.279,60	41.063,09	60.412,96	0,34	18,18	271.863,95
Transporte Rodoviário	2.107.650,00	2.270.180,01	554.538,61	1.144.839,49	419.078,59	611.071,31	3,44	26,92	1.659.108,70
Desporto e Lazer	374.370,00	748.370,00	117.286,39	214.699,32	78.077,78	103.781,16	0,58	13,87	644.588,84
Desporto Comunitário	374.370,00	598.370,00	117.286,39	214.699,32	78.077,78	103.781,16	0,58	17,34	494.588,84
Lazer	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Encargos Especiais	3.290.000,00	3.126.780,00	64.749,90	2.179.932,81	384.148,83	770.857,91	4,34	24,65	2.355.922,09
Serviço da Dívida Interna	2.550.000,00	2.386.780,00	60.376,81	1.643.505,72	304.305,50	613.790,65	3,45	25,72	1.772.989,35
Transferências	520.000,00	520.000,00	0,00	520.000,00	75.470,24	140.640,17	0,79	27,05	379.359,83
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	4.373,09	16.427,09	4.373,09	16.427,09	0,09	7,47	203.572,91

Continua 2/3

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	81.179.896,00	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	17.776.758,98	100,00	19,60	72.911.276,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	81.179.896,00	90.688.035,32	9.936.482,58	35.806.831,20	10.254.555,41	17.776.758,98	100,00	19,60	72.911.276,34

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.002.047,31	5.630.687,18	5.485.622,88	5.675.669,59	5.700.670,34	6.071.434,26	6.926.313,20	7.687.102,67	7.918.978,22	6.407.598,09	7.872.998,10	7.233.102,31	78.612.224,15	79.576.156,00	
RECEITA TRIBUTARIA	857.874,31	701.311,65	634.003,35	735.655,58	586.650,11	540.551,08	749.383,22	784.166,50	396.670,65	714.281,84	2.022.579,67	857.873,05	9.581.001,01	9.444.320,00	
I.P.T.U.	298.664,94	209.659,53	147.636,38	162.333,14	129.419,73	119.538,67	108.140,51	194.917,74	10.641,97	145.749,89	1.108.062,72	241.457,89	2.710.223,11	2.710.000,00	
I.S.S.	244.869,91	278.021,49	304.079,59	298.755,81	263.592,87	260.927,16	288.585,90	350.267,57	249.354,04	271.316,83	291.020,76	320.714,11	3.421.506,04	3.200.000,00	
I.T.B.I.	109.473,27	58.747,45	56.859,29	119.393,35	57.814,94	45.428,84	61.951,37	43.977,72	51.022,47	105.313,76	56.449,87	87.167,79	853.600,12	750.000,00	
I.R.R.F	43.476,36	42.706,46	30.891,49	59.955,70	42.828,36	43.076,90	199.352,67	119.218,85	53.708,49	42.247,13	42.281,80	45.061,60	764.805,81	794.250,00	
Outras Receitas Tributárias	161.389,83	112.176,72	94.536,60	95.217,58	92.994,21	71.579,51	91.352,77	75.784,62	31.943,68	149.654,23	524.764,52	163.471,66	1.664.865,93	1.990.070,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	44.751,32	53.547,27	59.098,91	55.965,59	1.365,00	182.373,70	52.283,84	82.134,27	60.674,43	49.947,18	79.721,44	71.719,73	793.582,68	2.213.350,00	
RECEITA PATRIMONIAL	53.335,37	72.877,01	74.549,33	72.291,58	71.861,68	66.189,17	69.595,72	72.904,44	59.217,63	75.073,35	95.186,09	117.325,60	900.406,97	538.535,00	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.954.754,77	4.728.925,62	4.631.552,95	4.672.357,88	4.929.612,96	5.164.314,16	5.853.881,79	6.589.625,72	5.520.681,86	5.447.503,54	5.410.186,43	6.074.288,67	63.977.686,35	59.220.061,00	
Cota-Parte do F.P.M.	1.429.029,03	1.240.215,41	911.978,12	1.222.232,79	1.020.279,51	1.098.318,98	1.316.625,77	2.288.507,61	1.591.325,74	1.714.420,20	1.119.208,35	1.483.507,09	16.435.648,60	16.170.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.162.696,28	1.214.906,31	1.200.114,94	1.252.421,72	1.317.025,62	1.415.864,35	1.375.185,38	1.472.705,93	1.383.128,32	1.234.977,41	1.402.312,94	1.393.783,06	15.825.122,26	15.000.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	297.299,75	303.890,51	327.919,71	265.494,43	262.882,36	277.059,41	231.807,84	167.262,75	136.767,34	202.472,05	278.966,18	281.184,69	3.033.007,02	3.000.000,00	
Cota-Parte do ITR.	157,22	214,59	217,11	386,75	13.065,97	45.927,97	3.041,86	3.758,57	2.696,33	250,08	208,81	349,33	70.274,59	54.300,00	
Transferências da LC 61/1989	22.971,91	24.818,84	30.599,13	27.648,96	27.562,38	28.684,67	30.557,15	35.924,15	30.430,94	28.626,52	21.026,71	28.404,77	337.256,13	270.000,00	
Transferências da LC 87/1996	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	8.067,04	7.889,89	7.889,89	7.889,89	7.889,89	96.095,88	87.000,00	
Transferências do FUNDEB	1.199.287,66	1.175.573,71	1.144.812,50	1.216.011,48	1.223.884,45	1.295.529,17	1.304.437,34	1.424.690,34	1.392.050,35	1.288.587,11	1.332.555,72	1.402.788,60	15.400.208,43	14.600.000,00	
Outras Transferências Correntes	835.245,88	761.239,21	1.007.844,40	680.094,71	1.056.845,63	994.862,57	1.584.159,41	1.188.709,33	976.392,95	970.280,28	1.248.017,83	1.476.381,24	12.780.073,44	10.038.761,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.331,54	74.025,63	86.418,34	139.398,96	111.180,59	118.006,15	201.168,63	158.271,74	1.881.733,65	120.792,18	265.324,47	111.895,26	3.359.547,14	2.159.890,00	
DEDUÇÕES (II)	584.044,03	558.422,38	495.778,96	555.250,11	529.776,32	574.784,28	593.056,82	669.451,77	630.447,46	637.727,01	565.922,41	639.023,57	7.033.685,12	6.927.110,00	
Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.850,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	584.044,03	558.422,38	495.778,96	555.250,11	529.776,32	574.784,28	593.056,82	669.451,77	630.447,46	637.727,01	565.922,41	639.023,57	7.033.685,12	6.916.260,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	5.418.003,28	5.072.264,80	4.989.843,92	5.120.419,48	5.170.894,02	5.496.649,98	6.333.256,38	7.017.650,90	7.288.530,76	5.769.871,08	7.307.075,69	6.594.078,74	71.578.539,03	72.649.046,00	

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
 Entidade: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.292,59	275.292,90	150,00	275.142,90	9.292,59	451.523,78	3.818.508,83	2.247,01	2.224.107,43	2.043.678,17
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.292,59	275.292,90	150,00	275.142,90	9.292,59	451.523,78	3.818.508,83	2.247,01	2.224.107,43	2.043.678,17
GABINETE DO PREFEITO	0,00	7.881,36	0,00	7.881,36	0,00	0,00	28.610,00	0,00	28.521,33	88,67
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.618,90	0,00	1.618,90	0,00	0,00	209.532,85	0,00	112.969,41	96.563,44
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	3.604,00	28.574,08	0,00	28.574,08	3.604,00	273,33	1.153.255,82	0,00	713.557,13	439.972,02
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.782,00	0,00	0,00	0,00	1.782,00	0,00	253.150,35	0,00	142.291,57	110.858,78
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	148,73	4.773,26	0,00	4.773,26	148,73	0,00	298.067,45	0,00	69.447,45	228.620,00
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.758,20	0,00	118.866,00	270.892,20
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,04	24.583,22	0,00	24.583,22	0,04	75.894,96	187.238,43	0,00	192.066,26	71.067,13
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	0,00	38.508,11	150,00	38.358,11	0,00	31.929,84	110.836,11	2.245,00	79.204,63	61.316,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.640,12	169.353,97	0,00	169.353,97	3.640,12	308.091,46	1.188.059,62	2,01	767.183,65	728.965,42
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	0,00	0,00	0,00	117,70	35.334,19	0,00	0,00	0,00	35.334,19
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	9.292,59	275.292,90	150,00	275.142,90	9.292,59	451.523,78	3.818.508,83	2.247,01	2.224.107,43	2.043.678,17

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Fev 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.567.374,62	7.329.232,71	7.505.272,63
DEDUÇÕES (II)	10.142.626,74	14.439.162,63	17.451.588,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.485.650,80	14.557.612,93	17.580.037,76
Demais Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	375.911,55	151.337,79	161.336,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.575.252,12	-7.109.929,92	-9.946.315,66
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.575.252,12	-7.109.929,92	-9.946.315,66

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2011 (C - A)
VALOR	-2.836.385,74	-7.371.063,54

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	800.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Fev 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.132.211,00	13.733.337,96	26.657.448,82	19.195.600,17
Receita Tributária	9.444.320,00	2.880.297,94	3.991.250,43	3.123.684,50
I.P.T.U.	2.710.000,00	1.349.365,83	1.505.757,69	1.290.406,01
I.S.S.	3.200.000,00	611.734,87	1.132.405,74	961.954,33
I.T.B.I.	750.000,00	143.617,66	299.953,89	253.968,43
I.R.R.F.	794.250,00	87.343,40	183.299,02	168.670,30
Outras Receitas Tributárias	1.990.070,00	688.236,18	869.834,09	448.685,43
Receita de Contribuição	2.213.350,00	151.441,17	262.062,78	168.586,78
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.213.350,00	151.441,17	262.062,78	168.586,78
Receita Patrimonial Líquida	10.850,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	538.535,00	212.511,69	346.802,67	170.649,15
(-) Aplicações Financeiras	527.685,00	212.511,69	346.802,67	170.649,15
Transferências Correntes	52.303.801,00	10.327.529,12	20.027.540,05	15.536.165,88
F.P.M.	12.936.000,00	2.082.172,42	4.726.769,22	3.601.229,40
I.C.M.S.	12.000.000,00	2.236.876,96	4.331.361,72	3.800.303,09
Convênios	560.300,00	555.326,76	618.223,01	74.620,33
Outras Transferências Correntes	26.807.501,00	5.453.152,98	10.351.186,10	8.060.013,06
Demais Receitas Correntes	8.159.890,00	374.069,73	2.376.595,56	367.163,01
Dívida Ativa	652.970,00	262.097,62	383.096,44	215.400,33
Diversas Receitas Correntes	7.506.920,00	111.972,11	1.993.499,12	151.762,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.520.000,00	686.860,45	878.860,45	662.326,90
Operações de Crédito (III)	5.000.000,00	407.280,45	407.280,45	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.450.000,00	279.580,00	471.580,00	662.326,90
Convênios	3.450.000,00	149.580,00	341.580,00	662.326,90
Outras Transferências de Capital	0,00	130.000,00	130.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.450.000,00	279.580,00	471.580,00	662.326,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	75.582.211,00	14.012.917,96	27.129.028,82	19.857.927,07
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	71.250.353,25	9.760.213,11	16.883.603,60	13.835.859,94
Pessoal e Encargos Sociais	34.054.579,81	5.357.621,66	10.294.182,67	9.236.530,52
Juros e Encargos da Dívida (IX)	825.000,00	73.064,97	151.551,92	76.535,23
Outras Despesas Correntes	36.370.773,44	4.329.526,48	6.437.869,01	4.522.794,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	70.425.353,25	9.687.148,14	16.732.051,68	13.759.324,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.392.682,07	494.342,30	893.155,38	880.330,72
Investimentos	17.180.902,07	263.101,77	430.916,65	733.851,48
Inversões Financeiras	650.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	650.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.561.780,00	231.240,53	462.238,73	146.479,24
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	17.830.902,07	263.101,77	430.916,65	733.851,48

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	45.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	88.301.255,32	9.950.249,91	17.162.968,33	14.493.176,19
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-12.719.044,32	4.062.668,05	9.966.060,49	5.364.750,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	420.682,77	0,00
Superávit Financeiro	-	-	420.682,77	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-3.058.535,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 26/05/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	8.502.520,00	8.502.520,00	2.366.162,29	3.465.402,95	40,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	3.525.000,00	3.525.000,00	1.499.495,05	1.794.157,03	50,90
1.1.1- IPTU	2.710.000,00	2.710.000,00	1.349.520,61	1.505.912,47	55,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	54.000,00	54.000,00	442,15	653,51	1,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	490.000,00	490.000,00	108.408,67	211.947,37	43,25
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	271.000,00	271.000,00	41.123,62	75.687,61	27,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-	(43,93)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	752.170,00	752.170,00	143.617,66	299.953,89	39,88
1.2.1- ITBI	750.000,00	750.000,00	143.617,66	299.953,89	39,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.170,00	2.170,00	-	-	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	3.431.100,00	3.431.100,00	635.706,18	1.187.993,01	34,62
1.3.1- ISS	3.200.000,00	3.200.000,00	611.734,87	1.132.999,74	35,41
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	54.000,00	54.000,00	3.545,18	11.395,60	21,10
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	16.601,59	32.738,78	21,83
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	27.100,00	27.100,00	3.824,54	11.452,89	42,26
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	(594,00)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	794.250,00	794.250,00	87.343,40	183.299,02	23,08
1.4.1- IRRF	794.250,00	794.250,00	87.343,40	183.299,02	23,08
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-	0,00
1.5.1- ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	34.581.300,00	34.581.300,00	6.024.731,71	12.365.606,42	35,76
2.1- Cota-Parte FPM	16.170.000,00	16.170.000,00	2.602.715,44	5.908.461,38	36,54
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.170.000,00	16.170.000,00	2.602.715,44	5.908.461,38	36,54
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	2.796.096,00	5.414.201,73	36,09
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	87.000,00	87.000,00	15.779,78	31.559,56	36,28
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	270.000,00	270.000,00	49.431,48	108.488,94	40,18
2.5- Cota-Parte ITR	54.300,00	54.300,00	558,14	3.504,55	6,45
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	560.150,87	899.390,26	29,98
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	43.083.820,00	43.083.820,00	8.390.894,00	15.831.009,37	36,74
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.142.025,00	2.142.025,00	356.050,98	677.382,30	31,62
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.302.000,00	1.302.000,00	226.150,95	534.306,82	41,04
5.2- Outras Transferências do FNDE	763.000,00	763.000,00	122.791,99	122.791,99	16,09
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	77.025,00	77.025,00	7.108,04	20.283,49	26,33
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.400.000,00	1.400.000,00	-	-	0,00
6.1- Transferências de Convênios	1.400.000,00	1.400.000,00	-	-	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	181.220,00	181.220,00	-	-	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7)	3.723.245,00	3.723.245,00	356.050,98	677.382,30	18,19
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.916.260,00	6.916.260,00	1.204.945,98	2.473.120,45	35,76
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.234.000,00	3.234.000,00	520.543,02	1.181.692,16	36,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.000.000,00	3.000.000,00	559.219,04	1.082.840,01	36,09
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	17.400,00	17.400,00	3.155,94	6.311,88	36,28
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	54.000,00	54.000,00	9.886,30	21.697,80	40,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))	10.860,00	10.860,00	111,61	700,85	6,45
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	112.030,07	179.877,75	29,98
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.632.550,00	14.632.550,00	2.752.599,13	5.442.162,52	37,19
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.600.000,00	14.600.000,00	2.735.344,32	5.415.981,78	37,10
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	32.550,00	32.550,00	17.254,81	26.180,74	80,43
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.683.740,00	7.683.740,00	1.530.398,34	2.942.861,33	38,30
DESPESAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	12.264.000,00	12.282.369,81	1.567.181,31	3.353.267,11	27,30
13.1- Com Educação Infantil	2.098.000,00	2.098.000,00	41.915,00	486.488,44	23,19
13.2- Com Ensino Fundamental	10.166.000,00	10.184.369,81	1.525.266,31	2.866.778,67	28,15
14- OUTRAS DESPESAS	2.368.550,00	2.368.550,00	156.418,95	199.714,98	8,43
14.1- Com Educação Infantil	360.000,00	360.000,00	12.176,20	17.957,94	4,99

14.2- Com Ensino Fundamental	2.008.550,00	2.008.550,00	144.242,75	181.757,04	9,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.632.550,00	14.650.919,81	1.723.600,26	3.552.982,09	24,25
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO				VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB				-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				18.369,81	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)				18.369,81	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ ((13 – 18) / (11) x 100)				61,28	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NAO FORAM UTILIZADOS				-	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				18.369,81	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	10.770.955,00	10.770.955,00	2.097.723,50	3.957.752,34	36,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.594.720,00	4.644.720,00	581.935,05	1.033.857,53	22,26
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.458.000,00	2.458.000,00	54.091,20	504.446,38	20,52
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.136.720,00	2.186.720,00	527.843,85	529.411,15	24,21
24- ENSINO FUNDAMENTAL	15.185.039,60	15.713.409,41	1.798.859,02	3.304.294,98	21,03
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.174.550,00	12.192.919,81	1.669.509,06	3.048.535,71	25,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.010.489,60	3.520.489,60	129.349,96	255.759,27	7,26
25- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
26- ENSINO SUPERIOR	50.000,00	120.000,00	18.781,91	20.595,39	17,16
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28- OUTRAS	-	-	-	-	-
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.829.759,60	20.478.129,41	2.399.575,98	4.358.747,90	21,28
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				1.079.861,64	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				-	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				26.180,74	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				18.369,81	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				-	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO				-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 e)				-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				1.124.412,19	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				3.213.740,32	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %				20,30	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO EN	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.367.100,00	1.597.268,43	222.423,80	304.291,00	19,05
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	774.925,00	1.042.963,17	480.194,81	544.205,93	52,18
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA	2.142.025,00	2.640.231,60	702.618,61	848.496,93	32,14
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.971.784,60	23.118.361,01	3.102.194,59	5.207.244,83	22,52
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	97.866,80		0,00		
			VALOR		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			FUNDEF (h)		
			FUNDEF		
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010			161.609,99		
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			5.415.981,78		
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			3.812.605,39		
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			26.180,74		
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL			1.791.167,12		

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do artigo 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	5.000.000,00	407.280,45		4.592.719,55
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.392.682,07	893.155,38	0,00	18.499.526,69
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.392.682,07	893.155,38	0,00	18.499.526,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-14.392.682,07	-485.874,93		-13.906.807,14

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	43.083.820,00	43.083.820,00	15.831.009,37	36,74
Impostos	7.454.250,00	7.454.250,00	3.121.571,12	41,88
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.710.000,00	2.710.000,00	1.505.912,47	55,57
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	750.000,00	750.000,00	299.953,89	39,99
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	3.200.000,00	3.200.000,00	1.132.405,74	35,39
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	794.250,00	794.250,00	183.299,02	23,08
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.048.270,00	1.048.270,00	343.831,83	32,80
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	110.170,00	110.170,00	12.049,11	10,94
Dívida Ativa dos Impostos	640.000,00	640.000,00	244.642,22	38,23
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	298.100,00	298.100,00	87.140,50	29,23
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	34.581.300,00	34.581.300,00	12.365.606,42	35,76
Da União	16.311.300,00	16.311.300,00	5.943.525,49	36,44
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	16.170.000,00	16.170.000,00	5.908.461,38	36,54
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	54.300,00	54.300,00	3.504,55	6,45
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	87.000,00	87.000,00	31.559,56	36,28
Do Estado	18.270.000,00	18.270.000,00	6.422.080,93	35,15
Cota-Parte do ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	5.414.201,73	36,09
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	270.000,00	270.000,00	108.488,94	40,18
Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	899.390,26	29,98
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	45.012.336,00	45.012.336,00	14.525.223,02	32,27
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.916.260,00	-6.916.260,00	-2.473.120,45	35,76
TOTAL	81.179.896,00	81.179.896,00	27.883.111,94	34,35

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	12.915.107,60	16.099.478,00	5.183.698,68	32,20
Pessoal e Encargos Sociais	7.134.430,00	7.134.430,00	2.445.760,07	34,28
Outras Despesas Correntes	5.780.677,60	8.965.048,00	2.737.938,61	30,54
DESPESAS DE CAPITAL	518.000,00	2.083.000,00	41.177,04	1,98
Investimentos	518.000,00	2.083.000,00	41.177,04	1,98
TOTAL (IV)	13.433.107,60	18.182.478,00	5.224.875,72	28,74

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	13.433.107,60	18.182.478,00	5.224.875,72	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.527.620,00	9.776.990,40	2.165.892,20	41,45
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.469.600,00	9.718.970,40	2.165.892,20	41,45
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	58.020,00	58.020,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	7.905.487,60	8.405.487,60	3.058.983,52	58,55

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	2.043.521,95	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{(V - VI)}{I}$	19,32
---	-------

Continua 1/2



Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.036.240,00	6.661.240,00	1.416.423,67	27,11
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.967.307,60	9.106.678,00	3.198.992,53	61,23
Suporte Profilático e Terapêutico	1.688.400,00	1.673.400,00	428.643,36	8,20
Vigilância Sanitária	231.860,00	231.860,00	71.871,82	1,38
Vigilância Epidemiológica	509.300,00	509.300,00	108.944,34	2,09
TOTAL	13.433.107,60	18.182.478,00	5.224.875,72	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 032/2011

DECRETO Nº 032, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre a remuneração dos conselheiros tutelares do Município de Capinzal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei municipal nº 2.962, de 18 de maio de 2011; e

Considerando a Lei nº 2.962, de 18 de maio de 2011, que concede revisão geral anual de 6,30% (seis vírgula trinta por cento);

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a remuneração dos conselheiros tutelares do Município de Capinzal em R\$ 928,63 (novecentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos), a ser pago a contar de 1º de maio de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente do Poder Executivo do Município de Capinzal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 19 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 035/2011

DECRETO Nº 035, DE 25 DE MAIO DE 2011.

Abre crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 2.941, de 08 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de quarenta mil reais (R\$ 40.000,00), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

1301.17.512.0165.1156 EXTENSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES E ADUTORAS DE ÁGUA FTE DR R\$ 0,00
44.90.51.00.00.00.00 Obras e Instalações 000 000 R\$ 40.000,00
Total 40.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º do presente ato é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2010, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de quarenta mil reais, conforme quadro a seguir.

I - Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES FTE R\$ 0,00

Superávit Financeiro 000 R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 25 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

Pregão Presencial Nº 0080/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0080/2011

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) ESCAVADEIRA HIDRAULICA, nova, sobre esteiras. COM ENTREGA da Escavadeira Hidráulica, marca Komatsu, modelo PC 150 SE-5, motor número 30769983, COMO PARTE DO PAGAMENTO.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 09/06/2011.

MENOR PREÇO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 30 de maio de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Resultado de Licitação - Leilão 0074/2011.

ATA DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS, relativos ao Leilão Nº. 0074/2011, ao vigésimo sexto dia do mês de maio do ano de dois mil e onze às nove horas e cinco minutos, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pelo decreto Nr.º 0012/2011.

As empresas que apresentaram envelopes foram:

Luiz Carlos Minks;

Daniel Jornada Braga;

José Alfredo Nedel Neto;

Cristian Ferreira Pithan;

Auto Viação Herval Ltda.ME.;

Herberto Edemar Heller M.E.;

Ronaldo Crispin Machado;

Marcelo Coelho Ferreira;

Helmut da Rosa Ferreira; e

Nezio Antonio Zanol.

Após analisar os documentos de habilitação, constatou-se que os proponentes:

Luiz Carlos Minks;

Daniel Jornada Braga;

José Alfredo Nedel Neto;

Cristian Ferreira Pithan;

Auto Viação Herval Ltda.ME.;

Herberto Edemar Heller M.E.;

Ronaldo Crispin Machado;
Marcelo Coelho Ferreira;
Helmut da Rosa Ferreira; e
Nezio Antonio Zanol.

Apresentaram todos os documentos de habilitação e foram consideradas habilitadas.

Após abrir os envelopes de propostas constatou-se a seguinte cotação de preços:

Item	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Lance Mínimo R\$
01	VEICULO, MARCA KIA, MODELO BESTA GS GRAND, ANO 2003/2004, PLACAS MCJ-8397.	10.000,00
		COTAÇÃO
	Daniel Jornada Braga;	16.111,00
	José Alfredo Nedel Neto;	12.200,00
	Cristian Ferreira Pithan;	16.100,00
	Auto Viação Herval Ltda.ME.;	10.000,00
	Herberto Edemar Heller M.E.;	16.100,00
	Ronaldo Crispin Machado;	13.150,00
	Marcelo Coelho Ferreira	15.101,00
	Nezio Antonio Zanol.	12.111,10
02	TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, MARCA NEW HOLLAND, MODELO 5030 4X2, SÉRIE KA 1567, ANO 1998/1999.	Lance Mínimo R\$
		12.000,00
		COTAÇÃO
02	Helmut da Rosa Ferreira;	14.100,00
03	DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO, CAPACIDADE: 4.000 LITROS, MARCA MEPEL.	
	NÃO HOUVERAM INTERESSADOS	1.500,00
04	ENSILADEIRA, COLHEDORA DE FORRAGEM ACOPLÁVEL A TRATOR, COM 04 ROLOS, MARCA BRASPEC CRESMASCO.	
	NÃO HOUVERAM INTERESSADOS	1.200,00
05	ROÇADEIRA TRATORIZADA, MARCA LAVRALE.	
	NÃO HOUVERAM INTERESSADOS	700,00
06	VW CAMIONETA, MODELO KOMBI, PLACAS MEJ 6070, ANO 1999, MODELO 2000.	Lance Mínimo R\$
		3.000,00
		COTAÇÃO
	Daniel Jornada Braga;	4.011,00
	Herberto Edemar Heller M.E.;	3.280,00
	Nezio Antonio Zanol.	3.111,10
06	Luiz Carlos Minks;	3.100,00
07	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, MARCA KOMATSU, MODELO PC 150 SE-5, MOTOR NUMERO 30769983.	
	NÃO HOUVERAM INTERESSADOS	140.000,00
08	VW GOL 1.000, ANO E MODELO 1993, PLACAS LZK-4904.	
	NÃO HOUVERAM INTERESSADOS	3.000,00
09	CAÇAMBA BASCULANTE PARA 6 METROS CÚBICOS. NÃO HOUVERAM INTERESSADOS	4.000,00
10	COMPRESSOR DE AR, MODELO GC 5,4/100.	
	NÃO HOUVERAM INTERESSADOS	500,00

A Comissão de Licitação declara vencedores da licitação os proponentes, identificados no quadro acima.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada

e encerrada a presente ata.

Eu Paulo Ronaldo Wames, _____ presidente da comissão de licitações, digitei a presente ata e os membros Maria Dagmar Wolff Surdi, _____ e Leila Vieira Kerschner Dambrós _____ conferiram.

Licitantes Presentes:

Auto Viação Herval Ltda.ME.;

Herberto Edemar Heller M.E.;

Marcelo Coelho Ferreira;

Helmut da Rosa Ferreira; e

Nezio Antonio Zanol.

Contrato 0127/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0127/2011

Pregão Presencial 0069/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de produtos de artefatos de cimento (tubos de concreto 20 cm/30 cm/40 cm/60 cm/80 cm/100cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existente, conserto de boca de lobo, conserto em boeiros em estradas vicinais e conserto de passeios públicos, Recursos próprios.

VALOR R\$: 7.250,00

VIGÊNCIA: 17/05/2011 A 31/12/2011

Contrato 0128/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0128/2011

Pregão Presencial 0069/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: IND. ARTEF. DE CIMENTO J.C. BRESSAN LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de produtos de artefatos de cimento (tubos de concreto 20 cm/30 cm/40 cm/60 cm/80 cm/100cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existente, conserto de boca de lobo, conserto em boeiros em estradas vicinais e conserto de passeios públicos, Recursos próprios.

VALOR R\$: 11.760,00

VIGÊNCIA: 17/05/2011 A 31/12/2011

Contrato 0129/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0129/2011

Pregão Presencial 0069/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: OURO TUBOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de produtos de artefatos de cimento (tubos de concreto 20 cm/30 cm/40 cm/60 cm/80 cm/100cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existente, conserto de boca de lobo, conserto em boeiros em estradas vicinais e conserto de passeios públicos, Recursos próprios.

VALOR R\$: 11.940,00

VIGÊNCIA: 17/05/2011 A 31/12/2011

Contrato 0130/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0130/2011

Pregão Presencial 0069/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: DE BARBA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de produtos de artefatos de cimento (tubos de concreto 20 cm/30 cm/40 cm/60 cm/80 cm/100cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existente, conserto de boca de lobo, conserto em boeiros em estradas vicinais e conserto de passeios públicos, Recursos próprios.

VALOR R\$: 9.900,00

VIGÊNCIA: 17/05/2011 A 31/12/2011

Contrato 0131/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0131/2011

Pregão Presencial 0069/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: DELCIR BOESING

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento fracionado de produtos de artefatos de cimento (tubos de concreto 20 cm/30 cm/40 cm/60 cm/80 cm/100cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existente, conserto de boca de lobo, conserto em boeiros em estradas vicinais e conserto de passeios públicos, Recursos próprios.

VALOR R\$: 5.400,00

VIGÊNCIA: 17/05/2011 A 31/12/2011

Termo Aditivo 01/2011 - Contrato 0102/2010

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 01/2011

CONTRATO 0102/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: FAST INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA.

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2011, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 18/05/2011 A 31/12/2011

Edital 011/2011

EDITAL Nº 011, DE 23 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Municipal nº 2.263, de 12 de abril de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.611, de 21 de março de 2005, e demais legislações aplicáveis, COMUNICA às entidades civis organizadas e à população em geral que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 30 de junho de 2011 (quinta-feira), às 19 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, com o objetivo de definir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas para inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2012.

Capinzal, em 23 de maio de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Pedido de Licença Ambiental - LAP-LAI Nova Capinzal

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

LAP/LAI

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, CNPJ nº 82.939.406/0001-07, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) em 27/04/2011, conforme FCEI nº 132524, a Licença Ambiental Prévia e Licença Ambiental de Instalação para o Loteamento Nova Capinzal, localizado no Loteamento Nova Capinzal, em Capinzal (SC). Foi solicitado e entregue o Estudo Ambiental Simplificado (EAS), dentre outros documentos.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

Pedido de Licença Ambiental - LAP/LAI - COLETA

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

LAP/LAI

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, CNPJ nº 82.939.406/0001-07, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) em 27/04/2011, conforme FCEI nº 132539, a Licença Ambiental Prévia e Licença Ambiental de Instalação para o sistema de coleta e tratamento dos Loteamentos Nova Capinzal e Santa Maria, localizada nos Loteamentos Nova Capinzal e Santa Maria, em Capinzal (SC). Foi solicitado e entregue o Relatório Ambiental Prévio (RAP), dentre outros documentos.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

anexos_RREO municipio de Chapadão do Lageado

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.342.881,96	17,56	2.680.616,94	35,06	4.966.154,70
RECEITAS CORRENTES	7.625.771,64	7.625.771,64	1.342.881,96	17,61	2.680.616,94	35,15	4.945.154,70
RECEITA TRIBUTARIA	244.000,00	244.000,00	32.302,22	13,24	44.454,85	18,22	199.545,15
IMPOSTOS	166.000,00	166.000,00	29.806,22	17,96	39.222,12	23,63	126.777,88
TAXAS	48.000,00	48.000,00	2.496,00	5,20	5.232,73	10,90	42.767,27
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	2.672,50	13,36	6.941,60	34,71	13.058,40
Contribuicao Custeio Servico Iluminacao Publica Co	20.000,00	20.000,00	2.672,50	13,36	6.941,60	34,71	13.058,40
RECEITA PATRIMONIAL	14.512,50	14.512,50	12.189,47	83,99	20.009,28	137,88	-5.496,78
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.750,00	1.750,00	12.189,47	696,54	20.009,28	143,39	-18.259,28
Outras Rec. Patrimoniais	12.762,50	12.762,50	0,00	0,00	0,00	0,00	12.762,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.242.964,14	7.242.964,14	1.262.842,52	17,44	2.565.781,48	35,42	4.677.182,66
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.242.964,14	7.242.964,14	1.262.842,52	17,44	2.565.781,48	35,42	4.677.182,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.295,00	104.295,00	32.875,25	31,52	43.429,73	41,64	60.865,27
Multas e Juros de Mora	27.000,00	27.000,00	286,46	1,06	286,46	1,06	26.713,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	572,30	9,54	572,30	9,54	5.427,70
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	4.000,00	4.000,00	109,29	2,73	109,29	2,73	3.890,71
RECEITAS DIVERSAS	67.295,00	67.295,00	31.907,20	47,41	42.461,68	63,10	24.833,32
RECEITAS DE CAPITAL	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.342.881,96	17,56	2.680.616,94	35,06	4.966.154,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.342.881,96	17,56	2.680.616,94	35,06	4.966.154,70
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.646.771,64	7.646.771,64	1.342.881,96	17,56	2.680.616,94	35,06	4.966.154,70
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	81.716,30	—	—	54.331,37	—	—
Superávit Financeiro	—	81.716,30	—	—	54.331,37	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.646.771,64	81.716,30	7.728.487,94	1.385.046,84	2.510.216,84	1.403.275,83	2.499.678,48	32,34	5.228.809,46
DESPESAS CORRENTES	5.883.148,69	81.716,30	5.964.864,99	1.276.512,50	2.258.163,60	1.292.946,49	2.247.625,24	37,68	3.717.239,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.416.826,36	0,00	2.416.826,36	612.082,96	1.180.610,06	612.158,19	1.180.610,06	48,85	1.236.216,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.000,00	0,00	45.000,00	3.243,30	9.355,50	3.243,30	9.355,50	20,79	35.644,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.421.322,33	81.716,30	3.503.038,63	661.186,24	1.068.198,04	677.545,00	1.057.659,68	30,19	2.445.378,95
DESPESAS DE CAPITAL	1.703.622,95	0,00	1.703.622,95	108.534,34	252.053,24	110.329,34	252.053,24	14,80	1.451.569,71
INVESTIMENTOS	1.543.622,95	0,00	1.543.622,95	90.181,72	215.436,63	91.976,72	215.436,63	13,96	1.328.186,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	160.000,00	0,00	160.000,00	18.352,62	36.616,61	18.352,62	36.616,61	22,89	123.383,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.646.771,64	81.716,30	7.728.487,94	1.385.046,84	2.510.216,84	1.403.275,83	2.499.678,48	32,34	5.228.809,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.646.771,64	81.716,30	7.728.487,94	1.385.046,84	2.510.216,84	1.403.275,83	2.499.678,48	32,34	5.228.809,46
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	180.938,46	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.646.771,64	81.716,30	7.728.487,94	1.385.046,84	2.510.216,84	1.403.275,83	2.680.616,94	32,34	5.228.809,46

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	193.000,00	193.000,00	29.755,48	38.958,65	20,19
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	113.000,00	113.000,00	18.271,29	18.271,29	16,17
1.1.1- IPTU	85.000,00	85.000,00	18.127,74	18.127,74	21,33
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	26.000,00	26.000,00	34,26	34,26	0,13
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	109,29	109,29	2,19
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(3.000,00)	(3.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	17.000,00	17.000,00	1.029,43	2.183,04	12,84
1.2.1- ITBI	17.000,00	17.000,00	1.029,43	2.183,04	12,84
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	53.000,00	53.000,00	4.200,39	8.391,09	15,83
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	4.200,39	8.391,09	15,26
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(2.000,00)	(2.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000,00	10.000,00	6.254,37	10.113,23	101,13
1.4.1- IRRF	10.000,00	10.000,00	6.254,37	10.113,23	101,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.250.463,32	6.250.463,32	1.120.769,42	2.394.356,75	38,31
2.1- Cota-Parte FPM	3.941.562,43	3.941.562,43	709.831,48	1.611.398,55	40,88
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.941.562,43	3.941.562,43	709.831,48	1.611.398,55	40,88
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.139.925,89	2.139.925,89	377.129,64	729.640,16	34,10
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	37.500,00	37.500,00	2.169,50	4.339,00	11,57
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	36.250,00	36.250,00	6.796,14	14.915,50	41,15
2.5- Cota-Parte ITR	225,00	225,00	21,69	56,32	25,03
2.6- Cota-Parte IPVA	95.000,00	95.000,00	24.820,97	34.007,22	35,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.443.463,32	6.443.463,32	1.150.524,90	2.433.315,40	37,76
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	122.500,00	122.500,00	20.869,76	41.026,83	33,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.500,00	7.500,00	7.264,33	27.421,40	365,62
5.2- Outras Transferências do FNDE	115.000,00	115.000,00	13.605,43	13.605,43	11,83
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-1.015.631,64	-1.015.631,64	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-893.131,64	-893.131,64	20.869,76	41.026,83	-4,59

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	547.815,82	547.815,82	224.153,45	478.870,61	87,41
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	302.500,00	302.500,00	141.966,24	322.279,59	106,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	214.416,66	214.416,66	75.425,71	145.927,61	68,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.604,16	4.604,16	433,90	867,80	18,85
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.250,00	7.250,00	1.359,23	2.983,15	41,15
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	45,00	45,00	4,33	11,25	25,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	19.000,00	19.000,00	4.964,04	6.801,21	35,80
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	400.100,00	400.100,00	150.230,93	297.126,26	74,26
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	400.000,00	400.000,00	149.949,99	296.662,84	74,17
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100,00	100,00	280,94	463,42	463,42
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-147.815,82	-147.815,82	-74.203,46	-182.207,77	123,27
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	240.060,00	240.060,00	94.410,91	179.048,60	74,58
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	240.060,00	240.060,00	94.410,91	179.048,60	74,58
14- OUTRAS DESPESAS	160.040,00	160.040,00	49.814,48	89.921,50	56,19
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	160.040,00	160.040,00	49.814,48	89.921,50	56,19
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	400.100,00	400.100,00	144.225,39	268.970,10	67,23
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					60,26
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	1.610.865,83	1.610.865,83	287.631,22	608.328,85	37,76
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	144.250,00	144.250,00	5.888,41	28.494,74	19,75
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	144.250,00	144.250,00	5.888,41	28.494,74	19,75
24- ENSINO FUNDAMENTAL	712.581,05	712.581,05	238.149,60	380.263,38	53,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	400.100,00	400.100,00	144.225,39	268.970,10	67,23
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	312.481,05	312.481,05	93.924,21	111.293,28	35,62
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	856.831,05	856.831,05	244.038,01	408.758,12	47,71
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-182.207,77
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					463,42
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-181.744,35
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					590.502,47
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,27

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.500,00	94.216,30	0,00	54.331,37	57,67
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	313.068,96	313.068,96	73.029,87	121.116,21	38,69
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	325.568,96	407.285,26	73.029,87	175.447,58	43,08
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.182.400,01	1.264.116,31	317.067,88	584.205,70	46,21
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	296.662,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	241.011,58	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	463,42	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	56.114,68	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000,00	0,00		1.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.703.622,95	252.053,24	0,00	1.451.569,71
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.703.622,95	252.053,24	0,00	1.451.569,71
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.702.622,95	-252.053,24		-1.450.569,71

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.000,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	0,00	20.000,00
TOTAL	20.000,00	0,00	20.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	8.810,44	0,00	8.810,44

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.446.463,32	6.446.463,32	2.433.700,65	37,75
Impostos	166.000,00	166.000,00	39.200,35	23,61
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	83.000,00	83.000,00	18.127,74	21,84
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	20.000,00	20.000,00	2.568,29	12,84
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	53.000,00	53.000,00	8.391,09	15,83
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	10.000,00	10.000,00	10.113,23	101,13
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	30.000,00	30.000,00	143,55	0,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	26.000,00	26.000,00	34,26	0,13
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	109,29	2,73
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.250.463,32	6.250.463,32	2.394.356,75	38,31
Da União	4.015.537,43	4.015.537,43	1.630.709,37	40,61
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	3.941.562,43	3.941.562,43	1.611.398,55	40,88
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00	225,00	56,32	25,03
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	37.500,00	37.500,00	4.339,00	11,57
Outras Transferências da União	36.250,00	36.250,00	14.915,50	41,15
Do Estado	2.234.925,89	2.234.925,89	763.647,38	34,17
Cota-Parte do ICMS	2.139.925,89	2.139.925,89	729.640,16	34,10
Cota-Parte do IPVA	95.000,00	95.000,00	34.007,22	35,80
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.748.124,14	1.748.124,14	725.786,90	41,52
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-547.815,82	-547.815,82	-478.870,61	87,41
TOTAL	7.646.771,64	7.646.771,64	2.680.616,94	35,06

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	1.062.369,50	1.062.369,50	463.527,84	43,63
Pessoal e Encargos Sociais	529.954,60	529.954,60	291.931,74	55,09
Outras Despesas Correntes	532.414,90	532.414,90	171.596,10	32,23
DESPESAS DE CAPITAL	151.187,50	151.187,50	15.025,00	9,94
Investimentos	151.187,50	151.187,50	15.025,00	9,94

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	151.187,50	151.187,50	15.025,00	9,94
Investimentos	151.187,50	151.187,50	15.025,00	9,94
TOTAL (IV)	1.213.557,00	1.213.557,00	478.552,84	39,43

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	1.213.557,00	1.213.557,00	478.552,84	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.213.557,00	1.213.557,00	478.552,84	100,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	206.437,50	206.437,50	110.126,33	23,01
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.007.119,50	1.007.119,50	368.426,51	76,99
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$	0,00
---	------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	1.194.619,50	1.194.619,50	476.836,20	99,64
Vigilância Sanitária	12.968,75	12.968,75	1.716,64	0,36
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00
TOTAL	1.213.557,00	1.213.557,00	478.552,84	100,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Município de Chapadao do Lageado - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	7.646.771,64
Previsão Atualizada		—	7.646.771,64
Receitas Realizadas		1.342.881,96	2.680.616,94
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	54.331,37
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	7.646.771,64
Créditos Adicionais		—	81.716,30
Dotação Atualizada		—	7.728.487,94
Despesas Empenhadas		1.385.046,84	2.510.216,84
Despesas Liquidadas		1.403.275,83	2.499.678,48
Superavit Orçamentário		—	180.938,46
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		1.385.046,84	2.510.216,84
Despesas Liquidadas		1.403.275,83	2.499.678,48
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			8.473.828,07
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-4.083,64
Resultado Primário		0,00	206.901,29
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		262.381,93	0,00
EXECUTIVO		262.381,93	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		235.130,00	0,00
EXECUTIVO		235.130,00	0,00
TOTAL:		497.511,93	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		590.502,47	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		179.048,60	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00
Despesa de Capital Líquida		252.053,24	1.451.569,71
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2011	2019
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	20.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.646.771,64	7.728.487,94	1.385.046,84	2.510.216,84	1.403.275,83	2.499.678,48	100,00	32,34	5.228.809,46
Legislativa	425.000,00	425.000,00	68.393,96	126.966,94	73.555,74	126.896,94	5,08	29,86	298.103,06
Ação Legislativa	425.000,00	425.000,00	68.393,96	126.966,94	73.555,74	126.896,94	5,08	29,86	298.103,06
Administração	1.290.003,32	1.290.003,32	251.756,41	488.040,68	254.682,75	487.494,53	19,50	37,79	802.508,79
Administração Geral	582.753,32	582.753,32	143.216,70	244.640,97	143.723,00	244.484,82	9,78	41,95	338.268,50
Administração Financeira	707.250,00	707.250,00	108.539,71	243.399,71	110.959,75	243.009,71	9,72	34,36	464.240,29
Assistência Social	363.000,00	363.000,00	41.725,95	68.347,80	41.736,95	68.347,80	2,73	18,83	294.652,20
Assistência à Criança e ao Adolescente	69.500,00	69.500,00	6.478,11	8.557,46	6.478,11	8.557,46	0,34	12,31	60.942,54
Assistência Comunitária	293.500,00	293.500,00	35.247,84	59.790,34	35.258,84	59.790,34	2,39	20,37	233.709,66
Saúde	1.218.557,00	1.218.557,00	275.174,90	480.551,84	274.125,90	478.552,84	19,14	39,27	740.004,16
Atenção Básica	1.199.619,50	1.199.619,50	273.458,26	478.835,20	272.409,26	476.836,20	19,08	39,75	722.783,30
Vigilância Sanitária	12.968,75	12.968,75	1.716,64	1.716,64	1.716,64	1.716,64	0,07	13,24	11.252,11
Vigilância Epidemiológica	5.968,75	5.968,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.968,75
Trabalho	57.500,00	57.500,00	7.703,21	10.707,06	994,05	3.003,85	0,12	5,22	54.496,15
Fomento ao Trabalho	57.500,00	57.500,00	7.703,21	10.707,06	994,05	3.003,85	0,12	5,22	54.496,15
Educação	1.821.566,67	1.903.282,97	459.878,51	770.644,75	468.104,26	770.424,75	30,82	40,48	1.132.858,22
Ensino Fundamental	1.622.066,67	1.703.782,97	453.990,10	742.150,01	462.215,85	741.930,01	29,68	43,55	961.852,96
Educação Infantil	199.500,00	199.500,00	5.888,41	28.494,74	5.888,41	28.494,74	1,14	14,28	171.005,26
Cultura	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Difusão Cultural	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Urbanismo	1.247.550,00	1.247.550,00	121.720,06	284.248,99	126.785,82	284.248,99	11,37	22,78	963.301,01
Infra-Estrutura Urbana	333.000,00	333.000,00	4.439,52	78.209,46	4.439,52	78.209,46	3,13	23,49	254.790,54
Serviços Urbanos	914.550,00	914.550,00	117.280,54	206.039,53	122.346,30	206.039,53	8,24	22,53	708.510,47
Gestão Ambiental	141.500,00	141.500,00	19.692,25	42.653,58	20.042,25	42.653,58	1,71	30,14	98.846,42
Saneamento Básico Rural	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
Saneamento Básico Urbano	7.750,00	7.750,00	0,00	199,00	0,00	199,00	0,01	2,57	7.551,00
Preservação e Conservação Ambiental	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00
Controle Ambiental	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Turismo	100.250,00	100.250,00	19.692,25	42.454,58	20.042,25	42.454,58	1,70	42,35	57.795,42
Agricultura	369.250,00	369.250,00	47.156,60	80.339,80	48.737,12	80.339,80	3,21	21,76	288.910,20
Promoção da Produção Animal	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.646.771,64	7.728.487,94	1.385.046,84	2.510.216,84	1.403.275,83	2.499.678,48	100,00	32,34	5.228.809,46
Agricultura	369.250,00	369.250,00	47.156,60	80.339,80	48.737,12	80.339,80	3,21	21,76	288.910,20
Extensão Rural	350.250,00	350.250,00	47.156,60	80.339,80	48.737,12	80.339,80	3,21	22,94	269.910,20
Transporte	514.344,67	514.344,67	59.842,57	118.266,80	59.875,57	118.266,80	4,73	22,99	396.077,87
Transporte Rodoviário	514.344,67	514.344,67	59.842,57	118.266,80	59.875,57	118.266,80	4,73	22,99	396.077,87
Desporto e Lazer	117.499,98	117.499,98	32.002,42	39.448,60	34.635,42	39.448,60	1,58	33,57	78.051,38
Desporto Comunitário	117.499,98	117.499,98	32.002,42	39.448,60	34.635,42	39.448,60	1,58	33,57	78.051,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.646.771,64	7.728.487,94	1.385.046,84	2.510.216,84	1.403.275,83	2.499.678,48	100,00	32,34	5.228.809,46

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Mai/2010	Jun/2010	Jul/2010	Ago/2010	Set/2010	Out/2010	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	732.538,02	658.882,93	1.016.639,42	965.825,91	649.335,03	663.570,95	711.550,17	1.265.229,08	807.621,86	784.830,28	673.560,21	893.475,20	9.823.059,06	7.993.587,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.677,72	17.807,78	15.768,56	15.731,35	15.130,86	13.027,69	13.272,11	43.771,01	4.012,59	8.140,04	8.542,38	23.759,84	207.641,93	244.000,00
I.P.T.U.	5.637,81	811,18	381,08	149,32	218,57	0,00	71,70	0,00	0,00	0,00	0,00	18.127,74	25.397,40	83.000,00
I.S.S.	17.937,05	10.178,36	10.418,60	7.680,07	11.678,98	6.712,29	6.148,80	6.320,81	391,56	3.808,29	1.575,91	2.637,10	85.487,82	53.000,00
I.T.B.I.	293,94	2.458,43	382,69	2.034,92	226,42	2.327,02	2.917,07	948,08	202,52	1.154,67	502,06	709,04	14.156,86	20.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	4.808,92	4.359,81	4.586,19	5.867,04	3.006,89	3.988,38	4.134,54	36.502,12	3.418,51	3.177,08	6.464,41	2.285,96	82.599,85	88.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.479,78	1.730,55	1.895,97	1.791,99	0,00	4.269,10	2.672,50	0,00	13.839,89	20.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.799,96	4.782,20	4.777,76	9.033,16	4.256,88	2.457,16	4.801,40	20.931,05	3.275,05	4.544,76	3.275,96	8.913,51	74.848,85	14.512,50
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	693.146,02	628.631,19	991.290,32	938.835,83	623.814,93	641.461,12	685.866,61	970.174,50	800.334,22	757.321,90	632.306,21	854.689,76	9.217.872,61	7.610.779,96
Cota-Parte do F.P.M.	389.735,18	338.240,57	248.721,31	333.336,20	278.258,05	299.541,54	359.079,75	452.602,25	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	4.310.913,40	3.941.562,43
Cota-Parte do I.C.M.S.	159.094,69	165.624,63	166.402,53	171.015,02	180.157,95	193.362,29	187.791,15	201.044,57	190.190,80	162.319,72	189.329,15	187.800,49	2.154.132,99	2.139.925,89
Cota-Parte do I.P.V.A.	13.617,70	9.005,99	8.266,11	7.121,07	5.501,66	6.912,86	5.571,83	2.830,47	0,00	9.186,25	13.033,86	11.787,11	92.834,91	95.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	22,59	328,50	1.177,89	5,00	15,25	34,63	0,00	6,00	15,69	1.605,55	225,00
Transferências da LC 87/1996	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.118,83	1.084,75	1.084,75	1.084,75	1.084,75	13.289,64	37.500,00
Transferências do FUNDEB	59.837,74	59.707,45	57.110,26	60.662,13	61.054,89	64.628,95	64.129,78	71.072,32	76.135,55	70.577,30	73.053,56	76.896,43	794.866,36	400.000,00
Outras Transferências Correntes	69.741,88	54.933,72	509.671,28	365.559,99	97.395,05	74.718,76	68.170,27	241.490,81	98.890,56	46.584,74	50.560,25	172.512,45	1.850.229,76	996.566,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.914,32	7.661,76	4.802,78	2.225,57	4.652,58	4.894,43	5.714,08	228.560,53	0,00	10.554,48	26.763,16	6.112,09	308.855,78	104.295,00
DEDUÇÕES (II)	113.350,35	103.542,38	85.702,24	103.289,35	93.837,79	101.218,64	111.560,67	132.519,18	125.898,24	128.818,92	102.316,41	147.176,82	1.349.230,99	622.815,82
RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.339,78	75.000,00	75.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	113.350,35	103.542,38	85.702,24	103.289,35	93.837,79	101.218,64	111.560,67	132.519,18	125.898,24	128.818,92	102.316,41	121.837,04	1.323.891,21	547.815,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	619.187,67	555.340,55	930.937,18	862.536,56	555.497,24	562.352,31	599.989,50	1.132.709,90	681.723,62	656.011,36	571.243,80	746.298,38	8.473.828,07	7.370.771,64

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Feb 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	530.188,63	511.924,64	493.572,02
DEDUÇÕES (II)	969.021,26	981.062,18	936.488,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.231.403,19	1.090.976,38	1.179.957,27
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.020,29	1.114,26
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	262.381,93	110.934,49	244.583,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-438.832,63	-469.137,54	-442.916,27
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	489.900,00	489.900,00	489.900,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-928.732,63	-959.037,54	-932.816,27

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2011 (C - A)
VALOR	26.221,27	-4.083,64

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 28 Feb 2011 (B)	Em 30 Abr 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	7.624.021,64	1.330.692,49	2.660.607,66	3.010.578,66
Receita Tributária	244.000,00	32.302,22	44.454,85	56.723,58
I.P.T.U.	83.000,00	18.127,74	18.127,74	18.613,19
I.S.S.	53.000,00	4.213,01	8.412,86	13.611,29
I.T.B.I.	20.000,00	1.211,10	2.568,29	5.308,55
I.R.R.F.	10.000,00	6.254,37	10.113,23	7.840,60
Outras Receitas Tributárias	78.000,00	2.496,00	5.232,73	11.349,95
Receita de Contribuição	20.000,00	2.672,50	6.941,60	0,00
Outras Contribuições	20.000,00	2.672,50	6.941,60	0,00
Receita Patrimonial Líquida	12.762,50	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	14.512,50	12.189,47	20.009,28	6.875,55
(-) Aplicações Financeiras	1.750,00	12.189,47	20.009,28	6.875,55
Transferências Correntes	7.242.964,14	1.262.842,52	2.565.781,48	2.917.658,84
F.P.M.	3.639.062,43	567.865,24	1.289.118,96	982.153,52
I.C.M.S.	1.925.509,23	301.703,93	583.712,55	523.843,88
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.678.392,48	393.273,35	692.949,97	1.411.661,44
Demais Receitas Correntes	104.295,00	32.875,25	43.429,73	36.196,24
Dívida Ativa	4.000,00	109,29	109,29	757,84
Diversas Receitas Correntes	100.295,00	32.765,96	43.320,44	35.438,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	21.000,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	7.624.021,64	1.330.692,49	2.660.607,66	3.010.578,66
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
DESPESAS CORRENTES (VIII)	5.964.864,99	1.292.946,49	2.247.625,24	1.964.098,22
Pessoal e Encargos Sociais	2.416.826,36	612.158,19	1.180.610,06	997.385,68
Juros e Encargos da Dívida (IX)	45.000,00	3.243,30	9.355,50	159,19
Outras Despesas Correntes	3.503.038,63	677.545,00	1.057.659,68	966.553,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	5.919.864,99	1.289.703,19	2.238.269,74	1.963.939,03
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.703.622,95	110.329,34	252.053,24	394.366,65
Investimentos	1.543.622,95	91.976,72	215.436,63	358.831,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	160.000,00	18.352,62	36.616,61	35.535,47
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.543.622,95	91.976,72	215.436,63	358.831,18

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	7.523.487,94	1.381.679,91	2.453.706,37	2.322.770,21
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	100.533,70	-50.987,42	206.901,29	687.808,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	54.331,37	0,00
Superávit Financeiro	-	-	54.331,37	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Chapadão do Lageado, 25/05/2011

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.301,68	235.080,25	-	235.080,25	27.301,68	-	235.130,00	-	235.130,00	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.301,68	233.704,11	0,00	233.704,11	27.301,68	0,00	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	200,86	0,00	200,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	12.709,06	0,00	12.709,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	1.876,58	0,00	1.876,58	0,00	0,00	212.230,00	0,00	212.230,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	1.726,53	0,00	1.726,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	24,00	0,00	0,00	0,00	24,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	4.690,96	0,00	4.690,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	43,64	0,00	43,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	27.277,68	212.456,48	0,00	212.456,48	27.277,68	0,00	22.900,00	0,00	22.900,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO	0,00	1.376,14	0,00	1.376,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	0,00	1.376,14	0,00	1.376,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.301,68	235.080,25	0,00	235.080,25	27.301,68	0,00	235.130,00	0,00	235.130,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

CÂMARA DE VEREADORES**Portaria Nº10/2011 de 30/05/2011**

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado
PORTARIA Nº010/2011 de 30/05/2011.

LEALBERTO SCHNEIDER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
EXONERAR

ROSILDO JOSÉ PEREIRA, ocupante do Cargo em Comissão de SECRETÁRIO, nomeada pela Portaria Nº004/2010, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado - SC, a partir do dia 30 de maio de 2011.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 30 de maio de 2011.

LEALBERTO SCHNEIDER
Presidente

Concórdia**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 16/2011, de 18 de Maio de 2011**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 16/2011, DE 18 DE MAIO DE 2011.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 30 de novembro de 2010 e alteração, no Decreto nº 3.668, de 26 de setembro de 1995, e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CLODIMAR ANTÔNIO THOMÉ, ocupante do cargo de provimento estável de Técnico Desportivo, do Quadro Permanente de Cargos da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de maio de 2011.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.
GIL ARTIFON
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Tomada de Preços Nº 4/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão

de obra e equipamentos) para execução de obra de pavimentação em CAUQ e drenagem pluvial das Ruas Pedro Balbinot, no Distrito de Tamanduá, Fernandes Lima e Ramos da Cruz no Bairro Nova Brasília, e Ruas Madre Justina Inês e Leonildo José Moretto, no Bairro Frei Lency neste município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: para o item nº 01 sagrou-se vencedora a licitante BRITTER LTDA, com o menor valor Global de R\$ 84.712,25 (oitenta e quatro mil, setecentos e doze reais e vinte e cinco centavos), restou na segunda colocação a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A, com o valor Global de R\$ 86.622,14 (oitenta e seis mil, seiscentos e vinte e dois reais e quatorze centavos) e restou na terceira colocação a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, com o valor Global de R\$ 89.111,84 (oitenta e nove mil, cento e onze reais e oitenta e quatro centavos). Já para o item nº 02 sagrou-se vencedora a licitante BRITTER LTDA com o menor valor Global de R\$ 208.323,43 (duzentos e oito mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta e três centavos), e restou na segunda colocação a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, com o valor Global de R\$ 226.204,99 (duzentos e vinte e seis mil, duzentos e quatro reais e noventa e nove centavos). E Para o item nº 03 sagrou-se vencedora a licitante BRITTER LTDA com o menor valor Global de R\$ 80.844,69 (oitenta e mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove reais) restou na segunda colocação a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A, com valor Global de R\$ 88.942,66 (oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos) e restou na terceira colocação a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, com o valor Global de R\$ 96.127,14 (noventa e seis mil, duzentos e vinte e sete reais e quatorze centavos). De ressaltar que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no Anexo "D" do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 27 de maio de 2011.

LUÍS CARLOS JAROMINEK
Presidente, em exercício

Pregão Eletrônico Nº 11/2011 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 11/2011- PMC

Objeto: Aquisição de gênero alimentício para preparação da alimentação escolar, com recursos oriundos do convênio PNAE/PNAC, conforme especificações constante no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 10/06/2011.

Abertura: dia 10/06/2011 às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 25 de maio de 2011
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do CONVÊNIO 27/2011- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO 27/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o ESPORTE CLUBE JUVENTUS neste município, inscrito no CNPJ sob nº 80.912.892/0001-36, representado pelo seu Presidente, senhor ROGÉRIO HOLLEWEGER.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gruta e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: De 25.05.2011 a 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 25 de maio de 2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 001/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à FMEC, celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTES DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representado pelo Superintendente, senhor GIL ARTIFON e o(a) estudante MADRISON NUNES SARTORI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 032.870.149-19, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 23.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 027/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 027/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante LIANA KRAKECKER, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 091.595.999-28, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 05.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 028/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 028/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante DANIELE DA SILVA TIBOLLA,

inscrito(a) no CPF-MF sob nº 088.597.379-82, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 09.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 029/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 029/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante JULIANA GASPERINI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 093.067.939-36, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 09.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 030/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 030/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante JULIANA TORMEN, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 028.492.449-02, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 09.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 031/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 031/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante MARIELA APARECIDA ZANDONA LORENZIAN DA SILVA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 025.746.489-19, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 13.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 032/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 032/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito

no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante SOLANGE SEIDENSTUCKER, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 087.193.869-31, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 13.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 033/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 033/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante MAIRA DAIANE DALPOSSO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 090.840.609-62, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 16.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 034/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 034/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ANDREIA MAIA DE-MARCO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 086.393.629-63, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 17.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 035/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 035/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ANELISE DICK, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 043.502.629-11, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 12.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 036/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 036/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante CAROLINE BEATRIZ STREIT, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 076.422.339-90, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 10.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 037/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 037/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ROKELY MARTINS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 957.970.760-04, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 11.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 038/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 038/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante JENIFFER FORMIGHIERI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 074.147.059-43, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 12.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 039/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 039/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ANDRESSA STOLFF, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 093.430.989-28, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 13.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 040/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 040/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante DARLEIA PRIAMO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 032.288.799-25, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 12.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 041/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 041/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante JONATHAN PATRICK SANDRIN CADORIN, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 063.721.219-30, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 13.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 042/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 042/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante LEDIANE DE MELO HINKEL, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 008.271.489-41, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 16.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 043/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 043/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ELIDA DE SOUZA BENTO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 006.670.930-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa

equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 17.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 044/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 044/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante JOSIANE SALETE BONETTA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 083.531.189-98, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 18.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 045/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 045/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ANGELICA FERNANDES DA SILVA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 092.855.649-25, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 23.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 046/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 046/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante FERNANDA DOS ANJOS JUNG, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 079.715.519-83, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 20.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 047/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 047/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante STEPHANIE BOTH, inscrito(a) no

CPF-MF sob nº 068.815.599-20, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 20.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 048/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 048/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ALESSANDRO CESAR PIVA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 089.752.439-07, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 20.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 049/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 049/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante FERNANDA AMPESE, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.702.959-28, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 20.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 050/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 050/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMUS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante ALEXANDRA SCHUMANN, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 088.005.529-43, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 23.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 051/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 051/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à ASPLAN, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA,

inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante CAMILA SIMPLICIO DOS SANTOS, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 056.783.039-02, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 23.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 052/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 052/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante LUIZA HOECKER BERTUSSI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.938.679-10, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 23.05.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 053/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 053/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMADRA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante EDUARDO GUARESÍ PEREZ DA SILVA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 058.701.399-02, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 24.05.2011 a 31.12.2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 008/2011

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 008/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 04 de maio de 2011, do termo de compromisso nº 008/2011, de 02 de fevereiro de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) SINANDRA VIMMER ANTUNES, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 089.722.549-08.

DATA DA ASSINATURA: 04 de maio de 2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 026/2011

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 026/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 18 de maio de 2011, do termo de compromisso nº 026/2011, de 02 de março de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) NATAN NADIMAR GONÇALVES MOREIRA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 090.252.479-89.

DATA DA ASSINATURA: 18 de maio de 2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 064/2010

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 064/2010

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 05 de maio de 2011, do termo de compromisso nº 064/2010, de 28 de maio de 2010, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) NAILA BELLINI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 086.888.489-80.

DATA DA ASSINATURA: 05 de maio de 2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 121/2010

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 121/2010

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 17 de maio de 2011, do termo de compromisso nº 121/2010, de 09 de dezembro de 2010, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) MICHEL DE OLIVEIRA ALBIERO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.313.359-06.

DATA DA ASSINATURA: 17 de maio de 2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 133/2010

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 133/2010

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 02 de maio de 2011, do termo de compromisso nº 133/2010, de 31 de dezembro de 2010, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representada pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) ELLEN CRISTINA DE MELO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 078.240.269-06.

DATA DA ASSINATURA: 02 de maio de 2011.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal Nº. 553, de 25 de Maio de 2011

LEI MUNICIPAL Nº. 553, DE 25 DE MAIO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR VENDA PARA FINS DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município. Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a venda e alienação dos bens móveis inservíveis abaixo relacionados:

Nº. Patrimônio	Descrição	Valor Inicial R\$
1572	Monitor 14, ADC	1,00
2081	Monitor 15 Proviev	1,00
2122	Monitor 15 ADC	1,00
2695	Monitor 15 ADC	1,00
2697	Monitor 15 ADC	1,00
2710	Monitor 15 ADC	1,00
2810	Monitor	1,00
3064	Monitor 15 Fratron	1,00
3066	Monitor 15 Fratron	1,00
3071	Monitor 15 Fratron	1,00
3176	Monitor 17 pol.	1,00
3199	Monitor 17 Proviev	1,00
1138	Computador AMD-K6	1,00
1770	Computador Pentium 4	1,00
2288	Computador Intel	1,00
2701	Computador Intel Cel	1,00
----	Computador (212977 – S.E.E)	1,00
2106	Nobreak SMS maneger	1,00
3072	Nobreak 600 Va Mini II	1,00
3091	Nobreak 600 Va Mini II	1,00
3202	Nobreak 600 Va Mini II	1,00
----	Estabilizador	1,00
1353	Estabilizador Stylish	1,00
1757	Estabilizador Stabilux	1,00
3370	Estabilizador Enermax	1,00
2112	Fotocopiadora Olivetti copia 9017 A4	3,00
2027	Impressora HP 3420	0,50
2150	Vídeo cassete Philips	0,50
2250	Aparelho de fax Panasonic	0,50
2443	Relógio ponto CB 6	1,00
2445	Relógio ponto CB 6	1,00
2446	Relógio ponto CB 6	1,00
1372	Lava jato karcher 300	2,00
----	Biombo mod. divisória (75409 S.E.S)	1,00
1867	Biombo mod. Divisória	1,00
2673	Biombo mod. Divisória	1,00
2684	Biombo mod. Divisória	1,00
1879	Mesa antropométrica em ferro	5,00
1895	Mesa em madeira 2 gavetas	1,00
0891	Balcão em madeira 4 portas e 4 gavetas	10,00
0786	Armário em aço 2 portas	3,00
0873	Quadro negro	1,00
1885	Ventilador astro	0,50
0824	Tripé em ferro	0,50
1848	Tripé em ferro	0,50
3170	Purificador de água refrigerado	1,00
----	Balança infantil (75425 S.E.S.)	1,00
1573	Balança infantil Welmy	1,00
0084	Cadeira fixa estofada simples	0,50
0093	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0355	Cadeira fixa estofada em vorvin preto	0,50
0405	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50

0407	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0415	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0416	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0417	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0418	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0421	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0424	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0425	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
0439	Cadeira fixa estofada	0,50
1404	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
1750	Cadeira fixa estofada em tecido	0,50
1752	Cadeira estofada em corvin com rodinhas	1,00
1762	Cadeira fixa estofada em tecido bordo	0,50
1860	Cadeira de rodinhas estofada em tecido vermelho	3,00
1900	Cadeira escolar em fórmica	0,50
2090	Cadeira fixa em madeira azul com acento em plástico	0,50
2394	Cadeira para costura, estofada em tecido cinza, com sapatas	0,50
2396	Cadeira para costura, estofada em tecido cinza, com sapatas	1,00
2001	Motor de bomba para esguicho Triglau 3500 RPM	10,00
----	33(trinta e três) persianas	5,00
----	11 (onze) Teclados	1,10
----	09 (nove) conjuntos Caixas de som de computador	0,45
----	Tanque churumeiro 500 lts 1073	300,00

Parágrafo Único – O calculo dos valores acima descritos para inicio de leilão foram apurados por comissões de avaliações que apresentaram parecer, que se encontra em anexo.

Art. 2º Os recursos provenientes da venda dos itens ao que se refere o Art. 1º da Presente Lei serão aplicados em conformidade com o disposto no artigo 44 da Lei Complementar 101/2000 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, 25 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 069, de 24 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 069, DE 24 DE MAIO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/06/2011 à 14/07/2011.

Nome	Cargo	Referência
Ademir Restelatto	Sec. Munic. Desenvol. Econômico	05/ 03/2009 à 04/03/2010

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 24 de maio de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 089

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 089
MÊS/ANO: MAIO/2011 NÚMERO CONTRATO: 089/2011

VALOR: R\$ 104.945,94 (cento e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/05/2011

DESCRIÇÃO O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para execução de 3.324 m² (três mil trezentos e vinte e quatro metros quadrados) de pavimentação com pedras irregulares e drenagem pluvial, a serem executados em partes da Rua Clevelândia, conforme projetos de engenharia anexos ao Edital e dispositivos contrato CAIXA n. 032399668 de 19 de agosto de 2010.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.260.696/0001-46
CONTRATADA: BRITADOR SÃO DOMINGOS LTDA

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 1. O objeto do presente contrato deverá ser executado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviços.

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 324/11 -Dispõe Sobre o Prazo Para Pagamento do ISQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

DECRETO N.º 324/11

DISPÕE SOBRE O PRAZO PARA PAGAMENTO DO ISQN - IMPOSTO

SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 70 e 72 da Lei Complementar 010/09, de 29 de Setembro de 2009 e demais legislações vigentes,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 010/09, sancionado em 29 de setembro de 2009 e sua posterior alteração;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 021/11, sancionada em 08 de Março de 2011, o qual estabelece, que para o ano de 2011 o valor da UFRM, será o mesmo praticado em 2010;

D E C R E T A :

Art.1º - O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, prevista no inciso II do artigo 121, será paga em Cota Única, com vencimento em 30/04/2011.

Parágrafo Único - As datas de vencimento do imposto para o exercício de 2011 ficam assim fixadas:

I - Vencimento da Cota única - 15/04/2011;

II - Vencimento das Parcelas:

- 1ª Parcela: 15/04/2011;

- 2ª Parcela: 15/05/2011;

- 3ª Parcela: 15/06/2011;

- 4ª Parcela: 15/07/2011;

- 5ª Parcela: 15/08/2011;

- 6ª Parcela: 15/09/2011.

Art. 2º - As demais disposições sobre esta matéria, continuam obedecendo ao que dispõe a Lei Complementar nº. 010/09 de 29 de setembro de 2009 e posterior alteração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 24 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto N.º 327/11 - Dispõe Sobre o Prazo Para Pagamento da Taxa de Fiscalização Regular de Funcionamento e Taxa de Vigilância Sanitária.

DECRETO N.º 327/11

DISPÕE SOBRE O PRAZO PARA PAGAMENTO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO REGULAR DE FUNCIONAMENTO E TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 131 e 169 da Lei Complementar 010/09, de 29 de Setembro de 2009 e demais legislações vigentes,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 010/09, sancionado em 29 de setembro de 2009 e sua posterior alteração;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 021/11, sancionada em 08 de Março de 2011, o qual estabelece, que para o ano de 2011 o valor da UFRM, será o mesmo praticado em 2010;

D E C R E T A :

Art.1º - A Taxa de Fiscalização de Funcionamento regular, prevista

no inciso II do artigo 121, será paga em Cota Única, com vencimento em 29/04/2011.

Art. 2º - A Taxa de Vigilância Sanitária, prevista no Parágrafo Único do artigo 169, será paga em Cota Única, com vencimento em 29/04/2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 315/11 - Decreta Ponto Facultativo no Dia 07 de Março de 2011 no Âmbito do Município de Corupá - SC, a Ser Observado Pelos Órgãos e Entidad

DECRETO Nº 315/11

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 07 DE MARÇO DE 2011 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

LUIZ CARLOS TAMANINI. Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e,

CONSIDERANDO o feriado de Carnaval,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no dia 07 de Março de 2011 no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º - As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas prestações de serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 28 de Fevereiro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 320/11 - Aprova o Formulário de Requerimento de Revisão de Iptu Para Contestação de Valores.

DECRETO Nº 320/11

APROVA O FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE REVISÃO DE IPTU PARA CONTESTAÇÃO DE VALORES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Artigo 34 da Lei Complementar nº 010/09, de 29 de Setembro de 2009.

D E C R E T A :

Art.1º - Fica instituída o Formulário de Revisão do Imposto Predial Territorial Urbano, prevista no Art. 34, da Lei Complementar, que deverá obedecer o modelo constante do anexo I este Decreto.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 14 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



Protocol:



Protocolo:

PARA USO DA REPARTIÇÃO				
3.1 - Não Incidência ou Redução da Taxa de Irrigação	Despacho			
	Deferido	Indefer.	Data	Assinatura
<input type="checkbox"/> Rua não Recebe Irrigação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Testada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Área Rural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Outro: _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3.2 - Não Incidência de Coleta de Lixo	Deferido	Indefer.	Data	Assinatura
<input type="checkbox"/> Não Possui Residência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Área Pertencente a Casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Outro: _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3.3 - Redução do Imposto Territorial	Deferido	Indefer.	Data	Assinatura
<input type="checkbox"/> Ocupação do Lote	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Utilização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Topografia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Pedologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Murado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Passeio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Área do Lote m²	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3.4 - Redução do Imposto Predial	Deferido	Indefer.	Data	Assinatura
<input type="checkbox"/> Área Construída m²	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Alvenaria com Laje	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Alvenaria sem Laje	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Mista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Galpão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/> Especificar:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3.5 – Outro Pedido	Deferido	Indefer.	Data	Assinatura
<input type="checkbox"/> Pedido Especifico:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Complemento Parecer:				
</				

Decreto Nº 321/11 - Prorroga o Prazo do Vencimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Iptu e Taxas de Serviços Públicos do

DECRETO Nº 321/11

PRORROGA O PRAZO DO VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO EXERCÍCIO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica de Corupá, combinado com o Artigo 39-A da Lei Complementar 010/09 de 29 de setembro de 2009 e alterações;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 010/09, sancionada em 29 de setembro de 2009 e sua posterior alteração;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 021/11, sancionada em 08 de Março de 2011, o qual estabelece, que para o ano de 2011 o valor da UFRM, será o mesmo praticado em 2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo do vencimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e das Taxas de Serviços Públicos do exercício de 2011, dos imóveis cadastrados junto a Municipalidade.

§ 1º - As datas de vencimento do imposto para o exercício de 2011 ficam assim fixadas:

I - Vencimento da Cota única com desconto de 20%, 15%, 12% ou 10% - 15/04/2011;

II - Vencimento das Parcelas:

- 1ª Parcela: 15/04/2011;

- 2ª Parcela: 15/05/2011;

- 3ª Parcela: 15/06/2011;

- 4ª Parcela: 15/07/2011;

- 5ª Parcela: 15/08/2011;

- 6ª Parcela: 15/09/2011;

- 7ª Parcela: 15/10/2011.

Art. 2º - As demais disposições sobre esta matéria, inclusive as concernentes aos descontos no pagamento, continuam obedecendo ao que dispõe a Lei Complementar nº. 010/09 de 29 de setembro de 2009 e posterior alteração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 310/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 310/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 201.900,00 (duzentos e um mil e novecentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

03.000 Secretaria de Administração e Fazenda

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manutenção Atividade Divisão de Pessoal, Adm. e Compras

4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 5.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde

3.3.50.00.00.00.00 0.1.02.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 196.900,00

TOTAL 201.900,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$

03.000 Secretaria de Administração

03.001 Divisão de Administração

004.122.0009.2003 Manutenção Atividade Divisão de Pessoal, Administração e Compras

3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 5.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde

06.001 Fundo Municipal de Saúde

010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 196.900,00

TOTAL 201.900,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 20 de janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 312/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 312/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 159.399,02 (cento e cinquenta e nove mil e trezentos e

noventa e nove reais e dois centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
4.4.90.00.00.00.00 0.3.23.55 Aplicações Diretas 60.000,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação
08.001 Divisão de Educação
012.306.0047.2017 Manutenção da Merenda Escolar
4.4.90.00.00.00.00 0.3.19.00 Aplicações Diretas 44.100,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação
08.001 Divisão de Educação
012.365.0047.2019 Manutenção do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00 0.3.19.00 Aplicações Diretas 42.000,00

08.000 Secretaria Municipal de Educação
08.001 Divisão de Educação
012.361.0047.2020 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00 0.3.19.00 Aplicações Diretas 13.299,02

TOTAL 159.399,02

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.23.55 Transferências de Convênios do Estado Saúde no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e fonte 03.19.00 Transferências do Fundeb - (aplic. Outras), no valor de R\$ 99.399,02 (noventa e nove mil trezentos e noventa e nove reais e nove centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 25 de janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 313/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 313/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde

4.4.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 70.000,00

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.001 Divisão de Administração
004.122.0009.2003 Manutenção Atividade Divisão De Pessoal, Adm. e Compras
3.3.71.00.00.00.00 0.1.00.00 Transferências a Consórcios Públicos 1.000,00

TOTAL 71.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$
06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 70.000,00

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.001 Divisão de Administração
004.122.0009.2003 Manutenção Atividade Div. De Pessoal, Adm. e Compras
4.4.71.00.00.00.00 0.1.00.00 Transferências a Consórcios Públicos 300,00

03.000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.001 Divisão de Administração
004.122.0009.2003 Manutenção Atividade Div. De Pessoal, Adm. e Compras
3.1.71.00.00.00.00 0.1.00.00 Transferências a Consórcios Públicos 700,00

TOTAL 71.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 26 de janeiro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 316/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 316/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$

06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
4.4.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 70.000,00

TOTAL 70.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$
6.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 70.000,00

TOTAL 70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 03 de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 319/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 319/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
07.001 Divisão de Serviços Públicos
015.451.0040.1003 Pavimentação e Conservação de Área Urbana
4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL 50.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$
07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
07.001 Divisão de Serviços Públicos
015.451.0040.1003 Pavimentação e Conservação de Área Urbana
3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 14 de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 322/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 322/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 171.140,51 (cento e setenta e um mil cento e quarenta reais e cinquenta e um centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 6.140,51

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
07.001 Divisão de Serviços Públicos
015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras
4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 165.000,00

TOTAL 171.140,51

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$

06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 6.140,51

07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
07.001 Divisão de Serviços Públicos
015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras
3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 165.000,00

TOTAL 171.140,51

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 24 de março de

2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 323/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 323/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 32.426,11 (trinta e dois mil quatrocentos e vinte e seis reais e onze centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 7.653,85
3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 24.772,26

TOTAL 32.426,11

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$
6.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 7.653,85
3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 24.772,26

TOTAL 32.426,11

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 24 de março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 329/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 329/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
08.000 Secretaria Municipal de Educação
08.001 Divisão de Educação
012.361.0047.2018 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 0.1.19.00 Aplicações Diretas 100.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.3.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL 130.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município, a saber:

Código DR Classificação Valor R\$
08.000 Secretaria Municipal de Educação
08.001 Divisão de Educação
012.361.0047.2018 Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00 0.1.19.00 Aplicações Diretas 100.000,00

06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
3.1.90.00.00.00.00 0.1.02.00 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL 130.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 29 de abril de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.646, de 28 de Abril de 2011.

LEI Nº 1.646, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA HABITACIONAL, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, com encargos, os seguintes imóveis destinados à construção de moradias, de uso exclusivo para residência de famílias selecionadas e classificadas, para a aquisição de moradia no Programa Habitacional do Município.

I - um terreno com área de 2.585,86m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº. 65.687, com as seguintes confrontações: norte 93,50m com a Rua Adirço Colanetti; sul: 77,75m com a Carbonífera Criciúma S.A.; leste: 29,65m com a área remanescente; e oeste: 34,65m com a Rod. Josephina Lodetti Vassoler;

II - um terreno com área de 1.935,45m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº. 4.329, com as seguintes confrontações: norte: 94,60m com área de Ladiomir Luiz Moretti e outros; sul: 57,20m com a rua 105; leste: 45,27m com a rua 103; e oeste: 25,50m com a Av. 112;

Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a realizar o parcelamento com o remembramento, desmembramento ou desdobro, e toda infraestrutura urbana necessária, das áreas dispostas no artigo anterior, para o melhor aproveitamento da área.

Art. 3º Estando, o empreendimento, reconhecido como de interesse social, fica dispensado o procedimento licitatório para a doação ora autorizada, nos termos do art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 28 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 28 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Lei Nº 1.653, de 16 de Maio de 2011.

LEI Nº 1.653, DE 16 DE MAIO DE 2011.

ESTABELECE NORMAS PARA REGULARIZAÇÃO DAS OBRAS CONSTRUÍDAS EM DESACORDO COM O PLANO DIRETOR URBANO E CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º As obras iniciadas ou concluídas até esta data, que se encontram em desacordo com o Plano Diretor do Município, Código de Obras ou outra lei municipal e sem condições de regularização, poderão ser regularizadas, desde que as irregularidades da obra não venham a comprometer a segurança, o sossego e a saúde, do proprietário ou da vizinhança.

§ 1º Qualquer obra iniciada após essa data onde seja constatada qualquer irregularidade não estará amparada por esta Lei.

§ 2º Os recuos frontais e os demais afastamentos em desacordo serão tolerados, considerando a localização do imóvel, a

importância da rua no sistema viário local e municipal, ruas que tiverem alargamento viário, tempo de construção e a situação de consolidação da via.

Art. 2º A regularização prevista no artigo anterior não contempla as seguintes situações:

I - ampliações futuras de forma irregular;

II - construções na extrema com mais de 01 (um) pavimento em terrenos planos;

III - construções edificadas com origem de invasões sobre terrenos públicos ou particulares;

IV - construções sobre terrenos de domínio público e em faixas de domínio de ferrovias, cursos d'água e rodovias;

V - construções em terrenos particulares onde a construção invadiu a faixa de previsão de alargamento viário;

VI - construções embargadas pelo município que apresentem uma ou mais das situações acima.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos III e IV, poder-se-á efetuar-se a regularização somente mediante autorização do Poder Público, a critério do mesmo.

Art. 3º Para fins desta Lei, regularização de obra existente implica no automático reconhecimento desta, exclusivamente para fins cadastrais e tributários do Município.

Art. 4º Para as regularizações baseadas nesta Lei, serão cobradas as taxas administrativas legais, bem como ISS devido pela regularização da construção, e, ainda:

I - construções até 60,00m² (sessenta metros quadrados) ficam isentas da apresentação do projeto arquitetônico, devendo apresentar demais documentação pertinente;

II - construções acima de 60,00m² (sessenta metros quadrados) deverão apresentar projeto arquitetônico elaborado de acordo com o Código de Obras e demais documentação pertinente;

III - construções com afastamento lateral inferior a um metro, para a sua regularização, não poderá haver abertura ou elemento vazado e deverá possuir platibanda no alinhamento da parede.

Art. 5º Para obter os benefícios desta Lei, o interessado deverá recolher aos cofres públicos multa compensatória a ser calculada sobre a área construída de forma irregular ou clandestina no valor de:

I - 50% do Custo Unitário Básico (CUB) por metro quadrado, publicado pelo Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Santa Catarina (SINDUSCON-SC), do coeficiente aplicável ao tipo de edificação pretendido, para construção embargada pelo Município;

II - 25% do Custo Unitário Básico (CUB) por metro quadrado, publicado pelo Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Santa Catarina (SINDUSCON-SC), do coeficiente aplicável ao tipo de edificação pretendido, para construção não embargada pelo Município;

Parágrafo Único - Não será cobrada a multa compensatória disposta neste artigo para as construções não embargadas pelo Município que forem requeridas e protocoladas no setor competente até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de maio de 2011.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 30 de 11 de Abril de 2011

DECRETO Nº. 30 DE 11 DE ABRIL DE 2011

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2022 Manutenção da Seção de Esportes
138 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2022 Manutenção da Seção de Esportes
137 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de abril de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 11 de abril de 2011.

DIEGO PASSARELA
Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº. 32 de 25 de Abril de 2011

DECRETO Nº. 32 DE 25 DE ABRIL DE 2011

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 02 - Gabinete do Prefeito
2002 Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito
3 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação
1013 Construção Ampliação Ref. e Reeq. De Unidades Escolares
41 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

2033 Manutenção Secretaria Obras e Desenvolvimento Urbano
104 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2057 Programa Vigilância Epidemiológica
37 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2061 Programa Co-Financiamento
50 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 95.000,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 02 - Gabinete do Prefeito
2002 Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito
2 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Órgão 05 - Secretaria de Educação
1013 Construção Ampliação Ref. e Reeq. De Unidades Escolares
38 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano
2033 Manutenção Secretaria Obras e Desenvolvimento Urbano
102 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde
2057 Programa Vigilância Epidemiológica
36 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2061 Programa Co-Financiamento
49 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 95.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de abril de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 25 de abril de 2011.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretario de Administração e Finanças

Decreto Nº. 34 de 11 de Maio de 2011

DECRETO Nº. 34 DE 11 DE MAIO DE 2011

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 24.100,00 (Vinte e quatro mil e cem reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 18 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
1070 Aquisição Máquinas e Implementos Agrícolas

3 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

2071 Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário, Artesanal e Agricultura Familiar

7 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

5 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 5.100,00

2070 Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura e meio Ambiente

9 - 3350 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 24.100,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 18 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

1070 Aquisição Máquinas e Implementos Agrícolas

1 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

2071 Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário, Artesanal e Agricultura Familiar

8 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 15.600,00

2070 Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura e meio Ambiente

11 - 3350 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 24.100,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 11 de maio de 2011.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº. 036, de 23 de Maio de 2011.

DECRETO Nº. 036, DE 23 DE MAIO DE 2011.

CONVOCA A 14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 5.142/1990.

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde fica convocada a 5ª Conferência de Saúde do Município para o dia 01 de Julho de 2011.

Art. 3º O tema central da Conferência será: "TODOS USAM O SUS! SUS NA SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA, PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 4º A 5ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no

Centro de Convivência dos Idosos, localizado na Rua Ricardo Back, 41, Centro, Forquilha, sob os auspícios da Prefeitura Municipal através da Secretaria de Saúde.

Art. 5º A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 23 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 037, de 23 de Maio de 2011.

DECRETO Nº. 037, DE 23 DE MAIO DE 2011.

CONVOCA A 14ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal 5.142/1990.

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde fica convocada a 5ª Conferência de Saúde do Município para o dia 01 de Julho de 2011.

Art. 3º O tema central da Conferência será: "TODOS USAM O SUS! SUS NA SEGURIDADE SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA, PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO".

Art. 4º A 5ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no Centro de Convivência dos Idosos, localizado na Rua Ricardo Back, 41, Centro, Forquilha, sob os auspícios da Prefeitura Municipal através da Secretaria de Saúde.

Art. 5º A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 23 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 27 de 01 de Abril de 2011.

DECRETO Nº. 27 DE 01 DE ABRIL DE 2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.639 de 01 de abril de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a inserir no Projeto/Atividade 2.011 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil, na função Educação; Subfunção Educação Infantil o valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) na modalidade de aplicação 3.3.5.0.1.13 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, na destinação de recursos do FUNDEB, não incluído nas leis 1481/09, 1.576/10 e 1.601/10 que se referem ao PPA 2010-2013, LDO 2011 e LOA 2011.

Art. 2º O valor do novo elemento de despesa que trata o artigo anterior, será deduzido do Projeto/Atividade 2.011 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil, na função Educação; Subfunção Educação Infantil na modalidade de aplicação 3.3.5.0.1.00 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, na destinação de recursos ordinários previstos para o orçamento de 2011.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 e Lei do Orçamento Anual/2011, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de abril de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de abril de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 35 de 16 de Maio de 2011.

DECRETO Nº. 35 DE 16 DE MAIO DE 2011.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.654 de 16 de maio de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 06 - Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social
1.016 - Aquisição, Área, Construção, Ampliação Centros Comunitários/Centros de Convivência/Múltiplo Uso
83- 4490 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Órgão 10 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

1.016 - Implantação do Centro de Triagem de Lixo

148 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Órgão 18 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

1.070 - Aquisição Máquinas e Implementos Agrícolas

3 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

TOTAL R\$ 440.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.031 - Obras de Saneamento Básico

96 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Órgão 08 - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1.017 - Construção de Ginásio de Esportes

128 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

129 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

130 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.033 - Manutenção Secretaria Obras e Desenvolvimento Urbano

102 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

TOTAL R\$ 440.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 16 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 16 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 206, de 03 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 206, DE 03 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA ANA MARIA MARTINI FELLER PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE TURISMO, NÍVEL DAS-6.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANA MARIA MARTINI FELLER para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador de Turismo, Nível DAS-6.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 03 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 207, de 04 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 207, DE 04 DE MAIO DE 2011.
NOMEIA VALDENIR DONDOSSOLA PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA SEÇÃO DE ESPORTE, NÍVEL DAS-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado VALDENIR DONDOSSOLA para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Seção de Esporte, Nível DAS-4.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 04 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 208, de 04 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 208, DE 04 DE MAIO DE 2011.
NOMEIA, POR CONCURSO, DANIELA BURTET MACHADO PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE FONOAUDIÓLOGA, NÍVEL ANS-3.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Daniele da Silva Galvão protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Fonoaudióloga;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Fonoaudióloga;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 3º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, DANIELA BURTET MACHADO para exercer o cargo de Fonoaudióloga, Nível ANS-3.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 04 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 209, de 05 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 209, DE 05 DE MAIO DE 2011.
EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA PATRICIA REINERT SIQUEIRA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Patrícia Reinert Siqueira protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 05 de maio de 2011, a pedido, a servidora PATRICIA REINERT SIQUEIRA do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 05 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 05 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 210, de 06 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 210, DE 06 DE MAIO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE FONOAUDIÓLOGA A SERVIDORA DANIELE DA SILVA GALVÃO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Daniele da Silva Galvão protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Fonoaudióloga;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 06 de maio de 2011, a pedido, a servidora DANIELE DA SILVA GALVÃO do cargo efetivo de Fonoaudióloga.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 06 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 06 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 211, de 09 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 211, DE 09 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA, POR CONCURSO, ROSANEA DA SILVA CAVALER PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NÍVEL 1, REFERÊNCIA "INICIAL" DO ANEXO IX.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 876 de 06 de junho de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento da vaga de Professor de Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 31º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, ROSANEA DA SILVA CAVALER para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, Nível 1, referência "Inicial" do Anexo IX da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento

despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 09 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do departamento de Governo

Portaria Nº. 212, de 09 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 212, DE 09 DE MAIO DE 2011.

AMPLIA, TEMPORARIAMENTE, CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR ANDERSON COSTA FERNANDES EM 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990 e Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990,

CONSIDERANDO que houve o aumento na demanda de serviços;

CONSIDERANDO que a ampliação da carga horária é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para suprir a necessidade temporária,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ampliada, temporariamente, a carga horária do Odontólogo do PSF ANDERSON COSTA FERNANDES em mais 20 (vinte) horas, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilhinha, 09 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 213, de 09 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 213, DE 09 DE MAIO DE 2011.

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CRISTINA MARIA PERUCHI PRUDÊNCIO PARA 20 HORAS SEMANAIS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária da servidora CRISTINA MARIA PERUCHI PRUDÊNCIO em 20 (vinte) horas, voltando a servidora à sua carga horária originária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 09 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 214, de 10 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 214, DE 10 DE MAIO DE 2011.
NOMEIA RENATA BACKES TISCOSKI PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NÍVEL DAS-2.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada RENATA BACKES TISCOSKI para ocupar o cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Econômico, Nível DAS-2.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 215, de 10 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 215, DE 10 DE MAIO DE 2011.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RENATA NICOSKI LOURENÇO PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Alexsandra Dondossola Trombim que está afastada para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, RENATA NICOSKI LOURENÇO para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver afastada para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 216, de 10 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 216, DE 10 DE MAIO DE 2011.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SANTINA DA SILVA GONÇALVES TROMBIM PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NÍVEL OAG-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Monica Junkes Fukushima que está afastada em razão de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, SANTINA DA SILVA GONÇALVES TROMBIM para ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo, Nível OAG-4.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 217, de 10 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 217, DE 10 DE MAIO DE 2011.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO, DE DAIANE MOREIRA LIRA DA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE VIGIA .

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO que a Portaria Nº. 183, de 11 de abril de 2011, nomeou Daiane Moreira Lira da Silva para exercer o cargo efetivo de Vigia.

CONSIDERANDO que Daiane Moreira Lira da Silva apresentou termo de desistência de sua nomeação,

RESOLVE:

Art. 1º - Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Vigia de DAIANE MOREIRA LIRA DA SILVA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 218, de 11 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 218, DE 11 DE MAIO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL A SERVIDORA BÁRBARA ELIANE DE JESUS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO que a servidora Bárbara Eliane de Jesus apresentou pedido de exoneração do cargo temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora BARBARA ELIANE DE JESUS do Cargo Temporário de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 11 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 219, de 12 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 219, DE 12 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSI CELIA PEREIRA FRASSON PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Isabel de Cesaro Cavalier que está afastada em razão de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, ROSI CELIA PEREIRA FRASSON para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível ACS-1.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 12 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 220, de 13 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 220, DE 13 DE MAIO DE 2011.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL A SERVIDORA TÂNIA DA ROSA DONDOSOLA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que a servidora do quadro efetivo Tânia da Rosa Dondossola protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 13 de maio de 2011, a pedido, a servidora TÂNIA DA ROSA DONDOSSOLA do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 221, de 13 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 221, DE 13 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ARCEU ROCHA PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação para o cargo de

Agente de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO que todos os aprovados para o cargo de Agente de Serviços Gerais - Braçal no Concurso 001/2009 já foram nomeados;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, ARCEU ROCHA para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até a realização de Concurso Público.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 222, de 13 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 222, DE 13 DE MAIO DE 2011.

NOMEIA, POR CONCURSO, KELLY CRISTIANE WINKLER PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NÍVEL ACS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 3º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, KELLY CRISTIANE WINKLER para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Nível ACS-1.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado

imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Portaria Nº. 223, de 13 de Maio de 2011.

PORTARIA Nº. 223, DE 13 DE MAIO DE 2011.
NOMEIA, POR CONCURSO, MARIVALDO FELIX PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE VIGIA, NÍVEL TSA-4.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos, e suas alterações posteriores.

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Vigia;

CONSIDERANDO, que o servidor em questão foi classificado em 9º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, por concurso, MARIVALDO FELIX para exercer o cargo de Vigia, Nível TSA-4.

Art. 2º - O servidor nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 13 de maio de 2011.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de maio de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato PMF Nº. 110/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 110/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - SETE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA
OBJETO - prestação de serviços de levantamento das DIMEs entregues, substitutivos e omissos, apuração de documentos fiscais das empresas do município, bem como impetração de recurso em primeira e segunda instância junto ao SEF-SC, bem como acompanhamento da produção agropecuária ano base 2010 e exercício 2011.

VALOR - R\$ 19.705,00 (dezenove mil setecentos e cinco reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2011

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390(23)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 70/FMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 24 de maio de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1234/2011

PORTARIA N.º 1.234 DE 27 DE MAIO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 552.265.749-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, por 40 horas semanais, a partir de 31 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1235/2011

PORTARIA N.º 1.235 DE 27 DE MAIO DE 2011.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SUELEN PARAVISI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 008.309.729-51, no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO (20h), com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1236/2011

PORTARIA N.º 1.236 DE 27 DE MAIO DE 2011.
Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SOELI DE CORDUVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.981.419-33, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0008/2011-SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2011 - SF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0003/2011

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais hidráulicos para manutenção e uso nas redes de água e esgoto do Município, para o período de junho a setembro de 2011. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 09/06/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de maio junho de 2011.
ADEMIR PEDRO PERIN
Presidente da SANEFRAI

Notificação de Recebimento de Recursos Federais

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS									
O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os									
partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s)									
seguinte(s) recursos do Governo Federal:									

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
26/05/2011	Ministério da Saúde	MAC - SAMU	12.500,00
26/05/2011	Ministério da Saúde	MAC - SAMU	12.500,00
26/05/2011	Ministério da Saúde	MAC - SAMU	12.500,00
		Secretaria de Finanças	

Aviso do Pregão Presencial Nº 0053/2011-RP 25 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS 0025/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de massa asfáltica CAUQ, emulsão asfáltica RR1C e massa Asfáltica CAUQ com serviços de aplicação, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (SANEFRAI), durante o período de Junho a dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 09/06/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de maio de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 067/2011

DECRETO N.º 067, DE 27 DE MAIO DE 2011.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 5.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 5.000,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Maio de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/05/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação PR 042/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a locação de estrutura para o evento XIII Quermesse e I Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 09h25min do dia 09/06/2011.

A sessão se dará a partir das 09h30min do dia 09/06/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 27 de maio de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR043/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a contratação de serviço de segurança para atender o evento XIII Quermesse e I Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 14h25min do dia 09/06/2011.

A sessão se dará a partir das 14h30min do dia 09/06/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 27 de maio de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do contrato Nº. 079/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 079/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: SUPORTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção de placas de sinalização com fornecimento de materiais para sinalização do trânsito no município. PRAZO: Da assinatura do Contrato até 31/12/2011. VALOR: R\$ 142.152,50 (cento e quarenta e dois mil e cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Governador Celso Ramos, 18 de maio de 2011. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 080/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 080/2011.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da continuação da Rua do Anogueiro conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária.
PRAZO: Da assinatura do contrato até 14/10/2011.
VALOR: R\$ 39.885,60 (trinta e nove mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Públicos.
Governador Celso Ramos, 18 de maio 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 081/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 081/2011.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, da Rua Manoel Honório Marques conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária.
PRAZO: Da assinatura do contrato até 14/10/2011.
VALOR: R\$ 119.565,70 (cento e dezenove mil e quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Públicos.
Governador Celso Ramos, 18 de maio 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 082/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 082/2011.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação a lajota sextavada de concreto com fornecimento de material, das Ruas: São Pedro, José Francisco dos Santos, Deodora Simas Custódio e Praça Miguel Pedro dos Santos em Canto dos Ganchos, conforme edital, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária.
PRAZO: Da assinatura do contrato até 15/11/2011.

VALOR: R\$ 98.945,60 (noventa e oito mil e novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Públicos.
Governador Celso Ramos, 19 de maio 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Registro Preco 442011

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: AGUA MIRIM COM. E DIST. DE ÁGUA MINERAL LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBONAS, GARRAFAS E REFIL DE ÁGUA MINERAL.
Valor: R\$ 14.958,30 (quatorze mil novecentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos)
Vigência: INÍCIO: 17/04/2011 TÉRMINO: 17/04/2012 Licitação:
Pregão Presencial nº. 44/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Everton Luiz Kraisch.

Guaramirim, 02 de Maio, 2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeitura Municipal de Guaramirim

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Termo Aditivo Nº 014/2011 de 26 de Maio de 2011.

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste."
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ/MF Nº 83.516.070/0001-24
Endereço BR 282 km 342
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 014/2011 DE 26 DE MAIO DE 2011.
Termo Aditivo ao Contrato nº 0065/2010 de 17 de dezembro de 2010, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Prefeito, Senhor NELSON GUINDANI, inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Processo Licitatório nº 0125/2010 - Pregão nº 0038/2010, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do Contrato, com validade da data de assinatura deste termo, até 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, inciso I, alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0065/2010, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 26 de Maio de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
PELA CONTRATANTE

SALMIR CARDOSO CRISTIANO
Procurador
PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Rubens Antonio Correia Daiane Lorini
CPF: 687.857.399-87 CPF: 004.534.269-56

Termo de Reajuste Nº 0005/2011

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste."
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro -
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
Empresa: Liz Serviços On Line Ltda
CNPJ/MF Nº 03.725.725/0001-35
Rua 220, nº200
CONTRATADA

TERMO DE REAJUSTE Nº 0005/2011.

O Município de Herval D' Oeste, através de sua Unidade Gestora "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE", inscrita no CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38, neste ato, representada pelo Senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, vem por meio deste instrumento, conceder a empresa Liz Serviços On Line Ltda, reajuste de valor referente ao Contrato nº 0017/2009, de 06 de Abril de 2009, no aporte de 13,48% (treze vírgula quarenta e oito por cento).

Parágrafo Primeiro: O valor do Contrato original que era de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), com o reajuste passa a ser de R\$ 1.702,20 (Hum mil, setecentos e dois reais e vinte centavos) pago em prestações trimestrais.

Parágrafo Segundo: As demais cláusulas do Contrato Original que não foram alteradas por este Termo, permanecem em pleno vigor.

Herval D' Oeste, 10 de Maio de 2011.

Nelson Guindani
PREFEITO
CPF: 501.589.459-72
Pela Contratante

CARLITO MELLO DE LIZ
SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF: 181.488.089-53
Pela Contratada

Testemunhas:
Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Daiane Lorini
CPF: 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto PMI Nº 049.2011

DECRETO Nº 049, de 26 de maio de 2011.
Dispõe sobre abertura de crédito Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ
Manutenção da Secretaria da Fazenda
04.123.0004-2.004
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (0014) Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos 170.000,00
Total 170.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de maio de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria DGP/SEAGP N.º 126/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 126, de 26 de maio de 2011.
Dispõe sobre a demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2007, admitida em 23/03/2009, contrato nº 4778, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Patrícia Pires Paulo	Servente Merendeira	069.840.559-54	25/05/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de maio de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Cancelamento de Pregão Presencial Nº52/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica cancelado o Processo Licitatório nº 72/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 52/2011, para revisão do edital.

Imbituba, 30 de maio de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Cancelamento Pregão Presencial Nº 57/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica cancelado o Processo Licitatório nº 84/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 57/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 30 de maio de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

CÂMARA DE VEREADORES

Aviso de Audiência Pública Nº 002/11

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/11

O Vereador Rogberto de Farias Pires, Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Vereador Valdir Rodrigues, Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, comunicam que, no próximo dia 30 de maio de 2011, segunda-feira, às 18h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, será realizada Audiência Pública com a finalidade de apresentar as Metas Fiscais referentes ao Primeiro Quadrimestre de 2011 da Prefeitura Municipal de Imbituba.

A apresentação das metas fiscais será realizada pelo Secretário da Fazenda do Município de Imbituba, Senhor Mário César de Souza.

Imbituba/SC, 25 de maio de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

VALDIR RODRIGUES
Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Homologação Processo Licitatório Nº 25/2011 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 25/2011
TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa Rocha Empreendimentos Ltda. A Contratada se compromete a Executar a Construção de edifício em alvenaria, com um pavimento térreo, espaço para uso da educação infantil (creche), com área de 438,20m², com fornecimento de materiais e mão de obra, de acordo com Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, anexos deste Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, com recursos próprios do Município, conforme abaixo descrito:

- A obra consiste em um edifício de alvenaria, com um pavimento térreo para uso da educação infantil com as seguintes dependências: 03 salas de aula com seu dormitório em anexo, 02 salas de aula, sala de professores, sanitário dos professores, 01 sanitário masculino, 01 sanitário feminino, lactário, higienização, cozinha, depósito, lavanderia, despensa, descarga, refeitório, 04 circulações e 02 áreas.

- A edificação já conta com pilares em pré-moldado de concreto armado e suas respectivas fundações, estrutura metálica, cobertura com telhas de fibrocimento de espessura igual a 6,0mm e manta de isolamento térmico.

Os materiais a serem empregados deverão ter qualidade comprovada em conformidade com as Normas vigentes da ABNT.

Irineópolis, 30 de maio de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Contrato Nº 75/2011 - PM

CONTRATO Nº 75/2011
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2011

Contrato de Construção de uma creche, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rocha Empreendimentos Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de

identidade n.º 6.109.615 SSPSC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Rocha Empreendimentos Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.279.711/0001-60, com sede a rua Frei Menandro Kamps, nº 1615, Bairro Alto das Palmeiras, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Aristeu Tibes da Rocha, portador do CPF nº 893.936.949-15, RG nº 2.312.961-SSEP-SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 25/2011, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 07/2011, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇOS

Este contrato tem origem no Processo de Licitação n.º 25/2011, Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 07/2011, no qual a Contratada se compromete a Executar a Construção de edifício em alvenaria, com um pavimento térreo, espaço para uso da educação infantil (creche), com área de 438,20m², com fornecimento de materiais e mão de obra, de acordo com Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, anexos deste Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, com recursos próprios do Município, conforme abaixo descrito:

- A obra consiste em um edifício de alvenaria, com um pavimento térreo para uso da educação infantil com as seguintes dependências: 03 salas de aula com seu dormitório em anexo, 02 salas de aula, sala de professores, sanitário dos professores, 01 sanitário masculino, 01 sanitário feminino, lactário, higienização, cozinha, depósito, lavanderia, despensa, descarga, refeitório, 04 circulações e 02 áreas.

- A edificação já conta com pilares em pré-moldado de concreto armado e suas respectivas fundações, estrutura metálica, cobertura com telhas de fibrocimento de espessura igual a 6,0mm e manta de isolamento térmico.

2.2. Os materiais a serem empregados deverão ter qualidade comprovada em conformidade com as Normas vigentes da ABNT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 378.717,05 (trezentos e setenta e oito mil, setecentos e dezessete reais e cinco centavos), incluindo materiais e mão de obra, sendo o valor dos materiais de R\$ 246.166,08 (duzentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e seis reais e oito centavos) e da mão de obra R\$ 132.550,97 (cento e trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento ocorrerá de forma parcelada, em 12 (doze) parcelas, e de acordo com o cronograma Físico-financeiro, sendo a ultima parcela efetuada, somente após o laudo emitido pelo Engenheiro responsável, mediante apresentação de nota fiscal/fatura discriminando a modalidade e o número da licitação que originou o respectivo contrato, devidamente aprovada pela Secretaria Municipal da Infra-Estrutura e Desenvolvimento Comunitário, acompanhada das folhas de pagamento quitadas dos empregados envolvidos na execução da obra juntamente com as guias comprovando o recolhimento da Contribuição Previdenciária (INSS), guias comprovando o recolhimento do FGTS. .

PARÁGRAFO SEGUNDO - No ato de cada pagamento a contratada

deverá apresentar as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto pagamento. Nos aspectos previdenciários será ainda, observado o que dispõe a Instrução Normativa n. 971/09 do INSS de 18/11/2009 em seus artigos 117 e 118, onde descreve a base de cálculo para retenção de INSS. Os valores referentes ao ISSQN, de acordo com o Código Tributário do Município de Irineópolis-SC, serão retidos no ato de cada pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Deverá a Contratada apresentar cópia de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de Execução do Objeto do contrato devidamente quitada, por ocasião do recebimento do pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os créditos decorrentes da Contratação somente serão pagos a CONTRATADA, não se admitindo o pagamento e a negociação dos mesmos com terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar, POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DA OBRA, os documentos abaixo identificados:

- a) Prova de Regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- d) Certidão Negativa de Débito para com o INSS da Obra;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta a Contratada não poderá sub empreitar os serviços a ela adjudicados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todos os materiais a serem empregados na execução do objeto deverão ser fornecidos pela empresa Contratada, bem como todos os custos de aquisição serão encargo da mesma. Todos os materiais deverão ser de ótima qualidade, atendendo as descrições constantes do Memorial Descritivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução do objeto deverá obedecer rigorosamente as especificações e elementos técnicos relacionados no Edital, nos projetos e memorial descritivo, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas formalizada e aprovada por esta Municipalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O diário de obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para a execução completa da obra é de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos conforme Cronograma Físico-Financeiro (Anexo VIII do Edital). Atrasos na execução dos serviços somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras, podendo ser prorrogado mediante a formulação de cláusulas aditivas neste Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade da Municipalidade, através da Secretaria da Educação, através da servidora Marlem Marques Dal Lago - Secretária da Educação ou a quem esta designar e pelo Sr. José Alfredo Pinto - Engenheiro Civil, à quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização se efetivará no local da obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

PARÁGRAFO QUARTO - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

PARÁGRAFO QUINTO - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

PARÁGRAFO SEXTO - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

PARÁGRAFO OITAVO - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA SETIMA - REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA OITAVA - CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta das dotações: Projeto Atividade 1.003 - Obras e Reformas de Escolas do Ensino Infantil: 4.4.90.51.00.00.00.00.0257 (34) e 4.4.90.00.00.00.00.0194 (143) - Aplicações Diretas e Projeto Atividade 2011 - Manutenção do Ensino Infantil: 4.4.90.51.00.00.00.00.0257 (61) - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DECIMA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 meses após a assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou à terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO -. A Contratada obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

PARÁGRAFO QUARTO - A Contratada providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, conforme modelo fornecido pelo Município bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos, sendo que a qualquer exigência que implique modificações do projeto deve ser obtida autorização por escrito desta Municipalidade.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO SEXTO - A Contratada providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da Execução da Obra de forma discriminada.

PARÁGRAFO SETIMO - A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

PARÁGRAFO OITAVO - A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

PARÁGRAFO NONO - A Contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Contratada deverá elaborar o "As Built", referente aos serviços executados, por ocasião da liberação do ultimo pagamento, sendo obrigatório a entrega deste. ("As built" significa que o projeto aprovado para ser executado de uma determinada maneira, sofreu alguma modificação construtiva ou alteração 'in loco', e, desta forma o responsável pela execução, elabora novo desenho ou projeto, no qual constem as mudanças, sejam

significativas ou não.).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Tomada de Preços n.º 07/2011, Processo Licitatório n.º 25/2011, indenizando a Contratada pelos serviços até então realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços n.º 07/2011, Processo Licitatório n.º 25/2011, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n.º 8.666/93 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a) Cinco décimos por cento (0,5%) do valor do contrato por dia, caso ultrapasse o prazo para início da obra, a contar da Ordem de Serviço.
- b) Cinco décimos por cento (0,5%) do valor do contrato por dia que exceda o prazo contratual, sem justificativa aceita por esta Municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas previstas nas letras "a" e "b" do PARÁGRAFO PRIMEIRO são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa definida na letra "a" do PARÁGRAFO PRIMEIRO será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devida e a multa da letra "b" do PARÁGRAFO PRIMEIRO será descontada da última parcela ou das cauções retidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 30 de maio de 2011.

Município de Irineópolis
WANDERLEI LEZAN
Contratante

Rocha Empreendimentos Ltda
ARISTEU TIBES DA ROCHA
Contratada

Testemunhas:
Nome: Mauricio Juraszek
CPF: 044.088.849-28

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF: 664.622.159-68

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Tomada Nº 02/2011

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
Data 27/05/2011 Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO

PROCESSO Nº 02/2011
Nº 34/2011

OBJETO:

Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Gestão dos Resíduos produzidos pelo município, compreendendo os serviços de transporte, tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado para resíduos sólidos urbanos compactáveis, domiciliares.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação em julgamento foi publicada em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, mural público municipal, e site oficial do Município, Diário municipal no dia 13/05/2011 a fim de ampla divulgação. Retiraram o edital as empresas: SERRANA ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF: 83.073.536/0001-64 e SUN PARTNERS ENGENHARIA E CONCESSÕES LTDA CNPJ/MF: 08.322.952/0001-33, ECOSYSTEM SERVIÇOS URBANOS LTDA, CNPJ/MF: 03.682.232/0001-65. Iniciada a sessão os membros da CPL e o licitante presente rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais se encontravam devidamente lacrados. Protocolou envelopes a empresa: SERRANA ENGENHARIA LTDA. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros. Neste ato constatou-se que a empresa estava de acordo com o edital, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada aonde foi apresentado o valor unitário por tonelada de R\$ 201,14 (duzentos e um reais e quatorze centavos) contendo o valor de total de R\$ 885.025,43, porém observado pela CPL que o valor apresentado está em desacordo com o edital acima do preço máximo de R\$ 170,81 (cento e setenta reais e oitenta e um centavo) a tonelada, portanto considerada DESCLASSIFICADA, pelo descumprimento do preço máximo estipulado, questionada a empresa sobre o valor apresentado o representante presente fez seguintes alegações: que o preço no edital encontra-se abaixo do valor praticado no mercado, por este motivo não concordam com o valor em edital, pois é inviável a qualquer empresa do ramo e por consequência o Município não conseguiria a contratação. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
Membro

REPRESENTANTES PRESENTES:
SERRANA ENGENHARIA LTDA,
FERNANDO SATTIS TRENTIN
CPF: 999.645.030-91

Dispensa de Licitação Nº 06/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2011
PROCESSO Nº 36/2011
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2011

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO localizada na Rua 1590, nº 430, Município de Itapoá/SC, atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009, torna público que se encontra em aberto o edital de Chamada Pública no período de 30/05/2011 a 31/12/2011 para o credenciamento e posterior aquisição de gêneros e produtos alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

OBJETO: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

CONTRATANTE: Município de Itapoá/SC, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, e Administração.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2011, contados a partir da assinatura do contrato.

BASE LEGAL: Art.24,IV, da Lei nº 8.666/93.

Itapoá/SC, 26/05/2011.

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO

Presidente da Comissão Permanente da Licitação

Pregão Presencial Nº 18/2011 limpeza e conservação de vias e espaços públicos,

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2011

PROCESSO Nº 44/2011

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global homem/hora, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 4728/05, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:30m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h e 30m, do dia 10 de junho de 2011, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação de vias e espaços públicos, conforme especificações constantes em Edital. O extrato do Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou www.diariomunicipal.sc.gov.br, o edital na íntegra poderá ser retirado na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m das 17h:30m sob o pagamento de taxa de R\$ 15,00 (quinze reais) custo do CD-Row.

Itapoá, 27 de maio de 2011.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 3.216

PORTARIA Nº 3.216 DE 18 DE MAIO DE 2011

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) VANIA ANTUNES DE LIMA, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 12 de abril de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 12 de abril de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de maio de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria 3.217

PORTARIA Nº 3.217 DE 18 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE ADICIONAL DE TITULAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) DESIREE APARECIDA PINO GOMES, Técnico em Vigilância Sanitária, pedido protocolado sob n.º 118.822 de 28 de fevereiro de 2011, em função da nova titulação de Pós-Graduação, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 68, § 1º da Lei Complementar nº 76 e Anexo III da Lei Complementar nº 77 ambas de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 28 de fevereiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de maio de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria 3.218

PORTARIA Nº 3.218 DE 18 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) CLARICE MARIA PECIN ENDERLE, Professor Licenciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 16 de maio de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 16 de maio de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de maio de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria 3.219

PORTARIA Nº 3.219 DE 18 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) SONIA MARIS SLONGO, Pro-
fessor Pós Graduado, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, refe-
rente ao período de 01 de junho de 1997 a 30 de maio de 2002
(60 dias) por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de
maio de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de
2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
produzindo seus efeitos desde 16 de maio de 2011, obedecido o
disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de
2010.

Joaçaba(SC), em 18 de maio de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 3.220

PORTARIA Nº 3.220 DE 18 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) MARA RAQUEL BITTENCOURT
BARRETO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem
direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de
dezembro de 2007 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a
partir de 21 de março de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11
de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
produzindo seus efeitos desde 21 de março de 2011, obedecido
o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de
2010.

Joaçaba(SC), em 18 de maio de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 3.221

PORTARIA Nº 3.221 DE 18 DE MAIO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições
que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) GUILHERMINA GLORI C. MAT-
TEVI, Professor Pós Graduado, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direi-
to, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezem-
bro de 2005 (12 dias), 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de
2006 (12 dias), 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007
(12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 15
de março de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro
de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,
produzindo seus efeitos desde 15 de março de 2011, obedecido
o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de

2010.

Joaçaba(SC), em 18 de maio de 2011
RAFAEL LASKE

Extrato PP 30/2011/PMJ - PL 59/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2011/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2011/PMJ

Objeto: Contratação de seguros destinados aos veículos da frota
municipal e dos cedidos ao Município por outros órgãos da Admi-
nistração Direta, Autárquica ou Fundacional de outros entes do
Governo, exceto os pertencentes aos Fundos, Autarquias e Fun-
dações, pelo período de 12 (doze) meses. Forma de Julgamento:
Menor preço global. Data da abertura: Dia 10/06/2011, a partir
das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria
Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado.
Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia
10/06/2011. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e
Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado
na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segun-
da à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer
informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras
e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-
8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 25 de maio de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 819/2011/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 819/2011/PMJ

PROVENIENTE DO PL 39/2011/PMJ - CV 5/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: META ASSESSORIA E PROJETOS LTDA

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos pro-
fissionais especializados de engenharia, para elaboração de pro-
jeto de reurbanização de área central do Município, com aproxi-
madamente 24.000 m², para a inserção da mesma como área de
lazer e convívio social.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 145.000,00

DATA DE ASSINATURA: 25/05/2011.

VIGÊNCIA: 90 dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

**Retificação do Edital 001/2011 da Secretaria
Municipal de Saúde**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, retifica o disposto no
edital 001/2011, Anexo I e Anexo II, publicado em 25 de maio de
2011, passando os referidos anexos a vigorarem com a seguinte
redação:

ANEXO I**DOS EMPREGOS, VENCIMENTOS E HABILITAÇÕES**

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Enfermeiro	40 h/semana	R\$ 2.520,55	Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro.

Técnico em Enfermagem	40 h /semana	R\$ 882,20	Ensino médio completo e habilitação legal para o exercício da profissão de Técnico em Enfermagem.
-----------------------	--------------	------------	---

**ANEXO II
DAS VAGAS**

EMPREGO	Nº VAGAS
Enfermeiro	2
Técnico em Enfermagem	3

Os demais itens e anexos permanecem inalterados.

Joaçaba (SC), 25 de maio de 2011
RAFAEL LASKE
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE

Portaria JHL 51/11

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 51/11 DE 12/05/2011
Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba , Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º Revogar a designação do servidor Arlindo Marques da Silva, P-4, N-1 F-1, como condutor de viatura conforme Portaria JHL 66/06 de 19/12/06 para o período de 10/maio à 06/Setembro/2011 conforme prevê o § único do art. 36º da Lei Complementar 193/2010.
2º Esta Portaria entrará em vigor apartir de 10 de maio de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de Maio de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Balancete Financeiro por Categoria Econômica**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	847.978,52	Despesa Orçamentária	584.876,61
RECEITA PATRIMONIAL	25.906,48	Despesas exceto Intra-orçamentárias	535.577,31
RECEITA DE SERVIÇOS	762.085,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.522,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.272,01	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	279.558,55
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.349,60	INVESTIMENTOS	63.496,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	364,84		
		Despesas Intra-orçamentárias	49.299,30
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.925,64
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.373,66
Receita Extra - Orçamentária	710.583,91	Despesa Extra - Orçamentária	718.865,81
DEPOSITOS	110.187,82	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	166,48
CONSIGNACOES	78.769,92	CUSTOS E DESPESAS PAGOS ANTECIPADAMENTE	166,48
PREVIDENCIA SOCIAL	419,80	DESPESAS ANTECIPADAS	166,48
PENSAO ALIMENTICIA	4.430,73	DEPOSITOS	110.706,38
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.264,29	CONSIGNACOES	77.186,23
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	28.915,32	PREVIDENCIA SOCIAL	419,80
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.988,88	PENSAO ALIMENTICIA	4.327,17
OUTROS CONSIGNATARIOS	29.750,90	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.049,22
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	31.417,90	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	27.650,26
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	31.417,90	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.988,88
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	600.396,09	OUTROS CONSIGNATARIOS	29.750,90
OBRIGACOES A PAGAR	600.396,09	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	33.520,15
FORNECEDORES	346.051,23	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	33.520,15
PESSOAL A PAGAR	193.565,37	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	607.992,95
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	42.925,64	OBRIGACOES A PAGAR	607.992,95
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.530,39	FORNECEDORES	345.314,73
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	8.850,60	PESSOAL A PAGAR	193.565,37
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	472,86	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	42.847,99
		OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.675,00
		RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	17.117,00
		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	472,86
Saldos anteriores	3.119.178,08	Saldos atuais	3.373.998,09
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.089.164,48	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	3.330.050,77
BANCO C/ MOVIMENTO	17.812,54	BANCO C/ MOVIMENTO	31.746,26
BANCOS C/ VINCULADAS	12.201,06	BANCOS C/ VINCULADAS	12.201,06
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	4.677.740,51	Total	4.677.740,51

JOACABA, 27/05/2011

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

ADONES MARCIANO
Contador - CRC/SC 028953/O-4

Lages

PREFEITURA MUNICIPAL

Convênio 115/2011

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 115/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGES E A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SC OBJETIVANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO PARA A PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE LAGES.

O MUNICÍPIO DE LAGES, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, centro, nesta cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 82.777.301/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor RENATO NUNES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 021.168.989-00, doravante denominado MUNICÍPIO, com a colaboração da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, neste ato representada pelo seu Secretário, Senhor Antonio César Alves de Arruda, inscrito no CPF/MF sob o n.º 195.120.159.00 e de outro lado a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida nesta cidade, Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 26.989.715/00043-61, neste ato representada pela Procuradora -Chefe, Dra. CINARA SALES GRAEFF, inscrita no CPF/MF sob o n.º 345.217.800-59 e portadora da RG nº. 5.700.759 - SSP/SC doravante denominada PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO, considerando o interesse de ambos em melhorar a eficiência da administração Pública, o desenvolvimento e a qualidade de atividades voltadas para a sociedade, resolvem firmar o presente Convênio mediante sujeição às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente convênio está legalmente fundamentado no caput do art. 85 da Lei Complementar nº 293/2007.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto celebrar parceria entre o MUNICÍPIO DE LAGES E A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO, no sentido de tornar melhor, mais célere e eficiente a prestação de serviços à comunidade, naqueles setores em que congreguem afinidades de atribuições legalmente estabelecidas para os entes que celebram este instrumento, por meio da cessão de servidores efetivos municipais para exercerem suas funções na PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE LAGES.

Parágrafo Único - Caberá ao MUNICÍPIO DE LAGES disponibilizar servidor efetivo, objetivando auxiliar a PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE LAGES na prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- I - colocar à disposição da PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE LAGES, servidor de cargo de provimento efetivo pertencente ao quadro funcional do MUNICÍPIO;
- II - pagar mensalmente o vencimento relativo ao servidor cedido, conforme calendário de pagamento mensal do MUNICÍPIO;
- III - responder pelo vínculo empregatício, bem como todos os direitos, garantias e prerrogativas do servidor cedido;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO, por intermédio da PTM DE LAGES obriga-se a:

- I - proporcionar treinamento aos servidores cedidos, com vista a melhor habilitá-los ao exercício das atividades que lhes competir;
- II - encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos do MUNICÍPIO até o dia 10 de cada mês, o registro ponto dos servidores cedidos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR

O SERVIDOR obriga-se a:

- I - observar e cumprir o horário bem como as regras de funcionamento estabelecidas pelo Coordenador da PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE LAGES na qual prestará serviço;
- II - proceder ao registro do horário de trabalho diário, em documento hábil fornecido pela PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE LAGES.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante a comunicação prévia de 30 (trinta) dias, por conveniência administrativa, por inadimplemento de qualquer das cláusulas, ou ainda por superveniência de norma ou fato legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de infrações que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir de 25 de abril de 2011, produzindo efeitos a partir do início do exercício das funções de cada um dos servidores cedidos, conforme respectivos decretos de cedência, encerrando-se em 31 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente Convênio poderá ter suas cláusulas alteradas por Termo Aditivo, inclusive com relação ao contingente de servidores cedidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Lages- SC, 25 de abril de 2011.

ANTONIO CÉSAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Administração

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Lages

CINARA SALES GRAEFF
Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina
Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região

Testemunhas:

Lindóia do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Pregão Climatizadores, Mesa de Som, Microfones e Arquivos de Aço

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aquisição de equipamentos de climatização, mesa de som, microfones, e arquivos de aço, as 14:00 horas do dia 10 de junho de 2011, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45, horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de maio de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Chamamento Público 002.2011 - AGRICULTURA FAMILIAR

EDITAL

Chamamento Público nº 002/2011

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO.

OBJETO: Cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar dos alunos da Rede de Ensino do município, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

REGIMENTO: Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e Resolução CD/FNDE 038/2009, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 16 de junho de 2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 16 de junho de 2011.

OBTENÇÃO DO EDITAL: www.luzerna.sc.gov.br

Edital de Notificação N.º 001/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZERNA – SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 210 a 227 da Lei Complementar n.º 053 de dezembro de 2006 que instituiu o Código Tributário Municipal de Luzerna – SC.

NOTIFICA:

A todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua São Roque no Município de Luzerna, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria da Fazenda e Administração, através do setor de Tributação, a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em paralelepípedo, drenagem pluvial e meio fios, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser pago observando os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (Art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, I, da Lei Complementar 053/06 CTM) O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (Art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, II, da Lei Complementar 053/06 CTM) Os serviços de pavimentação em paralelepípedo de 1.006,44m² (um mil e seis metros e quarenta e quatro centímetros quadrados) em parte da Rua São Roque, tiveram um custo total de R\$ 46.307,65 (quarenta e seis mil trezentos e sete reais e sessenta e cinco centavos), conforme demonstrativo do Anexo II, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 217, da Lei Complementar 053/06 CTM)

Os proprietários dos imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de até R\$ 30.871,77 (trinta mil oitocentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos). Montante este equivalente a 2/3 do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011. O valor restante será custeado pelo poder público.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, da Lei Complementar 053/06 CTM) Todos os imóveis situados, com testada integral ou parcial para o setor da Rua São Roque conforme demonstrado no Anexo III, deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 214, 215, 216, 217, 218, 230 e 231 da Lei Complementar 053/06 CTM)

O valor a ser pago limitar-se-á ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II, deste edital.

A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á através da operação aritmética da diferença entre o valor venal da propriedade antes e depois de realizada a obra, que será aplicada através da fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Valorização decorrente da obra (individual) = Valor do Imóvel (depois da obra) – Valor do imóvel (antes da obra)

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225 e 226 da Lei Complementar 053/06 CTM)

I – Pagamento em parcela única: ao pagamento à vista conceder-se-á um desconto de 10% (dez por cento), do valor da Contribuição de Melhoria, se efetuado até no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em até 03 (três) pagamentos, sem acréscimo, em 60, 90 e 120 dias da data da publicação do Edital, ou em até 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, corrigidos monetariamente, no início de cada exercício financeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no exercício anterior, fixando o vencimento da 1ª parcela em 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital.

Decorridos 60 dias da publicação do Edital de Citação aos interessados, e não requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e lançado em Dívida Ativa, para todos os efeitos legais. O recolhimento deverá ser realizado através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo código de barra, autenticada mecanicamente, no qual estão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito aos acréscimos conforme estabelece o artigo 313 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006.

I – Multa de mora;

II – Juros de mora, e

III – Atualizações monetárias

I - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre os tributos e contribuições municipais, ou seja, 2,1% ao mês;

a) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o trigésimo dia de seu vencimento;

b) entre o trigésimo primeiro e o sexagésimo dia do vencimento incidirá multa de 0,085% ao dia, ou seja, 5,1% no período;

c) após o sexagésimo primeiro dia será cobrado 10% (dez por cento) de multa.

A multa deverá incidir sobre o valor do tributo já atualizado monetariamente.

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento;

III - A atualização monetária dos tributos municipais será procedida pela UFRM.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225, § 3º da Lei 053/06 CTM)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 227, 228 e 229 da Lei 053/06 CTM)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 227 a 231 da Lei Complementar n.º 053/2006. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

O valor da parcela será anualmente corrigido pelo INPC (IBGE) apurado no ano anterior. A expressão monetária da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de 2010 é de R\$ 58,72 (Cinqüenta e oito reais e setenta e dois centavos).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Luzerna SC, 30 de maio de 2011

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

ANEXO - I

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
OBRA : PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM PLUVIAL

LOCAL : PARTE DA RUA SÃO ROQUE

DATA : MARÇO/2.011

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GENERALIDADES:

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela fiscalização, placas:

da AMMOC, responsável pelo projeto;

da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução; do órgão concedente dos recursos (Convênio).

A pavimentação deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas. Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade sua manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

Todo material a ser empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. Deve permanecer no escritório uma amostra dos mesmos.

No caso da Empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

1. SERVIÇOS INICIAIS:

1.1. Documentação: Antes do início dos serviços a empreiteira deverá providenciar, e apresentar para o órgão contratante: a) ART de execução; b) Alvará de construção; c) CEI da Previdência Social; d) Livro de registro dos funcionários; e) Programas de Segurança do Trabalho.

1.2. Placa da Obra: Deverá ser afixada placa dos responsáveis técnicos no local da obra.

2 – PROJETOS

O Projeto refere-se à pavimentação em Paralelepípedos de basalto das Rua Fernando Katschor, localizada no município de Luzerna - SC.

O Projeto compõe-se de:

Planta do local do empreendimento;

Planta Baixa;

Planta da Drenagem Pluvial Superficial;

Detalhes da Boca de Lobo e Meio Fio, perfil transversal;

Os projetos foram orientados conforme normas do DER/SC, no que se refere a especificações e materiais.

2.1 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica anotada perante o CREA/SC pelo Engº Civil DENIR NARCIZO ZULIAN sob nº 50.805-8, funcionário da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense.

03 - ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

A locação foi efetuada com a utilização de estação total com leitura em prisma.

O eixo foi piqueteado de 10 em 10 ou 20 em 20 metros de acordo com a situação e a necessidade.

04 - PROJETO GEOMÉTRICO

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas Normas para Projetos Geométricos de Logradouros Urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos Estudos Topográficos.

05 - CARACTERÍSTICAS DA RUA

A rua, objeto do presente projeto, são as seguintes:

• PARTE DA RUA SÃO ROQUE:

Área a pavimentar : 1006,44m²

Extensão : 139,07m

Largura da pista : 8,00m

Boca de Lobo : 12,00un

06 – SISTEMA VIÁRIO

6.1 TERRAPLANAGEM:

O Projeto de terraplanagem compreende em sua maioria, raspagens da superfície ao longo do segmento conforme mostra nas curvas de níveis e perfis em projeto pode se perceber que o terreno é praticamente plano o que proporcionou, pequenos movimentos de terra.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão.

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas, a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa.

07 – DIMENSIONAMENTO

7.1 – CÁLCULO DA ESPESSURA DO PAVIMENTO:

Não existe, realmente, um estudo de dimensionamento dos pavimentos de paralelepípedos, e as considerações que vamos fazer baseiam-se mais nos dados práticos do Engº Civil Wlastermiller de Senço, Manual de Técnicas de pavimentação, volume II, associado a alguns conceitos teóricos.

As Normas Rodoviárias fixam em 23 cm, no mínimo, a soma das espessuras da base de areia ou pedrisco e do revestimento de paralelepípedos.

08 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

8.1 – Introdução: De acordo com as necessidades e exigências da Prefeitura Municipal de Luzerna, o projeto constitui-se de pavimentação com paralelepípedos de rocha basáltica, assentados em um colchão de pedrisco previamente espalhado no subleito da rua, sendo contido entre meios-fios, construídos lateralmente nos bordos da pista a pavimentar.

8.2 - Compactação do subleito: Após o assentamento dos meios-fios, procede-se a compactação do subleito com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.3 - Espalhamento do Colchão de Pedrisco: Sobre o subleito preparado, espalha-se o pedrisco, em tal quantidade que a soma da altura do pedrisco mais o paralelepípedo não seja inferior a 23 cm.

8.4 - Assentamento dos paralelepípedos: Os paralelepípedos serão assentados sobre a base de pedrisco;

8.5 - Rejuntamento: As juntas dos paralelepípedos serão rejuntadas com pó de pedra basáltica, utilizando-se vassouras;

8.6 - Compactação: Após assentados os paralelepípedos, estes serão compactados com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.7 - Tolerâncias:

da superfície: Usando-se uma régua que se coloca sobre a superfície, não deverá apresentar depressões superiores a 10mm=1cm;

da espessura: Por intermédio de sondagens nos diversos pontos do calçamento, mede-se sua espessura total (pedrisco + paralelepípedo), não devendo diferir de mais de 5% da espessura fixada;

juntas: Numa fileira completa, permitem-se no máximo, 30% de tolerância para as juntas que estejam fora do estabelecido;

09 - PROJETO DOS MEIOS-FIOS

A finalidade da execução de meio-fios no projeto, tem a permitir que as águas pluviais tomem orientações definidas por estes, às caixas coletoras e bueiros, a fim de não causar danos à superfície pavimentada.

Os meios-fios serão executados em concreto moldado "in-loco" Fck 15Mpa com dois aços de 5/16". Preliminarmente, procede-se a abertura de valas ao longo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas, devendo ficar no máximo 10 a 12 cm acima do leito acabado do pavimento. As dimensões para os meio-fios deverão ser de: 12x30cm (largura e altura);

O alinhamento dos meio-fios deverá ser perfeitamente retilíneo, segundo o projeto em anexo.

No caso de entradas, deverão ser executados cordões, o assentamento segue o mesmo processo dos meios-fios, com a diferença que a face superior deverá estar 3 a 4 cm do pavimento acabado. No final da pavimentação onde o pavimento terminar e não possuir qualquer tipo de pavimentação e na pista de rolamento serão executados cordões devendo a face superior ficar no nível do pavimento acabado conforme esta demonstrado em projeto.

10 – DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS

O projeto de drenagem foi elaborado com vistas ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a locais de deságues seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos que margeiam as ruas.

Fica desde já esclarecido que o critério usado para classificar e quantificar as microbacias para sua respectiva avaliação foi feito "in loco" por corpo técnico.

Isso ocorre devido a impossibilidade da prefeitura realizar ensaios geológicos e pedológicos, estudos geotécnico do local e levantamento hidrográficos das bacias hidrográficas.

Para justificar a decisão de projetar utilizando como coeficiente de escoamento superficial "runoff", arbitrou-se, com respeito ao tipo de descrição da área, sendo caracterizado por áreas sem melhoramentos, com respectivo coeficiente de escoamento superficial adotado de 0,60, para ficarmos a favor da segurança sem correr riscos no dimensionamento dos tubos.

10.1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Toda a tubulação será executada com tubos de concreto do tipo ponta e bolsa. Serão assentados sobre uma camada de brita, e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:4.

Sua declividade seguirá a do perfil da rua no sentido longitudinal, porém nunca inferior a 3%.

Para o cálculo dos diâmetros da tubulação, utilizou-se o método de cálculo racional de dimensionamento.

10.2 – DIMENSIONAMENTO:

$Q = C \times im \times A$ onde Q = vazão de dimensionamento em lts/segundo

C = coeficiente de escoamento

im = intensidade média das chuvas

A = Área da bacia de contribuição

Definição dos dados im = Valor das precipitações para 60mm de recorrência, tirado de mapas de isoietas da região=60mm/

$h=0,06m/h$ C = coeficiente de deflúvio, para regiões onduladas = 0,40A = Área da bacia de contribuição em m^2

Em nosso projeto temos como deságüe um córrego nas proximidades, conforme está demonstrado em projeto.

Adotamos tubos de 400mm no sentido longitudinal, para as Rua conforme demonstrado em projeto.

Justificativa do dimensionamento:

De conformidade com os dados anteriormente relacionados, e calculando a vazão necessária, procurou-se dimensionar as galerias pela ocorrência mais crítica, o que proporcionará uma segurança com tempo de recorrência de 10 anos. O diâmetro da tubulação para a rua esta especificado em projeto.

Toda a tubulação será executada pela Prefeitura Municipal.

10.3 – BOCAS-DE-LOBO:

Serão executadas com tijolos de barro maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, rebocados internamente com cimento, areia e cal no traço 1:2:8 na espessura de 1,50cm.

Sua dimensão interna será de (55x55)cm conforme projeto em anexo. Em sua parte superior, ao nível do pavimento, deverá ser colocada uma grade que terá a finalidade de reter gravetos e lixos, para que não cause entupimento da tubulação. Esta grade será executada pela Prefeitura Municipal nas dimensões de (63x63)cm constituída de aço chato laminado com perfil de 1 1/2"x 3/8", espaçadas a cada 3,35cm, apoiadas em uma cantoneira de ferro, tipo L de 1 1/2" x 3/16".

Na parte inferior será executado concreto magro na resistência de 15Mpa com espessura de 10 cm e na parte superior uma cinta de concreto de (15x10)cm com resistência de 15Mpa

ANEXO II

Orçamento e Custos dos serviços

PROPOSTA (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA)

INTERESSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
OBRA	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS
LOCAL	RUA SÃO ROQUE
ÁREA TOTAL	1006,44m ²

DATA : 25/04/2011

ITEM	SERVIÇOS	QTIDE	UNID	MATERIAL		MÃO-DE-OBRA		VALOR TOTAL
				VL UNIT	VL TOT	VL UN	VL TOT	MAT + MO
1	MEIO-FIOS							
1.01	Fornecimento e assentamento de meio-fio moldado " In Loco " 12x30cm com dois aço 5/16"	259,14	m	19,00	4.923,66	16,00	4.146,24	9.069,90
				4.923,66		4.146,24		9.069,90
2	PAVIMENTAÇÕES							
2.1	Base de pedrisco e=10cm	100,61	m3	40,00	4.024,40	0,9809	98,69	4.123,09
2.2	Fornecimento assentº de paralelepípedos basalto	1006,44	m2	18,00	18.115,92	14,180	14.271,32	32.387,24

2.3	Rejuntamento com Pó de Pedra e=2cm	20,15	m3	35,00	705,25	1,100	22,17	727,42
				22.845,57		14.392,18		37.237,75
TOTAL DE MATERIAL				27.769,23				
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA				18.538,42				
TOTAL GERAL				46.307,65				

ANEXO - III

ANEXO IV								
Demonstrativo e rateio das parcelas								
PARTE DA RUA SÃO ROQUE - 1.006,44 m² - R\$ 46,011/m²								
Valor Total da Obra - R\$ 46.307,65 - Participação do Município - R\$ 15.435,88								
Inscrição Imobiliária	Cadastro	Valorização	Participação 2/3	Valorização total	Contr.Melhoria	Indice %		
01.01.02.033.0247.001	1184-3	R\$ 5.916,15	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 5.911,19	19,15		
01.01.02.033.0309.001	1869-4	R\$ 2.316,25	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 2.314,31	7,50		
01.01.02.033.0301.001	1868-6	R\$ 2.100,86	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 2.099,10	6,80		
01.01.02.033.0293.001	1513-0	R\$ 2.120,61	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 2.118,83	6,86		
01.01.02.033.0041.001	1183-5	R\$ 3.208,38	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 3.205,69	10,38		
01.01.02.033.0045.001	1963-1	R\$ 3.676,26	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 3.673,18	11,90		
01.01.02.032.0042.001	1169-0	R\$ 3.265,05	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 3.262,32	10,57		
01.01.02.032.0072.001	1825-2	R\$ 1.401,59	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 1.400,42	4,54		
01.01.02.032.0088.001	1509-1	R\$ 1.723,70	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 1.722,26	5,58		
01.01.02.032.0102.001	1826-0	R\$ 1.615,97	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 1.614,62	5,23		
01.01.02.032.0170.001	1170-3	R\$ 3.552,82	R\$ 30.871,77	R\$ 30.897,65	R\$ 3.549,84	11,50		
		R\$ 30.897,65			R\$ 30.871,77	100,00		

Edital de Notificação N.º 002/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 002/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZERNA – SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 210 a 227 da Lei Complementar n.º 053 de dezembro de 2006 que instituiu o Código Tributário Municipal de Luzerna – SC.

NOTIFICA:

A todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Pedro Wolfart no Município de Luzerna, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria da Fazenda e Administração, através do setor de Tributação, a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em paralelepípedo, drenagem pluvial e meio fios, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser pago observando os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (Art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, I, da Lei Complementar 053/06 CTM)
O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (Art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, II, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os serviços de pavimentação em paralelepípedo de 1.583,29m² (um mil quinhentos e oitenta e três metros e vinte e nove centímetros quadrados) na Rua Pedro Wolfart, tiveram um custo total de R\$ 72.826,77 (setenta e dois mil oitocentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos), conforme demonstrativo do Anexo II, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 217, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os proprietários dos imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de até R\$ 48.551,18 (quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e um reais e dezoito centavos). Montante este equivalente a 2/3 do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011. O valor restante será custeado pelo poder público.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Todos os imóveis situados, com testada integral ou parcial para o setor da Rua Pedro Wolfart conforme demonstrado no Anexo III, deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 214, 215, 216, 217, 218, 230 e 231 da Lei Complementar 053/06 CTM)

O valor a ser pago limitar-se-á ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II, deste edital.

A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á através da operação aritmética da diferença entre o valor venal da propriedade antes e depois de realizada a obra, que será aplicada através da fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Valorização decorrente da obra (individual) = Valor do Imóvel

(depois da obra) – Valor do imóvel (antes da obra)

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225 e 226 da Lei Complementar 053/06 CTM)

I – Pagamento em parcela única: ao pagamento à vista conceder-se-á um desconto de 10% (dez por cento), do valor da Contribuição de Melhoria, se efetuado até no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. O documento de arrecadação pré-emitted, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em até 03 (três) pagamentos, sem acréscimo, em 60, 90 e 120 dias da data da publicação do Edital, ou em até 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, corrigidos monetariamente, no início de cada exercício financeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no exercício anterior, fixando o vencimento da 1ª parcela em 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital.

Decorridos 60 dias da publicação do Edital de Citação aos interessados, e não requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e lançado em Dívida Ativa, para todos os efeitos legais.

O recolhimento deverá ser realizado através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo código de barra, autenticada mecanicamente, no qual estão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito aos acréscimos conforme estabelece o artigo 313 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006.

I – Multa de mora;

II – Juros de mora, e

III – Atualizações monetárias

I - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre os tributos e contribuições municipais, ou seja, 2,1% ao mês;

a) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o trigésimo dia de seu vencimento;

b) entre o trigésimo primeiro e o sexagésimo dia do vencimento incidirá multa de 0,085% ao dia, ou seja, 5,1% no período;

c) após o sexagésimo primeiro dia será cobrado 10% (dez por cento) de multa.

A multa deverá incidir sobre o valor do tributo já atualizado monetariamente.

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento;

III - A atualização monetária dos tributos municipais será procedida pela UFRM.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225, § 3º da Lei 053/06 CTM)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 227, 228 e 229 da Lei 053/06 CTM)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 227 a 231 da Lei Complementar n.º 053/2006. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

O valor da parcela será anualmente corrigido pelo INPC (IBGE) apurado no ano anterior. A expressão monetária da UFRM (Unidade

Fiscal de Referência Municipal) de 2010 é de R\$ 58,72 (Cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Luzerna SC, 30 de maio de 2011
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

ANEXO - I

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
OBRA : PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM PLUVIAL
LOCAL : PARTE DA RUA PEDRO WOLFART

DATA : MARÇO/2.011
MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GENERALIDADES:

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela fiscalização, placas:

da AMMOC, responsável pelo projeto;
da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução;
do órgão concedente dos recursos (Convênio).

A pavimentação deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas. Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade sua manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

Todo material a ser empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. Deve permanecer no escritório uma amostra dos mesmos.

No caso da Empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

1. SERVIÇOS INICIAIS:

1.1. Documentação: Antes do início dos serviços a empreiteira deverá providenciar, e apresentar para o órgão contratante: a) ART de execução; b) Alvará de construção; c) CEI da Previdência Social; d) Livro de registro dos funcionários; e) Programas de Segurança do Trabalho.

1.2. Placa da Obra: Devera ser afixada placa dos responsáveis técnicos no local da obra.

2 – PROJETOS

O Projeto refere-se à pavimentação em Paralelepípedos de basalto das Rua Fernando Katschor, localizada no município de Luzerna - SC.

O Projeto compõe-se de:

Planta do local do empreendimento;

Planta Baixa;

Planta da Drenagem Pluvial Superficial;

Detalhes da Boca de Lobo e Meio Fio, perfil transversal;

Os projetos foram orientados conforme normas do DER/SC, no que se refere a especificações e materiais.

2.1 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica anotada perante o CREA/SC pelo Engº Civil DENIR NARCIZO ZULIAN sob nº 50.805-8, funcionário da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense.

03 - ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

A locação foi efetuada com a utilização de estação total com leitura em prisma.

O eixo foi piqueteado de 10 em 10 ou 20 em 20 metros de acordo com a situação e a necessidade.

04 - PROJETO GEOMÉTRICO

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas Normas para Projetos Geométricos de Logradouros Urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos Estudos Topográficos.

05 - CARACTERÍSTICAS DA RUA

A rua, objeto do presente projeto, são as seguintes:

• PARTE DA RUA PEDRO WOLFART:

Área a pavimentar : 1.583,29m²

Extensão : 197,73m

Largura da pista : 8,00m

Boca de Lobo : 407,00un

06 – SISTEMA VIÁRIO

6.1 TERRAPLANAGEM:

O Projeto de terraplanagem compreende em sua maioria, raspa-gens da superfície ao longo do segmento conforme mostra nas curvas de níveis e perfis em projeto pode se perceber que o terreno é praticamente plano o que proporcionou, pequenos movimentos de terra.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão.

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas, a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa.

07 –DIMENSIONAMENTO

7.1 – CÁLCULO DA ESPESSURA DO PAVIMENTO:

Não existe, realmente, um estudo de dimensionamento dos pavimentos de paralelepípedos, e as considerações que vamos fazer baseiam-se mais nos dados práticos do Engº Civil Wlastermiller de Senço, Manual de Técnicas de pavimentação, volume II, associado a alguns conceitos teóricos.

As Normas Rodoviárias fixam em 23 cm, no mínimo, a soma das espessuras da base de areia ou pedrisco e do revestimento de paralelepípedos.

08 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

8.1 – Introdução: De acordo com as necessidades e exigências da Prefeitura Municipal de Luzerna, o projeto constitui-se de pavimentação com paralelepípedos de rocha basáltica, assentados em um colchão de pedrisco previamente espalhado no subleito da rua, sendo contido entre meios-fios, construídos lateralmente nos

bordos da pista a pavimentar.

8.2 - Compactação do subleito: Após o assentamento dos meios-fios, procede-se a compactação do subleito com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.3 - Espalhamento do Colchão de Pedrisco: Sobre o subleito preparado, espalha-se o pedrisco, em tal quantidade que a soma da altura do pedrisco mais o paralelepípedo não seja inferior a 23 cm.

8.4 - Assentamento dos paralelepípedos: Os paralelepípedos serão assentados sobre a base de pedrisco;

8.5 - Rejuntamento: As juntas dos paralelepípedos serão rejuntadas com pó de pedra basáltica, utilizando-se vassouras;

8.6 - Compactação: Após assentados os paralelepípedos, estes serão compactados com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.7 - Tolerâncias:

da superfície: Usando-se uma régua que se coloca sobre a superfície, não deverá apresentar depressões superiores a 10mm=1cm; da espessura: Por intermédio de sondagens nos diversos pontos do calçamento, mede-se sua espessura total (pedrisco + paralelepípedo), não devendo diferir de mais de 5% da espessura fixada; juntas: Numa fileira completa, permitem-se no máximo, 30% de tolerância para as juntas que estejam fora do estabelecido;

09 - PROJETO DOS MEIOS-FIOS

A finalidade da execução de meio-fios no projeto, tem a permitir que as águas pluviais tomem orientações definidas por estes, às caixas coletoras e bueiros, a fim de não causar danos à superfície pavimentada.

Os meios-fios serão executados em concreto moldado "in-loco" Fck 15Mpa com dois aços de 5/16". Preliminarmente, procede-se a abertura de valas ao longo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas, devendo ficar no máximo 10 a 12 cm acima do leito acabado do pavimento. As dimensões para os meio-fios deverão ser de: 12x30cm (largura e altura);

O alinhamento dos meio-fios deverá ser perfeitamente retilíneo, segundo o projeto em anexo.

No caso de entradas, deverão ser executados cordões, o assentamento segue o mesmo processo dos meios-fios, com a diferença que a face superior deverá estar 3 a 4 cm do pavimento acabado. No final da pavimentação onde o pavimento terminar e não possuir qualquer tipo de pavimentação e na pista de rolamento serão executados cordões devendo a face superior ficar no nível do pavimento acabado conforme esta demonstrado em projeto.

10 – DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS

O projeto de drenagem foi elaborado com vistas ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a locais de deságües seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos que margeiam as ruas.

Fica desde já esclarecido que o critério usado para classificar e quantificar as microbacias para sua respectiva avaliação foi feito "in loco" por corpo técnico.

Isso ocorre devido a impossibilidade da prefeitura realizar ensaios geológicos e pedológicos, estudos geotécnico do local e levantamento hidrográficos das bacias hidrográficas.

Para justificar a decisão de projetar utilizando como coeficiente de escoamento superficial "runoff", arbitrou-se, com respeito ao tipo de descrição da área, sendo caracterizado por áreas sem melhoramentos, com respectivo coeficiente de escoamento superficial adotado de 0,60, para ficarmos a favor da segurança sem correr riscos no dimensionamento dos tubos.

10.1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Toda a tubulação será executada com tubos de concreto do tipo ponta e bolsa. Serão assentados sobre uma camada de brita, e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:4.

Sua declividade seguirá a do perfil da rua no sentido longitudinal, porém nunca inferior a 3%.

Para o cálculo dos diâmetros da tubulação, utilizou-se o método de

cálculo racional de dimensionamento.

10.2 – DIMENSIONAMENTO:

$Q = C \times im \times A$ onde Q = vazão de dimensionamento em lts/segundo

C = coeficiente de escoamento

im = intensidade média das chuvas

A = Área da bacia de contribuição

Definição dos dados im = Valor das precipitações para 60mm de recorrência, tirado de mapas de isoietas da região=60mm/h=0,06m/h C = coeficiente de deflúvio, para regiões onduladas = 0,40 A = Área da bacia de contribuição em m²

Em nosso projeto temos como deságüe um córrego nas proximidades, conforme está demonstrado em projeto.

Adotamos tubos de 400mm no sentido longitudinal, para as Rua conforme demonstrado em projeto.

Justificativa do dimensionamento:

De conformidade com os dados anteriormente relacionados, e calculando a vazão necessária, procurou-se dimensionar as galerias pela ocorrência mais crítica, o que proporcionará uma segurança com tempo de recorrência de 10 anos. O diâmetro da tubulação para a rua esta especificado em projeto.

Toda a tubulação será executada pela Prefeitura Municipal.

10.3 – BOCAS-DE-LOBO:

Serão executadas com tijolos de barro maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, rebocados internamente com cimento, areia e cal no traço 1:2:8 na espessura de 1,50cm.

Sua dimensão interna será de (55x55)cm conforme projeto em anexo. Em sua parte superior, ao nível do pavimento, deverá ser colocada uma grade que terá a finalidade de reter gravetos e lixos, para que não cause entupimento da tubulação. Esta grade será executada pela Prefeitura Municipal nas dimensões de (63x63)cm constituída de aço chato laminado com perfil de 1 1/2" x 3/8", espaçadas a cada 3,35cm, apoiadas em uma cantoneira de ferro, tipo L de 1 1/2" x 3/16".

Na parte inferior será executado concreto magro na resistência de 15Mpa com espessura de 10 cm e na parte superior uma cinta de concreto de (15x10)cm com resistência de 15Mpa

ANEXO II

Orçamento e Custos dos serviços

PROPOSTA (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA)

INTERESSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
OBRA	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS
LOCAL	RUA PEDRO WOLFART
ÁREA TOTAL	1.583,29 m2

DATA : 25/04/2011

ITEM	SERVIÇOS	QTIDE	UNID	MATERIAL		MÃO-DE-OBRA		VALOR TOTAL
				VL UNIT	VL TOT	VL UN	VL TOT	MAT + MO
1	MEIO-FIOS							
1.01	Fornecimento e assentamento de meio-fio moldado " In Loco " 12x30cm com dois aço 5/16"	407,00	m	19,00	7.733,00	16,00	6.512,00	14.245,00
				7.733,00		6.512,00		14.245,00
2	PAVIMENTAÇÕES							
2.1	Base de pedrisco e=10cm	158,50	m3	40,00	6.340,00	0,77	122,05	6.462,05
2.2	Fornecimento assentº de paralelepípedos basalto	1583,29	m2	18,00	28.499,22	14,20	22.482,72	50.981,94
2.3	Rejuntamento com Pó de Pedra e=2cm	31,50	m3	35,00	1.102,50	1,12	35,28	1.137,78
				35.941,72		22.640,05		58.581,77
TOTAL DE MATERIAL				43.674,72				
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA				29.152,05				
TOTAL GERAL				72.826,77				

ANEXO - III

ANEXO IV

Demonstrativo e rateio das parcelas

RUA PEDRO WOLFART - 1.583,29 m² - R\$ 45,997/m²

Valor Total da Obra - R\$ 72.826,77 - Participação do Município - R\$ 24.275,59

Inscrição Imobiliária	Cadastro	Valorização	Participação 2/3	Valorização total	Contr.Melhoria	Indice %
01.01.02.001.0006.001	1219-0	R\$ 1.787,44	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 1.785,94	3,68
01.01.02.001.0007.001	0164-3	R\$ 2.251,96	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.250,08	4,63
01.01.02.001.0008.001	1577-6	R\$ 2.120,72	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.118,95	4,36
01.01.02.052.0001.001	1876-7	R\$ 5.722,51	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 5.717,73	11,78
01.01.02.052.0002.001	1938-0	R\$ 5.722,51	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 5.717,73	11,78
01.01.02.053.0003.001	1939-9	R\$ 1.891,64	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 1.890,06	3,89
01.01.02.053.0004.001	1940-2	R\$ 1.891,64	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 1.890,06	3,89



01.01.02.053.0005.001	1941-0	R\$ 1.891,64	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 1.890,06	3,89
01.01.02.053.0006.001	1942-9	R\$ 2.086,76	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.085,01	4,29
01.01.02.002.0010.001	1644-6	R\$ 2.176,01	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.174,19	4,48
01.01.02.002.0012.001	1580-6	R\$ 2.242,00	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.240,13	4,61
01.01.02.002.0013.001	1576-8	R\$ 2.043,79	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.042,09	4,21
01.01.02.003.0014.001	1222-0	R\$ 2.248,17	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.246,29	4,63
01.01.02.003.0015.001	1224-6	R\$ 2.086,37	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.084,63	4,29
01.01.02.003.0016.001	1583-0	R\$ 2.503,65	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.501,56	5,15
01.01.02.001.0007.001	1221-1	R\$ 2.108,12	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.106,36	4,34
01.01.02.004.0024.001	1225-4	R\$ 2.331,44	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.329,49	4,80
01.01.02.004.0025.001	1226-2	R\$ 2.660,12	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.657,90	5,47
01.01.02.004.0026.001	1665-9	R\$ 2.825,27	R\$ 48.551,18	R\$ 48.591,74	R\$ 2.822,91	5,81
		R\$ 48.591,74			R\$ 48.551,18	100,00

Edital de Notificação N.º 003/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 003/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZERNA – SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 210 a 227 da Lei Complementar n.º 053 de dezembro de 2006 que instituiu o Código Tributário Municipal de Luzerna – SC.

NOTIFICA:

A todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Marginal a Rua Rui Barbosa no Município de Luzerna, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria da Fazenda e Administração, através do setor de Tributação, a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em paralelepípedo, drenagem pluvial e meio fios, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser pago observando os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (Art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, I, da Lei Complementar 053/06 CTM)
O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (Art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, II, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os serviços de pavimentação em paralelepípedo de 468,18m² (quatrocentos e sessenta e oito metros e dezoito centímetros quadrados) na Rua Marginal a Rua Rui Barbosa, tiveram um custo total de R\$ 22.957,66 (vinte e dois mil novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e seis centavos), conforme demonstrativo do Anexo II, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 217, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os proprietários dos imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de até R\$ 7.652,55 (sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Montante este equivalente a 1/3 do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011. O valor restante será custeado pelo poder público.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da

Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Todos os imóveis situados, com testada integral ou parcial para o setor da Rua Marginal a Rua Rui Barbosa conforme demonstrado no Anexo III, deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 214, 215, 216, 217, 218, 230 e 231 da Lei Complementar 053/06 CTM)

O valor a ser pago limitar-se-á ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II, deste edital.

A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á através da operação aritmética da diferença entre o valor venal da propriedade antes e depois de realizada a obra, que será aplicada através da fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Valorização decorrente da obra (individual) = Valor do Imóvel (depois da obra) – Valor do imóvel (antes da obra)

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários

Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225 e 226 da Lei Complementar 053/06 CTM)

I – Pagamento em parcela única: ao pagamento à vista conceder-se-á um desconto de 10% (dez por cento), do valor da Contribuição de Melhoria, se efetuado até no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. O documento de arrecadação pré-emittido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em até 03 (três) pagamentos, sem acréscimo, em 60, 90 e 120 dias da data da publicação do Edital, ou em até 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, corrigidos monetariamente, no início de cada exercício financeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC), apurado no exercício anterior, fixando o vencimento da 1ª parcela em 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. Decorridos 60 dias da publicação do Edital de Citação aos interessados, e não requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e lançado em Dívida Ativa, para todos os efeitos legais. O recolhimento deverá ser realizado através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo código de barra, autenticada mecanicamente, no qual estão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito aos acréscimos conforme estabelece o artigo 313 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006.

I – Multa de mora;

II – Juros de mora, e

III – Atualizações monetárias

I - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre os tributos e contribuições municipais, ou seja, 2,1% ao mês;

a) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o trigésimo dia de seu vencimento;

b) entre o trigésimo primeiro e o sexagésimo dia do vencimento incidirá multa de 0,085% ao dia, ou seja, 5,1% no período;

c) após o sexagésimo primeiro dia será cobrado 10% (dez por cento) de multa.

A multa deverá incidir sobre o valor do tributo já atualizado monetariamente.

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento;

III - A atualização monetária dos tributos municipais será procedida pela UFRM.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225, § 3º da Lei 053/06 CTM)

O tributo não pago no prazo regularmente será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 227, 228 e 229 da Lei 053/06 CTM)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 227 a 231 da Lei Complementar n.º 053/2006. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

O valor da parcela será anualmente corrigido pelo INPC (IBGE) apurado no ano anterior. A expressão monetária da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de 2010 é de R\$ 58,72 (Cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Luzerna SC, 30 de maio de 2011

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

ANEXO - I

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

OBRA : PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM PLUVIAL

LOCAL : RUA MARGINAL A RUA RUI BARBOSA

DATA : MARÇO/2.011

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GENERALIDADES:

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela fiscalização, placas:

da AMMOC, responsável pelo projeto;

da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução; do órgão concedente dos recursos (Convênio).

A pavimentação deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas. Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade sua manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

Todo material a ser empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. Deve permanecer no escritório uma amostra dos mesmos.

No caso da Empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

1. SERVIÇOS INICIAIS:

1.1. Documentação: Antes do início dos serviços a empreiteira deverá providenciar, e apresentar para o órgão contratante: a) ART de execução; b) Alvará de construção; c) CEI da Previdência Social; d) Livro de registro dos funcionários; e) Programas de Segurança do Trabalho.

1.2. Placa da Obra: Deverá ser afixada placa dos responsáveis técnicos no local da obra.

2 – PROJETOS

O Projeto refere-se à pavimentação em Paralelepípedos de basalto das Rua Fernando Katschor, localizada no município de Luzerna - SC.

O Projeto compõe-se de:

Planta do local do empreendimento;

Planta Baixa;

Planta da Drenagem Pluvial Superficial;

Detalhes da Boca de Lobo e Meio Fio, perfil transversal;

Os projetos foram orientados conforme normas do DER/SC, no que se refere a especificações e materiais.

2.1 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica anotada perante o CREA/SC pelo Engº Civil DENIR NARCIZO ZULIAN sob nº 50.805-8, funcionário da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense.

03 - ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

A locação foi efetuada com a utilização de estação total com leitura em prisma.

O eixo foi piqueteado de 10 em 10 ou 20 em 20 metros de acordo com a situação e a necessidade.

04 - PROJETO GEOMÉTRICO

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas Normas para Projetos Geométricos de Logradouros Urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos Estudos Topográficos.

05 - CARACTERÍSTICAS DA RUA

A rua, objeto do presente projeto, são as seguintes:

- RUA MARGINAL A RUA RUI BARBOSA:

Área a pavimentar : 468,18m²

Extensão : 78,22m

Largura da pista : 8,00m

Boca de Lobo : 2,00un

06 – SISTEMA VIÁRIO

6.1 TERRAPLANAGEM:

O Projeto de terraplanagem compreende em sua maioria, raspagens da superfície ao longo do segmento conforme mostra nas curvas de níveis e perfis em projeto pode se perceber que o terreno é praticamente plano o que proporcionou, pequenos movimentos de terra.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão.

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas, a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa.

07 – DIMENSIONAMENTO

7.1 – CÁLCULO DA ESPESSURA DO PAVIMENTO:

Não existe, realmente, um estudo de dimensionamento dos pavimentos de paralelepípedos, e as considerações que vamos fazer baseiam-se mais nos dados práticos do Eng^o Civil Wlastermiller de Senço, Manual de Técnicas de pavimentação, volume II, associado a alguns conceitos teóricos.

As Normas Rodoviárias fixam em 23 cm, no mínimo, a soma das espessuras da base de areia ou pedrisco e do revestimento de paralelepípedos.

08 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

8.1 – Introdução: De acordo com as necessidades e exigências da Prefeitura Municipal de Luzerna, o projeto constitui-se de pavimentação com paralelepípedos de rocha basáltica, assentados em um colchão de pedrisco previamente espalhado no subleito da rua, sendo contido entre meios-fios, construídos lateralmente nos bordos da pista a pavimentar.

8.2 - Compactação do subleito: Após o assentamento dos meios-fios, procede-se a compactação do subleito com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.3 - Espalhamento do Colchão de Pedrisco: Sobre o subleito preparado, espalha-se o pedrisco, em tal quantidade que a soma da altura do pedrisco mais o paralelepípedo não seja inferior a 23 cm.

8.4 - Assentamento dos paralelepípedos: Os paralelepípedos serão assentados sobre a base de pedrisco;

8.5 - Rejuntamento: As juntas dos paralelepípedos serão rejuntadas com pó de pedra basáltica, utilizando-se vassouras;

8.6 - Compactação: Após assentados os paralelepípedos, estes serão compactados com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.7 - Tolerâncias:

da superfície: Usando-se uma régua que se coloca sobre a superfície, não deverá apresentar depressões superiores a 10mm=1cm; da espessura: Por intermédio de sondagens nos diversos pontos do calçamento, mede-se sua espessura total (pedrisco + paralelepípedo), não devendo diferir de mais de 5% da espessura fixada;

juntas: Numa fileira completa, permitem-se no máximo, 30% de tolerância para as juntas que estejam fora do estabelecido;

09 - PROJETO DOS MEIOS-FIOS

A finalidade da execução de meio-fios no projeto, tem a permitir que as águas pluviais tomem orientações definidas por estes, às caixas coletoras e bueiros, a fim de não causar danos à superfície pavimentada.

Os meios-fios serão executados em concreto moldado "in-loco" Fck 15Mpa com dois aços de 5/16". Preliminarmente, procede-se a abertura de valas ao longo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas, devendo ficar no máximo 10 a 12 cm acima do leito acabado do pavimento. As dimensões para os meio-fios deverão ser de: 12x30cm (largura e altura);

O alinhamento dos meio-fios deverá ser perfeitamente retilíneo, segundo o projeto em anexo.

No caso de entradas, deverão ser executados cordões, o assentamento segue o mesmo processo dos meios-fios, com a diferença que a face superior deverá estar 3 a 4 cm do pavimento acabado. No final da pavimentação onde o pavimento terminar e não possuir qualquer tipo de pavimentação e na pista de rolamento serão executados cordões devendo a face superior ficar no nível do pavimento acabado conforme esta demonstrado em projeto.

10 – DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS

O projeto de drenagem foi elaborado com vistas ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a locais de deságues seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos que margeiam as ruas.

Fica desde já esclarecido que o critério usado para classificar e quantificar as microbacias para sua respectiva avaliação foi feito "in loco" por corpo técnico.

Isso ocorre devido a impossibilidade da prefeitura realizar ensaios geológicos e pedológicos, estudos geotécnico do local e levantamento hidrográficos das bacias hidrográficas.

Para justificar a decisão de projetar utilizando como coeficiente de escoamento superficial "runoff", arbitrou-se, com respeito ao tipo de descrição da área, sendo caracterizado por áreas sem melhoramentos, com respectivo coeficiente de escoamento superficial adotado de 0,60, para ficarmos a favor da segurança sem correr riscos no dimensionamento dos tubos.

10.1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Toda a tubulação será executada com tubos de concreto do tipo ponta e bolsa. Serão assentados sobre uma camada de brita, e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:4.

Sua declividade seguirá a do perfil da rua no sentido longitudinal, porém nunca inferior a 3%.

Para o cálculo dos diâmetros da tubulação, utilizou-se o método de cálculo racional de dimensionamento.

10.2 – DIMENSIONAMENTO:

$Q = C \times im \times A$ onde Q = vazão de dimensionamento em lts/segundo

C = coeficiente de escoamento

im = intensidade média das chuvas

A = Área da bacia de contribuição

Definição dos dados im = Valor das precipitações para 60mm de recorrência, tirado de mapas de isoietas da região=60mm/h=0,06m/h C = coeficiente de deflúvio, para regiões onduladas = 0,40A = Área da bacia de contribuição em m²

Em nosso projeto temos como deságue um córrego nas proximidades, conforme está demonstrado em projeto.

Adotamos tubos de 400mm no sentido longitudinal, para as Rua conforme demonstrado em projeto.

Justificativa do dimensionamento:

De conformidade com os dados anteriormente relacionados, e calculando a vazão necessária, procurou-se dimensionar as galerias pela ocorrência mais crítica, o que proporcionará uma segurança com tempo de recorrência de 10 anos. O diâmetro da tubulação

para a rua esta especificado em projeto.
Toda a tubulação será executada pela Prefeitura Municipal.
10.3 – BOCAS-DE-LOBO:
Serão executadas com tijolos de barro maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, rebocados internamente com cimento, areia e cal no traço 1:2:8 na espessura de 1,50cm.
Sua dimensão interna será de (55x55)cm conforme projeto em anexo. Em sua parte superior, ao nível do pavimento, deverá ser colocada uma grade que terá a finalidade de reter gravetos e lixos, para que não cause entupimento da tubulação. Esta grade será executada pela Prefeitura Municipal nas dimensões de (63x63)cm constituída de aço chato laminado com perfil de 1 1/2"x 3/8", espaçadas a cada 3,35cm, apoiadas em uma cantoneira de ferro, tipo L de 1 1/2" x 3/16".
Na parte inferior será executado concreto magro na resistência de 15Mpa com espessura de 10 cm e na parte superior uma cinta de concreto de (15x10)cm com resistência de 15Mpa

ANEXO II

Orçamento e Custos dos serviços

PROPOSTA (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA)

INTERESSADO	PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
OBRA	PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS
LOCAL	RUA MARGINAL A RUA RUI BARBOSA
ÁREA TOTAL	468,18 m2

DATA : 25/04/2011

ITEM	SERVIÇOS	QTIDE	UNID	MATERIAL		MÃO-DE-OBRA		VALOR TOTAL
				VL UNIT	VL TOT	VL UN	VL TOT	MAT + MO
1	MEIO-FIOS							
1.01	Fornecimento e assentamento de meio-fio moldado " In Loco " 12x30cm com dois aço 5/16"	161,00	m	19,00	3.059,00	16,00	2.576,00	5.635,00
				3.059,00		2.576,00		5.635,00
2	PAVIMENTAÇÕES							
2.1	Base de pedrisco e=10cm	47,00	m3	40,00	1.880,00	0,74	34,78	1.914,78
2.2	Fornecimento assentº de paralelepípedos basalto	468,18	m2	18,00	8.427,24	14,18	6.638,79	15.066,03
2.3	Rejuntamento com Pó de Pedra e=2cm	9,50	m3	35,00	332,50	0,984	9,35	341,85
				10.639,74		6.682,92		17.322,66
TOTAL DE MATERIAL				13.698,74				
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA				9.258,92				
TOTAL GERAL				22.957,66				

ANEXO - III

ANEXO IV

Demonstrativo e rateio das parcelas

RUA MARGINAL A RUA RUI BARBOSA - 468,18 m² - R\$ 49,036/m²

Valor Total da Obra - R\$ 22.957,66 - Participação do Município - R\$ 15.305,10

Inscrição Imobiliária	Cadastro	Valorização	Participação 1/3	Valorização total	Contr.Melhoria	Índice %
01.01.02.001.0001.001	1836-8	R\$ 1.573,22	R\$ 7.652,55	R\$ 7.693,16	R\$ 1.564,91	20,45
01.01.02.001.0002.001	1863-5	R\$ 2.065,56	R\$ 7.652,55	R\$ 7.693,16	R\$ 2.054,65	26,85
01.01.02.001.0003.001	1839-2	R\$ 2.035,62	R\$ 7.652,55	R\$ 7.693,16	R\$ 2.024,87	26,46
01.01.02.001.0004.001	1849-0	R\$ 2.018,76	R\$ 7.652,55	R\$ 7.693,16	R\$ 2.008,11	26,24
		R\$ 7.693,16			R\$ 7.652,55	100,00

Editais de Notificação N.º 004/2011

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 004/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZERNA – SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 210 a 227 da Lei Complementar n.º 053 de dezembro de 2006 que instituiu o Código Tributário Municipal de Luzerna – SC.

NOTIFICA:

A todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Fernando Katschor no Município de Luzerna, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria da Fazenda e Administração, através do setor de Tributação, a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em paralelepípedo, drenagem pluvial e meio fios, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser pago observando os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (Art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, I, da Lei Complementar 053/06 CTM) O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (Art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, II, da Lei Complementar 053/06 CTM) Os serviços de pavimentação em paralelepípedo de 528,62m² (quinhentos e vinte e oito metros e sessenta e dois centímetros quadrados) na Rua Fernando Katschor, tiveram um custo total de R\$ 24.493,94 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos), conforme demonstrativo do Anexo II, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 217, da Lei Complementar 053/06 CTM) Os proprietários dos imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de até R\$ 16.329,28 (dezesseis mil trezentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos). Montante este equivalente a 2/3 do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011. O valor restante será custeado pelo poder público.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, da Lei Complementar 053/06 CTM) Todos os imóveis situados, com testada integral ou parcial para o

setor da Rua Fernando Katschor conforme demonstrado no Anexo III, deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 214, 215, 216, 217, 218, 230 e 231 da Lei Complementar 053/06 CTM)

O valor a ser pago limitar-se-á ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II, deste edital.

A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á através da operação aritmética da diferença entre o valor venal da propriedade antes e depois de realizada a obra, que será aplicada através da fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Valorização decorrente da obra (individual) = Valor do Imóvel (depois da obra) – Valor do imóvel (antes da obra)

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225 e 226 da Lei Complementar 053/06 CTM)

I – Pagamento em parcela única: ao pagamento à vista conceder-se-á um desconto de 10% (dez por cento), do valor da Contribuição de Melhoria, se efetuado até no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. O documento de arrecadação pré-emittido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em até 03 (três) pagamentos, sem acréscimo, em 60, 90 e 120 dias da data da publicação do Edital, ou em até 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, corrigidos monetariamente, no início de cada exercício financeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no exercício anterior, fixando o vencimento da 1ª parcela em 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. Decorridos 60 dias da publicação do Edital de Citação aos interessados, e não requerido o parcelamento, o débito será considerado

vencido e lançado em Dívida Ativa, para todos os efeitos legais. O recolhimento deverá ser realizado através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo código de barra, autenticada mecanicamente, no qual estão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito aos acréscimos conforme estabelece o artigo 313 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006.

I – Multa de mora;

II – Juros de mora, e

III – Atualizações monetárias

I - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre os tributos e contribuições municipais, ou seja, 2,1% ao mês;

a) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o trigésimo dia de seu vencimento;

b) entre o trigésimo primeiro e o sexagésimo dia do vencimento incidirá multa de 0,085% ao dia, ou seja, 5,1% no período;

c) após o sexagésimo primeiro dia será cobrado 10% (dez por cento) de multa.

A multa deverá incidir sobre o valor do tributo já atualizado monetariamente.

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento;

III - A atualização monetária dos tributos municipais será procedida pela UFRM.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225, § 3º da Lei 053/06 CTM)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 227, 228 e 229 da Lei 053/06 CTM)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 227 a 231 da Lei Complementar n.º 053/2006. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

O valor da parcela será anualmente corrigido pelo INPC (IBGE) apurado no ano anterior. A expressão monetária da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de 2010 é de R\$ 58,72 (Cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Luzerna SC, 30 de maio de 2011

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

ANEXO - I

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

OBRA : PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM PLUVIAL

LOCAL : RUA FERNANDO KATSCHOR

DATA : MARÇO/2.011

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GENERALIDADES:

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela

fiscalização, placas:

da AMMOC, responsável pelo projeto;

da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução; do órgão concedente dos recursos (Convênio).

A pavimentação deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas. Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade sua manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

Todo material a ser empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. Deve permanecer no escritório uma amostra dos mesmos.

No caso da Empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

1. SERVIÇOS INICIAIS:

1.1. Documentação: Antes do início dos serviços a empreiteira deverá providenciar, e apresentar para o órgão contratante: a) ART de execução; b) Alvará de construção; c) CEI da Previdência Social; d) Livro de registro dos funcionários; e) Programas de Segurança do Trabalho.

1.2. Placa da Obra: Deverá ser afixada placa dos responsáveis técnicos no local da obra.

2 – PROJETOS

O Projeto refere-se à pavimentação em Paralelepípedos de basalto das Rua Fernando Katschor, localizada no município de Luzerna - SC.

O Projeto compõe-se de:

Planta do local do empreendimento;

Planta Baixa;

Planta da Drenagem Pluvial Superficial;

Detalhes da Boca de Lobo e Meio Fio, perfil transversal;

Os projetos foram orientados conforme normas do DER/SC, no que se refere a especificações e materiais.

2.1 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica anotada perante o CREA/SC pelo Engº Civil DENIR NARCIZO ZULIAN sob nº 50.805-8, funcionário da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense.

03 - ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

A locação foi efetuada com a utilização de estação total com leitura em prisma.

O eixo foi piqueteado de 10 em 10 ou 20 em 20 metros de acordo com a situação e a necessidade.

04 - PROJETO GEOMÉTRICO

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as

características técnicas preconizadas nas Normas para Projetos Geométricos de Logradouros Urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos Estudos Topográficos.

05 - CARACTERÍSTICAS DA RUA

A rua, objeto do presente projeto, são as seguintes:

• RUA FERNANDO KATSCHOR:

Área a pavimentar : 628,62m²

Extensão : 66,06m

Largura da pista : 8,00m

Boca de Lobo : 4,00un

06 – SISTEMA VIÁRIO

6.1 TERRAPLANAGEM:

O Projeto de terraplanagem compreende em sua maioria, raspagens da superfície ao longo do segmento conforme mostra nas curvas de níveis e perfis em projeto pode se perceber que o terreno é praticamente plano o que proporcionou, pequenos movimentos de terra.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão.

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas, a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa.

07 – DIMENSIONAMENTO

7.1 – CÁLCULO DA ESPESSURA DO PAVIMENTO:

Não existe, realmente, um estudo de dimensionamento dos pavimentos de paralelepípedos, e as considerações que vamos fazer baseiam-se mais nos dados práticos do Eng^o Civil Wlastermiller de Senço, Manual de Técnicas de pavimentação, volume II, associado a alguns conceitos teóricos.

As Normas Rodoviárias fixam em 23 cm, no mínimo, a soma das espessuras da base de areia ou pedrisco e do revestimento de paralelepípedos.

08 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

8.1 – Introdução: De acordo com as necessidades e exigências da Prefeitura Municipal de Luzerna, o projeto constitui-se de pavimentação com paralelepípedos de rocha basáltica, assentados em um colchão de pedrisco previamente espalhado no subleito da rua, sendo contido entre meios-fios, construídos lateralmente nos bordos da pista a pavimentar.

8.2 - Compactação do subleito: Após o assentamento dos meios-fios, procede-se a compactação do subleito com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.3 - Espalhamento do Colchão de Pedrisco: Sobre o subleito preparado, espalha-se o pedrisco, em tal quantidade que a soma da altura do pedrisco mais o paralelepípedo não seja inferior a 23 cm.

8.4 - Assentamento dos paralelepípedos: Os paralelepípedos serão assentados sobre a base de pedrisco;

8.5 - Rejuntamento: As juntas dos paralelepípedos serão rejuntadas com pó de pedra basáltica, utilizando-se vassouras;

8.6 - Compactação: Após assentados os paralelepípedos, estes serão compactados com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.7 - Tolerâncias:

da superfície: Usando-se uma régua que se coloca sobre a superfície, não deverá apresentar depressões superiores a 10mm=1cm;
da espessura: Por intermédio de sondagens nos diversos pontos do calçamento, mede-se sua espessura total (pedrisco + paralelepípedo), não devendo diferir de mais de 5% da espessura fixada;
juntas: Numa fileira completa, permitem-se no máximo, 30% de tolerância para as juntas que estejam fora do estabelecido;

09 - PROJETO DOS MEIOS-FIOS

A finalidade da execução de meio-fios no projeto, tem a permitir que as águas pluviais tomem orientações definidas por estes, às caixas coletoras e bueiros, a fim de não causar danos à superfície pavimentada.

Os meios-fios serão executados em concreto moldado "in-loco" Fck 15Mpa com dois aços de 5/16". Preliminarmente, procede-se a abertura de valas ao longo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas, devendo ficar no máximo 10 a 12 cm acima do leito acabado do pavimento. As dimensões para os meio-fios deverão ser de: 12x30cm (largura e altura);

O alinhamento dos meio-fios deverá ser perfeitamente retilíneo, segundo o projeto em anexo.

No caso de entradas, deverão ser executados cordões, o assentamento segue o mesmo processo dos meios-fios, com a diferença que a face superior deverá estar 3 a 4 cm do pavimento acabado. No final da pavimentação onde o pavimento terminar e não possuir qualquer tipo de pavimentação e na pista de rolamento serão executados cordões devendo a face superior ficar no nível do pavimento acabado conforme esta demonstrado em projeto.

10 – DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS

O projeto de drenagem foi elaborado com vistas ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a locais de deságuas seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos que margeiam as ruas.

Fica desde já esclarecido que o critério usado para classificar e quantificar as microbacias para sua respectiva avaliação foi feito "in loco" por corpo técnico.

Isso ocorre devido a impossibilidade da prefeitura realizar ensaios geológicos e pedológicos, estudos geotécnico do local e levantamento hidrográficos das bacias hidrográficas.

Para justificar a decisão de projetar utilizando como coeficiente de escoamento superficial "runoff", arbitrou-se, com respeito ao tipo de descrição da área, sendo caracterizado por áreas sem melhoramentos, com respectivo coeficiente de escoamento superficial adotado de 0,60, para ficarmos a favor da segurança sem correr riscos no dimensionamento dos tubos.

10.1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Toda a tubulação será executada com tubos de concreto do tipo ponta e bolsa. Serão assentados sobre uma camada de brita, e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:4.

Sua declividade seguirá a do perfil da rua no sentido longitudinal, porém nunca inferior a 3%.

Para o cálculo dos diâmetros da tubulação, utilizou-se o método de cálculo racional de dimensionamento.

10.2 – DIMENSIONAMENTO:

$Q = C \times im \times A$ onde Q = vazão de dimensionamento em lts/segundo

C = coeficiente de escoamento

im = intensidade média das chuvas

A = Área da bacia de contribuição

Definição dos dados im = Valor das precipitações para 60mm de recorrência, tirado de mapas de isoietas da região=60mm/h=0,06m/h C = coeficiente de deflúvio, para regiões onduladas = 0,40 A = Área da bacia de contribuição em m²

Em nosso projeto temos como deságüe um córrego nas proximidades, conforme está demonstrado em projeto.

Adotamos tubos de 400mm no sentido longitudinal, para as Rua conforme demonstrado em projeto.

Justificativa do dimensionamento:

De conformidade com os dados anteriormente relacionados, e calculando a vazão necessária, procurou-se dimensionar as galerias pela ocorrência mais crítica, o que proporcionará uma segurança com tempo de recorrência de 10 anos. O diâmetro da tubulação para a rua esta especificado em projeto.

Toda a tubulação será executada pela Prefeitura Municipal.

10.3 – BOCAS-DE-LOBO:

Serão executadas com tijolos de barro maciços, assentados com

argamassa de cimento e areia, rebocados internamente com cimento, areia e cal no traço 1:2:8 na espessura de 1,50cm. Sua dimensão interna será de (55x55)cm conforme projeto em anexo. Em sua parte superior, ao nível do pavimento, deverá ser colocada uma grade que terá a finalidade de reter gravetos e lixos, para que não cause entupimento da tubulação. Esta grade será executada pela Prefeitura Municipal nas dimensões de (63x63)cm constituída de aço chato laminado com perfil de 1 1/2"x 3/8", espaçadas a cada 3,35cm, apoiadas em uma cantoneira de ferro, tipo L de 1 1/2" x 3/16".

Na parte inferior será executado concreto magro na resistência de 15Mpa com espessura de 10 cm e na parte superior uma cinta de concreto de (15x10)cm com resistência de 15Mpa

ANEXO II								
Orçamento e Custos dos serviços								
PROPOSTA (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA)								
INTERESSADO		PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA						
OBRA		PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS						
LOCAL		RUA FERNANDO KATSCHOR						
ÁREA TOTAL		528,62 m2						
DATA :		25/04/2011						
ITEM	SERVIÇOS	QTIDE	UNID	MATERIAL		MÃO-DE-OBRA		VALOR TOTAL
				VL UNIT	VL TOT	VL UN	VL TOT	MAT + MO
1	MEIO-FIOS							
1.01	Fornecimento e assentamento de meio-fio molda							
	do " In Loco " 12x30cm com dois aço 5/16"	141,00	m	19,00	2.679,00	16,00	2.256,00	4.935,00
				2.679,00		2.256,00		4.935,00
2	PAVIMENTAÇÕES							
2.1	Base de pedrisco e=10cm	53,00	m3	40,00	2.120,00	0,75	39,75	2.159,75
2.2	Fornecimento assentº de paralelepípedos basalto	528,62	m2	18,00	9.515,16	14,20	7.506,40	17.021,56
2.3	Rejuntamento com Pó de Pedra e=2cm	10,50	m3	35,00	367,50	0,965	10,13	377,63
				12.002,66		7.556,28		19.558,94
TOTAL DE MATERIAL				14.681,66				
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA				9.812,28				
TOTAL GERAL				24.493,94				

ANEXO - III

ANEXO IV							
Demonstrativo e rateio das parcelas							
PARTE DA RUA FERNANDO KATSCHOR - 528,62 m ² - R\$ 46,335/m ²							
Valor Total da Obra - R\$ 24.493,94 - Participação do Município - R\$ 8.164,64							
Inscrição Imobiliária	Cadastro	Valorização	Participação 2,/3	Valorização total	Contr.Melhoria	Índice %	
01.01.02.004.0029.001	1709-4	R\$ 2.238,18	R\$ 16.329,28	R\$ 16.354,15	R\$ 2.234,77	13,69	
01.01.02.004.0030.001	1723-0	R\$ 2.130,43	R\$ 16.329,28	R\$ 16.354,15	R\$ 2.127,19	13,03	
01.01.02.004.0031.001	1643-8	R\$ 2.051,90	R\$ 16.329,28	R\$ 16.354,15	R\$ 2.048,78	12,55	
01.01.02.004.0032.001	1710-8	R\$ 2.412,99	R\$ 16.329,28	R\$ 16.354,15	R\$ 2.409,32	14,75	
01.01.02.006.0040.001	1870-8	R\$ 2.284,81	R\$ 16.329,28	R\$ 16.354,15	R\$ 2.281,33	13,97	
01.01.02.006.0041.001	1642-0	R\$ 2.685,11	R\$ 16.329,28	R\$ 16.354,15	R\$ 2.681,03	16,42	
01.01.02.006.0042.001	1182-7	R\$ 2.550,74	R\$ 16.329,28	R\$ 16.354,15	R\$ 2.546,86	15,60	
		R\$ 16.354,15			R\$ 16.329,28	100,00	

Editais de Notificação N.º 005/2011**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 005/2011**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZERNA – SC, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto nos artigos 210 a 227 da Lei Complementar n.º 053 de dezembro de 2006 que instituiu o Código Tributário Municipal de Luzerna – SC.

NOTIFICA:

A todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Pedro Pigatto no Município de Luzerna, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria da Fazenda e Administração, através do setor de Tributação, a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em paralelepípedo, drenagem pluvial e meio fios, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, e deverá ser pago observando os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (Art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, I, da Lei Complementar 053/06 CTM)
O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011.

2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA (Art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, II, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os serviços de pavimentação em paralelepípedo de 1.739,37m² (um mil setecentos e trinta e nove metros e trinta e sete centímetros quadrados) na Rua Pedro Pigatto, tiveram um custo total de R\$ 80.032,28 (oitenta mil e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), conforme demonstrativo do Anexo II, deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 217, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Os proprietários dos imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de até R\$ 35.569,90 (trinta e cinco mil quinhentos e sessenta e nove reais e noventa centavos). Valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório nº 0031/2011. O valor restante será custeado pelo poder público.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 221, da Lei Complementar 053/06 CTM)
Todos os imóveis situados, com testada integral ou parcial para o

setor da Rua Pedro Pigatto conforme demonstrado no Anexo III, deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 214, 215, 216, 217, 218, 230 e 231 da Lei Complementar 053/06 CTM)

O valor a ser pago limitar-se-á ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II, deste edital.

A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á através da operação aritmética da diferença entre o valor venal da propriedade antes e depois de realizada a obra, que será aplicada através da fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Valorização decorrente da obra (individual) = Valor do Imóvel (depois da obra) – Valor do imóvel (antes da obra)

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários
Valorização total da obra

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225 e 226 da Lei Complementar 053/06 CTM)

I – Pagamento em parcela única: ao pagamento à vista conceder-se-á um desconto de 10% (dez por cento), do valor da Contribuição de Melhoria, se efetuado até no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. O documento de arrecadação pré-emittido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em até 03 (três) pagamentos, sem acréscimo, em 60, 90 e 120 dias da data da publicação do Edital, ou em até 30 (trinta) pagamentos mensais e sucessivos, corrigidos monetariamente, no início de cada exercício financeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado no exercício anterior, fixando o vencimento da 1ª parcela em 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital. Decorridos 60 dias da publicação do Edital de Citação aos

interessados, e não requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e lançado em Dívida Ativa, para todos os efeitos legais.

O recolhimento deverá ser realizado através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo código de barra, autenticada mecanicamente, no qual estão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimento.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito aos acréscimos conforme estabelece o artigo 313 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006.

I – Multa de mora;

II – Juros de mora, e

III – Atualizações monetárias

I - Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, sobre os tributos e contribuições municipais, ou seja, 2,1% ao mês;

a) a multa será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento do tributo ou da contribuição até o trigésimo dia de seu vencimento;

b) entre o trigésimo primeiro e o sexagésimo dia do vencimento incidirá multa de 0,085% ao dia, ou seja, 5,1% no período;

c) após o sexagésimo primeiro dia será cobrado 10% (dez por cento) de multa.

A multa deverá incidir sobre o valor do tributo já atualizado monetariamente.

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento;

III - A atualização monetária dos tributos municipais será procedida pela UFRM.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 225, § 3º da Lei 053/06 CTM)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN e Art. 227, 228 e 229 da Lei 053/06 CTM)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecendo o disposto nos artigos 227 a 231 da Lei Complementar nº 053/2006. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

O valor da parcela será anualmente corrigido pelo INPC (IBGE) apurado no ano anterior. A expressão monetária da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) de 2010 é de R\$ 58,72 (Cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos).

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Luzerna SC, 30 de maio de 2011

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

ANEXO - I

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

OBRA : PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS E DRENAGEM PLUVIAL

LOCAL : RUA PEDRO PIGATTO

DATA : MARÇO/2.011

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

GENERALIDADES:

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela fiscalização, placas:

da AMMOC, responsável pelo projeto;

da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução;

do órgão concedente dos recursos (Convênio).

A pavimentação deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas. Caberá à empreiteira proceder à instalação da obra, dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade sua manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará, diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

Todo material a ser empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. Deve permanecer no escritório uma amostra dos mesmos.

No caso da Empreiteira querer substituir materiais ou serviços que constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

1. SERVIÇOS INICIAIS:

1.1. Documentação: Antes do início dos serviços a empreiteira deverá providenciar, e apresentar para o órgão contratante: a) ART de execução; b) Alvará de construção; c) CEI da Previdência Social; d) Livro de registro dos funcionários; e) Programas de Segurança do Trabalho.

1.2. Placa da Obra: Deverá ser afixada placa dos responsáveis técnicos no local da obra.

2 – PROJETOS

O Projeto refere-se à pavimentação em Paralelepípedos de basalto das Rua Fernando Katschor, localizada no município de Luzerna - SC.

O Projeto compõe-se de:

Planta do local do empreendimento;

Planta Baixa;

Planta da Drenagem Pluvial Superficial;

Detalhes da Boca de Lobo e Meio Fio, perfil transversal;

Os projetos foram orientados conforme normas do DER/SC, no que se refere a especificações e materiais.

2.1 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica anotada perante o CREA/SC pelo Engº Civil DENIR NARCIZO ZULIAN sob nº 50.805-8, funcionário da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense.

03 - ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

A locação foi efetuada com a utilização de estação total com leitura em prisma.

O eixo foi piqueteado de 10 em 10 ou 20 em 20 metros de acordo com a situação e a necessidade.

04 - PROJETO GEOMÉTRICO

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas Normas para Projetos Geométricos de Logradouros Urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos Estudos Topográficos.

05 - CARACTERÍSTICAS DA RUA

A rua, objeto do presente projeto, são as seguintes:

- **RUA PEDRO PIGATTO:**

Área a pavimentar : 1739,37m²

Extensão : 213,32m

Largura da pista : 8,00m

Boca de Lobo : 8,00un

06 – SISTEMA VIÁRIO**6.1 TERRAPLANAGEM:**

O Projeto de terraplanagem compreende em sua maioria, raspagens da superfície ao longo do segmento conforme mostra nas curvas de níveis e perfis em projeto pode se perceber que o terreno é praticamente plano o que proporcionou, pequenos movimentos de terra.

Onde o subleito apresentar baixo índice de suporte ou elevada expansão, recomenda-se a utilização de um reforço do subleito com cascalho ou rachão.

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista, de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

A compressão do subleito deverá iniciar-se nas bordas e progredir para o centro, devendo cada passada do compressor cobrir, pelo menos, metade da faixa coberta na passada anterior. Nas curvas, a compressão deverá ser iniciada na borda interna, e progredir para a borda externa.

07 – DIMENSIONAMENTO**7.1 – CÁLCULO DA ESPESSURA DO PAVIMENTO:**

Não existe, realmente, um estudo de dimensionamento dos pavimentos de paralelepípedos, e as considerações que vamos fazer baseiam-se mais nos dados práticos do Eng^o Civil Wlastermiller de Senço, Manual de Técnicas de pavimentação, volume II, associado a alguns conceitos teóricos.

As Normas Rodoviárias fixam em 23 cm, no mínimo, a soma das espessuras da base de areia ou pedrisco e do revestimento de paralelepípedos.

08 – PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

8.1 – Introdução: De acordo com as necessidades e exigências da Prefeitura Municipal de Luzerna, o projeto constitui-se de pavimentação com paralelepípedos de rocha basáltica, assentados em um colchão de pedrisco previamente espalhado no subleito da rua, sendo contido entre meios-fios, construídos lateralmente nos bordos da pista a pavimentar.

8.2 - Compactação do subleito: Após o assentamento dos meios-fios, procede-se a compactação do subleito com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.3 - Espalhamento do Colchão de Pedrisco: Sobre o subleito preparado, espalha-se o pedrisco, em tal quantidade que a soma da altura do pedrisco mais o paralelepípedo não seja inferior a 23 cm.

8.4 - Assentamento dos paralelepípedos: Os paralelepípedos serão assentados sobre a base de pedrisco;

8.5 - Rejuntamento: As juntas dos paralelepípedos serão rejuntadas com pó de pedra basáltica, utilizando-se vassouras;

8.6 - Compactação: Após assentados os paralelepípedos, estes serão compactados com rolo compressor metálico de 10-12 toneladas;

8.7 - Tolerâncias:

da superfície: Usando-se uma régua que se coloca sobre a superfície, não deverá apresentar depressões superiores a 10mm=1cm; da espessura: Por intermédio de sondagens nos diversos pontos do calçamento, mede-se sua espessura total (pedrisco + paralelepípedo), não devendo diferir de mais de 5% da espessura fixada; juntas: Numa fileira completa, permitem-se no máximo, 30% de tolerância para as juntas que estejam fora do estabelecido;

09 - PROJETO DOS MEIOS-FIOS

A finalidade da execução de meio-fios no projeto, tem a permitir que as águas pluviais tomem orientações definidas por estes, às caixas coletoras e bueiros, a fim de não causar danos à superfície pavimentada.

Os meios-fios serão executados em concreto moldado “in-loco” Fck 15Mpa com dois aços de 5/16”. Preliminarmente, procede-se a abertura de valas ao longo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas, devendo ficar no máximo 10 a 12 cm acima do leito acabado do pavimento. As dimensões para os meio-fios deverão ser de: 12x30cm (largura e altura);

O alinhamento dos meio-fios deverá ser perfeitamente retilíneo, segundo o projeto em anexo.

No caso de entradas, deverão ser executados cordões, o assentamento segue o mesmo processo dos meios-fios, com a diferença que a face superior deverá estar 3 a 4 cm do pavimento acabado. No final da pavimentação onde o pavimento terminar e não possuir qualquer tipo de pavimentação e na pista de rolamento serão executados cordões devendo a face superior ficar no nível do pavimento acabado conforme esta demonstrado em projeto.

10 – DRENAGEM SUPERFICIAL DE ÁGUAS PLUVIAIS

O projeto de drenagem foi elaborado com vistas ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a locais de deságues seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos que margeiam as ruas.

Fica desde já esclarecido que o critério usado para classificar e quantificar as microbacias para sua respectiva avaliação foi feito “in loco” por corpo técnico.

Isso ocorre devido a impossibilidade da prefeitura realizar ensaios geológicos e pedológicos, estudos geotécnico do local e levantamento hidrográficos das bacias hidrográficas.

Para justificar a decisão de projetar utilizando como coeficiente de escoamento superficial “runoff”, arbitrou-se, com respeito ao tipo de descrição da área, sendo caracterizado por áreas sem melhoramentos, com respectivo coeficiente de escoamento superficial adotado de 0,60, para ficarmos a favor da segurança sem correr riscos no dimensionamento dos tubos.

10.1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Toda a tubulação será executada com tubos de concreto do tipo ponta e bolsa. Serão assentados sobre uma camada de brita, e rejuntados com argamassa de cimento e areia 1:4.

Sua declividade seguirá a do perfil da rua no sentido longitudinal, porém nunca inferior a 3%.

Para o cálculo dos diâmetros da tubulação, utilizou-se o método de cálculo racional de dimensionamento.

10.2 – DIMENSIONAMENTO:

$Q = C \times im \times A$ onde Q = vazão de dimensionamento em lts/segundo

C = coeficiente de escoamento

im = intensidade média das chuvas

A = Área da bacia de contribuição

Definição dos dados im = Valor das precipitações para 60mm de recorrência, tirado de mapas de isoietas da região=60mm/h=0,06m/h C = coeficiente de deflúvio, para regiões onduladas = 0,40A = Área da bacia de contribuição em m²

Em nosso projeto temos como deságüe um córrego nas proximidades, conforme está demonstrado em projeto.

Adotamos tubos de 400mm no sentido longitudinal, para as Rua conforme demonstrado em projeto.

Justificativa do dimensionamento:

De conformidade com os dados anteriormente relacionados, e calculando a vazão necessária, procurou-se dimensionar as galerias pela ocorrência mais crítica, o que proporcionará uma segurança com tempo de recorrência de 10 anos. O diâmetro da tubulação para a rua esta especificado em projeto.

Toda a tubulação será executada pela Prefeitura Municipal.

10.3 – BOCAS-DE-LOBO:

Serão executadas com tijolos de barro maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, rebocados internamente com cimento, areia e cal no traço 1:2:8 na espessura de 1,50cm.

Sua dimensão interna será de (55x55)cm conforme projeto em anexo. Em sua parte superior, ao nível do pavimento, deverá ser colocada uma grade que terá a finalidade de reter gravetos e lixos, para que não cause entupimento da tubulação. Esta grade será executada pela Prefeitura Municipal nas dimensões de (63x63)cm constituída de aço chato laminado com perfil de 1 1/2"x 3/8", espaçadas a cada 3,35cm, apoiadas em uma cantoneira de ferro, tipo L de 1 1/2" x 3/16".

Na parte inferior será executado concreto magro na resistência de 15Mpa com espessura de 10 cm e na parte superior uma cinta de concreto de (15x10)cm com resistência de 15Mpa

ANEXO II								
Orçamento e Custos dos serviços								
PROPOSTA (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA)								
INTERESSADO		PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA						
OBRA		PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS						
LOCAL		RUA PEDRO PIGATTO						
ÁREA TOTAL		1739,37 m2						
DATA :		25/04/2011						
ITEM	SERVIÇOS	QTIDE	UNID	MATERIAL		MÃO-DE-OBRA		VALOR TOTAL
				VL UNIT	VL TOT	VL UN	VL TOT	MAT + MO
1	MEIO-FIOS							
1.01	Fornecimento e assentamento de meio-fio moldado " In Loco " 12x30cm com dois aço 5/16"	447,85	m	19,00	8.509,15	16,00	7.165,60	15.674,75
				8.509,15		7.165,60		15.674,75
2	PAVIMENTAÇÕES							
2.1	Base de pedrisco e=10cm	173,88	m3	40,00	6.955,20	0,9809	170,56	7.125,76
2.2	Fornecimento assentº de paralelepípedos basalto	1739,37	m2	18,00	31.308,66	14,180	24.664,27	55.972,93
2.3	Rejuntamento com Pó de Pedra e=2cm	34,84	m3	35,00	1.219,40	1,100	39,44	1.258,84
				39.483,26		24.874,27		64.357,53
TOTAL DE MATERIAL				47.992,41				
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA				32.039,87				
TOTAL GERAL				80.032,28				

ANEXO - III

ANEXO IV

Demonstrativo e rateio das parcelas

PARTE DA RUA PEDRO PIGATTO - 1.739,37m² - R\$ 46,013/m²

Valor Total da Obra - R\$ 80.032,28 - Participação do Município - R\$ 44.462,38

Inscrição Imobiliária	Cadastro	Valorização	Participação	Valorização total	Contr.Melhoria	Índice %
01.01.02.005.0037.001	1887-2	R\$ 2.611,21	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.610,36	7,34
01.01.02.005.0038.001	1867-8	R\$ 2.477,15	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.476,34	6,96
01.01.02.005.0039.001	1861-9	R\$ 2.651,28	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.650,41	7,45
01.01.02.007.0047.001	1649-7	R\$ 1.722,08	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 1.721,52	4,84
01.01.02.007.0048.001	1888-0	R\$ 2.040,01	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.039,34	5,73
01.01.02.007.0049.001	1889-9	R\$ 2.040,01	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.039,34	5,73
01.01.02.007.0050.001	1890-2	R\$ 2.040,01	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.039,34	5,73
01.01.02.007.0051.001	1891-0	R\$ 2.277,46	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.276,71	6,40
01.01.02.006.0046.001	1714-0	R\$ 2.169,83	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.169,12	6,10
01.01.02.006.0045.001	1865-1	R\$ 2.768,58	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.767,67	7,78
01.01.02.006.0044.001	1874-0	R\$ 2.611,21	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.610,36	7,34
01.01.02.008.0057.001	1884-8	R\$ 2.310,32	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.309,57	6,49
01.01.02.008.0058.001	1883-0	R\$ 2.605,08	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.604,22	7,32
01.01.02.008.0059.001	1646-2	R\$ 2.779,77	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.778,86	7,81
01.01.02.008.0060.001	1866-0	R\$ 2.477,55	R\$ 35.569,90	R\$ 35.581,53	R\$ 2.476,74	6,96
		R\$ 35.581,53			R\$ 35.569,90	100,00

Extrato da Ata de Registro de Preços PML 0006/2011EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PML 0006/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº pml.0020/2011

Órgão Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Objeto: Registro de Preços para a contratação de serviços de escavação manual de valas para assentamento da rede coletora de esgoto.

Modalidade: Pregão Presencial nº pml.0020/2011

Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

Órgão Gerenciador da Ata de Registro: Secretaria da Fazenda e Administração

Órgão Participante:

EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME

A Ata de Registro de Preços encontra-se disponível na íntegra no site www.luzerna.sc.gov.br no link Licitações.

Luzerna(SC), 26 de maio de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Macieira**PREFEITURA MUNICIPAL****Publicação Resumida**

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Fundo Municipal de Saúde de Macieira. Processo Licitatório nº 006/2011. Pregão Presencial nº 0004/2011. Contrato Administrativo nº 0014/2011. Objeto: contratação de empresa para conserto e montagem de caixa e diferencial do veículo ambulância marca DUCATTO, placa MDQ 4896, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Macieira, com fornecimento de peças e mão de obra, de acordo com as especificações constantes do anexo i deste edital. Contratada: MECÂNICA ZAGO S.B. Prazo: 18/11/2011. Valor total do contrato: R\$ 10.315,80.

Macieira, 09 de maio de 2011.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0019/2011. Tomada de Preços nº 0003/2011. Contrato Administrativo nº 0041/2011. Objeto: Contratação de empresa para execução de uma quadra coberta com estrutura pré fabricada em concreto

armado na Comunidade Km 30, Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti, numa área de 770 m², conforme Projeto de execução, Cronograma Físico Financeiro, Plano de Trabalho e Convênio nº 13.657/2010-3 em anexo. Contratada: POLIEDRO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Prazo: 120 dias após início da obra. Valor Total do contrato: 159.452,10.

Macieira, 18 de maio de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão de Licitações

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0015/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 1.853,748.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0016/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 413,60.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0017/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 559,00.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0018/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 173,00.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0019/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 861,40.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0020/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 1.948,65.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0021/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 4.117,36.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº

0022/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: PRATI DONADUZZI E CIA LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 2.814,46.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0023/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 1.713,20.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0024/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: SULMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 52,40.

Fundo Municipal de Saúde. Processo Administrativo nº 0003/2011. Pregão Eletrônico nº 0001/2011. Contrato Administrativo nº 0025/2011. Objeto: Aquisição de medicamentos através do Consórcio CINCO para manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIO CLARENSE LTDA. Prazo: 09/09/2011. Valor total do contrato: R\$ 4.511,14.

Macieira, 09 de maio de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato nº 0042/2011. Objeto: Contratação de serviços de leiloeiro para alienação de bens inservíveis para o município, no dia 5 de junho de 2011, às 10:00 horas. Prazo: 30 dias. Valor Total do contrato: Sem custos para a contratante.

Macieira, 23 de maio de 2011.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório Nº. 50/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2011-PM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda de Pré-Escolares do Município de Massaranduba (SC).
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 h do dia 10/06/2011
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 h do dia 10/06/2011. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras

informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 27 de Maio de 2011.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Contrato Nº.: 34/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 34/2011

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 44/2011 - Pregão Presencial nº. 19/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: SIM TELECOMUNICAÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de um (01) link dedicado

full, para atendimento da Prefeitura Municipal de Massaranduba

VALOR R\$: 20.000,00 (Vinte mil reais)

DATA DA VIGÊNCIA: 20/05/2011 até 20/01/2012

MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato de Contrato Administrativo de Aquisição de Caminhão Caçamba CFME Convênio 754843/2010 de Nº 29/2011.**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA CFME CONVÊNIO 754843/2010 DE Nº 29/2011.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456, Km 15, s/n - Centro, neste ato representado por seu Gestor, o Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RODOVIA SC 453, Km 55, s/nº, na cidade de Videira-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.952.689/0001-80, neste ato representada pelo Sr. OSMAR CARBONI, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº 25/325.961 SSP/SC, e CPF nº .163.579.579-68, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de aquisição de Caminhão Caçamba, que será regido pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 02/2011, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

O presente Pregão tem como objeto à 01 (um) CAMINHÃO COM CAÇAMBA 6x4, ZERO QUILOMÊTRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, TURBO INTERCOOLER, POTÊNCIA MÍNIMA DE 230 CV, MOTOR COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO, CAIXA DE CÂMBIO COM 10 MARCHAS À FRENTE E 03 A RÉ, FREIOS A AR, EMBREAGEM A AR, PILOTO AUTOMÁTICO, PNEUS 1.000 COM CÂMARA DIANTEIRA USO MISTO E TRASEIROS TRATEMOS (BORRACHUDOS),

CAÇAMBA EM METAL, ACIONADA POR PISTÃO, COM CAPACIDADE DE CARGA DE 10 M³/15 TONELADAS-BASCULANTE, CONFORME CONVÊNIO 754843/2010 COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, E CONTRATO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL Nº 030310/2010, Conforme SEGUE:

O valor do Item objeto do presente termo, é de R\$ 215.999,00 (duzentos e quinze mil e novecentos e noventa e nove reais), conforme proposta apresentada e anexa ao processo licitatório nº 31/2011 - PR ELETRÔNICO nº 02/2011.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2011 e terá a seguinte classificação orçamentária:

Cód. Reduzido Orgão Proj./Atividade Elemento de Despesa Saldo
96 05.01 1.014 4.4.90.00.00.00.00.0024 288.000,00
97 05.01 1.014 4.4.90.00.00.00.00.0000 149.000,00

EQUIPAMENTOS PARA A AGRICULTURA

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 27 de maio de 2011.

Município de Monte Carlo

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Órgão Gerenciador

Carboni Distribuidora de Veiculos Ltda

OSMAR CARBONI

Fornecedor

Extrato de Contrato Administrativo de Cessão e Licenciamento de Sistema Para Secretaria de Educação de Monte Carlo Nº 28/2011.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMA PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MONTE CARLO Nº 28/2011.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n - Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº 04.072.953/0001-16 representada neste ato pelo Sra. KARLA JANZ, brasileira, diretora financeira, portadora da carteira de identidade nº.5.552.294-7 SSP/SC, CPF nº 773.570.609-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 16/2011, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

O presente Pregão tem como objeto à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE CARLO-SC, COM VALOR DE ADESAO/IMPLANTAÇÃO E VALOR MENSAL DE MANUTENÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO PRESENTE EDITAL DE MONTE CARLO-SC, Conforme SEGUE:

O valor Global PELO CUMPRIMENTO TOTAL DO OBJETO DA LICITAÇÃO é de R\$ 10.876,00 (dez mil e oitocentos e setenta e seis reais), conforme quantidades e preços unitários abaixo descritos:

item	serviço/objeto	qtde	unitário	total
1	Adesão/Implantação do Sistema/Cadastro Escolar	11	200,00	2200,00
2	Adesão/Implantação do Sistema/Secretaria	11	300,00	3300,00
3	Adesão/Implantação do Sistema/Biblioteca	7	188,00	1316,00
4	Mensalidade/manutenção sistema	7	580,00	4060,00
total				10876,00

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2011 e terá a seguinte classificação orçamentária:

126 07.01 2.014 3.3.90.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

133 07.01 2.014 3.3.90.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 27 de maio de 2011.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

Antoninho Tiburcio Gonçalves

Contratante

CONTROLLER TECN. DE INFORMAÇÃO LTDA

Karla Janz

Contratada

Extrato de Termo Aditivo N° 01/2011 de Contrato Administrativo N° 25/2010.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 01/2011 DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 25/2010.

TOMADA DE PREÇO N° 06/2010.

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na SC 456 KM 15 - Centro, Município de Monte Carlo, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Antoninho Tibúrcio Gonçalves, brasileiro, solteiro, universitário, inscrito no CPF sob o nº 906.806.939-04.

CONTRATADA:

A empresa SÉCULOS Ind. E Com. De Artefatos de Cimento Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.226.947/0001-76, com sede à Avenida João Marques, 514, na cidade de Fraiburgo-Sc, representada neste ato pelo seu Proprietário BRAIS Francisco Pittol, doravante simplesmente designada contratada.

O Presente contrato tem como objeto o acréscimo de R\$ 3.376,00 (três mil e trezentos e setenta e seis reais), ao valor original do contrato supra citado, por conta da necessidade de novos serviços a referida obra, conforme planilhas, justificativa do departamento de obras, pareceres jurídicos e contábeis e acolhimento do prefeito, todos anexos inseparáveis do processo licitatório que deu origem ao presente termo.

As outras cláusulas, condições, itens e subitens permanecem inalteradas na sua forma original do contrato 25/2010.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 27 de maio de 2011

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SÉCULOS Ind. e Com. De Artefatos de Cimento Ltda

Brais Francisco Pittol

CONTRATADA

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.693.500,00	1.693.500,00	202.632,67	202.632,67	11,97
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.072.500,00	1.072.500,00	104.466,76	104.466,76	9,74
1.1.1- IPTU	950.000,00	950.000,00	88.074,61	88.074,61	9,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	14.149,22	14.149,22	14,15
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.242,93	2.242,93	11,21
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	130.000,00	130.000,00	20.824,81	20.824,81	16,02
1.2.1- ITBI	130.000,00	130.000,00	20.824,81	20.824,81	16,02
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	421.000,00	421.000,00	67.733,55	67.733,55	16,09
1.3.1- ISS	400.000,00	400.000,00	66.567,76	66.567,76	16,64
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.000,00	4.000,00	37,62	37,62	0,94
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	994,37	994,37	6,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	133,80	133,80	6,69
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.000,00	70.000,00	9.607,55	9.607,55	13,73
1.4.1- IRRF	70.000,00	70.000,00	9.607,55	9.607,55	13,73
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.373.500,00	8.373.500,00	1.545.130,20	1.545.130,20	18,45
2.1- Cota-Parte FPM	4.480.000,00	4.480.000,00	961.671,59	961.671,59	21,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.480.000,00	4.480.000,00	961.671,59	961.671,59	21,47
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	485.307,33	485.307,33	16,73
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.986,78	2.986,78	14,93
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	59.000,00	59.000,00	11.178,28	11.178,28	18,95
2.5- Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	433,60	433,60	9,64
2.6- Cota-Parte IPVA	910.000,00	910.000,00	83.552,62	83.552,62	9,18
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.067.000,00	10.067.000,00	1.747.762,87	1.747.762,87	17,36
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	285.000,00	285.000,00	66.863,71	66.863,71	23,46
5.1- Transferências do Salário-Educação	260.000,00	260.000,00	66.863,71	66.863,71	25,72
5.2- Outras Transferências do FNDE	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	885.000,00	885.000,00	66.863,71	66.863,71	7,56

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.205.000,00	3.205.000,00	573.019,67	573.019,67	17,88
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	571.293,33	571.293,33	17,85
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.726,34	1.726,34	34,53
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.200.000,00	3.200.000,00	571.293,33	571.293,33	17,85
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.987.000,00	1.987.000,00	207.498,62	207.498,62	10,44
13.1- Com Educação Infantil	478.000,00	478.000,00	61.270,61	61.270,61	12,82
13.2- Com Ensino Fundamental	1.509.000,00	1.509.000,00	146.228,01	146.228,01	9,69
14- OUTRAS DESPESAS	1.218.000,00	1.263.821,58	202.165,20	202.165,20	16,00
14.1- Com Educação Infantil	351.000,00	351.000,00	75.421,13	75.421,13	21,49
14.2- Com Ensino Fundamental	867.000,00	912.821,58	126.744,07	126.744,07	13,88
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.205.000,00	3.250.821,58	409.663,82	409.663,82	12,60
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					36,21
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.516.750,00	2.516.750,00	436.940,72	436.940,72	17,36
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	829.000,00	829.000,00	136.691,74	136.691,74	16,49
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	829.000,00	829.000,00	136.691,74	136.691,74	16,49
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.376.000,00	2.421.821,58	272.972,08	272.972,08	11,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.376.000,00	2.421.821,58	272.972,08	272.972,08	11,27
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.205.000,00	3.250.821,58	409.663,82	409.663,82	12,60
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					571.293,33
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.726,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					573.019,67
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-163.355,85
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS DE MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	260.000,00	321.682,37	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.490.505,28	2.491.042,27	121.902,05	121.902,05	4,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.750.505,28	2.812.724,64	121.902,05	121.902,05	4,33
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.955.505,28	6.063.546,22	531.565,87	531.565,87	8,77
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	571.293,33	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.726,34	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	573.019,67	0,00

NOVA TRENTO, 27/05/2011

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI.
Contador CRC/SC 015336/0-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.693.500,00	1.693.500,00	571.010,05	773.642,72	45,68
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.072.500,00	1.072.500,00	429.787,35	534.254,11	49,81
1.1.1- IPTU	950.000,00	950.000,00	416.709,43	504.784,04	53,14
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.500,00	2.500,00	267,48	267,48	10,70
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	11.955,96	26.105,18	26,11
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	854,48	3.097,41	15,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	130.000,00	130.000,00	24.695,23	45.520,04	35,02
1.2.1- ITBI	130.000,00	130.000,00	24.695,23	45.520,04	35,02
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	421.000,00	421.000,00	103.594,07	171.327,62	40,70
1.3.1- ISS	400.000,00	400.000,00	100.458,95	167.026,71	41,76
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.000,00	4.000,00	420,18	457,80	11,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	2.508,08	3.502,45	23,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	206,86	340,66	17,03
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.000,00	70.000,00	12.933,40	22.540,95	32,20
1.4.1- IRRF	70.000,00	70.000,00	12.933,40	22.540,95	32,20
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.373.500,00	8.373.500,00	1.480.199,46	3.025.329,66	36,13
2.1- Cota-Parte FPM	4.480.000,00	4.480.000,00	757.153,64	1.718.825,23	38,37
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.480.000,00	4.480.000,00	757.153,64	1.718.825,23	38,37
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	542.789,15	1.028.096,48	35,45
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.986,78	5.973,56	29,87
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	59.000,00	59.000,00	9.195,37	20.373,65	34,53
2.5- Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	979,08	1.412,68	31,39
2.6- Cota-Parte IPVA	910.000,00	910.000,00	167.095,44	250.648,06	27,54
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.067.000,00	10.067.000,00	2.051.209,51	3.798.972,38	37,74

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	285.000,00	285.000,00	76.146,63	143.010,34	50,18
5.1- Transferências do Salário-Educação	260.000,00	260.000,00	49.588,38	116.452,09	44,79
5.2- Outras Transferências do FNDE	25.000,00	25.000,00	26.558,25	26.558,25	106,23
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	885.000,00	885.000,00	76.146,63	143.010,34	16,16

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.205.000,00	3.205.000,00	585.767,72	1.158.787,39	36,16
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	582.971,84	1.154.265,17	36,07
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	2.795,88	4.522,22	90,44
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.200.000,00	3.200.000,00	582.971,84	1.154.265,17	36,07

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.987.000,00	1.987.000,00	348.788,04	556.286,66	28,00
13.1- Com Educação Infantil	478.000,00	478.000,00	103.616,94	164.887,55	34,50
13.2- Com Ensino Fundamental	1.509.000,00	1.509.000,00	245.171,10	391.399,11	25,94
14- OUTRAS DESPESAS	1.218.000,00	1.263.821,58	293.444,54	495.609,74	39,22
14.1- Com Educação Infantil	351.000,00	351.000,00	86.914,19	162.335,32	46,25
14.2- Com Ensino Fundamental	867.000,00	912.821,58	206.530,35	333.274,42	36,51
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.205.000,00	3.250.821,58	642.232,58	1.051.896,40	32,36
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					48,01
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.516.750,00	2.516.750,00	512.802,38	949.743,10	37,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	829.000,00	829.000,00	190.531,13	327.222,87	39,47
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	829.000,00	829.000,00	190.531,13	327.222,87	39,47
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.376.000,00	2.421.821,58	451.701,45	724.673,53	29,92
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.376.000,00	2.421.821,58	451.701,45	724.673,53	29,92
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.205.000,00	3.250.821,58	642.232,58	1.051.896,40	32,36
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.154.265,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.522,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.158.787,39
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					-106.890,99
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS DE MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	260.000,00	321.682,37	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.490.505,28	2.491.042,27	229.341,08	351.243,13	14,10
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.750.505,28	2.812.724,64	229.341,08	351.243,13	12,49
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.955.505,28	6.063.546,22	871.573,66	1.403.139,53	23,14
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.154.265,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.522,22	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.158.787,39	0,00

NOVA TRENTO, 27/05/2011

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI.
Contador CRC/SC 015336/0-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato TA 001 ao CT Nº 030/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 030/2011 TA 001
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada: ELCIO FAVETI ME
Valor : 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 27/05/2011 Término: 31/12/2011
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011
Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de 2.000 metros no itinerário 08, que passará a vigorar nos seguintes termos: ITEM 08 - 56,50 Km- Trajeto de Linha São José a Novo Horizonte, no turno vespertino.
Novo Horizonte, 27 de Maio de 2011

Extrato TA 002 ao CT 017/2010

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contrato Nº.: 017/2010 TA 002
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : IVONIR V. FLORES & CIA LTDA ME
Valor : 3.610,50 (três mil seiscentos e dez reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 27/05/2011 Término: 31/12/2011
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2010
Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de 10.000 metros do itinerário 01, que passará a vigorar nos seguintes termos: ITEM LINHA NOVA Nº 01 42,512Km - Trajeto de Linha Rovaris a Novo Horizonte no turno matutino(abre a linha no anacleto cristani).
Novo Horizonte, 27 de Maio de 2011

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação 041/2011

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 002/2011
PROCESSO DE LICITAÇÃO 041/2011

1 - PREÂMBULO

1.1 – A Prefeitura Municipal de Paial, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Goiás nº 400, Centro, Paial SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.376/0001-59, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, Aldair Antonio Rigo, comunica a todos os interessados que esta aberto a partir de 01 de junho de 2011 até 30 de maio de 2012 o Credenciamento dos serviços de transporte de dejetos animais, serviços de silagem e outros serviços prestados com trator de pneus aos agricultores do Município de Paial conforme as condições estabelecidas neste edital.

2 – DOS SERVIÇOS

2.1 – O presente EDITAL tem por objeto dar ampla publicidade aos prestadores de serviços do Município de Paial que a Prefeitura Municipal a partir de 01 de junho de 2011 estará promovendo o credenciamento para o fornecimento dos serviços, até o limite de horas mencionadas no ANEXO “C”, mencionados no presente EDITAL e pelas normas previstas na legislação municipal.

3 – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.1 - Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior pessoas jurídicas, pessoas físicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, desde que atendidas as disposições deste EDITAL.

3.2 - O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste EDITAL e nos Termos da Minuta de Contrato (anexo “D”, deste EDITAL) a ser firmado entre as partes.

4 – DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS

4.1 - Os usuários dos serviços referidos no item 02 (dois) são os agricultores do Município.

4.2 - O credenciamento objetiva oferecer aos agricultores o direito de escolher quem lhes prestará os serviços pretendidos baseados nas suas necessidades.

5 – DO CREDENCIAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

5.1 - As condições do credenciamento de prestadores de serviços, objeto deste EDITAL, são universais e, portanto, sob as mesmas condições para todos, razão pela qual são firmadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto o Município de Paial como os prestadores de serviços, após o seu credenciamento.

5.2 - O credenciamento se dará após a análise e aprovação dos documentos anexados ao requerimento de inscrição anexo “A”, por uma Comissão de Credenciamento e firmado através do Termo de Contrato, anexo “C” deste EDITAL.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

6.1 - As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 01 de junho de 2011 com data prevista para encerramento em 30 de maio de 2012, através da entrega da solicitação de Credenciamento acompanhada dos seguintes documentos:

No Caso de Pessoas jurídicas:

Registro Comercial, no caso de empresa individual;
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, relativa ao domicílio do licitante;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) da Dívida Ativa da União conjunta com a de Tributos Federais;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Estaduais;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
Prova de regularidade relativa à Seguro Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS - FGTS), demonstrando situação regular no

cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
Declaração de concordância com as normas e valor para Credenciamento, devidamente assinada pelo proponente.
Cópia da documentação de posse do equipamento agrícola (trator) que será utilizado na prestação dos serviços.
Declaração que não emprega menores;

No Caso de Pessoas Física:

Cópia da Cédula de Identidade – CI;
Cópia Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais
Declaração de concordância com as normas e valor para Credenciamento, devidamente assinada pelo proponente.
Cópia da documentação de posse do equipamento agrícola (trator) que será utilizado na prestação dos serviços.

Parágrafo Único: Para realização dos serviços será exigido trator agrícola com potência mínima de 75 (setenta e cinco) Hps de potência.

6.2 – Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

6.3 - No caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93) ou certidão sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.

6.4 - A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.5 - Cumpridos os requisitos de qualificação acima identificados, será elaborado o "Contrato de Prestação de Serviços", nos termos da minuta que consta do Anexo "D", deste EDITAL, onde serão estabelecidas as condições para prestação dos serviços, as limitações na sua prestação e os preços pactuados.

7 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1 - O prazo de vigência do Credenciamento será até 30 de maio de 2011, com início após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo que para efetuar o descredenciamento o contratado deverá enviar requerimento de endereçado à autoridade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com um prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.

7.2 - A prorrogação prevista no subitem 7.1 deverá ser requerida pelo órgão interessado ou pela contratada no prazo de até 10 (dez) dias anteriores a data do término da vigência do respectivo Termo de Contrato.

8 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 - A prestação do(s) serviço(s) objeto dar-se-á de acordo com as solicitações expedidas pela Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Paial.

9 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

9.1 O valor dos serviços estabelecidos no Anexo I do presente EDITAL será atualizado a cada período correspondente de 12 (doze) meses, a partir de 12 meses, de com base nos seguintes índices:

9.1.2. Pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

9.2. O serviço poderá ainda ser atualizado sempre que se fizer necessário para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com o estabelecido na Alínea "b" do Inciso II, do Art. 65, da Lei nº 8666/93.

10 – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - A remuneração dos serviços previstos no item 02 (dois) se dará unicamente com base na Tabela de Valores para Credenciamento – Anexo "B" – obedecido o Teto mensal estipulado pelo Município de Paial, sendo que 50% (cinquenta por cento) do valor será cobrado diretamente do produtor beneficiado, e o Município pagará a outra metade do valor dos serviços.

10.2 – O prestador de serviço ficará encarregado de cobrar os serviços na proporção de 50% (cinquenta por cento) direto do produtor beneficiado.

10.3 - Será efetuado o pagamento do valor referente à prestação dos serviços (parte cabível ao Município), no início de cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação do serviço, após o recebimento da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) e relatório dos serviços realizados, contendo o nome do agricultor, devidamente anexados juntamente com a requisição expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

10.4 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente credenciamento correrão à conta nº 06.01.2.019 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura (17) 3.3.90.00.00.00.0.1.00, do Orçamento do Exercício de 2011, do Município de Paial.

11 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

11.2 - A rescisão contratual poderá ser:

11.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

11.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstre a conveniência para a Administração.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

12.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

12.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao

total de 20% (vinte por cento);

12.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

12.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

12.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

12.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 12.3.1. e 12.3.2. será o valor inicial do Contrato.

12.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Paial.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Esclarecimentos relativos ao presente EDITAL de Credenciamento e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente na Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paial, situada na Rua Goiás, 400, ou através do telefone (0**49) 34510045, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

13.2 - O Município de Paial reserva-se o direito de anular ou revogar o presente EDITAL, nos termos do art. 49 da lei nº 8.666/93.

13.3 - Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Prefeitura Municipal de Paial não serão consideradas como motivos para impugnações ou recursos.

13.4 - Os casos omissos neste EDITAL serão resolvidos pela Comissão de Credenciamento à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis.

13.5 - A participação no presente credenciamento implica no conhecimento e na aceitação plena deste EDITAL e suas condições.

13.6 - As participantes deste EDITAL desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

13.7 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Itá/SC, excluindo qualquer outro.

14 - DOS ANEXOS AO EDITAL

14.1 - Integram o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO;
TABELA DE VALORES PARA CREDENCIAMENTO;
RELAÇÃO DOS SERVIÇOS E LIMITES;
MINUTA DO CONTRATO.

Paial SC, 26 de maio de 2011.
ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 001/2011.

ANEXO "A"

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Requerente: _____

Endereço: _____

Fone: _____

CNPJ: _____

Sócio Proprietário: _____

CPF: _____ RG: _____

Serviço Requerido: _____ - _____

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Pessoa Jurídica

- () Cópia do Ato Constitutivo
- () Registro Comercial (empresa individual)
- () Certidão Simplificada da junta
- () Certidão Neg. Dívida Ativa União
- () Certidão Neg. Tributos Federais
- () Certidão Neg. Débitos Estaduais
- () Certidão Neg. Débitos Municipais
- () Certidão Negativa INSS
- () Certidão Negativa FGTS
- () Certidão Neg. Falência e Concordata
- () Declaração de Concordância com as Normas e Tabela

Pessoa Física

- () Cópia da Cédula de Identidade – CI;
- () Cópia Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- () Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e
- () Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais
- () Declaração de Concordância com as Normas e Tabela

Conta corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

Paial, ____/____/2011.

Visto em ____/____/____

Assinatura Requerente

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 001/2011.

ANEXO "B"

TABELA DE VALORES PARA CREDENCIAMENTO

Item	Serviços	Unidade	R\$
01	Transporte de dejetos animais.	Horas	70,00
03	Serviços de silagem,, serviços com grade e pé de pato.	Horas	84,00

ANEXO "C"

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL 001/2011.
Relação de Serviços e Limites

Item	Serviços	Unidade	Limite
01	Transporte de dejetos animais.	Horas	
02	Serviços de Silagem, serviços com grade e pé de pato.	Horas	100 horas mensais

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL 002/2011.

ANEXO "E"
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ____/____.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE DEJETOS ANIMAIS, SERVIÇOS DE SILAGEM, TRANSPORTE AGUA CONFORME LEI Nº 212.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº _____, com sede na Praça _____, Paial SC, neste ato representado por seu prefeito municipal, Sr ALDAIR ANTONIO RIGO, portadora da Cédula de Identidade RG nº _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, com sede na _____, representada neste ato, pelo seu Sócio-gerente, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o EDITAL de Credenciamento Universal nº 002/2011, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA (DESCREVER QUANTPAIALTIVOS E OS SERVIÇOS E/OU PRODUTOS FORNECIDOS) aos agricultores do Município de Paial, nos termos do EDITAL de Credenciamento Universal nº 002/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A prestação do(s) serviço(s)/produto(s) objeto(s) deste Contrato dar-se-á de acordo com a necessidade do agricultor e disponibilidade do Município de Paial, mediante solicitação devidamente assinada e datada pelo responsável pelo setor de expedição de requisições da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

2.2. A CONTRATADA deverá atender aos agricultores com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

2.3. O CONTRATANTE fiscalizará a prestação dos serviços através do órgão competente, acompanhando inclusive o grau de satisfação dos usuários, em consonância e obediência ao prescrito nas

Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90 e no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência deste contrato será até 31 de maio de 2011, com início à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

3.2. A prorrogação prevista no item 3.1 desta Cláusula deverá ser requerida pelo órgão interessado ou pela CONTRATADA no prazo de até 10 (dez) dias anteriores a data do término da vigência deste Termo.

3.3. Para efetuar o credenciamento o credenciado deverá enviar requerimento endereçado ao Município de Paial, com motivos plenamente justificáveis, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela execução dos serviços e/ou fornecimento do(s) produto(s) previstos na cláusula primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____ (_____) por _____ conforme anexo "B" do EDITAL de Credenciamento.

4.1.1. O valor referência para pagamento máximo mensal pela prestação dos serviços é de R\$ _____ (_____)

4.2. A responsabilidade pela cobrança do valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do produtor beneficiado será de responsabilidade do prestador do serviço.

4.3. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão às contas nº conta nº do Orçamento do Exercício de 2011, do Município de Paial

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES

5.1. O valor dos serviços estabelecidos no Anexo "B" do presente EDITAL será atualizado a cada período correspondente de 12 (doze) meses, de com base nos seguintes índices:

5.1.2. Pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5.2. O serviço poderá ainda ser atualizado sempre que se fizer necessário para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com o estabelecido na Alínea "b" do Inciso II, do Art. 65, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A remuneração dos serviços previstos no objeto deste termo se dará unicamente com base na Tabela de Valores para Credenciamento – Anexo "B", cujo preço encontra-se expressamente fixado no item 4.1 da cláusula quarta deste instrumento.

6.2. O Teto é o fixado no item 4.1.1 da cláusula quarta acima tendo sido estipulado de acordo com a necessidade e demanda dos agricultores do Município de Paial para atendimento na área da agricultura.

6.3. Será efetuado o pagamento do valor referente à prestação dos serviços, até 10 (dez) dias após o mês subsequente aos serviços prestados, após o recebimento da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) e relatório dos serviços realizados, contendo o nome do agricultor,

devidamente anexados às solicitações de consultas expedidas pelo Município de Paial.

6.4. A CONTRATADA, no caso de pessoa jurídica, deverá apresentar as guias de recolhimento do FGTS e do INSS, devidamente quitadas para o recebimento do pagamento das parcelas mensais, bem como a CND do INSS, o CRF do FGTS e declaração contendo no mínimo nome e assinatura dos funcionários e ciente da empresa, comprovando o pagamento dos salários devidos no período compreendido entre a data de assinatura deste contrato e a data de encerramento dos serviços, para recebimento do pagamento de cada parcela, podendo esta última ser substituída por Certidão Negativa de Débito Salarial expedida pela Delegacia ou Subdelegacia Regional do Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OPAIALVA - DAS PENALIDADES

8.1 Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

8.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

8.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

8.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.3.1. e 8.3.2. será o valor inicial do Contrato.

8.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Paial.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ita SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Paial SC, __ de _____ de _____.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome:

CPF:

02. _____

Nome:

CPF:

Processo de Licitação de Nº 09/2011 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011 FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 09/2011 FMS

PREÂMBULO

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E CONDIÇÕES ACESSÓRIAS

Aquisição de um veículo novo com as seguintes características:

Veículo Novo Zero KM

Fabricação Nacional;

04 Portas;

Tipo sedã;

Capacidade para 05 pessoas;

Motor bicomcombustível potência mínima 85 CVs a gasolina;

Capacidade do porta malas mínima de 500 litros;

Equipado com ar condicionado;

Direção Hidráulica;

Vidros elétricos nas portas dianteiras;

Trava automática nas portas acionada por controle remoto;

Pré-disposição para som com 04 auto falantes nas portas;

Antena;

Equipamentos de segurança obrigatórios (macaco, chave de

roda), pneu estepe;
Tapetes internos;
Protetor do cârter;
Rádio AM/FM com entrada USB;

O veículo objeto deste edital deverão ser entregues em até 10 dias após a emissão da autorização de fornecimento, na Prefeitura Municipal de Paial

CLÁUSULA SEGUNDA DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO

A empresa interessada em participar desta licitação deverá entregar a proposta e a documentação no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Paial, sito a Rua Goiás n.º 400, Centro, Município de Paial, no horário de expediente, compreendido das 8h as 11:30, de segunda a sexta-feira, tendo como prazo máximo até as 13h45m, do dia 10 de Junho de 2011.

A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N º 09/2011 FMS
PREGÃO Nº. 09/2011 FMS.
ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

A documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, no mesmo momento da entrega do envelope da proposta, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N º 09/2011 FMS
PREGÃO Nº. 09/2011 FMS
ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

Será aceita a remessa dos envelopes por via postal, com aviso de recebimento, desde que o recebimento seja até o dia e horário indicados para protocolo.

A licitante que não puder se fazer representada na sessão pública de abertura da licitação, deverá encaminhar a declaração solicitada no Anexo III, deste edital, num terceiro envelope com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2011 FMS.
PREGÃO Nº. 09/2011 FMS
ENVELOPE Nº. 03 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação.
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

O Município de Paial e o Pregoeiro não se responsabilizarão e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil.

CLÁUSULA QUARTA CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Podem participar da presente licitação, todas as empresas que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital, exceto as que tenham sido suspensas temporariamente de participação em licitação e impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos, as que tenham sido declaradas inidôneas ou as que tenham falência decretada.

CLÁUSULA QUINTA DO INÍCIO DO PREGÃO PRESENCIAL E DO CREDENCIAMENTO

O início do pregão presencial dar-se-á a partir das 14h do dia 10 de Junho de 2011, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paial.

O Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolados no prazo e condições estabelecidos neste edital.

Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto à recepção da prefeitura.

Caso a empresa tenha remetida a proposta por via postal, será apenas tomado conhecimento se forem entregues ao pregoeiro até o horário apazado.

Após a conferência dos envelopes, será realizado o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, de acordo com o modelo constante do Anexo I, juntamente com um documento de identificação com foto.

A procuração ou termo de credenciamento deverá conter a indicação do signatário com firma reconhecida e ser apresentado no original ou em cópia autenticada.

Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo pregoeiro, será devolvido ao licitante.

A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação a outros licitantes, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

Depois de credenciadas, as licitantes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo III ou em formulário distribuído pelo pregoeiro na sessão.

CLÁUSULA SEXTA DA ABERTURA DO ENVELOPE DA PROPOSTA COMERCIAL

O Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

Razão social, endereço completo, nº. do CNPJ/CPF e nº. da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
Número deste Pregão;
Número do item, descrição do produto, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total por item, preferencialmente no modelo abaixo:

Item	Descrição	Unid	Marca	Preço Unit.	Preço Total

Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre o fornecimento do objeto da presente Licitação.

Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº. 01.

CLÁUSULA SÉTIMA DO ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO Habilitação Jurídica (Art. 28 Inc. I a IV e Art. 97)

O envelope da documentação deverá conter os seguintes documentos:

I - Declaração de Idoneidade, com menção de que a empresa não tenha sido suspensa temporariamente de participação em licitação e impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos ou que tenha sido declarada inidônea.

II - Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos termos do Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal - Anexo II;

III - Prova de Regularidade conjunta dos tributos federais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria Receita Federal e da Dívida Ativa da União Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.;

IV - Prova de Regularidade com os tributos estaduais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio do licitante;

V - Prova de Regularidade com os tributos municipais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

VI - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

VII - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não necessitam de prazo

de validade.

A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é a da entrega dos envelopes.

Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões, poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, exceto nos casos em que a Emissão da CND pelo órgão expedidor é emitida centralizada para a Matriz.

CLÁUSULA OITAVA DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

Para fins de Julgamento das Propostas e Preços, será levado em consideração o menor preço por item.

Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.

A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão.

A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidos com base nos documentos apresentados para o credenciamento.

Serão passíveis de desclassificação as propostas que não atenderem os requisitos deste Edital, bem como quando constatada a oferta de preço manifestadamente inexecutável, e também as que estiverem acima do preço máximo estabelecido.

Considerar-se-á inexecutável a proposta cujo valor seja inferior a 50% (cinquenta por cento) da média do valor das demais propostas ou do valor previamente cotado pela Administração, adotando-se o menor valor.

As propostas declaradas inexecutáveis serão classificadas, caso o proponente manifeste-se verbalmente, comprometendo-se a

executar o objeto pelo preço proposto, o qual será lavrado na ata da sessão.

No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

Os lances verbais ofertados pelas licitantes também serão registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao em-pate.

Dos lances ofertados não caberá retratação.

A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

Encerrada as etapas competitivas e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação estipuladas neste Edital.

Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora.

Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

Ocorrendo a situação referida no parágrafo anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtida redução do preço.

Excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada, em conformidade com o que dispõe o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93.

Caso todas as propostas forem desclassificadas antes da fase de lances verbais ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação, de acordo com o art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93.

Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

A falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante.

A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes. Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada.

O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

CLAUSULA NONA DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

No julgamento das propostas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

No caso de empate entre duas ou mais propostas pela ausência dos licitantes ou representantes e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº. 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria

Sessão.

A adjudicação do objeto deste Pregão será formalizada pelo Pregoeiro, POR ITEM, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

O objeto deste edital deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Saúde de Paial, em até 05 (cinco) dias a contar da autorização de fornecimento, sob pena de multa de 10% do valor do objeto, e demais penalidades previstas na lei de licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

O Faturamento do material deverá ser feito pela Licitante para o Fundo Municipal de Saúde de Paial.

A despesa decorrente do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Órgão: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde de Paial

Projeto/Atividade: 1.018 – Veículos e equipamentos para a Saúde

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.0002 - Aplicação Direta

O preço poderá não poderá ser reajustado.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

A impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso.

O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

Após a homologação do resultado pela autoridade competente,

será a vencedora notificada e convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar(em) o pertinente contrato (minuta constante do Anexo V), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

O contrato terá prazo de vigência da data de assinatura até 31.12.2011.

Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

A rescisão contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS PENALIDADES

A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.

Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

A multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº. 8.666/93, conforme o art. 87, § 2º do mesmo diploma legal.

A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº. 8.666/93.

Nos termos do artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no setor de Licitações do Município de Paial, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3451-0045, de segunda à sexta-feira, das 08h às 11h30m e das 13h30m às 17h.

O Município de Paial reserva-se o direito de revogar, por interesse das administrações municipais, o presente certame licitatório, sem que caiba direito a indenização aos proponentes.

Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente prego.

Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

O Município de Paial reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

Informações verbais prestadas por integrantes da Licitante ou qualquer outro não serão consideradas como motivos para impugnações.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.

Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, 11.107 de 06 de Abril de 2005, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

No interesse do Município de Paial e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Itá - SC, excluído qualquer outro.

DOS ANEXOS DO EDITAL

Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I – ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO.

Anexo II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

Anexo III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº. 10.520/2002;

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

Anexo V - MINUTA DE CONTRATO.

Anexo VI - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

Paial, SC 27 de Junho de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal de Paial

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2011 FMS.

PREGÃO Nº 09/2011 FMS

ANEXO I

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO MÁXIMO
01	Veículo novo zero km com as seguintes características mínimas: Fabricação Nacional; 04 Portas; Tipo sedã; Capacidade para 05 pessoas; Motor bicomustível potência mínima 85 CVs a gasolina; Capacidade do porta malas mínima de 500 litros; Equipado com ar condicionado; Direção Hidráulica; Vidros elétricos nas portas dianteiras; Trava automática nas portas acionada por controle remoto; Pré-disposição para som com 04 alto falantes nas portas; Antena; Equipamentos de segurança obrigatórios (macaco, chave de roda), pneu estepe; Tapetes internos; Protetor do cárter; Rádio AM/FM com entrada USB;	UND	01	43.000,00

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2011 FMS.
PREGÃO Nº. 09/2011 FMS.

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO Nº. 09/2011 FMS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2011.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2011 FMS.
PREGÃO Nº. 09/2011 FMS

ANEXO "III"
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO
ART. 4º DA LEI Nº. 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO Nº. 09/2011 FMS, instaurado pelo Município de Paial.

Local, _____ de _____ de 2011.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2011 FMS.
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL 09/2011 FMS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada a Rua _____, _____ da cidade de _____, por intermédio de seu sócio Gerente Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF no _____, DECLARA, que a Empresa não foi declarada inidônea ou foi suspensa temporariamente de participação em licitação e impedida de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

É o que nos cabe declarar.

_____, SC, de _____ de 2011.

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO .

TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº.....

Pelo presente termo de contrato que entre si fazem o município de Paial inscrito no C.G.C sob o nº 01.614.476/0001-59, com sede à rua Goiás , 400, centro, município de Paial, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular o Senhor ALDAIR ANTONIO RIGO, brasileiro, casado, prefeito municipal, residente e domiciliado, na cidade e município de Paial, inscrito no CPF/CIC sob o nº. _____, e a empresa _____, com nome de fantasia denominada de _____, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ . sob nº _____, com sede à rua _____, _____, cidade e município de _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu sócio gerente o Senhor _____, portador da carteira de identidade nº _____, CPF sob o nº _____ e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo processo licitatório nº. 09/2011 FMS pregão presencial n 09/2011 FMS que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O objeto do presente termo de contrato é a aquisição de veículo novo zero km conforme especificações no edital de licitação 09/2011;

Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Valor Total				

Integram e completam o presente termo de contrato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do certame licitatório citado ao preâmbulo deste.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA VIGÊNCIA

O valor pela aquisição do objeto do presente contrato é de R\$ (.....) cujo valor será pago ao CONTRATADO, até o 30º dia da entrega mediante nota fiscal.

Para receber o pagamento deverá a CONTRATADA:

- 1 – Enviar à tesouraria do município a 1ª via da nota fiscal;
- 2 - Constar na nota fiscal o número do contrato;
- 3 - Atender o disposto no artigo 71, combinado com o artigo 55, XIII, da lei nº 8.666/1993, através da atualização permanente do cadastro municipal de fornecedores.

O não cumprimento de um dos itens acima acarretará o sobrestamento do(s) pagamento(s), até que sejam solucionadas as pendências apontadas.

O preço não poderá ser reajustado.

O presente contrato terá vigência até o término do fornecimento dos materiais ou até 31 de dezembro de 2011, valendo o primeiro a se verificar.

Poderão ser aditadas as quantidades, de forma global ou em partes, dos bens objeto do presente contrato, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para o pagamento do objeto do presente contrato será oriunda de recursos conforme segue:
Órgão: 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde de Paial
Projeto/Atividade: 1.018 – Veículos e equipamentos para a Saúde
Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00.0002 - Aplicação Direta

CLÁUSULA QUARTA DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUINTA DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I – Entregar os produtos objeto deste edital em até 10 (dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento na Secretaria Municipal de saúde de Paial.

CLÁUSULA SEXTA DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, as seguintes penalidades:

Advertência
Suspensão ao direito de licitar com a administração pelo prazo de 2 (dois) anos.
Declaração de idoneidade, com fulcro no capítulo IV, seção II, da lei nº 8666/93 e lei 10.520/2002. e,
Multa

I - A penalidade de advertência será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que venham a causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros.

II - As multas serão as seguintes:

0,5% (meio por cento), sobre o valor da fatura, por inobservância de quaisquer das responsabilidades arroladas na cláusula quarta, deste instrumento.
10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, no caso de desistência de fornecimento.

III - A penalidade de suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração serão aplicadas nos seguintes casos:

fizer declaração falsa;
deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
ensejar o retardamento da execução do objeto;
não manter a proposta;
falhar ou fraudar na execução do contrato, injustificadamente;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
fornecer produtos em desconformidade com o especificado;
não substituir, no prazo estipulado, os produtos recusados pelo contratante.
descumprir prazos e condições previstas neste instrumento.

IV – a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública será aplicado nos casos em que o CONTRATANTE, após análise dos fatos, constatar que a contratada praticou falta grave.

A cobrança da multa prevista no inciso II, alínea “a”, será descontada quando da apresentação da nota fiscal e, a prevista na alínea “b”, por intermédio de notificação de cobrança sendo a CONTRATADA obrigada a fazer o recolhimento aos cofres públicos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de cobrança judicial.

A punição definida no inciso III será por até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurar os motivos de sua punição.

A punição definida no inciso IV será por até 2 (dois) anos, ou enquanto perdurar os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

As penalidades poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da lei n.º 8.666/93 e art. 7º, da lei n. 10.520/02.

Na aplicação dessas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Além das penalidades acima citadas a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguinte da lei federal 8.666/93.

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste

contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

CLÁUSULA NONA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venha a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato esta vinculado ao certame licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA, pelas disposições expressas na lei federal nº 8.666/93, pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei federal 8.666/93 de 21 de junho de 1.993, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Ita, estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Paial-SC,de de 2011.

Contratante
MUNICÍPIO DE PAIAL
ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito

.....
Contratada

TESTEMUNHAS

PREGÃO Nº. 04/2011

ANEXO VI MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Ao Município de Paial

Credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Paial, na modalidade PREGÃO Nº. 09/2011, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____

_____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2011.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.393, de 26 de Maio de 2011.

DECRETO Nº 3.393, DE 26 DE MAIO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme artigo 16º § 4º da Lei Municipal nº 1.451/2010 de 05 de Novembro de 2010; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na contadoria da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar pelo provável excesso no valor de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), vinculado a destinação de recursos na Unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02 Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 02.04 - Secretaria de Transportes e Urbanismo

Função: 26 - Transporte

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0020 - Estradas Vicinais

Projeto Atividade: 2063 - Pavimentação de Estradas Vicinais

Aplicações Diretas: 44900000 - R\$ 97.500,00

Fonte de Recurso: 0124.54

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão á conta do Recurso do Convênio SICONV nº 741583/2010. Contrato de Repasse nº 0332660-04/2010. Celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 102.348,84 (Cento e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) para Pavimentação com pedras irregulares da estrada da Linha Túnel, no município de Pinheiro Preto-SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 26 de Maio de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria N.147 de 27 de Maio de 2010.

PORTARIA N.147 DE 27 DE MAIO DE 2010.

DEMITE, A PEDIDO, ADRIANA PAULA FRANCESCHINA DO EMPREGO PÚBLICO DE ENFERMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o aviso prévio do empregado datado de 28.04.2011

RESOLVE:

Art. 1.º DEMITIR, a pedido, ADRIANA PAULA FRANCESCHINA brasileira, casada, inscrita no CPF n.º 005.981.049-17, do emprego público de ENFERMEIRA -PSF, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico Celetista, na forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 141 de 22 de agosto de 2007, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com o salário inicial previsto em Lei, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, a partir de 27 de maio de 2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de maio de 2010.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREFEITURA MUNICIPAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre - Anexo I

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.750.000,00	41.750.000,00	5.927.721,34	14,20	14.316.858,17	34,29	27.433.141,83
RECEITAS CORRENTES	30.974.186,05	30.974.186,05	5.927.721,34	19,14	14.316.858,17	46,22	16.657.327,88
RECEITA TRIBUTARIA	8.037.000,00	8.037.000,00	1.370.966,53	17,06	5.371.955,62	66,84	2.665.044,38
IMPOSTOS	6.875.000,00	6.875.000,00	1.136.130,41	16,53	4.526.906,95	65,85	2.348.093,05
TAXAS	1.125.000,00	1.125.000,00	234.836,12	20,87	845.048,67	75,12	279.951,33
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.420.000,00	1.420.000,00	146.838,61	10,34	406.991,15	28,66	1.013.008,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	610.000,00	610.000,00	79.336,44	13,01	200.873,93	32,93	409.126,07
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	810.000,00	810.000,00	67.502,17	8,33	206.117,22	25,45	603.882,78
RECEITA PATRIMONIAL	97.000,00	97.000,00	208.407,44	214,85	327.255,57	337,38	-230.255,57
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	97.000,00	97.000,00	208.407,44	214,85	327.255,57	337,38	-230.255,57
RECEITA DE SERVIÇOS	4.660.000,00	4.660.000,00	802.440,16	17,22	1.506.775,64	32,33	3.153.224,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.576.230,76	15.576.230,76	3.194.431,56	20,51	6.182.690,82	39,69	9.393.539,94
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.576.230,76	15.576.230,76	3.184.431,56	20,44	6.162.690,82	39,56	9.413.539,94
Transf. de Conv.	0,00	0,00	10.000,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.183.955,29	1.183.955,29	204.637,04	17,28	521.189,37	44,02	662.765,92
Multas e Juros de Mora	247.000,00	247.000,00	29.035,23	11,76	73.886,59	29,91	173.113,41
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	4.572,00	0,00	5.325,99	0,00	-5.325,99
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	913.000,00	913.000,00	171.029,81	18,73	441.257,35	48,33	471.742,65
RECEITAS DIVERSAS	23.955,29	23.955,29	0,00	0,00	719,44	3,00	23.235,85
RECEITAS DE CAPITAL	10.775.813,95	10.775.813,95	0,00	0,00	0,00	0,00	10.775.813,95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.450.300,00	2.450.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.300,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.450.300,00	2.450.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.325.513,95	8.325.513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	8.325.513,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.145.513,95	8.145.513,95	0,00	0,00	0,00	0,00	8.145.513,95
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	950.000,00	950.000,00	145.805,99	15,35	335.200,09	35,28	614.799,91
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	950.000,00	950.000,00	145.805,99	15,35	335.200,09	35,28	614.799,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	830.000,00	830.000,00	116.120,64	13,99	291.546,21	35,13	538.453,79
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	830.000,00	830.000,00	116.120,64	13,99	291.546,21	35,13	538.453,79
RECEITA DE SERVIÇOS	120.000,00	120.000,00	29.685,35	24,74	43.653,88	36,38	76.346,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.700.000,00	42.700.000,00	6.073.527,33	14,22	14.652.058,26	34,31	28.047.941,74

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	42.700.000,00	42.700.000,00	6.073.527,33	14,22	14.652.058,26	34,31	28.047.941,74
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	42.700.000,00	42.700.000,00	6.073.527,33	14,22	14.652.058,26	34,31	28.047.941,74
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.191.376,69	—	—	1.404.687,24	—	—
Superávit Financeiro	—	3.191.376,69	—	—	1.404.687,24	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	41.749.100,00	6.967.835,54	48.716.935,54	15.194.500,05	31.145.637,11	7.021.993,62	13.136.791,30	26,97	35.580.144,24
DESPESAS CORRENTES	27.360.222,85	2.141.403,64	29.501.626,49	3.847.994,74	17.135.016,76	5.687.701,73	11.213.016,16	38,01	18.288.610,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.397.371,20	51.417,78	14.448.788,98	2.279.880,21	4.465.932,28	2.280.226,07	4.465.384,14	30,90	9.983.404,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	20.100,00	260.100,00	20.100,00	260.100,00	68.032,65	120.946,56	46,50	139.153,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.722.851,65	2.069.885,86	14.792.737,51	1.548.014,53	12.408.984,48	3.339.443,01	6.626.685,46	44,80	8.166.052,05
DESPESAS DE CAPITAL	13.748.877,15	4.826.431,90	18.575.309,05	11.346.505,31	14.010.620,35	1.334.291,89	1.923.775,14	10,36	16.651.533,91
INVESTIMENTOS	13.424.877,15	4.846.531,90	18.271.409,05	11.346.505,31	13.822.051,11	1.302.863,69	1.860.918,74	10,18	16.410.490,31
INVERSOES FINANCEIRAS	74.000,00	0,00	74.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	250.000,00	-20.100,00	229.900,00	0,00	188.569,24	31.428,20	62.856,40	27,34	167.043,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	640.000,00	0,00	640.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640.000,00
RESERVA DO RPPS	570.000,00	0,00	570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	950.900,00	16.000,00	966.900,00	122.283,02	333.044,65	142.190,28	286.782,04	29,66	680.117,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	830.900,00	17.000,00	847.900,00	121.100,52	243.462,15	119.342,65	241.704,28	28,51	606.195,72

Continuação 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	950.900,00	16.000,00	966.900,00	122.283,02	333.044,65	142.190,28	286.782,04	29,66	680.117,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00	-1.000,00	119.000,00	1.182,50	89.582,50	22.847,63	45.077,76	37,88	73.922,24
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.700.000,00	6.983.835,54	49.683.835,54	15.316.783,07	31.478.681,76	7.164.183,90	13.423.573,34	27,02	36.260.262,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	42.700.000,00	6.983.835,54	49.683.835,54	15.316.783,07	31.478.681,76	7.164.183,90	13.423.573,34	27,02	36.260.262,20
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.228.484,92	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	42.700.000,00	6.983.835,54	49.683.835,54	15.316.783,07	31.478.681,76	7.164.183,90	14.652.058,26	27,02	36.260.262,20

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 538.036,55

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

PORTO BELO, 26/05/2011

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSE IRINEU SERPA
SECRETARIO DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre - Anexo II

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.749.100,00	48.716.935,54	15.194.500,05	31.145.637,11	7.021.993,62	13.136.791,30	97,86	26,97	35.580.144,24
Legislativa	807.000,00	807.000,00	123.872,12	246.186,13	111.616,65	213.799,62	1,59	26,49	593.200,38
Ação Legislativa	807.000,00	807.000,00	123.872,12	246.186,13	111.616,65	213.799,62	1,59	26,49	593.200,38
Judiciária	80.000,00	91.227,61	0,00	91.227,61	0,00	91.227,61	0,68	100,00	0,00
Ação Judiciária	80.000,00	91.227,61	0,00	91.227,61	0,00	91.227,61	0,68	100,00	0,00
Administração	2.953.728,00	3.443.660,00	378.593,45	2.026.419,24	687.187,00	1.276.044,33	9,51	37,05	2.167.615,67
Administração Geral	2.128.428,00	2.576.210,00	319.499,63	1.613.919,79	575.999,43	1.057.181,40	7,88	41,04	1.519.028,60
Administração Financeira	825.300,00	867.450,00	59.093,82	412.499,45	111.187,57	218.862,93	1,63	25,23	648.587,07
Segurança Pública	129.000,00	129.000,00	14.345,82	70.003,27	21.585,17	38.787,66	0,29	30,07	90.212,34
Defesa Civil	129.000,00	129.000,00	14.345,82	70.003,27	21.585,17	38.787,66	0,29	30,07	90.212,34
Assistência Social	612.269,86	642.379,14	191.530,44	398.834,98	109.475,64	179.032,57	1,33	27,87	463.346,57
Assistência ao Idoso	111.000,00	141.109,28	134.109,28	134.109,28	0,00	0,00	0,00	0,00	141.109,28
Assistência à Criança e ao Adolescente	188.900,00	188.900,00	10.182,40	60.987,91	20.045,51	36.250,19	0,27	19,19	152.649,81
Assistência Comunitária	312.369,86	312.369,86	47.238,76	203.737,79	89.430,13	142.782,38	1,06	45,71	169.587,48
Previdência Social	1.439.800,00	1.439.800,00	126.836,77	277.416,30	133.748,01	263.860,87	1,97	18,33	1.175.939,13
Previdência do Regime Estatutário	1.439.800,00	1.439.800,00	126.836,77	277.416,30	133.748,01	263.860,87	1,97	18,33	1.175.939,13
Saúde	6.240.038,02	6.609.088,14	751.088,73	2.625.303,38	1.147.937,15	1.966.420,63	14,65	29,75	4.642.667,51
Atenção Básica	4.945.692,00	5.274.742,12	704.723,54	2.107.713,60	893.473,01	1.640.141,44	12,22	31,09	3.634.600,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	395.277,10	395.277,10	14.203,44	27.193,47	14.283,44	27.069,47	0,20	6,85	368.207,63
Suporte Profilático e Terapêutico	196.588,80	236.588,80	2.046,63	51.185,67	13.148,00	49.562,66	0,37	20,95	187.026,14
Vigilância Sanitária	143.116,72	143.116,72	26.619,94	47.606,43	28.059,56	46.107,43	0,34	32,22	97.009,29
Vigilância Epidemiológica	26.103,40	26.103,40	1.500,00	10.862,93	4.450,94	9.017,43	0,07	34,55	17.085,97
Alimentação e Nutrição	533.260,00	533.260,00	1.995,18	380.741,28	194.522,20	194.522,20	1,45	36,48	338.737,80
Educação	7.323.846,88	7.691.695,65	1.526.928,89	3.710.079,47	1.186.879,54	2.421.218,64	18,04	31,48	5.270.477,01
Ensino Fundamental	4.801.786,40	5.041.676,77	932.782,01	2.606.956,38	809.607,65	1.761.845,26	13,13	34,95	3.279.831,51
Ensino Médio	243,54	243,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243,54
Educação Infantil	2.399.396,94	2.526.319,14	522.040,08	1.031.016,29	362.824,09	644.925,58	4,80	25,53	1.881.393,56
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	16.036,20	106,80	106,80	47,80	47,80	0,00	0,30	15.988,40
Educação Especial	107.420,00	107.420,00	72.000,00	72.000,00	14.400,00	14.400,00	0,11	13,41	93.020,00
Cultura	291.150,00	337.242,39	131.863,64	217.261,86	130.667,24	167.528,99	1,25	49,68	169.713,40
Difusão Cultural	291.150,00	337.242,39	131.863,64	217.261,86	130.667,24	167.528,99	1,25	49,68	169.713,40

Continua 1/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.749.100,00	48.716.935,54	15.194.500,05	31.145.637,11	7.021.993,62	13.136.791,30	97,86	26,97	35.580.144,24
Urbanismo	7.693.953,29	8.524.875,59	899.790,56	4.483.710,74	1.003.983,29	2.185.629,72	16,28	25,64	6.339.245,87
Infra-Estrutura Urbana	2.777.850,00	2.838.918,06	130.428,86	1.514.885,56	129.275,76	261.685,46	1,95	9,22	2.577.232,60
Serviços Urbanos	4.916.103,29	5.685.957,53	769.361,70	2.968.825,18	874.707,53	1.923.944,26	14,33	33,84	3.762.013,27
Saneamento	11.961.563,95	15.621.156,87	10.469.101,04	14.412.514,24	1.910.757,60	3.127.421,54	23,30	20,02	12.493.735,33
Saneamento Básico Urbano	11.961.563,95	15.621.156,87	10.469.101,04	14.412.514,24	1.910.757,60	3.127.421,54	23,30	20,02	12.493.735,33
Agricultura	315.000,00	641.000,00	39.011,66	387.032,99	80.385,67	117.280,33	0,87	18,30	523.719,67
Extensão Rural	315.000,00	641.000,00	39.011,66	387.032,99	80.385,67	117.280,33	0,87	18,30	523.719,67
Comércio e Serviços	767.000,00	1.584.878,25	471.353,70	1.274.239,67	266.250,17	641.197,30	4,78	40,46	943.680,95
Turismo	767.000,00	1.584.878,25	471.353,70	1.274.239,67	266.250,17	641.197,30	4,78	40,46	943.680,95
Comunicações	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Telecomunicações	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Desporto e Lazer	203.550,00	222.731,90	50.083,23	142.737,99	60.555,77	117.731,83	0,88	52,86	105.000,07
Desporto Comunitário	203.550,00	222.731,90	50.083,23	142.737,99	60.555,77	117.731,83	0,88	52,86	105.000,07
Encargos Especiais	860.200,00	860.200,00	20.100,00	782.669,24	170.964,72	329.609,66	2,46	38,32	530.590,34
Serviço da Dívida Interna	490.000,00	490.000,00	20.100,00	448.669,24	99.460,85	183.802,96	1,37	37,51	306.197,04
Transferências	370.200,00	370.200,00	0,00	334.000,00	71.503,87	145.806,70	1,09	39,39	224.393,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	950.900,00	966.900,00	122.283,02	333.044,65	142.190,28	286.782,04	2,14	29,66	680.117,96
Legislativa	43.000,00	43.000,00	3.079,28	6.462,98	1.321,41	4.705,11	0,04	10,94	38.294,89
Ação Legislativa	43.000,00	43.000,00	3.079,28	6.462,98	1.321,41	4.705,11	0,04	10,94	38.294,89
Administração	159.300,00	159.300,00	18.447,52	71.327,62	28.290,62	56.900,02	0,42	35,72	102.399,98
Administração Geral	123.300,00	123.300,00	13.610,26	61.658,39	23.453,36	47.230,79	0,35	38,31	76.069,21
Administração Financeira	36.000,00	36.000,00	4.837,26	9.669,23	4.837,26	9.669,23	0,07	26,86	26.330,77
Assistência Social	13.100,00	13.100,00	771,94	5.043,90	1.069,70	2.047,65	0,02	15,63	11.052,35
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.100,00	4.100,00	251,52	503,05	251,52	503,05	0,00	12,27	3.596,95
Assistência Comunitária	9.000,00	9.000,00	520,42	4.540,85	818,18	1.544,60	0,01	17,16	7.455,40
Previdência Social	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Previdência do Regime Estatutário	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Saúde	221.100,00	235.100,00	28.743,50	65.894,75	31.709,34	64.930,41	0,48	27,62	170.169,59
Atenção Básica	193.000,00	207.000,00	25.557,61	59.522,13	28.523,45	58.557,79	0,44	28,29	148.442,21

Continua 2/3

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	950.900,00	966.900,00	122.283,02	333.044,65	142.190,28	286.782,04	2,14	29,66	680.117,96
Saúde	221.100,00	235.100,00	28.743,50	65.894,75	31.709,34	64.930,41	0,48	27,62	170.169,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.000,00	13.000,00	1.931,86	3.852,73	1.931,86	3.852,73	0,03	29,64	9.147,27
Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	1.254,03	2.519,89	1.254,03	2.519,89	0,02	16,80	12.480,11
Vigilância Epidemiológica	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Educação	341.100,00	344.100,00	45.632,46	130.779,25	53.263,59	106.896,26	0,80	31,07	237.203,74
Ensino Fundamental	224.000,00	224.000,00	29.908,29	84.439,92	34.979,17	68.973,14	0,51	30,79	155.026,86
Educação Infantil	117.100,00	120.100,00	15.724,17	46.339,33	18.284,42	37.923,12	0,28	31,58	82.176,88
Cultura	6.000,00	5.000,00	640,53	2.415,23	727,39	1.622,78	0,01	32,46	3.377,22
Difusão Cultural	6.000,00	5.000,00	640,53	2.415,23	727,39	1.622,78	0,01	32,46	3.377,22
Urbanismo	119.000,00	119.000,00	19.222,08	37.196,84	19.222,08	37.196,84	0,28	31,26	81.803,16
Infra-Estrutura Urbana	36.000,00	36.000,00	6.673,52	12.176,12	6.673,52	12.176,12	0,09	33,82	23.823,88
Serviços Urbanos	83.000,00	83.000,00	12.548,56	25.020,72	12.548,56	25.020,72	0,19	30,15	57.979,28
Saneamento	5.100,00	5.100,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
Saneamento Básico Urbano	5.100,00	5.100,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
Agricultura	15.000,00	15.000,00	2.645,08	5.154,96	2.645,08	5.154,96	0,04	34,37	9.845,04
Extensão Rural	15.000,00	15.000,00	2.645,08	5.154,96	2.645,08	5.154,96	0,04	34,37	9.845,04
Comércio e Serviços	20.000,00	20.000,00	2.412,01	5.791,87	2.731,62	5.051,54	0,04	25,26	14.948,46
Turismo	20.000,00	20.000,00	2.412,01	5.791,87	2.731,62	5.051,54	0,04	25,26	14.948,46
Desporto e Lazer	8.000,00	8.000,00	688,62	2.377,25	1.209,45	2.276,47	0,02	28,46	5.723,53
Desporto Comunitário	8.000,00	8.000,00	688,62	2.377,25	1.209,45	2.276,47	0,02	28,46	5.723,53
TOTAL (III) = (I + II)	42.700.000,00	49.683.835,54	15.316.783,07	31.478.681,76	7.164.183,90	13.423.573,34	100,00	27,02	36.260.262,20

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

PORTO BELO, 26/05/2011

ALBERT STADLER

Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI

CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR JOSE IRINEU SERPA

Controle Interno - Mat.: 1079-01

SECRETARIO DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre - Anexo X

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	7.861.000,00	7.861.000,00	1.308.487,88	4.930.498,90	62,72
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.973.000,00	4.973.000,00	669.793,79	2.452.829,76	49,32
1.1.1- IPTU	4.000.000,00	4.000.000,00	504.890,82	2.058.696,70	51,47
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.552,29	2.874,01	5,75
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	853.000,00	853.000,00	151.701,51	372.988,75	43,73
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	70.000,00	70.000,00	11.649,17	18.270,30	26,10
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.501.000,00	1.501.000,00	286.090,18	1.807.015,34	120,39
1.2.1- ITBI	1.500.000,00	1.500.000,00	285.865,18	1.810.023,82	120,67
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	225,00	235,72	23,57
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	(3.244,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.212.000,00	1.212.000,00	315.066,72	610.362,35	50,36
1.3.1- ISS	1.200.000,00	1.200.000,00	307.837,22	601.139,18	50,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	512,11	2.374,65	237,47
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	6.688,25	6.748,26	67,48
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	29,14	100,26	10,03
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.000,00	175.000,00	37.537,19	60.291,45	34,45
1.4.1- IRRF	175.000,00	175.000,00	37.537,19	60.291,45	34,45
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.278.200,00	11.278.200,00	2.233.016,12	4.394.912,97	38,97
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	1.319.123,05	2.685.664,26	39,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	1.319.123,05	2.685.664,26	39,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.550.000,00	3.550.000,00	735.357,24	1.405.684,00	39,60
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	4.078,48	8.156,96	32,63
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	76.500,00	76.500,00	12.776,17	27.715,76	36,23
2.5- Cota-Parte ITR	6.700,00	6.700,00	46,91	326,94	4,88
2.6- Cota-Parte IPVA	820.000,00	820.000,00	161.634,27	267.365,05	32,61
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	19.139.200,00	19.139.200,00	3.541.504,00	9.325.411,87	48,72

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	380.000,00	380.000,00	79.002,15	179.822,57	47,32
5.1- Transferências do Salário-Educação	380.000,00	380.000,00	75.639,74	174.322,44	45,87
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	3.362,41	5.500,13	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-4.456.280,00	-4.456.280,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-4.076.280,00	-4.076.280,00	79.002,15	179.822,57	-4,41

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.250.640,00	2.250.640,00	446.978,23	878.281,86	39,02
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	265.185,25	538.493,43	39,60
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	710.000,00	710.000,00	146.901,68	280.966,86	39,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	15.300,00	15.300,00	2.555,23	5.283,52	34,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.340,00	1.340,00	9,38	65,37	4,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	164.000,00	164.000,00	32.326,69	53.472,68	32,61
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.100.000,00	4.100.000,00	860.450,98	1.700.553,36	41,48
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.100.000,00	4.100.000,00	853.733,14	1.689.679,27	41,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	6.717,84	10.874,09	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.849.360,00	1.849.360,00	406.754,91	811.397,41	43,87

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.240.000,00	3.240.283,18	533.539,94	973.209,39	30,03
13.1- Com Educação Infantil	1.275.000,00	1.212.000,00	193.230,32	426.391,60	35,18
13.2- Com Ensino Fundamental	1.965.000,00	2.028.283,18	340.309,62	546.817,79	26,96
14- OUTRAS DESPESAS	860.000,00	923.000,00	134.905,00	286.991,50	31,09
14.1- Com Educação Infantil	21.830,00	84.830,00	3.638,67	63.103,70	74,39
14.2- Com Ensino Fundamental	838.170,00	838.170,00	131.266,33	223.887,80	26,71
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.100.000,00	4.163.283,18	668.444,94	1.260.200,89	30,27
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					63.283,18
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					63.283,18
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					53,51
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				63.283,18	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 ²				63.283,18	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	4.784.800,00	4.784.800,00	885.376,00	2.331.352,97	48,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.393.390,00	2.433.390,00	358.134,19	659.874,38	27,12
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.296.830,00	1.296.830,00	196.868,99	489.495,30	37,75
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.096.560,00	1.136.560,00	161.265,20	170.379,08	14,99
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.603.554,00	4.724.037,18	814.977,18	1.713.116,36	36,26
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.803.170,00	2.866.453,18	471.575,95	770.705,59	26,89
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.800.384,00	1.857.584,00	343.401,23	942.410,77	50,73
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.996.944,00	7.157.427,18	1.173.111,37	2.372.990,74	33,15
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					811.397,41
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					10.874,09
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					63.283,18
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					885.554,68
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.487.436,06
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					15,95

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	380.000,00	590.365,59	32.770,76	74.265,32	12,58
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	273.002,88	273.002,88	34.261,00	80.858,84	29,62
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	653.002,88	863.368,47	67.031,76	155.124,16	17,97
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.649.946,88	8.020.795,65	1.240.143,13	2.528.114,90	31,52
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	259,45		0,00		

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	151.400,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.689.679,27	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.132.058,68	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.874,09	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	719.895,47	0,00

PORTO BELO, 26/05/2011

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSE IRINEU SERPA
SECRETARIO DA FAZENDA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 63.283,18, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre - Anexo XVI

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.139.200,00	19.139.200,00	9.325.411,87	48,72
Impostos	6.875.000,00	6.875.000,00	4.526.906,95	65,85
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.000.000,00	4.000.000,00	2.058.696,70	51,47
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.500.000,00	1.500.000,00	1.806.779,62	120,45
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.200.000,00	1.200.000,00	601.139,18	50,09
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	175.000,00	175.000,00	60.291,45	34,45
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	986.000,00	986.000,00	403.591,95	40,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	52.000,00	52.000,00	5.484,38	10,55
Dívida Ativa dos Impostos	863.000,00	863.000,00	379.737,01	44,00
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	71.000,00	71.000,00	18.370,56	25,87
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	11.278.200,00	11.278.200,00	4.394.912,97	38,97
Da União	6.831.700,00	6.831.700,00	2.694.148,16	39,44
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	6.800.000,00	6.800.000,00	2.685.664,26	39,50
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	6.700,00	6.700,00	326,94	4,88
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	25.000,00	25.000,00	8.156,96	32,63
Do Estado	4.446.500,00	4.446.500,00	1.700.764,81	38,25
Cota-Parte do ICMS	3.550.000,00	3.550.000,00	1.405.684,00	39,60
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	76.500,00	76.500,00	27.715,76	36,23
Cota-Parte do IPVA	820.000,00	820.000,00	267.365,05	32,61
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	25.811.440,00	25.811.440,00	6.204.928,25	24,04
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.250.640,00	-2.250.640,00	-878.281,86	39,02
TOTAL	42.700.000,00	42.700.000,00	14.652.058,26	34,31

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.172.378,02	5.500.428,14	1.711.920,45	31,12
Pessoal e Encargos Sociais	3.927.852,00	4.045.852,00	1.196.231,60	29,57
Outras Despesas Correntes	1.244.526,02	1.454.576,14	515.688,85	35,45
DESPESAS DE CAPITAL	707.500,00	762.500,00	122.565,18	16,07
Investimentos	707.500,00	762.500,00	122.565,18	16,07

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PORTO BELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2011/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	707.500,00	762.500,00	122.565,18	16,07
Investimentos	707.500,00	762.500,00	122.565,18	16,07
TOTAL (IV)	5.879.878,02	6.262.928,14	1.834.485,63	29,29

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.879.878,02	6.262.928,14	1.834.485,63	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.048.038,02	2.271.038,02	794.842,74	43,33
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.048.038,02	2.271.038,02	794.842,74	43,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	3.831.840,00	3.991.890,12	1.039.642,89	56,67

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	11,15
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.138.692,00	5.481.742,12	1.698.699,23	92,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	408.277,10	408.277,10	30.922,20	1,69
Suporte Profilático e Terapêutico	196.588,80	236.588,80	49.562,66	2,70
Vigilância Sanitária	110.116,72	110.116,72	46.284,11	2,52
Vigilância Epidemiológica	26.203,40	26.203,40	9.017,43	0,49
TOTAL	5.879.878,02	6.262.928,14	1.834.485,63	100,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO BELO, 26/05/2011

ALBERT STADLER
Prefeito Municipal

ROBSON DECEZARO TESTONI
CRC/SC 029.384/O-2

GILMARA MONTEIRO BALTAZAR
Controle Interno - Mat.: 1079-01

JOSE IRINEU SERPA
SECRETARIO DA FAZENDA

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.876/2011

LEI Nº 3.876, de 26 de maio de 2011.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Porto União, e á outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Porto União, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos ou não a tributos municipais, em razão dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2010, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade, suspensão ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

Parágrafo único. O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, através do Departamento de Tributação.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, sejam os débitos decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

Parágrafo único. A data limite para ingresso no REFIS é 30/11/2011.

Art. 3º Consolidada a dívida, a qual incluirá o principal, correção monetária, juros, multa e todas as demais incidências sobre o débito em atraso, terá as seguintes formas de pagamento, onde as parcelas serão fixas:

I- Se a opção for para pagamento em cota única até a data de 31 de agosto de 2011, será anistiada com 100% do valor correspondente a multa e juros;

II- Se a opção for para pagamento em cota única até a data de 31 de outubro, será anistiada com 95% do valor correspondente a multa e juros;

III- Se a opção for para pagamento em cota única até a data de 30 de novembro, será anistiada com 90% do valor correspondente a multa e juros;

IV- Se a opção for para pagamento em até 06 parcelas deverá ter entrada mínima de 10% e o saldo parcelado em 05 vezes - será anistiado com 80% do valor correspondente a multa e juros;

V- Se a opção for para pagamento em até 12 parcelas deverá ter entrada mínima de 10% e saldo parcelado em 11 vezes - será anistiado com 70% do valor correspondente a multa e juros;

VI- Se a opção for para pagamento em até 18 parcelas deverá ter entrada mínima de 10% e saldo parcelado em 17 vezes - será anistiado com 60% do valor correspondente a multa e juros;

VII- Se a opção for para pagamento em até 24 parcelas deverá ter entrada mínima de 10% e saldo parcelado em 23 vezes - será anistiado com 50% do valor correspondente a multa e juros.

§ 1º Nos casos de parcelamento, o valor da entrada na ordem de 10% do principal, já com as anistias previstas de acordo com a opção, não pode ser inferior a parcela do parcelamento, devendo ser respeitado neste caso o constante do Art. 12 do presente diploma legal.

§ 2º O valor relativo a entrada e ou da cota única, deverá ser quitado no prazo de até 05 dias a contar da data de formalização.

Art. 4º A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa ou não a débitos tributários nele inscritos, inclusive juros, correção monetária e multas apurados até a data da opção, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

I- Ao pagamento regular do débito consolidado;
II- Constar do requerimento de opção o extrato demonstrativo da situação dos tributos do exercício.

Art. 5º A opção dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio.

Parágrafo único. O prazo tratado no parágrafo único do art. 2º poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, através de Decreto do Executivo, mantendo-se as condições constantes dos incisos III, IV, V, VI e VII do art. 3º.

Art. 6º O contribuinte poderá incluir no REFIS eventuais saldos de parcelamento em andamento.

Art. 7º O contribuinte será excluído do REFIS, mediante ato do Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I- Inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II- Constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão a que se refere o artigo 4º desta Lei, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo;

III- Falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

IV- Cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Porto União e assumirem solidariamente com as obrigações do REFIS;

V- Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;

VI- Atraso no pagamento de 03 parcelas, consecutivas ou não, no caso da opção pelo parcelamento.

§ 1º A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário, aplicando-se sobre o montante devido, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, incluindo-se a correção monetária, bem como os juros e a multa remidos e anistiadas na forma desta Lei, executando-se, automaticamente, as garantias eventualmente prestadas.

§ 2º A exclusão será precedida de consulta à Assessoria Jurídica do Município, através do Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade, a qual emitirá, em 05 (cinco) dias, o parecer.

§ 3º Em caso de atraso no pagamento de parcelas, incidirá juros de mora, multa e correção monetária, conforme determina o Art. 2º da Lei Complementar nº 11/2000, integrante do Código Tributário Municipal, LC 005/99.

Art. 8º Havendo exclusão do contribuinte do REFIS será executado o total do débito confessado e consolidado sem qualquer anistia, redução ou remissão, incluindo correção monetária, juros e multa.

Art. 9º Para a inclusão no REFIS, caberá ao optante / contribuinte, além de outras obrigações e direitos, os seguintes:

I- Comprovação do pedido de desistência expressa e irrevogável

de todos os procedimentos administrativos e/ou judiciais relativos aos tributos que pretender consolidar, bem como da renúncia do direito sobre os mesmos débitos;

II- Comprovação dos pagamentos das custas processuais, nos casos de dívidas já ajuizadas ou a sua dispensa judicial, entendidos aqui, tanto para as execuções, embargos ou quaisquer medidas judiciais relacionadas aos tributos objeto do REFIS;

III- Estar com os IMPOSTOS do corrente exercício integralmente quitado, relativo ao imóvel, econômico ou outros lançamentos, conforme consta do Art. 4º, § único, inciso II;

IV- Os optantes do presente programa REFIS, ficam dispensados do pagamento dos honorários advocatícios e demais ônus da sucumbência devidos ao patrono da ação, salvo nos casos de exclusão do REFIS, em que ocorra o prosseguimento das respectivas ações.

Art. 10. As obrigações dos contribuintes decorrentes da opção pelo REFIS, não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos para efeito de licitações públicas no âmbito municipal.

Art. 11. A exclusivo critério da Administração Pública Municipal, observadas a oportunidade e a conveniência, o contribuinte poderá compensar, do montante do débito consolidado, o valor de créditos líquidos, certos e exigíveis, oriundos de despesas correntes e de investimentos que possua contra o Município, permanecendo no REFIS o saldo do débito que eventualmente remanescer, para pagamento à vista, na data em que se der a compensação.

Parágrafo único. O contribuinte que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará no requerimento de opção, além da declaração do valor dos débitos objetos do REFIS, a declaração do valor de seu crédito líquido, indicando e comprovando a origem respectiva.

Art. 12. Aqueles contribuintes que firmaram opção pelo REFIS constante da Lei nº 3.593/2009, e Lei 3732/2010 e não cumpriram com o acordo firmado por força daquele diploma legal, somente poderão aderir ao REFIS 2011, objeto da presente Lei, mediante entrada mínima de 20% em caso de parcelamento, referenciado no Art. 3º, incisos IV, V, VI e VII, do valor consolidado, ou pagamento à vista, respeitadas as condições constantes do art. 3º, incisos I, II e III.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato Edital de Licitação Nº 014/2011 - PP 002/2011 - SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde
Processo Licitatório 014/2011 - Pregão Presencial Nº 002/2011 - SMS

Objeto: Aquisição de um veículo 0KM;

Forma de Pregão: Presencial - Tipo Menor preço por item;

Recebimento das Propostas: até as 14:00 horas do dia 09/06/2011;

Início da Sessão: as 14:10 do dia 09/06/2011, na sala de reuniões da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União - SC.

Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no e-mail compras.suspu@sincronet.com.br

Porto União, 26 de maio de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal nº 5.140/2011

LEI Nº 5.140, de 24 de maio de 2011.

“DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CREAS, DEFINE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA ATUAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica implantado no Município de Rio do Sul, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS organizado por nível de complexidade do SUAS como Proteção Social Especial - Média Complexidade.

Art. 2º Os serviços de Proteção Social Especial - Média Complexidade, definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) possuem os seguintes objetivos:

I- fortalecer as redes sociais de apoio das famílias;

II- contribuir no combate a estigmas e preconceitos;

III- assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

IV- prevenir o abandono e a institucionalização;

V- fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

Art.3º Constituem serviços de natureza continuada do CREAS de média complexidade:

I- SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI).

Consiste no Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e

providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar

o direito.

II- SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL.

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

III-SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC).

Este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

IV- SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS.

Este serviço oferta o atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes

ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla "cuidador e dependente". Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.

A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

V- SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

É um Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário. Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim comum melhor acompanhamento do trabalho social.

Art.4º O Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS com Gestão Plena, visando assegurar o planejamento, a execução, o controle dos serviços estabelecidos na presente Lei Complementar será formado com equipe técnica multidisciplinar e outros profissionais de nível superior que compõem o SUAS, sendo que na definição do número de profissionais será observado a orientação sobre equipe mínima contida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOBRH/SUAS/2006.

Parágrafo Único. Além da equipe mínima multidisciplinar, o Município viabilizará para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social- com vistas ao desenvolvimento de atividades burocráticas e operacionais, servidores ocupantes do cargo agente administrativo, motorista e auxiliar de serviços gerais.

Art.5º Não havendo disponibilidade de servidores ocupantes de provimento efetivo do Município, poderá até a abertura de concurso público ser contratado profissionais em caráter temporário mediante processo seletivo, na forma de Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, com suas alterações posteriores.

Art.6º Os profissionais contratados na forma do artigo anterior, receberão remuneração equivalente ao cargo similar previsto na Lei Municipal que trata sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único. Sobre a remuneração prevista no caput, não incidirá o adicional por tempo de serviço ou quaisquer outras vantagens de natureza pecuniária, exceto aquelas previstas na Lei nº3.796, de 26 de junho de 2002, com suas alterações.

Art.7º A jornada de trabalho dos profissionais designados para atuar no centro de Referência especializado de Assistência Social-CREAS, será de 40(quarenta) horas semanais.

Art.8º Os cargos de provimento efetivo com respectivo número de vagas, valor do vencimento base, necessários para a implementação das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS - média complexidade, serão previstos em Lei Complementar específica.

Art.9º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar,correrão à conta de doações próprias consignadas no orçamento municipal.

Art.10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2.011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em Exercício

Lei Municipal nº 5.140/2011

LEI Nº 5.140, de 24 de maio de 2011.

“DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CREAS, DEFINE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA ATUAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica implantado no Município de Rio do Sul, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS organizado por nível de complexidade do SUAS como Proteção Social Especial - Média Complexidade.

Art. 2º Os serviços de Proteção Social Especial - Média Complexidade, definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) possuem os seguintes objetivos:

- I- fortalecer as redes sociais de apoio das famílias;
- II- contribuir no combate a estigmas e preconceitos;
- III- assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física,mental e social;
- IV- prevenir o abandono e a institucionalização;
- V- fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família.

Art.3ºConstituem serviços de natureza continuada do CREAS de média complexidade:

I- SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI).

Consiste no Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores,crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas

e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

II- SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL.

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.

III-SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC).

Este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

IV- SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS.

Este serviço oferta o atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência

que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados. As ações devem possibilitar a ampliação da rede de pessoas com quem a família do dependente convive e compartilha cultura, troca vivências e experiências. A partir da identificação das necessidades, deverá ser viabilizado o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços de políticas públicas setoriais, atividades culturais e de lazer, sempre priorizando o incentivo à autonomia da dupla "cuidador e dependente". Soma-se a isso o fato de que os profissionais da equipe poderão identificar demandas do dependente e/ou do cuidador e situações de violência e/ou violação de direitos e acionar os mecanismos necessários para resposta a tais condições.

A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

V- SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

É um Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário. Nesse serviço deve-se realizar a alimentação de sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo a localização da/pela família, parentes e pessoas de referência, assim comum melhor acompanhamento do trabalho social.

Art.4º O Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS com Gestão Plena, visando assegurar o planejamento, a execução, o controle dos serviços estabelecidos na presente Lei Complementar será formado com equipe técnica multidisciplinar e outros profissionais de nível superior que compõem o SUAS, sendo que na definição do número de profissionais será observado a orientação sobre equipe mínima contida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOBRH/SUAS/2006.

Parágrafo Único. Além da equipe mínima multidisciplinar, o Município viabilizará para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social- com vistas ao desenvolvimento de atividades burocráticas e operacionais, servidores ocupantes do cargo agente administrativo, motorista e auxiliar de serviços gerais.

Art.5º Não havendo disponibilidade de servidores ocupantes de provimento efetivo do Município, poderá até a abertura de concurso público ser contratado profissionais em caráter temporário mediante processo seletivo, na forma de Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, com suas alterações posteriores.

Art.6º Os profissionais contratados na forma do artigo anterior, receberão remuneração equivalente ao cargo similar previsto na Lei Municipal que trata sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único. Sobre a remuneração prevista no caput, não incidirá o adicional por tempo de serviço ou quaisquer outras vantagens de natureza pecuniária, exceto aquelas previstas na Lei nº3.796, de 26 de junho de 2002, com suas alterações.

Art.7º A jornada de trabalho dos profissionais designados para atuar no centro de Referência especializado de Assistência Social-CREAS, será de 40(quarenta) horas semanais.

Art.8º Os cargos de provimento efetivo com respectivo número de vagas, valor do vencimento base, necessários para a implementação das atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS - média complexidade, serão previstos em Lei Complementar específica.

Art.9º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar,correrão à conta de doações próprias consignadas no orçamento municipal.

Art.10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2.011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Municipal nº 5.141/2011

LEI Nº 5.141, de 24 de maio de 2011.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFRÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS, DEFINE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA ATUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica implantado no Município de Rio do Sul, o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, organizado por nível de complexidade do SUAS como Proteção Social Básica.

Art. 2º Os serviços de Proteção Social Básica, definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2.009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) possuem os seguintes objetivos:

- I - Promover o acompanhamento sócio-assistencial de famílias em um determinado território;
- II - Potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;
- III- Contribuir para o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando seu protagonismo;
- IV-Desenvolver ações que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;
- V-Atuar de forma preventiva, evitando que as famílias tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art.3º Constituem serviços de Proteção Social Básica:

- I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF) Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, o trabalho social, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O trabalho social do PAIF deve utilizar-se de ações nas áreas

culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço, devendo as ações do PAIF não possuir caráter terapêutico.

É um serviço baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas a primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento, e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e gratuidade no atendimento.

II- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolverem o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sócio familiar da política de assistência social.

a) Serviço para crianças até 6 anos

Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.

Desenvolvem atividades com crianças, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos familiares, gestantes e nutrízes. Com as crianças, busca desenvolver atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas, acesso a brinquedos favorecedores do desenvolvimento e da sociabilidade e momentos de brincadeiras fortalecedoras do convívio com familiares. Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o

cuidado com a criança pequena. Com famílias de crianças com deficiência incluem ações que envolvem grupos e organizações comunitárias para troca de informações acerca de direitos da pessoa com deficiência, potenciais das crianças, importância e possibilidades de ações inclusivas.

Deve possibilitar meios para que as famílias expressem dificuldades, soluções encontradas e demandas, de modo a construir conjuntamente soluções e alternativas para as necessidades e os problemas enfrentados.

b) Serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento o protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

c) Serviços para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos

As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem, incluindo-se a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer.

As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade, sensibilizando-os para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; bem como criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

d) Serviço para Idosos

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social devendo incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir.

III- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. O trabalho realizado será sistematizado e planejado por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU: instrumento de observação, planejamento e acompanhamento das ações realizadas e visa:

a) garantir direitos, e o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social;

b) equiparar oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento;

c) contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação;

d) desenvolver ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre

ressaltando o caráter preventivo do serviço.

Art. 4º O Centro de referência de assistência social CRAS com gestão plena, visando assegurar o planejamento, a execução, o controle dos serviços estabelecidos na presente Lei Complementar será formado com equipe técnica multidisciplinar e outros profissionais de nível superior que compõem o SUAS, sendo que na definição do número de profissionais será observado a orientação sobre equipe mínima contida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social - NOBRH/SUAS/2006.

Parágrafo único. Além da equipe mínima multidisciplinar, o Município viabilizará para Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, na base e nas Unidades Descentralizadas, com vistas ao desenvolvimento de atividades burocráticas e operacionais, servidores ocupantes do cargo de agente administrativo, motorista, e auxiliar de serviços gerais.

Art. 5º Não havendo disponibilidade de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Município para as finalidades previstas na presente Lei, poderá até a abertura de concurso público ser contratado profissionais em caráter temporário mediante processo seletivo, na forma de Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, com suas alterações posteriores.

Art. 6º Os profissionais contratados na forma do artigo anterior, receberão remuneração equivalente ao vencimento base do cargo similar previsto na Lei Municipal que trata o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único- Sobre a remuneração prevista no caput não incidirá o adicional por tempo de serviço ou quaisquer outras vantagens de natureza pecuniária prevista para os servidores integrantes do quadro permanente do Município, exceto aquelas previstas na Lei 3.796. de 26 de junho de 2002, com suas alterações posteriores.

Art. 7º A jornada de trabalho dos profissionais designados para atuar na sede do CRAS bem como nas respectivas Unidades Descentralizadas, será de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 8º Além da equipe multidisciplinar indicados na presente Lei Complementar, fica o Município autorizado a contratar instrutores e auxiliares em caráter temporário mediante processo seletivo simplificado, para realização de oficinas sócio comunitárias de acordo com a demanda na área dos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS.

Parágrafo Único- Os instrutores contratados temporariamente para a finalidade prevista na presente Lei serão remunerados por hora/aula, devendo ser observado na fixação do valor, o preço praticado pelo mercado, a formação do profissional e a habilitação.

Art. 9º Os cargos de provimento efetivo com respectivo número de vagas, valor do vencimento base, necessários para implementação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, neles compreendendo os vinculados à base e as unidades descentralizadas implantadas serão instituídos mediante Lei Complementar específica.

Art. 10 - O Município de Rio do Sul para atender a demanda dos serviços além da Sede, já implantou 03 unidades descentralizadas nas seguintes localidades:

- I - CRAS Lourival Schmidt, no Bairro Barragem;
- II- CRAS Guilhermina Gonçalves no Bairro Santa Clara;
- III- CRAS Camilo Rudi Beuke no Bairro Santa Rita.

Parágrafo único. Está em fase de implantação um CRAS, localizado no Bairro Progresso.

Art. 11 As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Municipal nº 5.142/2011

LEI Nº 5.142, de 24 de maio de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais), por conta do repasse do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para Alimentação Escolar do EJA, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2121 Programa Nacional de Alimentação Educação para Jovens e Adultos - PNAEJA

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.140,00

Total R\$ 1.140,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Municipal nº 5.143/2011

LEI Nº 5.143, de 24 de maio de 2011.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 6.420,00 (seis mil, quatrocentos e vinte reais), por conta do repasse do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para Alimentação Escolar do Ensino Médio, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2.122 Programa Nacional de Alimentação Ensino Médio - PNAEM

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 6.420,00

Total R\$ 6.420,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Municipal nº 5.144/2011

LEI Nº 5.144, de 24 de maio de 2011.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 87.960,00 (oitenta e sete mil, novecentos e sessenta reais), por conta do repasse do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para Alimentação Escolar da Pré - Escola, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO

08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

2123 Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - PNAPE

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 87.960,00

Total R\$ 87.960,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Municipal nº 5.145/2011

LEI Nº 5.145, de 24 de maio de 2011.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR DESAFETAÇÃO E AFETAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a desafetação de área de terra de 1.377,40m² (um mil trezentos e setenta e sete metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), devidamente registrada sob o nº 29231 no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas desta comarca, e consta pertencer ao Município de Rio do Sul com as seguintes medidas e confrontações:

- terreno situado no perímetro urbano desta cidade, Bairro Fundo Canoas, na Estrada Boa Esperança, contendo a área de 1.377,40m², fazendo frente com 39,40m (trinta e nove metro e quarenta centímetros, com o lado impar da referida Estrada Boa Esperança; fundos com 32,17m (trinta e dois metros e dezessete centímetros) com terras da Indústria de Serras Imigrantes; extremando do lado direito com 36,24 (trinta e seis metro e vinte e quatro centímetros; com terras de Fridolina Cardoso e, do lado esquerdo com 48,30m. (quarenta e oito metro e trinta centímetros), com terras da Associação Fundo Canoas.

Parágrafo Único. A desafetação mencionada no caput deste artigo visa retirar a destinação específica que inicialmente foi conferida ao imóvel em questão, a fim de lhe dar finalidade que melhor atenda os interesses públicos.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei passa a ter nova afetação conforme segue: destina-se a construção do Centro de Convivência da Terceira Idade

Art. 3º Integra a presente Lei a Matrícula nº 29231 do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto nº 1882/11

DECRETO Nº 1.882 de 24 de maio de 2011

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

01.01 Câmara Municipal de Rio do Sul

2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

01.01 Câmara Municipal de Rio do Sul

2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTO

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 1849/11

DECRETO Nº 1.849, de 11 de Maio de 2011

“EXONERAR CHARLIS ZANDONAI”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a pedido, a partir de 11/05/2011, o servidor municipal CHARLIS ZANDONAI, do cargo em comissão de Chefe do Gabinete, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de maio de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

Decreto Nº 1854/11

DECRETO Nº 1.854 de 13 de maio de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 65.101,59 (sessenta e cinco mil, cento e um reais e cinquenta e nove centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência da arrecadação das receitas próprias, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

1.048 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 65.101,59

TOTAL R\$ 65.101,59

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de Maio de 2011

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

Vlrm

Decreto Nº 1855/11

DECRETO Nº 1.855, de 17 de maio de 2011.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA NC IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA-ME."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa NC IMPLEMENTOS

RODOVIÁRIOS LTDA-ME, localizada na Rodovia BR-470, km-148, nº 13900, bairro Pamplona, conforme o Protocolo Geral nº 127308 incentivos fiscais e econômicos na forma que segue:

- 10 (dez) horas de terraplenagem mais 50m³ de aterro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 17 de maio de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Des.Econômico e Empreendedorismo

Vlrm

Decreto Nº 1857/11

DECRETO Nº 1.857, de 17 de maio de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina-EPAGRI, para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 17 de maio de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1858/11

DECRETO Nº 1.858, de 17 de maio de 2011.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul, o veículo, conforme segue:

- O veículo Fiat Ducato , placa MDF-0155, registrado junto ao Patrimônio do Município sob o n.º 9729 , lotado na Fundação Municipal de Desportos, no dia 19 de maio de 2011, bem como o Motorista Veículo Leve, Sr. Carlos Alberto dos Anjos, matrícula nº 8602.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, bem como a do motorista, correrão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 17 de maio de 2011.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1859/11

DECRETO Nº 1.859, de 18 de Maio de 2011

“DESIGNA SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, para exercer temporariamente as atribuições do cargo Secretária Municipal de Saúde, durante o impedimento do titular, por motivo de férias nos dias de 23/05/2011 a 03/06/2011, devendo perceber a diferença salarial do período como valor de subsídio em folha de pagamento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 18 de Maio de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1860/11

DECRETO Nº 1.859, de 18 de Maio de 2011

“DESIGNA SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, para exercer temporariamente as atribuições do cargo Secretária Municipal de Saúde, durante o impedimento do titular, por motivo de férias nos dias de 23/05/2011 a 03/06/2011, devendo perceber a diferença salarial do período como valor de subsídio em folha de pagamento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 18 de Maio de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1861/11

DECRETO Nº 1.861, de 18 de maio de 2011.

“FIXA NÚMERO DE VAGAS PARA ESTÁGIO NÃO OBRIGATORIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei nº 4.812, de 16 de dezembro de 2.008, alterada pela Lei nº 4.836, de 17 de março de 2.009,

DECRETA:

Art.1º - Em cumprimento a determinação contida no Art.10, inciso VII da Lei Municipal nº 4.812, de 16 de dezembro de 2008, alterada pela Lei 4.836, de 17 de março de 2009, fica definido o número de vagas para estágio não obrigatório nas Unidades Administrativas da Administração Pública municipal, a seguir identificadas:

I - Secretaria Municipal de Administração: 26 vagas, das quais:

a) 15 destinam-se à Delegacia Regional de Polícia Civil;

b) 05 a Companhia do Corpo de Bombeiros;

c) 06 aos departamentos vinculados a Secretaria.

II - Secretaria Municipal da Fazenda: 03 vagas;

III- Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente: 06 vagas;

IV- Secretaria Municipal de Des. Econômico e Empreendedorismo: 02 vagas;

V - Secretaria Municipal de Educação: 120 vagas;

VI- Secretaria Municipal de Saúde: 20 vagas;

VII- Secretaria Municipal de Obras: 02 vagas;

VIII- Secretaria Municipal de Agricultura: 02 vagas;

IX - Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação: 05 vagas;

X - Fundação Municipal de Desporto: 01 vaga;

XI- Gabinete do Prefeito: 07 vagas;

XII- Procuradoria Jurídica: 05 vagas;

XIII-Fundação Cultural: 02 vagas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.701/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal 18 de maio de 2011

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1862/11

DECRETO Nº 1.862, de 18 de maio de 2011

“NOMEIA NOELI RASSWEILER BACHMANN”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada NOELI RASSWEILER BACHMANN para, a

partir de 18/05/2011 , exercer o cargo em comissão - Chefe de Divisão de Proteção Social Especial, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 18 de maio de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1863/11

DECRETO Nº 1.863, 18 de maio de 2011
"NOMEIA ÉDIA REGINA GRAH CARDOSO DE SÁ"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada ÉDIA REGINA GRAH CARDOSO DE SÁ para, a partir de 18/05/2011 , exercer o cargo em comissão - Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 18 de maio de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1864/11

DECRETO Nº 1.864, de 18 de maio de 2011
"NOMEIA DENISE PERES FARIAS"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada DENISE PERES FARIAS para, a partir de 18/05/2011 , exercer o cargo em comissão - Diretor do Departamento de Projetos, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 18 de maio de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1866/11

DECRETO Nº 1.866, de 20 de maio de 2011
"EXONERAR OSMAR GUNTHER STOLL"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, a pedido, a partir de 20/05/2011, o servidor municipal OSMAR GUNTHER STOLL, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Orçamento e Gestão, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 20 de maio de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1869/11

DECRETO Nº 1.869, de 23 de maio de 2011.
" NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os Senhores: André da Lança Marcon, Sérgio Vasselai , Jailson Roberto de Oliveira e Eduardo Aragão Silva, para em comissão procederem a avaliação de uma área de terra com 50.249m² , matrícula nº 33048.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 23 de maio de 2011.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1870/11

DECRETO Nº 1.870 de 23 de maio de 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE

RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 139.792,50 (cento e trinta e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência do repasse do FNDE, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar para as Creches, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO
2.053 Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 Aplicações Diretas
00.01.0062 Outros Rec do Fundo Nac. de Desenv. da Educação R\$ R\$ 139.792,50
TOTAL R\$ R\$ 139.792,50

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 23 de Maio de 2011
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício
Vlrm

Decreto Nº 1871/11

DECRETO Nº 1.871, de 24 de maio de 2011.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.142, de 24 de maio de 2011.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais), por conta do repasse do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para Alimentação Escolar do EJA, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO
08.02 Departamento Pedagógico de Ensino
2121 Programa Nacional de Alimentação Educação para Jovens e Adultos - PNAEJA
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.140,00
Total R\$ 1.140,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 1872/11

DECRETO Nº 1.872, de 24 de maio de 2011.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.143, de 24 de maio de 2011.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 6.420,00 (seis mil, quatrocentos e vinte reais), por conta do repasse do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para Alimentação Escolar do Ensino Médio, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO
08.02 Departamento Pedagógico de Ensino
2122 Programa Nacional de Alimentação Ensino Médio - PNAEM
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 6.420,00
Total R\$ 6.420,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 1873/11

DECRETO Nº 1.873, de 24 de maio de 2011.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e na Lei n.º 5.144, de 24 de maio de 2011.

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 87.960,00 (oitenta e sete mil, novecentos e sessenta reais), por conta do repasse do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para Alimentação Escolar da Pré - Escola, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE EDUCAÇÃO
08.02 Departamento Pedagógico de Ensino
2123 Programa Nacional de Alimentação Pré Escola - PNAPE
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 87.960,00
Total R\$ 87.960,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 1874/11

DECRETO Nº 1.874 de 24 de maio de 2011

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 1875/11

DECRETO Nº 1.875 de 24 de maio de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO
09.04 DEPARTAMENTO DE TURISMO
2.045 Manutenção do Departamento de Turismo
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

09.04 DEPARTAMENTO DE TURISMO
2.045 Manutenção do Departamento de Turismo
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 1877/11

DECRETO Nº 1.874 de 24 de maio de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 1878/11

DECRETO Nº 1.882 de 24 de maio de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
01.01 Câmara Municipal de Rio do Sul
2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
01.01 Câmara Municipal de Rio do Sul
2.001 Manutenção da Câmara de Vereadores
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 INVESTIMENTO
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Decreto Nº 1880/11

DECRETO Nº 1.880, de 24 de maio de 2011.
"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.020 de 19/02/2004;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para compor o Conselho Municipal de Saúde, o seguinte membro devidamente indicado por sua entidade:

III- Representantes dos Usuários:

Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul-ACIRS
- Márcia Regiane Barbosa Fronza - Titular
(em substituição a Luzia Nunes Alegri)

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 24 de maio de 2011.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício
vlrm

Dispensa de Licitação 003/2011-FMD

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 003/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que

fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:
Objeto: locação de um imóvel para Fundação Municipal de Desportos, situada na área urbana desta cidade, na rua 7 de Setembro, 148, apto 505, centro, destinado ao alojamento de atletas da modalidade de voleibol feminino,
R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mês
Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.
Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 26 de maio de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Dispensa de Licitação 004/2011-FMD

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 004/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:
Objeto: locação de um imóvel para Fundação Municipal de Desportos, situada na área urbana desta cidade, na rua XV de Novembro, 1176, Edifício Ausburg, apto 24, Laranjeira, destinado ao alojamento de atletas da modalidade de voleibol feminino,
R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mês
Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.
Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 26 de maio de 2011
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal em exercício

Contrato Administrativo 173/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI PETRI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BRUNA GIRARDI portador(a) do CPF nº 075.777.979-44, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua dos Palmitos, 63 Bairro Barra do Trombudo, Rio do sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para atuar no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 959,49 (novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo

determinado, tendo início em 14/02/2011 e encerrando-se em 30/04/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de fevereiro de 2011.
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração

BRUNA GIRARDI
Contratado (a)

Resumo de Aditivo 019/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 019/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 137/2010

Carta Convite nº 137/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: PORTIMAGIC COM. DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.
Do Objeto: SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS MONITORAMENTO FECHADO DE TELEVISÃO
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 30 de maio de 2011.

Rio do Sul, 01 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 020/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 020/2011 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 039/2010

Tomada de Preços nº 016/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Notus Serviços de Engenharia SC Ltda
Do Objeto: ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 04 de junho de 2011.

Rio do Sul, 05 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 022/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 022/2010 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 063/2006

Tomada de Preços nº 071/2006
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
Do Objeto: SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMAS
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 06 de agosto de 2011.

Rio do Sul, 06 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 023/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 023/2011 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 049/2005

Pregão Presencial nº 049/2005
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: BLUMETERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
Do Objeto: TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 06 (seis) meses, com o seu término em 08 de novembro de 2011.

Rio do Sul, 14 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 024/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 024/2011 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 059/2009

Pregão Presencial nº 067/2009
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA
Do Objeto: SERVIÇOS TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL
Do Pagamento: Fica alterado o prazo de pagamento contratual assumido constante da Cláusula Nona do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando para o 5 (quinto) dia do mês subsequente a contar da emissão da nota

fiscal.

Rio do Sul, 25 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 025/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 025/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 060/2010

Concorrência nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA LEOPOLDO CARDOSO,
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 17 de junho de 2011.

Rio do Sul, 18 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 026/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 026/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 062/2010

Concorrência nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA CANOINHAS,
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 17 de junho de 2011.

Rio do Sul, 18 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 027/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 027/2011 - DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS NR. 013/2010

Pregão Presencial nº 112/2009
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: BR Live Telecomunicações Ltda
Do Objeto: INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE LINK A INTERNET
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 10 de fevereiro de 2012.
Da Supressão: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando o valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), conforme justificativa anexa.

Rio do Sul, 26 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 028/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 028/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 014/2010

Concorrência nº 095/2009
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: Gaertner Obras de Engenharia Ltda
Do Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM DA RUA AUGUSTO MUNZFELD EM RIO DO SUL
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 25 de julho de 2011.

Rio do Sul, 26 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Aditivo 029/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 029/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 059/2010

Concorrência nº 059/2010
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA DA PENHA EM RIO DO SUL
Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 20 de maio de 2011.

Rio do Sul, 21 de março de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 029/2011

RESUMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2011

Dispensa de Licitação
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Sr. Ulises Marlon Sezerino
Objeto: realizar exames médicos admissionais, demissionais, término de estágio probatório e homologação dos atestados médicos entregues pelos servidores de até 15 dias.
Valor: R\$ 3.650,00 (três mil, seiscentos e cinquenta reais).
Prazo de Entrega: entre os dias 21/02/2011 à 30/03/2011.
Condições de Pagamento: 10 dias após entrega da Nota Fiscal.
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Rio do Sul/SC, em 05 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 030/2011

RESUMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 030/2011

Dispensa de Licitação
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: BERTOLDO HUNTERMANN
Objeto: Locação de imóvel com as características necessárias para

instalação de torres de repetidoras de televisão, localizado no "Pico da Bandeira".

Valor: R\$ 581,47 (quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos) mensais

Prazo de Entrega: iniciando em 01 de janeiro de 2011 e terminando em 31 de dezembro de 2012.

Condições de Pagamento: 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 08 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 038/2011

RESUMO DE CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 038/2011

Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Esteio Pavimentação e Construção Ltda

Objeto: execução de obras para repavimentação com micro revestimento asfáltica a frio e sinalização viária da al. Aristiliano Ramos, centro e Jardim América, com extensão de 1.900,00 metros em Rio do Sul

Valor: R\$ 386.148,22 (trezentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos).

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 (décimo quinto) dia de cada mês subsequente

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 08 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 039/2011

RESUMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 039/2011

Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Esteio Pavimentação e Construção Ltda

Objeto: execução de obras para repavimentação asfáltica com C.A.U.Q., drenagem pluvial e sinalização viária da rua Bom Bosco Jardim América, com extensão de 1.620,00 metros em Rio do Sul

Valor: R\$ 1.525.248,79 (hum milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos).

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

Recurso: Próprio/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 08 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 040/2011

RESUMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO E

FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 040/2011

Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Esteio Pavimentação e Construção Ltda

Objeto: execução de obras para repavimentação asfáltica com C.A.U.Q., drenagem pluvial e sinalização viária da rua Prefeito Wenceslau Borini, Canta Galo, com extensão de 2.140,00 metros em Rio do Sul

Valor: R\$ 669.694,36 (seiscentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos).

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

Recurso: Próprio/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 08 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 041/2011

RESUMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 041/2011

Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Terraplenagem Azza Ltda.

Objeto: execução de obras para pavimentação asfáltica com C.A.U.Q., drenagem pluvial e sinalização viária da rua SD e Beco SD, Jardim América, com extensão de 171,05 metros em Rio do Sul

Valor: R\$ 110.116,32 (cento e dez mil, cento e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

Recurso: Próprio/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 08 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 042/2011

RESUMO DE CONTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 042/2011

Concorrência nº 010/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Terraplenagem Azza Ltda.

Objeto: execução de obras para pavimentação asfáltica com C.A.U.Q., drenagem pluvial e sinalização viária da ruas Angelo Tomio e Bulcão Viana, Jardim América, com extensão de 568,30 metros em Rio do Sul

Valor: R\$ 439.953,56 (quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Prazo de Entrega: 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 15 dias após entrega da Nota Fiscal.

Recurso: Próprio/Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 08 de abril de 2011

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 043/2011

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/2011

Dispensa de Licitação
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Ivan Carlos Becker
Objeto: realizar exames médicos admissionais, demissionais, término de estágio probatório e homologação dos atestados médicos entregues pelos servidores de até 15 dias.
Valor: R\$ 2.950,00 (dois mil, novecentos e cinquenta reais).
Prazo de Entrega: entre os dias 08/04/2011 à 06/05/2011.
Condições de Pagamento: 10 dias após entrega da Nota Fiscal.
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 11 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 044/2011

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2011

Carta Convite nº 048/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Anthares Ltda - ME
Objeto: serviços e locação para instalação de palco, iluminação e som nas festividades do aniversário do município no pavilhão de eventos Hermann Purnhagem, período de 14 a 18 de abril do corrente ano
Valor: R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais).
Prazo de Entrega: entre os dias de 14, 15, 16, 17 e 18 de abril do corrente ano, contados a partir da assinatura do contrato.
Condições de Pagamento: 30 de julho de 2011.
Recurso: Próprio/Federal
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 13 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 045/2011

RESUMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045 / 2011

Dispensa de Licitação
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).
Objeto: serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA,
Valor: repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 1.200,00, sendo R\$ 960,00 referente ao programa de gestão do Registro Mercantil Integrado (REGIN), R\$ 150,00 referente ao programa de gestão do ITBI e R\$ 90,00 referente ao programa de gestão do Simples Nacional.
Prazo de Entrega: prazo de vigência até 31 de dezembro de 2011, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo, desde que cumpridas as obrigações de ambas as partes.

Condições de Pagamento: Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 13 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 047/2011

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 047/2011

Pregão Presencial nr. 028/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: A. V. SEQUINEL FILHO MALHAS E ESTAMPARIA - EPP
Objeto: uniformes escolares para atender necessidades dos alunos do Ensino Fundamental
Valor: R\$ 57.508,70 (cinquenta e sete mil e quinhentos e oito reais e setenta centavos)
Prazo de Entrega: 15 dias
Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal;
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 25 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 048/2011

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 048/2011

Pregão Presencial nr. 028/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: NILCATEX TÊXTIL LTDA.
Objeto: uniformes escolares para atender necessidades dos alunos do Ensino Fundamental
Valor: R\$ 64.553,76 (sessenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos)
Prazo de Entrega: 15 dias
Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal;
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 25 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 049/2011

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 049/2011

Pregão Presencial nr. 028/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: DOUAT TEXTIL LTDA.
Objeto: uniformes escolares para atender necessidades dos alunos do Ensino Fundamental
Valor: R\$ 11.190,00 (onze mil e cento e noventa reais)
Prazo de Entrega: 15 dias
Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após entrega da Nota

Fiscal;
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 25 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 050/2011

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 050/2011

Pregão Presencial nr. 038/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: VECTRA MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA
Objeto: equipamentos de informática para diversas secretarias do Município
Valor: R\$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais)
Prazo de Entrega: 15 dias
Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal;
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 25 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 051/2011

RESUMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 051/2011

Pregão Presencial nr. 038/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: BARRETTO EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS LTDA.
Objeto: equipamentos de informática para diversas secretarias do Município
Valor: R\$ 23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais)
Prazo de Entrega: 15 dias
Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após entrega da Nota Fiscal;
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 25 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Resumo de Contrato 052/2011

RESUMO DE CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 052/2011

Concorrência nº 018/2011
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA
Objeto: material e serviços na sinalização viária horizontal e vertical da alteração de circulação viária dos bairros Jardim América e Canta Galo em Rio do Sul
Valor: R\$ 135.147,78 (cento e trinta e cinco mil e cento e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos).
Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.
Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após entrega nota fiscal

Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, em 25 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 021/2011

TERMO ADITIVO Nº 021/2010 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 050/2010, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE LAJOTAS, PARALELEPÍPEDOS E MEIO FIO EM DIVERSAS RUAS DESTE MUNICÍPIO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A ENGPV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA. ME.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ENGPV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA. ME., estabelecida na Rua Ademir Ohf, 35, bairro Progresso, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.300.875/0001-62, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu Procurador, Sr. Andrino Jeronço da Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial para Registro de Preços nº 052/2010 de 03/05/2010 e Ata de Registro de Preços, datada de 02 de junho de 2010 e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido a quantidade contratual assumido constante da Cláusula Primeira do edital original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, na quantidade de 6.250 m² (seis mil, duzentos e cinquenta metros quadrados) de serviços para retirada e recolocação de lajotas, paralelepípedos e meio fio em ruas do município, perfazendo um valor total de R\$ 43.437,50 (quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Edital original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 28 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Contratante

ANDRINO JERONÇO DA SILVA
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Ata de Registro de Preço 031/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 031/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA

Aos dezesseis (16) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.742/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de escavadeira e retroescavadeira para a Secretaria de Obras e trator esteira para a Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME.
Preço cotado para o Item: R\$ 130,00 (cento e trinta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Serviços de 200 (duzentas) horas de 01 escavadeira hidráulica, para executar serviços de acordo com necessidades da Secretaria de Obras no perímetro do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço.	130,00

ITEM 02

Fornecedor: Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME.
Preço cotado para o Item: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Serviços de 200 (duzentas) horas de 01 retroescavadeira 4x4, para executar serviços de acordo com necessidades da Secretaria de Obras no perímetro do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço.	75,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de abril de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANDRINO JERONÇO DA SILVA
Procurador

Ata de Registro de Preço 032/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 032/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA

Aos dezesseis (16) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Terraplenagem Reichert Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.742/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de escavadeira e retroescavadeira para a Secretaria de Obras e trator esteira para a Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 03

Fornecedor: Terraplenagem Reichert Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Serviços de 400 (quatrocentas) horas de 01 trator esteira, para executar serviços em pequenas propriedades rurais no perímetro do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço.	150,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de abril de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

RODRIGO REICHERT
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 033/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 033/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezessete (17) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.742/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de escavadeira e retroescavadeira para a Secretaria de Obras e trator esteira para a Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 05

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 25,40 (vinte e cinco reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AS 837	25,40

ITEM 16

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AG 68	3,15

ITEM 22

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 25,30 (vinte e cinco reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro FS 1242	25,30

ITEM 23

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro GU 86	2,20

ITEM 25

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 64,60 (sessenta e quatro reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro L 750	64,60

ITEM 34

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 10,95 (dez reais e noventa e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSL 135	10,95

ITEM 47

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 39,10 (trinta e nove reais e dez centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PC 812	39,10

ITEM 48

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 4,00 (quatro reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PC 155/2	4,00

ITEM 51

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 69,00 (sessenta e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TB 1374	69,00

ITEM 60

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 66,80 (sessenta reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TR 532080	66,80

ITEM 61

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 37,40 (trinta e sete reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TH 367	37,40

ITEM 62

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 34,30 (trinta e quatro reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSH 235	34,30

ITEM 64

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 17,30 (dezesete reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TR 124767	17,30

ITEM 65

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 49,40 (quarenta e nove reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TR 124773	49,40

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de abril de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

OSNEI RAHMEIER
Sócio Administrador

Ata de Registro de Preço 034/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 034/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2011
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezessete (17) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.742/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de escavadeira e retroescavadeira para a Secretaria de Obras e trator esteira para a Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 03

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 11,60 (onze reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AS 810.	11,60

ITEM 33

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSL 962	12,60

ITEM 38

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 18,20 (dezoito reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSC 417	18,20

ITEM 39

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 7,10 (sete reais e dez centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSC 73/1	7,10

ITEM 40

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 6,29 (seis reais e vinte e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSC 72/2	6,29

ITEM 55

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 28,30 (vinte e oito reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro SS 1015	28,30

ITEM 56

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 7,15 (sete reais e quinze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSL 47	7,15

ITEM 72

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 9,55 (nove reais e cinquenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro combustível BG5X / 9155AA	9,55

ITEM 74

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 28,30 (vinte e oito reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro combustível separador 4C45 / 9N74AA	28,30

ITEM 77

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 7,12 (sete reais e doze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro combustível BF8T / 9155DA	7,12

ITEM 80

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 104,00 (cento e quatro reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro transmissão 254686A2	104,00

ITEM 81

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 16,70 (dezesesseis reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro separador combustível 84993233	16,70

ITEM 89

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 15,50 (quinze reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro combustível A228-1	15,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de abril de 2011.

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MAURICIO ANSELMO COELHO
Sócio Proprietário

Ata de Registro de Preço 035/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 035/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2011
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezesete (17) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Star Lub Distribuidora de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.742/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de escavadeira e retroescavadeira para a Secretaria de Obras e trator esteira para a Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 28

Fornecedor: Star Lub Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 7,30 (sete reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PL 366	7,30

ITEM 69

Fornecedor: Star Lub Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 19,30 (dezenove reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro FS 19608	19,30

ITEM 86

Fornecedor: Star Lub Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Preço cotado para o Item: R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro hidráulico N9025	58,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de abril de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

MARIA JOANA DALCÓQUIO
Sócia Administradora

Ata de Registro de Preço 036/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 036/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezessete (17) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.742/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de escavadeira e retroescavadeira para a Secretaria de Obras e trator esteira para a Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 10,67 (dez reais e sessenta e sete centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AS 801.	10,67

ITEM 02

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 11,40 (onze reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AS 805.	11,40

ITEM 04

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,40 (doze reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AS 820.	12,40

ITEM 06

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 17,30 (dezesete reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 8528	17,30

ITEM 07

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 46,00 (quarenta e seis reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 8047	46,00

ITEM 08

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 8048	31,50

ITEM 09

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 25,50 (vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 2710	25,50

ITEM 10

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 30,50 (trinta reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 7998	30,50

ITEM 11

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 28,30 (vinte e oito reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 9834	28,30

ITEM 12

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 43,70 (quarenta e três reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 4440	43,70

ITEM 13

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 28,15 (vinte e oito reais e quinze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 5462	28,15

ITEM 14

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 20,00 (vinte reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 7108	20,00

ITEM 15

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 57,00 (cinquenta e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro AP 4650/1	57,00

ITEM 17

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 98,55 (noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro ARS 9840	98,55

ITEM 18

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 50,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro DSF 0202	50,50

ITEM 19

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 2,56 (dois reais e cinquenta e seis centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro FC 161	2,56

ITEM 20

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 4,16 (quatro reais e dezesseis centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro FC 164	4,16

ITEM 21

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro FC 165	4,60

ITEM 26

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro L 90	18,10

ITEM 27

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 28,60 (vinte e oito reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PL 516	28,60

ITEM 29

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PL 519	9,40

ITEM 30

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PL 425	7,80

ITEM 31

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 19,70 (dezenove reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PL 447	19,70

ITEM 32

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 8,90 (oito reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PL 442	8,90

ITEM 35

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 6,52 (seis reais e cinquenta e dois centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSL 45	6,52

ITEM 36

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 16,75 (dezesseis reais e setenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSL 280	16,75

ITEM 37

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 9,70 (nove reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSL 282	9,70

ITEM 41

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 25,10 (vinte e cinco reais e dez centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSC 411	25,10

ITEM 42

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,00 (doze reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSC 744	12,00

ITEM 43

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro de ar AP 4935	37,50

ITEM 45

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PH 346	4,60

ITEM 46

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 41,00 (quarenta e um reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSA 761	41,00

ITEM 49

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 26,50 (vinte e seis reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSD 490/1	26,50

ITEM 50

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 24,60 (vinte e quatro reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro PSD 960/1	24,60

ITEM 52

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 26,12 (vinte e seis reais e doze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro LS 16015	26,12

ITEM 53

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 26,90 (vinte e seis reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro SS 5421	26,90

ITEM 57

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 34,00 (trinta e quatro reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TR 1773	34,00

ITEM 58

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 25,90 (vinte e cinco reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TR 1846	25,90

ITEM 59

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,95 (doze reais e noventa e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TR 1847	12,95

ITEM 63

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 12,95 (doze reais e noventa e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro TR 6252	12,95

ITEM 66

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 18,00 (dezoito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro HF 6320	18,00

ITEM 68

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 17,00 (dezesete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro LF 3349	17,00

ITEM 71

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 26,00 (vinte e seis reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro lubrificante BG5X / 6731AA	26,00

ITEM 73

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 28,51 (vinte e oito reais e cinquenta e um centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro combustível ar primário BG6X / 9601AA	28,51

ITEM 76

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 9,75 (nove reais e setenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro lubrificante BF5T / 6731BA	9,75

ITEM 78

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 25,05 (vinte e cinco reais e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro separador combustível BG1X / 9155AA	25,05

ITEM 79

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.
Preço cotado para o Item: R\$ 50,50 (cinquenta reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro ar BG9X / 9601CA	50,50

ITEM 84

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 25,50 (vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro combustível FS1251	25,50

ITEM 85

Fornecedor: Ristow Comércio e Distribuição Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 10,25 (dez reais e vinte e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Filtro lubrificante J908616	10,25

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RITA BIANCHINI RISTOW

Sócia Administradora

Ata de Registro de Preço 037/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 037/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Rio do Ouro Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.754/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de calcário dolomítico para atender agricultores do município, Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Mineração Rio do Ouro Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 48,00 (quarenta e oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Calcário dolomítico	48,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 07 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

NILO BARNI

Sócio Diretor

Ata de Registro de Preço 046/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 046/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e dois (22) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 1.781/2010 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de serviços para retirada e recolocação de lajotas, paralelepípedos e meio fio em diversas ruas pavimentadas da cidade de Rio do Sul, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Engpav Pavimentação e Construções Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 8,10 (oito reais e dez centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Registro de Preços para contratação de serviços para recuperação de ruas pavimentadas com lajotas, paralelepípedos e meio fio no município de Rio do Sul, compreendendo a retirada, preparação da cancha e recolocação dos materiais.	8,10

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 19 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANDRINO JERONÇO DA SILVA

Procurador

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 037

DECRETO Nº 037, DE 24 de MAIO de 2011.

RE-RATIFICA RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO N. 002/2011.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado e ratificado o resultado final, com a respectiva classificação dos candidatos às vagas previstas no Edital de Processo Seletivo simplificado n. 002/2011, conforme relação constante no Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º. Ficam ratificados os demais resultados constantes no Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 35/2011.

Salto Veloso, 24 maio de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Geral de Planejamento

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classi- ficação
Sirléia Maria Passoni	Atendente de Creche	15	4	5	24	1º
Fernanda Consoni	Atendente de Creche	0	4	4	8	2º
Glauca Maria App Betinelli	Atendente de Creche	0	1	5	6	3º
Carla Mózena	Atendente de Creche	0	4	2	6	4º
Bárbara Abati	Atendente de Creche	0	4	2	6	5º
Ana Lúcia dos Santos Giacomini	Atendente de Creche	5	0	0	5	6º
Stefania Dorner	Atendente de Creche	5	0	0	5	7º
Maristela dos Santos	Atendente de Creche	5	0	0	5	8º
Márcia Biava	Atendente de Creche	0	4	0	4	9º
Sirlei Spricigo	Atendente de Creche	0	3	0	3	10º
Sabrina Bazzo	Atendente de Creche	0	3	0	3	11º
Adriana Aparecida Pirola Ansiliero	Atendente de Creche	0	2	0	2	12º
Ana Paula Passoni	Atendente de Creche	0	2	0	2	13º
Saete Czerniak	Atendente de Creche	0	1	0	1	14º
Thaís Noelli Arigoni	Atendente de Creche	0	1	0	1	15º
Lucinéia Suldo-vski	Atendente de Creche	0	1	0	1	16º
Liciane Evelyn Ribas	Atendente de Creche	0	1	0	1	17º
Geane Plagiari	Atendente de Creche	0	1	0	1	18º
Bárbara Vitali	Atendente de Creche	0	1	0	1	19º

Dalvana Cesca	Atendente de Creche	0	1	0	1	20º
Neusa Biscaro de Paula	Atendente de Creche	0	0	0	0	21º
Diana Vuelma	Atendente de Creche	0	0	0	0	22º
Sandra Marta Biscaro Vitali	Atendente de Creche	0	0	0	0	23º
Stefania Maria Dorner	Atendente de Creche	0	0	0	0	24º
Gerusa Costa	Atendente de Creche	0	0	0	0	25º
Joseane Aparecida da Silva	Atendente de Creche	0	0	0	0	26º
Janice dos Santos	Atendente de Creche	0	0	0	0	27º
Carla Locatelli	Atendente de Creche	0	0	0	0	28º
Camila Donadel	Atendente de Creche	0	0	0	0	29º
Rosenilda Aparecida de Souza Périco	Atendente de Creche	*	*	*	*	Des-classificado
Sidiane Leite	Atendente de Creche	*	*	*	*	Des-classificado
Cássia Pedroso	Atendente de Creche	*	*	*	*	Des-classificado

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classifi- cação
Jéssica Nezi	Agente de Saúde (Bairro Escolar)	5	0	0	5	1º
Jéssica Neres	Agente de Saúde (Bairro Escolar)	5	0	0	5	2º
Dulce Maria Falquetti	Agente de Saúde (Bairro Escolar)	0	1	0	1	3º
Andréa Schuwantz dos Santos	Agente de Saúde (Bairro Escolar)	0	0	0	0	4º
Emanuela dos Santos	Agente de Saúde (Bairro Escolar)	0	0	0	0	5º
Lucilene Suldo-vski	Agente de Saúde (Bairro Escolar)	0	0	0	0	6º

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classifi- cação
Mari Terezinha Neres Donadel	Agente de Saúde (Centro)	5	3	2	10	1º
Eliziane Campagnin	Agente de Saúde (Centro)	5	4	0	9	2º
Maiara Alvira Vigolo	Agente de Saúde (Centro)	5	3	0	8	3º

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classifi- cação
Janete Schwantz	Agente de Saúde (Interior)	5	4	0	9	1º
Berenice Dal Pizzol	Agente de Saúde (Interior)	5	3	0	8	2º

Sibele Tasca	Agente de Saúde (Interior)	5	3	0	8	3º
Maria De Bastiani	Agente de Saúde (Interior)	5	0	0	5	4º

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Juliana Paula Canicia Barbosa	Agente de Saúde (Bairro do Salto)	10	0	0	10	1º
Alanaína dos Passos	Agente de Saúde (Bairro do Salto)	5	4	0	9	2º
Loreni Salete Correa Olivo	Agente de Saúde (Bairro do Salto)	5	3	0	8	3º

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Sem inscritos	Agente de Saúde (Cidade Alta)					

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Sem inscritos	Agente de Saúde (Industrial)					

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Micheli Vuelma Sartorel	Professor de Ciências	*	*	*	*	Desclassificado

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Fernando Pereira da Silva	Professor de Matemática	0	0	0	0	1º

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Marina Abati	Pedagoga	0	4	3	7	1º
Ana Paula Sartorel	Pedagoga	0	4	0	4	2º

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Simone de Oliveira Ramos	Professor não habilitado	*	*	*	*	Desclassificado

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Ana Célia de Oliveira	Psicólogo	5	2	4	11	1º
Geovana Liebl	Psicólogo	5	1	0	6	2º

Candidato	Cargo	Pontos Nível	Pontos Cursos	Pontos Tempo serviço	Total	Classificação
Anamaris Fachin	Assistente Social	0	4	2	6	1º
Sibeli Aparecida Morelatto Fiorenti	Assistente Social	5	0	0	5	2º
Luciane Fátima Espineli dos Santos	Assistente Social	0	1	3	4	3º

Extrato de Ata SRP Nº 0030/2011 - Altermed Mat. Med. Hosp LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0030/2011

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratada: Altermed Mat. Med. Hosp LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Mat. Med. Hospitalar.

Base Legal: Processo licitatório 0051/2011

Modalidade Licitatória: PP 009/2011.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0030/2011 - Dimaci SC Mat Cirurgicos LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0030/2011

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratada: Dimaci SC Mat Cirurgicos LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Mat. Med. Hospitalar.

Base Legal: Processo licitatório 0051/2011

Modalidade Licitatória: PP 009/2011.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0030/2011 - Especialista Produtos para Laboratorio LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0030/2011

PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratada: Especialista Produtos para Laboratorio LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Mat. Med. Hospitalar.

Base Legal: Processo licitatório 0051/2011

Modalidade Licitatória: PP 009/2011.

Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0030/2011 - Metromed Med. e Mat. Med. Hosp LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0030/2011
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Metromed Med. e Mat. Med. Hosp LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Mat. Med. Hospitalar.
Base Legal: Processo licitatório 0051/2011
Modalidade Licitatória: PP 009/2011.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0030/2011 - Hospfar Ind. e Com. de Prod. Hospitalar LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0030/2011
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Hospfar Ind. E Com. De Prod. Hospitalar LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Mat. Med. Hospitalar.
Base Legal: Processo licitatório 0051/2011
Modalidade Licitatória: PP 009/2011.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0032/2011 - Altermed Mat. Med. Hosp. LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0032/2011
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Altermed Mat. Med. Hosp. LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos.
Base Legal: Processo licitatório 0050/2011
Modalidade Licitatória: PP 008/2011.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0032/2011 - Angeomed Medicamentos de AZ LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0032/2011
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Angeomed Medicamentos de AZ LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos.
Base Legal: Processo licitatório 0050/2011
Modalidade Licitatória: PP 008/2011.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0032/2011 - Centermed Com de Prod. Hosp. LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0032/2011
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Centermed Com de Prod. Hosp. LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos.
Base Legal: Processo licitatório 0050/2011
Modalidade Licitatória: PP 008/2011.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0032/2011 - Dimaster Com. Prod. Hosp. LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0032/2011
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Dimaster Com. Prod. Hosp. LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos.
Base Legal: Processo licitatório 0050/2011
Modalidade Licitatória: PP 008/2011.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Ata SRP Nº 0032/2011 - Metromed Med. e Mat. Med. Hosp. LTDA

Extrato de Ata SRP nº 0032/2011
PREFEITURA DE SALTO VELOSO

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC, através do Fundo Municipal de Saúde
Contratada: Metromed Med. E Mat. Med. Hosp. LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos.
Base Legal: Processo licitatório 0050/2011
Modalidade Licitatória: PP 008/2011.
Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 25 de Maio de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicacao de Extrato de Processo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 422/2011 MODALIDADE: Pregão Presencial N. 24/2011 O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos

interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão para AQUISICAO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 10/06/11, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: www.staterezinha-progresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 24/05/11.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.206, de 27 de Maio de 2011.

DECRETO Nº 4.206, DE 27 DE MAIO DE 2011.

Homologa o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, datado de 23 de maio 2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, artigos 75 a 78 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e considerando a emissão do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, datado de 23 de maio de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, datado de 23 de maio de 2011, constante do Anexo Único deste Decreto, que identificou a exposição ao agente "Gases e Vapores", atestando o grau de insalubridade médio, no exercício das atribuições do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, desempenhadas pela servidora Keli Cristiane Dallagnol.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2011.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de maio de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento Recursos Federais 25.05.2011**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 25/05/2011 até 25/05/2011

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		101.093,52
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	101.093,52
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	101.093,52
4.2.4.7.1.99.02.00.00	OUTRAS TRANSF. CONV UNIÃO CT 257.952-40/2008	101.093,52

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 27/05/2011

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº059/2011

DECRETO Nº059/2011

FICAM CANCELADOS OS RESTOS A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado os Restos a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empenho nº725/2010 - Altermed materiais méd. e hosp. LTDA no valor de R\$200,00 (duzentos reais)

Motivo: material não disponível p/ entrega dentro das especificações do processo licitatório.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de maio de 2011.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 30/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 30/2011-FMS

Processo de licitação nº. 14/2011-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 5/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.514.780/0001-13, estabelecida na Rua Presidente Castelo Branco, nº. 167, Vila Paraíso, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, CEP: 89500-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações

no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Mesa de trabalho na cor bege em MDF 15mm, com duas gavetas com chave e corredeiras metálicas com trava, nas medidas mínimas de 120cm de comprimento, 80cm de altura e 60cm de largura e pés em painel de MDF 15mm.	07	Unidade	140,00	980,00
04	Arquivo de aço medindo no mínimo 1,33cm de altura x 46cm de largura e 71 cm de profundidade, na cor bege, com 04 gavetas, com chave, puxador embutido na cor cinza, chapa 24, pintura eletrostática, com tratamento anti-ferruginoso	03	Unidade	280,00	840,00
05	Mesa de trabalho na cor bege em MDF 15mm, acabamento em preto com duas gavetas com chave e corredeiras metálicas com trava, nas medidas mínimas de 110cm de comprimento x 80cm de altura e 60cm de largura e pés em painel de MDF 15mm e base metálica. (p/ computador)	03	Unidade	135,00	405,00
VALOR R\$ TOTAL					2.225,00

Valor do contrato: R\$ 2.225,00 (Dois mil duzentos e vinte e cinco reais).

Data da Assinatura: 27/05/2011 – Vigência: 27/05/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 31/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 31/2011-FMS

Processo de licitação nº. 14/2011-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 5/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.164/0001-00, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº. 279, Ceramarte, na Cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89295-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Longarina de 03 lugares tipo secretaria sem apóia- braços; assento e encosto: madeira do assento em compensado multilaminado com espessura de 12mm moldado anatomicamente a quente na cor preta, com curvatura na parte frontal. Estrutura em ferro preto com pintura a pó tipo epóxi do. Espuma injetada anatomicamente com densidade de 50 a 60 kg/m³ com espessura de 40mm no assento e 35mm no encosto; assento com bordas protegidas por perfil de PVC. Capa do assento e do encostos sem costuras; a fixação do assento e do encosto, à estrutura, é feita com parafusos sextavados, e porcas de garra encravadas e rebitas na madeira, e a fixação das capas é feita por grampos e pelo próprio perfil de PVC; dimensões mínimas dos estofados altura do encosto 270mm x largura do encosto 365mm – profundidade do assento 395mm x largura do assento 435mm.	06	Unidade	196,00	1.176,00
VALOR R\$ TOTAL					1.176,00

Valor do contrato: R\$ 1.176,00 (Um mil cento e setenta e seis reais).

Data da Assinatura: 27/05/2011 – Vigência: 27/05/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 32/2011-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 32/2011-FMS
Processo de licitação nº. 14/2011-FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 5/2011-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SUPRIMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.563.256/0001-68, estabelecido na Rua Lauro Muller, nº. 490, Praça, na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, CEP: 88200-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
	Cadeira giratória secretária sem apóia- braços; assento e encosto: madeira do assento em compensado multilaminado com espessura de 12mm moldado anatomicamente a quente, com curvatura na parte frontal, na cor preta. Estrutura do encosto injetado em polipropileno. Espuma injetada anatomicamente com densidade de 50 a 60 kg/m³ com espessura de 40mm no assento e 35 mm no encosto; assento com bordas protegidas por perfil de PVC. Encosto com contracapa em polipropileno injetado; revestimento em tecido de polipropileno. Capa do assento e do encosto sem costuras; a fixação do assento e do encosto. À estrutura, é feita com parafusos, e porcas de garra encravadas e rebitas na madeira, e a fixação das capas é feita por grampos e pelo próprio perfil de PVC; base: base giratória desmontável com aranha de 5 hastes por capa de polipropileno injetado, e apoiadas sobre rodízios de nylon com esferas de aço; coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem de altura com coluna a gás que amortece os impactos ao sentar, acionada por alavanca; os pinos que suportam os rodízios são soldados na extremidade das hastes, evitando que se soltem; mecanismo flange de apoio da cadeira com L de suporte do encosto com regulagem de altura e profundidade, através de manipuladores; os componentes metálicos possuem tratamento de superfície com fosfato de zinco, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; a tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster – epóxi), W – eco, atendendo norma europeia RoHS, isenta de materiais pesados, na cor cinza claro, com				

01	camada de 60 microns, onde todas as peças são curadas em estufa, à temperatura de 200 °C. Esta poltrona deverá estar em conformidade com as normas NR 17 – Norma regulamentadora do ministério do trabalho, que trata da ergonomia e orientada pela NBR 1392 – da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação , características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Dimensões mínimas de: largura total da cadeira 620mm– profundidade total da cadeiras 630mm – altura total da cadeira 920mm – altura do encosto 270mm x largura do encosto 365mm–profundidade do assento 395mm x largura do assento 435mm. A poltrona deve ter no mínimo de 03 anos de garantia e o conserto se necessário durante o período de garantia deve ser feito em no máximo 36 horas no próprio local na Prefeitura	12	Unidade	100,50	1.206,00
06	Armários de post forming de 25mm,com duas portas com fechadura,fechado,material em MDF 15mm,na cor bege com acabamentos em preto nas medidas mínimas de 1,60m de altura x 0,90cm de largura e 0,40 de profundidade com no mínimo 03 prateleiras internas reguláveis.	08	Unidade	370,00	2.960,00
07	Armários de post forming de 25mm,com duas portas com fechadura,fechado,material em MDF 15mm,na cor cinza com acabamentos em preto nas medidas mínimas de 1,60m de altura x 0,90cm de largura e 0,40 de profundidade com no mínimo 03 prateleiras internas reguláveis.	01	Unidade	370,00	370,00
VALOR R\$ TOTAL					4.536,00

Valor do contrato: R\$ 4.536,00 (quatro mil quinhentos e trinta e seis reais).

Data da Assinatura: 27/05/2011 – Vigência: 27/05/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicação do Enquadramento Prévio dos Profissionais Docentes - Lei Complementar N.º 096/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PUBLICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO PRÉVIO DOS PROFISSIONAIS DOCENTES
LEI COMPLEMENTAR N.º 096/2010

Previsão legal: art. 4º do Decreto n.º 2.239/2011, de 11/04/2011

CADAS-TRO	FUNCIONÁRIO	ADMISSÃO	TEMPO SERVIÇO AVERBADO	DATA BASE P/ PRÓX. PROGRESSÃO TEMPO DE SERVIÇO	NOVO ENQUADRAMENTO
177	ADELAIDE WEIDAUER MAYER	3/8/1995	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	3/8/2011	C - 7 - III
416	ADRIANA DE FATIMA DORIGON ADAMS	2/12/2002	0 ano(s), 9 mês(es), 14 dia(s)	22/2/2012	C - 4 - III
949	ALESSANDRA DE LANA CAMARGO	1/2/2008	2 ano(s), 6 mês(es), 0 dia(s)	5/8/2011	B - 2
394	ALEXANDRA LUCHINI	29/7/2002	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	29/7/2012	B - 4 - II
1355	ALEXANDRE SANTOS DE OLIVEIRA	1/4/2010	2 ano(s), 6 mês(es), 28 dia(s)	6/9/2011	B - 1
1526	ALINE CRISTINA ZIPF	1/4/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/4/2013	A - INICIAL
1536	ALVINICE HALDICH FRITZEN	9/5/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	9/5/2013	B - INICIAL
1037	AMANDA RISSO DOS SANTOS	14/4/2008	0 ano(s), 2 mês(es), 3 dia(s)	11/2/2012	C - 1
1143	ANA PAULA DA SILVA	5/2/2009	0 ano(s), 9 mês(es), 26 dia(s)	15/4/2012	C - 1
1537	ANDREA CRISTINA DA SILVA	9/5/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	9/5/2013	A - INICIAL
951	ANDREIA JAQUELINE RENTA	1/2/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/2/2012	C - 1
1539	ANDREIA RICHTER WERMEIER	10/5/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	10/5/2013	A - INICIAL
1525	ANDREIA VIANA BILCK	1/4/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/4/2013	A - INICIAL
1048	ANDREIA WELTER	2/5/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	2/5/2012	A - 1
1487	ANERY SALETE CORREIA	14/2/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	14/2/2013	B - INICIAL
1532	ARLENE DA SILVA ROPELATO	2/5/2011	0 ano(s), 10 mês(es), 5 dia(s)	1/7/2012	B - INICIAL
176	ARMELINDA WALZ SCHMITT	1/8/1995	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/8/2011	C - 7 - III
1508	BARBARA ALVES RIBEIRO	2/3/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 27 dia(s)	3/2/2013	A - INICIAL
265	CARMEN LEONICE FELIPPI SCHMITZ	2/8/1999	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	2/8/2011	C - 5 -III
1497	CAROLINE PRICILA NART	1/3/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/3/2013	B - INICIAL

1535	CAROLINE RA-FAELA CABRAL FOSSILE	5/5/2011	0 ano(s), 8 mês(es), 6 dia(s)	1/9/2012	A - INICIAL
1142	CHELLYJANE FIGUR	5/2/2009	2 ano(s), 6 mês(es), 26 dia(s)	14/7/2012	B - 2
1518	CLAUDETE REGINA DAMBROS ALVES DE OLIVEIRA	4/3/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	4/3/2013	A - INICIAL
1015	CLAUDIA THOMAZELLI DELLAGIUSTINA HANG	25/2/2008	0 ano(s), 10 mês(es), 28 dia(s)	3/4/2013	A - 2
1511	CLAUDIANE MARIA EHLKE VIEIRA	2/3/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	2/3/2013	A - INICIAL
648	CLEUZA DIAS CAETANO AMORIM	2/2/1995	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	2/2/2013	A - 8 - I
246	CRISTIANE FERNANDES SABINO	14/9/1998	1 ano(s), 0 mês(es), 3 dia(s)	17/9/2011	C - 6 - IV
379	CRISTIANE FINCKLER LAVAQUI	15/7/2002	0 ano(s), 4 mês(es), 11 dia(s)	6/3/2012	C - 4 - IV
16	DALILA ISABEL RONCHI KONELL	2/7/1990	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	2/7/2012	B - 11 - IV
1344	DANIELE LUCIANO	24/3/2010	0 ano(s), 7 mês(es), 17 dia(s)	10/8/2011	C - INICIAL
1336	DANIELI LUTES PEREIRA KAUTZMANN	22/3/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	22/3/2012	A - INICIAL
1160	DANIELLA MARIA VOLANI	13/2/2009	2 ano(s), 0 mês(es), 3 dia(s)	10/2/2013	C - 2
1504	DEBORA MARIA ALMEIDA MAGALHAES BRITO	2/3/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 27 dia(s)	3/2/2013	A - INICIAL
1169	DIVIE ROBERTA WELTER CARVALHO	3/3/2009	4 ano(s), 4 mês(es), 5 dia(s)	29/10/2012	C - 3
398	DJULI CRISTIANE KONELL	29/7/2002	2 ano(s), 6 mês(es), 23 dia(s)	8/1/2012	C - 5 - IV
1354	EBERTON VARGAS TRENTIN	1/4/2010	1 ano(s), 0 mês(es), 8 dia(s)	24/3/2013	B - 1
393	EDAISE SASSE	29/7/2002	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	29/7/2012	C - 4 - III
141	EDITE HELENA HANG	13/6/1994	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	13/6/2012	C - 10 - II
1554	EDMUNDO SPLITTER NETO	23/5/2011	4 ano(s), 1 mês(es), 9 dia(s)	15/4/2013	B - 2
1346	EDNA MARIA DA ROCHA	24/3/2010	0 ano(s), 1 mês(es), 21 dia(s)	2/2/2012	B - INICIAL
926	ELAINE CRISTINA SCHMIDT DE LIMA	16/1/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	16/1/2012	A - 1

1159	ELIANE INES GESSER	13/2/2009	1 ano(s), 9 mês(es), 2 dia(s)	18/5/2013	C - 2
250	ELISA ANDREIA DA SILVA DE ASSIS	1/2/1999	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/2/2013	C - 6 - II
1343	ELMA MACIEL ALMEIDA	24/3/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	24/3/2012	A - INICIAL
1515	ELSINIRA PORATH BORG-MANN	2/3/2011	0 ano(s), 7 mês(es), 2 dia(s)	2/8/2012	B - INICIAL
1506	EUNICE ESTER GONCALVES	2/3/2011	0 ano(s), 8 mês(es), 24 dia(s)	11/6/2012	A - INICIAL
1088	GENI CANCINO	4/9/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	4/9/2012	C - 1
952	GERUSA ISABEL LAMB MASS	1/2/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/2/2012	C - 1
1542	GEZIANE MACHADO	10/5/2011	2 ano(s), 4 mês(es), 3 dia(s)	7/1/2013	A - 1
1087	GRACIELLI SCHWINGEL	3/9/2008	1 ano(s), 6 mês(es), 15 dia(s)	21/2/2013	C - 2
1309	GRETCHEN LILIAN ZOZ	8/3/2010	2 ano(s), 0 mês(es), 28 dia(s)	9/2/2012	B - 1
49	HARILDO KONELL	12/8/1991	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	12/8/2011	C - 11
365	HILDO ARTUR HATSCHBACH	9/5/2002	0 ano(s), 2 mês(es), 19 dia(s)	20/2/2012	C - 4 - IV
99	ILVA TOMASELLI BAADE	1/6/1993	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/6/2013	B - 10 - I
62	IRLEIA DOEGE GAEDTKE	1/4/1992	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/4/2012	C - 10 - III
1458	IVANETE BARBOSA	11/11/2010	1 ano(s), 9 mês(es), 22 dia(s)	23/1/2013	B - 1
953	IVETE JACOB HERTEL BRAGA	1/2/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/2/2012	C - 1
275	IVONE FATIMA TAFFAREL DOS SANTOS	7/2/2000	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	7/2/2012	C - 5 - IV
1347	JACI PATROCINIO DA SILVA	24/3/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	24/3/2012	B - INICIAL
1495	JACQUELINE WANDERLEY MARASCA	22/2/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	22/2/2013	A - INICIAL
370	JAIR MENDONCA	18/6/2002	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	18/6/2012	C - 4 - I
1514	JAKELINE CHIODINI	2/3/2011	0 ano(s), 10 mês(es), 29 dia(s)	7/4/2012	B - INICIAL
1524	JESSIKA DA SILVA	1/4/2011	1 ano(s), 1 mês(es), 29 dia(s)	2/2/2012	A - INICIAL

1311	JOSCEMARA PASQUALLI GESSER	8/3/2010	3 ano(s), 5 mês(es), 12 dia(s)	28/9/2012	A - 2
1327	JOSIANE FISCHER	15/3/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	15/3/2012	C - INICIAL
1035	JULIANA GALASTRI	9/4/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	9/4/2012	B - 1
1342	JULIANA HOLTZ THOMAZ	24/3/2010	1 ano(s), 6 mês(es), 16 dia(s)	10/9/2012	A - 1
959	JUNIOR MARCOS FARIAS	1/2/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	7/2/2012	C - 1
1308	KAROLINA HARTH SILVEIRA	8/3/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 25 dia(s)	12/2/2012	A - INICIAL
1534	KATIA DA COSTA	5/5/2011	3 ano(s), 4 mês(es), 8 dia(s)	29/12/2011	A - 1
460	KATTY DAISY FIGUR HOLLERIED	4/8/2003	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	4/8/2011	B - 3
1333	KLEBERSON WENDT	17/3/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	17/3/2012	B - INICIAL
178	LEONIDIA BAUER WEIDAUER	1/9/1995	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/9/2011	C - 8 - III
26	LEONILDA DECKER JARSCHER	18/2/1991	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	18/2/2013	B - 11 - II
947	LIDIANE SILVEIRA	1/2/2008	1 ano(s), 2 mês(es), 7 dia(s)	26/11/2012	B - 2
1489	LIVANEYDE MARIA LINS	16/2/2011	1 ano(s), 10 mês(es), 19 dia(s)	3/4/2013	A - 1
1314	LOURDES ZELFELD ZOZ	8/3/2010	1 ano(s), 2 mês(es), 13 dia(s)	25/12/2012	C - 1
1516	MAIARA DE FATIMA STORI DE LARA PRESTES	2/3/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 27 dia(s)	3/2/2013	B - INICIAL
948	MAITE ZANELLA BRIDAROLI	1/2/2008	1 ano(s), 4 mês(es), 27 dia(s)	7/9/2012	B - 2
1513	MARA VIEIRA	2/3/2011	0 ano(s), 7 mês(es), 2 dia(s)	2/8/2012	B - INICIAL
407	MARCIA APARECIDA OBERTHUR	9/8/2002	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	9/8/2012	B - 4
963	MARCIA FERREIRA DA SILVA	1/2/2008	2 ano(s), 7 mês(es), 22 dia(s)	14/6/2013	C - 3
182	MARCIA VOGEL STEILEIN	5/2/1996	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	5/2/2012	C - 7 - V
957	MARCIANA JACOBI LOURENZETTI	1/2/2008	2 ano(s), 10 mês(es), 11 dia(s)	27/3/2013	C - 3
245	MARCIO ADRIANO SABINO	14/9/1998	1 ano(s), 2 mês(es), 24 dia(s)	22/6/2013	C - 7 - III

1140	MARGID STEIN	5/2/2009	2 ano(s), 3 mês(es), 15 dia(s)	24/10/2012	B - 2
251	MARIA ALVACIR SCHMOLLER KONELL	5/2/1999	0 ano(s), 6 mês(es), 0 dia(s)	9/8/2012	C - 6 - II
999	MARIA DO CARMO VASCONCELLOS POMPERMAIER	11/2/2008	1 ano(s), 9 mês(es), 0 dia(s)	17/5/2012	B - 2
1521	MARIA ELEAN BUENO MERA	15/3/2011	1 ano(s), 8 mês(es), 20 dia(s)	28/6/2013	A - 1
1529	MARIA FERNANDA SCABURI	11/4/2011	0 ano(s), 2 mês(es), 1 dia(s)	9/2/2013	B - INICIAL
156	MARILEI APARECIDA DE BARROS VELASQUE GASPAR	1/2/1995	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/2/2013	A - 9 - I
408	MARINÉIA VIERGUTZ ANASTACIO	12/8/2002	0 ano(s), 9 mês(es), 10 dia(s)	6/11/2011	C - 4 - III
1541	MARINEY APARECIDA CARVALHO DA SILVA	10/5/2011	1 ano(s), 0 mês(es), 4 dia(s)	6/5/2012	A - INICIAL
19	MARLENE NEUMANN	4/4/1988	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	4/4/2012	B - 14
1543	MARLENI LINDER	10/5/2011	1 ano(s), 2 mês(es), 21 dia(s)	19/2/2012	B - INICIAL
1057	MELANI ZELFELD	12/5/2008	4 ano(s), 5 mês(es), 16 dia(s)	29/11/2011	C - 3
1494	MERILIN ALINE RAASCH STEFFENS	22/2/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	22/2/2013	C - INICIAL
945	MERLIN TATIANA BERNARDI CESCINETTO	1/2/2008	6 ano(s), 1 mês(es), 18 dia(s)	16/12/2011	B - 4
1509	MICHELE SCHADE	2/3/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 23 dia(s)	7/2/2013	A - INICIAL
12	MIRIAM KREUTZFELDT VOGEL	20/5/1985	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	20/5/2013	C - 16 - II
1038	MIRIAN CRISTINA WENG	14/4/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	14/4/2012	C - 1
406	NILDA DE SOUZA BATISTA	5/8/2002	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	5/8/2012	C - 4 - IV
1492	NOELI MASKE KRAEMER	21/2/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	21/2/2013	B - INICIAL
961	PEDRO BORTOLINI JUNIOR	1/2/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/2/2012	B - 1
1325	PRISCILA GRAVINA CIRIO FERRAO	15/3/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	15/3/2012	B - INICIAL
1484	RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA	10/2/2011	0 ano(s), 2 mês(es), 1 dia(s)	11/12/2012	A - INICIAL

1540	ROBERTA MEIRELES GONZALES	10/5/2011	1 ano(s), 2 mês(es), 27 dia(s)	13/2/2012	A - INICIAL
1553	ROGÉRIO OHF	20/5/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	20/5/2013	B - INICIAL
958	RONAN LUIS SIEWERT	1/2/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/2/2012	C - 1
962	RONIR VOIGT	1/2/2008	3 ano(s), 5 mês(es), 8 dia(s)	27/8/2012	C - 3
154	ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA	8/11/1994	1 ano(s), 11 mês(es), 5 dia(s)	8/12/2012	C - 11 - III
1141	ROSELI MARIE-TA DE SOUZA	5/2/2009	1 ano(s), 0 mês(es), 11 dia(s)	26/1/2012	B - 1
64	ROSIMERI SARA BOSHAM-MER STEIN	1/4/1992	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/4/2012	B - 11 - II
1528	SANDRA APARECIDA MONTEIRO LUTHER	5/4/2011	1 ano(s), 9 mês(es), 23 dia(s)	16/6/2013	B - 1
914	SANDRA MARA OLIVEIRA	14/1/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	14/1/2012	C - 1
1485	SANDRIGO BITENCOURT	11/2/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	11/2/2013	B - INICIAL
1353	SARA MICHELE SCHUMANN	1/4/2010	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/4/2012	B - INICIAL
249	SERGIO ROS-NIR VOIGT	1/2/1999	0 ano(s), 10 mês(es), 12 dia(s)	26/3/2012	C - 6
1507	SHEILA ADRIANA MULLER	2/3/2011	0 ano(s), 8 mês(es), 29 dia(s)	6/6/2012	A - INICIAL
1512	SHEILA CRISTINA TONIOTTI LEMES DE SOUZA	2/3/2011	3 ano(s), 6 mês(es), 7 dia(s)	28/8/2011	B - 1
1350	SILVIA DOS SANTOS BATISTA	24/3/2010	0 ano(s), 6 mês(es), 19 dia(s)	7/9/2011	A - INICIAL
1550	SIMONE LINZMEYER DA LUZ	16/5/2011	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	16/5/2013	B - INICIAL
1312	SOLANGE SILVEIRA DE OLIVEIRA	8/3/2010	0 ano(s), 1 mês(es), 3 dia(s)	4/2/2012	C - INICIAL
126	SUELI ROHWEDER EURICH	8/3/1994	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	8/3/2012	C - 8 - I
1547	TANIA CLEIA FIGUR	16/5/2011	0 ano(s), 11 mês(es), 26 dia(s)	25/5/2012	B - INICIAL
1530	TIAGO ROQUE GRZYBOWSKI	2/5/2011	1 ano(s), 2 mês(es), 20 dia(s)	12/2/2012	B - INICIAL
145	VALDENI GAEDKE LENZI	1/8/1994	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	1/8/2012	C - 9 - III

1510	VANDERLEIA PADILHA VERBINEN	2/3/2011	0 ano(s), 10 mês(es), 27 dia(s)	9/4/2012	A - INICIAL
1505	VANESSA CRISTINA BASSO DEVEGILI	2/3/2011	0 ano(s), 10 mês(es), 29 dia(s)	7/4/2012	A - INICIAL
1085	VELOCINO AMANCIO DA CRUZ FILHO	8/8/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	8/8/2012	C - 1
1068	ZENAIDE MARIA FRANZENNER	9/6/2008	2 ano(s), 0 mês(es), 4 dia(s)	5/6/2012	C - 2
1092	ZILDA VIEIRA VEIGAS BOLDUAN	23/10/2008	0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)	23/10/2012	B - 1
1349	ZORAIDE RODRIGUES DA SILVA	24/3/2010	1 ano(s), 7 mês(es), 1 dia(s)	25/8/2012	C - 1
127	LILIAN TIETZ	8/3/1994	PROF. LEIGO - EXTINÇÃO	8/3/2012	PROF. LEIGO - EXTINÇÃO
1165	NAIRA LUISA GNEIPEL STEINMACHER	23/2/2009	PROF. LEIGO - EXTINÇÃO	1/3/2013	PROF. LEIGO - EXTINÇÃO

Observação 1: Os PROFESSORES LEIGOS mantêm-se na tabela remuneratória prevista na Lei Complementar n.º 059/2008.

Observação 2: Os PROFESSORES SUBSTITUTOS serão enquadrados em edital específico.

Schroeder(SC), 30 de maio de 2011.

Prefeitura Municipal de Schroeder

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Diretoria de Recursos Humanos

ESTADO DE SANTA CATARINA Ata de Registro de Preço PR 28/2010-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2010

Número do Registro de Preços: 13/2010**Data do Registro: 29/11/2010****Válido até: 29/11/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tiras para teste de glicemia para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Reagente para diagnostico clinico, tipo de analise quantitativo de glicose, com amplitude de medição entre 10 e 600mg/dl, com tecnologia de glicose desidrogenase com medição por amperometria e chip de codificação do lote; capacidade de medição em sangue total, capilar e neonato. Apresentação em tiras embaladas individualmente. Fornecimento de forma definitiva à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o número mínimo de 15 (quinze) equipamentos de medição de glicose compatíveis com as tiras ofertadas, incluindo assistência técnica e treinamento dos profissionais que irão manusear o produto aparelhos biosensores para o gerenciamento de diabetes.	UN	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (7417)	OPTIUM ABB	0	0,9800	1

SCHROEDER, 29 de Novembro de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/2

Ata de Registro de Preço PR 96/2010-PMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2010

Número do Registro de Preços: 63/2010

Data do Registro: 29/11/2010

Válido até: 29/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em sonorização de eventos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CRIANÇA EM DANÇA (Local: Ginásio),Equipamentos: 04 caixas de som p/ graves, 04 caixas de som 03 vias, Mesa de som, equalizador, 01 microfone s/ fio, 02 microfones c/ fio c/ pedestal, 02 aparelhos de CD	UN	E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	374,9900	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	375,0000	2
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	376,0000	3
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	376,6600	4
2	FORMATURA PROERD (Local: Ginásio), Equipamentos: 04 caixas de som p/ graves, 04 caixas de som 03 vias 01 mesa de som, 01 equalizador, 02 microfones c/ fio 01 microfone s/ fio + microfones diversos conforme necessidade, 02 aparelhos CD	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	270,0000	1
			E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	279,0000	2
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	295,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	376,0000	4
3	PA p/ apresentação de Bandas locais e regionais Projeto Bandas na Marechal, Equipamentos : 01 Mesa 32 Canais, 04 Cxs Graves 2 x 18, 04 Cxs Médio Graves, 06 Retornos, Cubos P/ Baixo, Guitarra, teclado, 01 Bateria completa c/ Microfones, Microfones p/ vocal, Máquina de Fumaça c/ Ventilador, 24 canões lãmp. Par 64 1000 wats	UN	E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	1.000,0000	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	1.050,0000	2
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	1.100,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	1.433,0000	4
4	Serviços de sonorização em locais pré determinados c/ seguintes equipamentos: 01 mesa de som 12 canais, 01 equalizador, 01 efeito de voz, 02 Cxs de som 3 vias c/ tripé, 01 microfone s/ fio c/ pedestal, 02 microfones c/ fio c/ pedestal, 02 aparelhos de cd com leitor mp3, cdnw, DVD Estão Incluas as Conferencias da Saúde, da Assistência , do Cons. Tutelar e Encontro dos Idosos c/ duração aproximada de 10 horas cada uma	UN	E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	178,0000	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	179,0000	2
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	180,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	260,0000	4
5	DESFILE CÍVICO, 10 Pontos de som, com caixas 3 vias (2x12 + corneta e agudo ou titânio), 02 microfones s/ fio, 02 Aparelhos de CD, 01 Mesa de som 12 canais, 01 Equalizador	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	1.350,0000	1
			E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	1.389,0000	2
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	1.580,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	2.283,0000	4
6	DESFILE FESTIVO, Equipamentos: 10 Pontos de som, com caixas 3 vias (2x12 + corneta e agudo ou titânio), 02 microfones s/ fio, 02 Aparelhos de CD, 01 Mesa de som 12 canais, 01 Equalizador	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	1.400,0000	1
			E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	2.250,0000	2
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	2.282,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	2.283,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2010

Número do Registro de Preços: 63/2010

Data do Registro: 29/11/2010

Válido até: 29/11/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em sonorização de eventos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	TORNEIO DE VERÃO: SISTEMA DE SOM E FILMAGEM P/ ABERTURA SEMI-FINAL E FINAL (LOCAL GINÁSIO) Equipamentos : 02 Cxs de som p/ graves, 02 caxs de som 3 vias, mesa de som, equalizador, 02 microfones s/ fio, 02 microfones c/ fio c/ pedestal, 02 aparelhos de CD ,01 operador de som músicas selecionadas p/ o evento, projetor c/ telão 3,5 x 4,5 mtrs, 50mts de cabo de áudio e vídeo, filmadora digital profissional c/ operador p/ transmissão simultânea do evento, sistema de som p/ telão na parte externa do ginásio, 01 operador de áudio durante os jogos a noite.	UN	E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	2.370,0000	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	2.380,0000	2
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	2.400,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	3.650,0000	4
8	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO: com 24 canhões lâmpada PAR 64 1000 wats , c/ treliças ou box truss, traves c/ 5mts de altura x 8mtrs de largura, Mesa de luz, racks e cabos, Máquina de fumaça, 02 strobos.	UN	E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	620,0000	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	630,0000	2
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	640,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	1.243,0000	4
10	DIVULGAÇÃO DE EVENTOS EM CARRO DE SOM, COM GRAVAÇÃO P/ CADA EVENTO.	UN	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	18,5000	1
			E.S. SONORIZAÇÃO LTDA (11639)		0	19,0000	2
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	21,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	22,6000	4

SCHROEDER, 29 de Novembro de 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/2

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 5/2011-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 27/05/2011

Válido até: 27/05/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cadeira giratória secretária sem apóia- braços; assento e encosto: madeira do assento em compensado multilaminado com espessura de 12mm moldado anatomicamente a quente, com curvatura parte frontal, na cor preta. Estrutura do encosto injetado em polipropileno. Espuma injetada anatomicamente com densidade de 50 a 60 kg/m³ com espessura de 40mm no assento e 35 mm no encosto; assento com bordas protegidas por perfil de PVC. Encosto com contracapa em polipropileno injetado; revestimento em tecido de polipropileno. Capa do assento e do encosto sem costuras; a fixação do assento e do encosto. A estrutura, é feita com parafusos, e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira, e a fixação das capas é feita por grampos e pelo próprio perfil de PVC; base: base giratória desmontável com aranha de 5 hastes por capa de polipropileno injetado, e apoiadas sobre rodízios de nylon com esferas de aço; coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulação de altura com coluna a gás que amortece os impactos ao sentar, acionada por alavanca; os pinos que suportam os rodízios são soldados na extremidade das hastes, evitando que se soltem; mecanismo flange de apoio da cadeira com L de suporte do encosto com regulação de altura e profundidade, através de manipuladores; os componentes metálicos possuem tratamento de superfície com fosfato de zinco, para dar melhor proteção contra corrosão e uma excelente ancoragem da tinta; a tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), W - eco, atendendo norma europeia RoHS, isenta de materiais pesados, na cor cinza claro, com camada de 60 microns, onde todas as peças são curadas em estufa, à temperatura de 200 °C. Esta poltrona deverá estar em conformidade com as normas NR 17 - Norma regulamentadora do ministério do trabalho, que trata da ergonomia e orientada pela NBR 1392 - da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que normatiza os móveis para escritório, cadeiras, classificação, características físicas e dimensionais para que se obtenha um melhor conjunto em termos de conforto, ergonomia e durabilidade. Dimensões mínimas de: largura total da cadeira 620mm - profundidade total da cadeiras 630mm - altura total da cadeira 920mm - altura do encosto 270mm x largura do encosto 365mm - profundidade do assento 395mm x largura do assento 435mm. A poltrona deve ter no mínimo de 03 anos de garantia e o conserto se necessário durante o período de garantia deve ser feito em no máximo 36 horas no próprio local na Prefeitura	UN	SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)	SUPRIMÓVEIS	0	100,5000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)	MILLA	0	101,6400	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)	METALCAD	0	150,0000	3
2	Longarina de 03 lugares tipo secretária sem apóia- braços; assento e encosto: madeira do assento em compensado multilaminado com espessura de 12mm moldado anatomicamente a quente na cor preta, com curvatura na parte frontal. Estrutura em ferro preto com pintura a pó tipo epóxi do. Espuma injetada anatomicamente com densidade de 50 a 60 kg/m³ com espessura de 40mm no assento e 35mm no encosto; assento com bordas protegidas por perfil de PVC. Capa do assento e do encostos sem costuras; a fixação do assento e do encosto, à estrutura, é feita com parafusos sextavados, e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira, e a fixação das capas é feita por grampos e pelo próprio perfil de PVC; dimensões mínimas dos estofados altura do encosto 270mm x largura do encosto 365mm - profundidade do assento 395mm x largura do assento 435mm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)	METALCAD	0	196,0000	1
			TODT COMERCIAL LTDA ME (7522)	STAUFLEX	0	196,6200	2
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)	SUPRIMÓVEIS	0	198,0000	3
3	Mesa de trabalho na cor bege em MDF 15mm, com duas gavetas com chave e corredeiras metálicas com trava, nas medidas mínimas de 120cm de comprimento, 80cm de altura e 60cm de largura e pés em painel de MDF 15mm.	UN	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA (10665)	DISMACENTE	0	140,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011

Data do Registro: 27/05/2011

Válido até: 27/05/2012

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição material permanente para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Arquivo de aço medindo no mínimo 1,33cm de altura x 46cm de largura e 71 cm de profundidade, na cor bege, com 04 gavetas, com chave, puxador embutido na cor cinza, chapa 24, pintura eletrolítica, com tratamento anti-ferruginoso	UN	SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)	SUPRIMÓVEIS	0	166,0000	2
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)	MOVEISERV	0	215,0000	3
5	Mesa de trabalho na cor bege em MDF 15mm, acabamento em preto com duas gavetas com chave e corredeiras metálicas com trava, nas medidas mínimas de 110cm de comprimento x 80cm de altura e 60cm de largura e pés em painel de MDF 15mm e base metálica. (p/ computador)	UN	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA (10665)	BIG METAL	0	280,0000	1
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)	RCH	0	370,0000	2
6	Armários de post forming de 25mm, com duas portas com fechadura, fechado, material em MDF 15mm, na cor bege com acabamentos em preto nas medidas mínimas de 1,60m de altura x 0,90cm de largura e 0,40 de profundidade com no mínimo 03 prateleiras internas reguláveis.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)	RCH	0	375,0000	3
			DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA (10665)	DISMACENTE	0	135,0000	1
7	Armários de post forming de 25mm, com duas portas com fechadura, fechado, material em MDF 15mm, na cor cinza com acabamentos em preto nas medidas mínimas de 1,60m de altura x 0,90cm de largura e 0,40 de profundidade com no mínimo 03 prateleiras internas reguláveis.	UN	SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)	SUPRIMÓVEIS	0	176,0000	2
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)	MOVEISERV	0	195,0000	3
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)	SUPRIMÓVEIS	0	370,0000	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)	MOVEISERV	0	399,0000	2
			DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA (10665)	DISMACENTE	0	415,0000	3
			SUPRIMOVEIS LTDA - EPP (10660)	SUPRIMÓVEIS	0	370,0000	1
			3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFERIGERAÇÃO LTDA (12068)	MOVEISERV	0	399,0000	2
			DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA (10665)	DISMACENTE	0	415,0000	3

SCHROEDER, 27 de Maio de 2011.

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso PP 57_2011 Aquisição de pneus, câmaras e protetores

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000057/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE VÁRIAS BITOLAS, CÂMARAS E PROTETORES DESTINADOS À FROTA MUNICIPAL, INCLUÍDO FUNDO, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 15 de junho de 2011. ABERTURA: dia 15/06/2011 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 27/05/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 08/2011 F M S

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2011
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 08/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BRUNO REINALDO SCHOENBERGER-ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/000149, neste ato representado pelo Gestor do Fundo, o Senhor Bruno José Heberle, e de outro lado a empresa Bruno Reinaldo Schoenberger - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.231.696/0001-94, estabelecida na Rua Caaro - Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADO, neste ato devidamente representado pela Sra. Albina Schoenberger, inscrita no CPF sob nº 027.694.999-47

Considerando o contrato Administrativo nº 08/2011-Fundo Municipal da Saúde celebrado em 05 de abril de 2011, proveniente do Processo Licitatório nº 11/2011 e Pregão Presencial nº 07/2011, aquisição de Climatizadores de Ar.

Considerando o disposto na Cláusula 7ª, do contrato nº 08/2011-Fundo Municipal da Saúde. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano de 2011 conforme segue abaixo:

Unidade Orçamentária Descrição
Órgão 10 - Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 05)
Órgão 10 - Unid 01 Proj/Ativ.1.025 (dot 57)
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aquisição de Veículos Equip, e materiais Permanentes para a Saúde.
4.4.90.00.00.00.00.00.0288 - Aquisição de Veículos Equip, e materiais Permanentes para a Saúde.

Cláusula Primeira- DO VALOR E JUSTIFICATIVA:
Ao presente contrato nº 08/2011 fica acrescido o valor de R\$

2.796,00 (dois mil setecentos e noventa seis reais) referente 03 (três) climatizadores de ar 7.000 BTUS quente/Frio com instalação dos mesmos, considerando que após a mudança de prédio, instalação do mobiliário e adequação dos espaços se fez necessário a aquisição de mais climatizadores visando garantir melhores condições técnicas e operacionais para o desenvolvimento das atividades na nova Unidade de Saúde.

ITEM	DESCRIÇÃO	Qdt	Marca	Valor Unit	Valor Total
27	Climatizador de ar 7.000 BTUS quente/frio (com instalação)	3	ELETROLUX	932,00	2.796,00

BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo Municipal

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 27 de maio de 2011.
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo Municipal

BRUNO REINALDO SCHOENBERGER ME
Contratado

JACKSON SCHERER
Secretario Municipal da Administração

Testemunhas:
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
CPF: 918.368.409-34

SHEILA INÊS BIEGER EIDT
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2074/2011

Lei nº 2.074/11, de 27 de maio de 2011
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.817/06, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O valor de referência previsto nos anexos XI, XII e XIII - Tabela Salarial da Lei nº 1.817/06, de 21 de dezembro de 2006, passa a vigorar com o acréscimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º. Fica revogado a Lei Municipal nº 2.056/11, de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com

efeitos retroativos a 1º de maio de 2011.

Turvo(SC), 27 de maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e reg. a presente a Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2075/2011

Lei nº 2.075/11, de 27 de maio de 2011
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.820/07, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2007

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O valor da amplitude de referência e dos níveis previstos nos anexos III, V, VI, VII e X da Lei nº 1.820/07, de 01 de fevereiro de 2007, passa a vigorar com o acréscimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º. Fica revogado a Lei Municipal nº 2.056/11, de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2011.

Turvo(SC), 27 de maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2076/2011

Lei nº 2.076/11, de 27 de maio de 2011
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.816/06, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O valor mensal previsto no anexo único da Lei nº 1.816/06, de 21 de dezembro de 2006, passa a vigorar com o acréscimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º. Fica revogado a Lei Municipal nº 2.056/11, de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2011.

Turvo(SC), 27 de maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2077/2011

Lei nº 2.077/11, de 27 de maio de 2011
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.819/07, DE 31 DE JANEIRO DE 2007

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O valor da amplitude de referência previsto no § 3º do art. 1º da Lei nº 1.819/07, de 31 de janeiro de 2007, passa a vigorar com o acréscimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º. Fica revogado a Lei Municipal nº 2.056/11, de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2011.

Turvo(SC), 27 de maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e reg. presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2078/2011

Lei nº 2.078/11, de 27 de maio de 2011
INCORPORA PREMIO JUBILAR

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incorporado aos proventos dos servidores inativos e pensionistas o valor do prêmio jubilar de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), previsto na Lei nº 2.057/11, de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 2º. Fica revogado a Lei Municipal nº 2.057/11, de 22 de fevereiro de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2011.

Turvo(SC), 27 de maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2079/2011

Lei nº 2.079/11, de 27 de maio de 2011
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.426/00, DE 09 DE MAIO DE 2000 E SUAS ALTERAÇÕES

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O valor da remuneração mensal prevista nos anexos III

e VI da Lei nº 1.426/00, de 09 de maio de 2000, e suas alterações, passam a vigorar com o acréscimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 2º. Fica revogado a Lei Municipal nº 2.064/11, de 01 de março de 2011.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2011.

Turvo(SC), 27 de maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 47/2011

DECRETO Nº 047/11, de 24 de Maio de 2011.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVERTON ALDIR SCHMIDT, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do município de Turvo (SC), no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0046.2051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (15) - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 24 de Maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 48/2011

DECRETO Nº 048/11, de 24 de Maio de 2011.
CRIA COMITE LOCAL DO PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS

O Prefeito Municipal DE TURVO, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24.04.2007

DECRETA

Art. 1º. Fica criado o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso

Todos pela Educação do Município de Turvo.

Art. 2º. O Comitê será constituído pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º. Compete ao Comitê:

I - acompanhar a implementação e execução do Plano de Ações Articuladas - PAR;
II - analisar as estratégias de implementação das propostas do PAR;
III - analisar os relatórios de progresso da execução do Plano de Ações Articuladas;
IV - avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo Plano de Ações Articuladas;
V - acompanhar a evolução do IDEB;
VI - identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar a implantação e execução do Plano de Ações Articuladas;
VII - contribuir para o diálogo com as escolas do sistema municipal de ensino na ampliação da adesão e execução do Plano de Ações Articuladas e na sua divulgação junto à sociedade civil.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 24 de Maio de 2011.
EVERTON ALDIR SCHMIDT
Prefeito Municipal em exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2.534/11

LEI Nº 2.534/11, DE 25 DE MAIO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública a Associação Videirense de Ornitologia.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira, SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Videirense de Ornitologia, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.015.526/0001-70, com sede no Município de Videira, SC.

Art. 2º Assegura-se à mesma as vantagens e direitos da Legislação pertinente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25

dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.535/11

LEI N.º 2.535/11, DE 25 DE MAIO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar o Primeiro Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram o Município de Videira e o Município de Arroio Trinta, visando à reconstrução de parte da ponte sobre o Rio São Pedro na divisa entre os dois municípios, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar o Primeiro Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram o Município de Videira e o Município de Arroio Trinta, visando à reconstrução de parte da ponte sobre o Rio São Pedro na divisa entre os dois municípios, tendo por objeto a prorrogação por 90 (noventa) dias, a partir de 16 de maio de 2011, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 16 de maio de 2011.

Videira, 25 de maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.536/11

LEI N.º 2.536/11, DE 25 DE MAIO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Associação dos Moradores da Linha Sede Etelvina e a repassar-lhe auxílio financeiro que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Associação dos Moradores da Linha Sede Etelvina, nos termos da minuta em anexo e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Associação.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse anual de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único - O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária do corrente exercício:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 25 de maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
LEI Nº 2.536/11

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LINHA SEDE ETELVINA, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 00.841.938/0001-34, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 192/95, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2011, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LINHA SEDE ETELVINA, resolvem, nos termos da Lei nº /11, celebrar o presente Convênio em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a Cooperação dos convenientes para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da Associação dos Moradores da Linha Sede Etelvina.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;
II- repassar a importância de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) aprovada pela Lei autorizativa do presente convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LINHA SEDE ETELVINA

I- Amparar e prestigiar os associados em toda e qualquer emergência, dentro de suas possibilidades físicas e econômicas;
II- Proporcionar aos associados, festas, excursões e jogos recreativos;
III- Incentivar a cultura, os esportes, a educação, o lazer, enfim o bem-estar dos associados, moradores da Linha Sede Etelvina;
IV- Promover condições e situações em que a comunidade tenha oportunidade de participar do trabalho comunitário através dos

quais desenvolva sua capacidade, cooperação e responsabilidade;
V- Fomentar o conagraçamento de todos os associados e seus familiares dependentes;

VI- Angariar recursos junto a órgãos públicos ou particulares, para serem aplicados em benefício da comunidade;

VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2011.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ASSOC. MORAD. SEDE ETELVINA

Presidente

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 2.537/11

LEI Nº 2.537/11, DE 25 DE MAIO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, objetivando a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI, nos termos da minuta anexa e que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2011.

Videira, 25 de maio de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de maio de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PR 96/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 96/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 15 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Maio de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 97/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2011 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 97/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 14 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Maio de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 36/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2011 - FMS
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 36/2011-FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ARTESANATO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 16 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 95/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 95/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES-SERVIDORES E RACK PARA O DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 14 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Maio de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0387/2011

Extrato do Contrato n. 0387/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANTONIO CARLOS ROSSETTE
CPF: 933.502.799-53
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2011 a 01 de junho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0392/2011

Extrato do Contrato n. 0392/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DULCIMAR TEREZINHA CARDOSO
CPF: 006.887.649-16
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVETE DA SILVA NUNES PINTO
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2011 a 10 de maio de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0413/2011

Extrato do Contrato n. 0413/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DELAÍZE TRINDADE
CPF: 057.478.529-90
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSI SALETE DA SILVA
VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2011 a 01 de junho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0418/2011

Extrato do Contrato n. 0418/2011
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NATALINA GIELINSKI
CPF: 548.239.199-04
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA MARIA VILMA ALANO DE GÓES
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2011 a 29 de julho de 2011
FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Beneficiários do programa bolsa família referente mês maio

ADAIANA APARECIDA DA SILVA ROSA
ADELAIDE DA SILVA
ADELAIDE FARIAS VIEIRA
ADELINA APARECIDA BAPTISTA SANTOS
ADELINA FRANCISCA LOPES
ADELIRES MORATELLI
ADELITA DEVES BANDT
ADILSON LUIZ LOPES
ADOLINO BALDOVINO BRAATZ
ADRIANA APARECIDA COSTA
ADRIANA ARMILIATTO
ADRIANA BENTO DE CAMARGO
ADRIANA BORGES
ADRIANA COSTA
ADRIANA DE FATIMA CORREA
ADRIANA DE SOUZA
ADRIANA DIAS DE OLIVEIRA
ADRIANA FOGACA
ADRIANA LOPES MASTALER
ADRIANA LUZIA RIBEIRO
ADRIANA NUNES CAVALHEIRO
ADRIANA PASQUALI
ADRIANA RIBEIRO DA SILVA
ADRIANA RODRIGUES
ADRIANA RUFINO
ADRIANA TEREZINHA DO PRADO
ADRIANA VON MULLER
ADRIANE LOPES DA ROSA
AGELITA DA SILVA
ALCEU FERREIRA
ALCIDIA PEREIRA DOS SANTOS

ALCIDINA APARECIDA CHAVES PAIM
ALDEIDI DE SOUZA
ALESSANDRA JOELMA GONCALVES
ALESSANDRA SILVANA DIAS
ALESSANDRA TEREZINHA DOS SANTOS
ALICE NERIS DE OLIVEIRA
ALUCINDA DE FATIMA LOPES DA SILVA
ALVERINA BATISTA ANTUNES
ALZIRA ALVES DA LUZ
ALZIRA MARTINS LEITE
AMARILDO ANTONIO FANTIN
AMELIA FERREIRA SALLES
AMELIA MEDEIROS
ANA CLAUDIA MACHADO
ANA CRISTINA ALMEIDA DOS SANTOS
ANA FLAVIA GOMES
ANA IRENE FERREIRA DE SOUZA
ANA JOAQUINA RIBEIRO DOS SANTOS
ANA LUCIA APARECIDA DOS SANTOS
ANA LUCIA DOMINGUES DE SOUZA
ANA MARIA ALVES DOS SANTOS
ANA MARIA DE LIMA
ANA MARIA PERES DA LUZ
ANA MARIA PINHEIRO
ANA MARINA SCHIEVELBEIN
ANA PAULA BATISTA
ANA PAULA DE OLIVEIRA
ANA PAULA FELIX
ANDREA MARCIA APARECIDA MUHLBRANDT
ANDREIA ANTUNES DA CUNHA PASCOAL SILVA
ANDREIA ANTUNES DE LIMA
ANDREIA PADILHA
ANDREIA PIRES DOS SANTOS E LIMA ANHAIA
ANDREIA RUFINO
ANDREIA TATSCH
ANDREZA ANTUNES DE LIMA
ANGELA APARECIDA DA SILVA
ANGELA GORETI COLERE
ANGELA SONIA BARBOSA
ANGELICA MACIEL
ANGELINA DE FATIMA MORAES
ANGELITIA GOMES
ANGELO CARLINHO PASSOS RIBEIRO
ANTONIA ANTUNES MACIEL
ANTONIA DALMAZO
ANTONIO BARETTI
ANTONIO FERNANDES
ANTONIO INACIO PADILHA
APARECIDA SEBASTIANA DIAS DOS SANTOS
ARISTIDES ANTUNES REI
BARBARA CRISTINA CAPONI
BEATRIZ APARECIDA DOS SANTOS
BERNADETE DE FATIMA WERLE
BERNADETE MIORANZA NEVES
BROMILDA VIEIRA
CAMILA APARECIDA DA SILVA
CARLA MICHELE KATSCHOR
CARLOS CLODEMIR VIEIRA DA SILVA
CARMELIA DE FATIMA PEDROSO
CARMELINDA CHAVES CAMARGO
CARMEM ANDREA MACHADO PORTO
CAROLINA ANTONIA FENILI
CATARINA DA LUZ
CATARINA QUEIROZ
CATARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
CATLEN DE LURDES ROSI
CECILIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA
CELIA APARECIDA GONCALVES DE M OLIVEIRA
CELIA REGINA ALVES

CELINIA GAIO
CENIRA PIRES
CIMEIA FARIAS
CINTIA APARECIDA DA LUZ
CINTIA SCOPEL
CIRLENE DAL PIZZOL
CIRLENE JOHANN
CLACIR ZENERE FRUET
CLAIR VOLFF
CLARINDA RODRIGUES DA SILVA
CLARINDA RODRIGUES DA SILVA MARIAN
CLAUDETE APARECIDA DE GOES
CLAUDETE DIAS
CLAUDETE DOS SANTOS
CLAUDETE DOS SANTOS
CLAUDETE GRANDO
CLAUDETE RIBEIRO DO NASCIMENTO
CLAUDETE RODRIGUES DE CAMARGO
CLAUDETE TEREZINHA DA CONCEICAO
CLAUDIA APARECIDA SOARES
CLAUDIA CONCEICAO OZORIO PARTYKA
CLAUDIA PORTELLA
CLAUDIA SOVRANI
CLAUDIANA DE FATIMA FERREIRA
CLAUDIMIR VALER
CLAUDINO CAMILO FRANCA
CLAUDIO SALLES
CLEBER QUEVEDO SANTOS
CLEICIAMAR ZANELLA
CLEIDE ALVES
CLEIDE DA LUZ
CLEIDE DE FATIMA FARIAS GROSS
CLEIDE DIAS
CLENIR SANDRI TURCATTO
CLEOMAIR SANDRA MARA DE OLIVEIRA
CLEONICE APARECIDA MARTINS
CLEONICE APARECIDA REIS
CLEONICE DE FATIMA CAMARGO FERREIRA
CLEONICE DE JESUS DOS SANTOS ANTUNES
CLEONICE DE SOUZA MACHADO ROBERTI
CLEUDES PEDROSO DE QUADROS
CLEURECI APARECIDA VARELA PIMENTEL
CLEUSA APARECIDA DOS ANJOS
CLEUSA DE FATIMA FERNANDES
CLEUSA DE FATIMA MANDELLI
CLEUSA MARIA DA SILVA
CLEUSA ROVEDA LOPES FERREIRA
CLEUSA SILVEIRA DE MELO
CLEUSA TEREZINHA CORDEIRO
CLEUZA CORREIA
CONCEICAO APARECIDA CARVALHO
CREUZA DOS SANTOS
CRISLEI CRISTIANE FIUZA
CRISTIANA DA SILVA
CRISTIANE DA APARECIDA SANTOS
CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA
CRISTINA CANDIAGO XAVIER DE BARROS
CRISTINA JACINTO DE OLIVEIRA
DAIANA RIBEIRO
DAIANE DA SILVA
DAISI DOS SANTOS
DALZIZA ALVES PINTO
DANIELA ALVES VENTURA
DANIELA ANTUNES DE CASTRO
DANIELA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA
DANIELA FREITAS
DANIELA KLEINKAUF PEREIRA
DASMELSI DIAS GOMES
DEBORA ANTUNES DE LIMA

DEISE DALPOSSO
 DELONI DE FATIMA CARVALHO DOS SANTOS
 DENILSE RIBEIRO DOS SANTOS
 DENISE DA ROSA
 DENISE DOS SANTOS
 DENIZE PACHECO
 DERCI CONCEICAO DE BARROS DA SILVA
 DERILDES TEREZINHA RIBEIRO
 DIANA DE GODOY
 DILAMAR FERNANDES
 DILCEMA APARECIDA TOMAZ FIGUERO
 DILVA FERNANDES GARIPUNA
 DIRLEI ALVES DA LUZ
 DIRLEI ALVES DA SILVA
 DIRLENE PIRES
 DIVANIR BARONCELLO GREZZANA
 DOLVINA RUBINI
 DOMINGOS COSER
 DORALINA DA SILVA
 DORENI ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS
 DORLI DE FATIMA RAMOS
 DORVALINA ANTUNES DA SILVA
 EDELAINE CRISTINA FERREIRA BROCKWELD
 EDENIZIA DE FATIMA ALMEIDA
 EDERLI TEREZINHA OLIVEIRA
 EDINEI RODRIGUES DE ALMEIDA
 EDINEIA PELIM GRANDO
 EDITH BATISTA
 EGNER MERLUCI GOMES DE OLIVEIRA
 ELAINE APARECIDA FAITEN
 ELAINE DE JESUS
 ELDA MARLEI LEMOS DE MORAIS
 ELENA MARIA GARCIA
 ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN
 ELEOCILDA DE SOUZA MACHADO
 ELI DORVINA GONCALVES
 ELIANA DA SILVA
 ELIANE APARECIDA FANTIN DE ASSIS
 ELIANE APARECIDA PIRAN
 ELIANE FERNANDES PONTES
 ELIANE GOMES ALVES
 ELIANE RODRIGUES DE MELLO
 ELIANE TEREZINHA TOMALAK LISS
 ELIDES TEREZINHA ROSA
 ELISABETE APARECIDA COSTA
 ELISANDRA BRANDAO
 ELISANGELA KOKOWIC
 ELIZABETH MENDES NERY
 ELIZANDRA TEREZINHA DA VEIGA
 ELIZANGELA DALAMARIA
 ELIZETE DE FATIMA DA VEIGA
 ELIZETE NUNES FRANCA
 ELLY DOS SANTOS
 ELOIR RIBEIRO DE SOUZA
 ELOISA ALVES RIBEIRO
 ELOIZA APARECIDA CESCA
 ELSA LEBKUCHEN ALBUQUERQUE
 ELVENI MARTINS DE CAMPOS DA SILVA
 ELVIRA DE FATIMA DA SILVA
 ELY BENTO CAMARGO
 ELZA DA SILVA DE FIGUEIREDO
 EMILIA DOS SANTOS ANDRADE
 ENEDIR ANTUNES DE LIMA
 ERENI ANA ALVES DOS SANTOS
 ERNA ELISABETH EHLERT TOMASCHESKI
 EROCILDE DIAS
 ESTELA MARA APA RUZYCKI
 EUGENIA LOPES SANTANA
 EUNICE CRUZ DA SILVA

EUNILCE DA SILVA
 EVANIR DAS CHAGAS
 EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS
 FABIANE LOPES CARDOZO
 FATIMA APARECIDA CORREA DE LIMA
 FATIMA APARECIDA DA CONCEICAO
 FATIMA MARIA MANDELLI
 FATIMA TELLES DE OLIVEIRA
 FERNANDA DAIANA DA SILVA
 FERNANDA GOMES
 FERNANDA GREGOLOM
 FERNANDA REGINA RAMOS FERNANDES FRANCA
 FLAVIA DE ALMEIDA
 FLAVIA MARIA FRESQUI
 FLORINDA DE JESUS OLIVEIRA
 FLORISIA RODRIGUES SOARES
 FRANCELINA APARECIDA COSTA
 FRANCIELE ALOISA SPORR
 FRANCIELE APARECIDA LINO MARINHO
 FRANCIELI PONTES
 FRANCINE BRITTES
 GABRIEL ANTUNES DA CRUZ
 GECELIA NUNES DA SILVA
 GENELCI APARECIDA DE DEUS
 GENI GRASPKI
 GENIANI LEIA DA SILVA
 GENIR FATIMA DA SILVA
 GESIANY GLORIA LIMA DA SILVA
 GESSY DE FATIMA RUFINO
 GIANE PASA
 GILDA APARECIDA DE ASSIS MOREIRA KOHLER
 GILDETE APARECIDA THIBES
 GIOVANA REICHARDT
 GIRCEANE APARECIDA DO PRADO
 GISELE MELIZA SOVRANI
 GISELE MORAIS
 GISELE OLCANHESKI
 GISLAINE DOS SANTOS BUENO
 GIZIELEM APARECIDA CARDOSO
 GLAUCIA DIAS
 GLEICE DE FATIMA CONRADI LUPATO
 HELENA APARECIDA KAHUPZINSKI
 HELENA DE FATIMA DA SILVA
 HELIA APARECIDA PADILHA
 IDENIR MASSAROLLI
 IGNES DE OLIVEIRA CARDOSO
 ILDA ALVES ZAMPIVA
 ILDA FERREIRA DE SALES
 ILZA TEREZINHA DA SILVA
 INES JUSTINA MORATELLI BURATTO
 INES MARIA SURDI
 INEZ DE FATIMA DA ROSA DA SILVA
 IONICE MORAES
 IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS
 IRACEMA BOEIRA DA SILVA
 IRACI DA ROSA MARTINS
 IRACI FERNANDES GABRIEL
 IRACI IRIA CERBATO
 IRACILDE APARECIDA DIAS
 IRENE FERREIRA TERRA
 IRENE PINTO
 IRENE SILVA
 IRES RISSARDI ESTREME
 IRIA DE FATIMA FERREIRA DOS SANTOS
 IRINEI FAITEN
 IRIS SALETE GUZZI
 IRMA COSSA DO PRADO
 ISELDE CARMEN FARIAS DA SILVA
 IVANI APARECIDA GALANTE

IVANILDE DE LOURDES FERREIRA
 IVANIR ALVES DE BOLBA
 IVANIR ANTUNES RIBEIRO
 IVANIR DOS SANTOS
 IVANIR GOES CARINHATO
 IVANIR MARTINS DOS SANTOS
 IVANIR PEREIRA DOS SANTOS
 IVETE APARECIDA FARIAS DOS SANTOS
 IVETE APARECIDA RODRIGUES PALERMO
 IVETE FARIAS
 IVETE MARIA RIBEIRO DA SILVA DE MEIRA
 IVETE PEREIRA DOS SANTOS
 IVETE ROSSI GOLIN
 IVETE VIEIRA CARDOSO
 IVONE CORREIA LEITE
 IVONETE APARECIDA CORDEIRO SOTEL
 IVONETE BOEING PORTELA ALBERTON
 IVONETE DE ANDRADE
 IVONETE DE MOURA
 IVONETE GOULART DA SILVA
 IVONETE PEREIRA DOS SANTOS
 IVONETE RODRIGUES DA SILVA
 IZABEL DOS SANTOS
 IZABEL LUCIANE SALLES
 JACIRA APARECIDA DA SILVA
 JAIR RODRIGUES DE AZEVEDO
 JANAINA DA SILVA
 JANAINA RIBEIRO KUSTER
 JANDIRA BATISTA DOS SANTOS
 JANDIRA MOREIRA
 JANETE ANTUNES MACIEL DOS SANTOS
 JANETE APARECIDA DE CAMARGO
 JANETE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS
 JANETE CATARINA CAMARGO LARA
 JANETE DA PARECIDA MARQUES
 JANETE DA SILVA DOS SANTOS
 JANETE DE OLIVEIRA
 JANETE GENIS
 JANETE GONCALVES DA SILVA
 JANETE GUEDES DE MORAIS
 JANETE RODRIGUES DE CAMARGO
 JANETE RODRIGUES DE OLIVEIRA
 JANETE TEREZINHA ANTUNES DE LIMA
 JANETE WALKOVICZ
 JANICE NAIR ERCEGO
 JAQUELINE APARECIDA TONIAZZO
 JAQUELINE MORAIS
 JEANE APARECIDA SOVRANI
 JEANETE GRIGGIO
 JENIFFER ELOISA DA SILVEIRA
 JIZELI TEREZINHA ANTUNES GOMES
 JOCEANE APARECIDA GOMES
 JOCELAINE FERREIRA BUENO
 JOCELEI MACHADO DE QUADROS
 JOCELEI PEREIRA
 JOCELI ROSA
 JOCELIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA
 JOCELIA SALES DA SILVA
 JOCELITO GONCALVES DA SILVA
 JOELMA MORAIS DE SOUZA
 JORACI ALVES DE OLIVEIRA
 JOSANE PEREIRA
 JOSEANE DENARDI DE MORAES
 JOSIANE ALVES DOS REIS
 JOSIANE DA SILVA
 JOSIANE DA SILVA
 JOSIANE FATIMA ZANOL
 JOSIANE FERREIRA
 JOSIELE LARANJEIRAS

JUCELEI MARIA ANTUNES DE CASTRO
 JUCELI MARLENE SILVEIRA
 JUCELIA ALVES DE MORAIS
 JUCEMARA RUZYCKI
 JUCIELE APARECIDA MIRSCH
 JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES
 JUCINELIA LARA DE MORAIS
 JUDITE PINTO
 JULIANA APARECIDA DA LUZ BATISTA
 JULIANA APARECIDA TOMAS FIGUEIRO
 JULIANA BARBOSA DE LIMA
 JULIANA DE MELLO JANTARA
 JULIANE HELENA GUZZI
 JULIETTE DEVENS WEBER
 JULY FRANCOZI
 JURACI DA FONSECA DE SOUZA
 JURACY MARTINS
 JUSSARA DE OLIVEIRA
 JUVILDES ANTONIA DA SILVA
 KEROLEIN NAIARA DO CARMO NAVROSKI
 LAIDE VEIGA
 LAURA APARECIDA COLLACO PONTES
 LEANDRINA CONCEICAO DIAS DA SILVA
 LEIA ANTUNES DE PRADO
 LEIDIANE DA LUZ BATISTA DA ROSA
 LEILA MARA DOS SANTOS
 LENINHA ALVES MOREIRA
 LENIR SANDRI
 LENITA TRINDADE DOS SANTOS
 LENOIR TEREZINHA DA SILVA SOUZA GUMIEIRO
 LEONETE MARIA ZONTA
 LEONICE APARECIDA DUARTE DE SOUZA
 LEONIDES ROSA
 LEONILDA HONORATO FERREIRA BARROS
 LEONINA PEDROSO
 LESSANDRA FORTES
 LETICIA LAZZARI
 LETICIA LIMA DE OLIVEIRA
 LIBIA GOIS TRINDADE
 LIDIA GONCALVES DOS SANTOS
 LILIAN DOS SANTOS BRANCO CARNEIRO
 LINDAMAR DENARDI MICHELON
 LINDAURA TAVARES FARIAS
 LOIRI SALETE CORREA
 LORDES APARECIDA ROSA
 LORECI APARECIDA SERAFINI
 LORECI DE ALMEIDA
 LORENA ALVES GARCIA
 LORENI APARECIDA BALBINOT ALLEBRANDT
 LOURDES DE FATIMA ANTUNES
 LOURDES QUEIROS
 LOURDES XAVIER DA SILVA
 LOURI ANTONIESCA SCHULZ
 LOYR MEIRA
 LUANA DOS SANTOS
 LUCIA AMANCIO DA SILVA
 LUCIA DA SILVA
 LUCIA DE FATIMA FERNANDES
 LUCIA JULIANOTTI GONCALVES
 LUCIA MARLI CORDEIRO DOS SANTOS
 LUCIA ROSA DA SILVA
 LUCIANA ALVES FERRAZ
 LUCIANA APARECIDA DE FREITAS
 LUCIANA APARECIDA RIBEIRO DA CRUZ COLDEBELLA
 LUCIANA DE CASSIA PADILHA
 LUCIANA DOMINGOS
 LUCIANE TEODORO DE ANHAIA
 LUCIANI CRISTINI GOMES
 LUCIANO TITON

LUCILA RODRIGUES DA SILVA
LUCIMAR ANTUNES DE LIMA
LUCIMAR DE FATIMA ALEXANDRE
LUCIMAR DENARDI DALANHOL
LUCIMAR GALDINO
LUCIMAR MARIANO DE OLIVEIRA
LUCIMAR PEPES DOS REIS FERNANDES
LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA
LUCIMARA DE JESUS
LUCINDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
LUCINEIA SANDRI
LURDES APARECIDA ZARVELISKI DE ALMEIDA
LUZIA DOS SANTOS DOMINGOS DE OLIVEIRA
MADALENA TEREZINHA ARGENTA
MAGDA REGINA FONTOURA MACHADO
MARCELINA APARECIDA ANTUNES
MARCELINO RODRIGUES
MARCIA ALVES DE MORAES
MARCIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS
MARCIA APARECIDA DE MORAIS
MARCIA APARECIDA MENEZ DE LIMA
MARCIA APARECIDA TELLES RODRIGUES
MARCIA CAMARGO BENTO
MARCIA DA SILVA
MARCIA DIAS
MARCIA DIAS DOS SANTOS
MARCIA HOLDEFER
MARCIA MIRANDA
MARCIA MOREIRA DOS SANTOS NERES
MARCELI REGINA DOS SANTOS BARBOSA
MARCILENE DOS SANTOS
MARGARETE ATT
MARGARETE DA SILVA SANTOS
MARGARETE SOARES
MARGARETH APARECIDA DE AVILA
MARIA APARECIDA DA SILVA BALDISSERA
MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
MARIA APARECIDA MOREIRA
MARIA APARECIDA RAMOS DA CUNHA SILVA
MARIA AUXILIADORA GABRIELI
MARIA BERNADETE GARIPUNA
MARIA CAROLINA PINTO
MARIA CECILIA VIEIRA ALVES
MARIA CLARICE MORAIS
MARIA CLEUNIR DE OLIVEIRA
MARIA CLEUSA DE MOURA
MARIA CONCEICAO DIAS DAS NEVES
MARIA CONCEICAO RUTH SCHMIDT
MARIA CUSTODIA MIRANDA
MARIA DE FATIMA MOREIRA
MARIA DE FATIMA QUEROBIN
MARIA DE LOURDES VOLFF
MARIA DE LURDES PLANS DE LIMA
MARIA DE LURDES VENTZ ZANAO
MARIA DE SOUZA
MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA
MARIA ENEDIL SOVRANI
MARIA ESTELA GARCIA CALIS TIL
MARIA EVA SILVEIRA
MARIA FABIANA RAMOS MOTTA
MARIA FATIMA ALVES
MARIA FIORENTINA BALESTRIN
MARIA FORTES
MARIA GORETE SOARES
MARIA GRACIELA DA ROSA
MARIA HELENA DIAS
MARIA HELENA RIBEIRO THIBES
MARIA HELENA RODRIGUES
MARIA IRACEMA RODRIGUES

MARIA ISOLINA DE ANDRADE
MARIA IZABEL DA VEIGA
MARIA IZABEL RAMOS
MARIA LEMOS
MARIA LENY ANDRADE DE RAMOS
MARIA LEONIR GONCALVES DOS SANTOS
MARIA LUCIA BATISTA
MARIA LUIZA DE GODOY
MARIA LUIZA OSORIO MOREIRA
MARIA MADALENA OLIMPIO KANARSKI
MARIA MONICA FERNANDEZ ALVAREZ
MARIA NEUCI CORREA
MARIA PERCILIANA DOS SANTOS
MARIA REGINA GOIS TRINDADE
MARIA ROSA DA LUZ
MARIA SALETE ALVES
MARIA SALETE CARDOSO
MARIA SALETE DOS SANTOS PANTERA
MARIA SALETE FERREIRA BELUSSO
MARIA SOLANGE FERNANDES
MARIA SUELI DE ALMEIDA
MARIA TERESINHA BATISTA
MARIA TEREZINHA DE CASTILHO
MARIA TEREZINHA SANTOS TEDESCO
MARIA ZELINDA MORAIS
MARIANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES
MARIANA ELIZETE RIBEIRO
MARIANE PEREIRA DOS SANTOS
MARIBEL MARIA CARLESSO
MARILDE FATIMA DOS SANTOS PRADO
MARILDE PADILHA DOS SANTOS
MARILDE ZANON
MARILEI APARECIDA ESTREME
MARILEI BORGES
MARILEI RUZYCKI
MARILENE APARECIDA DA SILVA
MARILENE FATIMA MORAIS
MARILENE FERREIRA
MARILENE GONCALVES DIAS PELENTIR DE OLIVEIRA
MARILETE DOS SANTOS
MARILI GISLAINE GALDINO
MARILISA TEREZINHA MEIRA
MARILU PIRES
MARILUCIA GUEDES DE LIMA
MARINES DOS SANTOS
MARINES DOS SANTOS
MARINES FELIPE DOS SANTOS
MARINES OLIVEIRA DA SILVA
MARINES ONEGREIRO
MARINES REIS
MARINEZ DE FATIMA DA SILVA
MARINEZ DE FATIMA RIBEIRO PAVELSKI
MARINEZ GONCALVES
MARINICE DE FATIMA NOVAIS DOS SANTOS
MARINO ORTIZ
MARISA APARECIDA DE AVILA
MARISA APARECIDA DE SOUZA
MARISA BARBOSA DE OLIVEIRA
MARISA CONSTANTINA DOS SANTOS
MARISA DOMINGUES DOS SANTOS
MARISA IMACULADA VERISSIMO DA COSTA
MARISE PINHEIRO
MARISETE RODRIGUES DE BARROS KIRSCH
MARISETE VICENTE HEINZ
MARISTELA ALONCO
MARISTELA APARECIDA ZANELLA
MARISTELA CORREA DE LIMA
MARISTELA DE LIMA FRANCO
MARISTELA INEZ COSMA

MARISTELA KLEINERT
MARITANI DIAS
MARIZA FERNANDES LISBOA
MARIZA MARQUES
MARIZA MORAIS DE OLIVEIRA
MARIZANE VAZ
MARIZETE DOS SANTOS DA ROSA
MARIZETE NARKOSKI VEIGA DOS SANTOS
MARIZETE RIBEIRO DOS SANTOS
MARIZILDA DE FATIMA RIBEIRO ORBANO
MARLEI ALVES DE ANDRADE
MARLENE APARECIDA CAMARGO
MARLENE DA LUZ ALVES ELEUTERIO
MARLENE GOMES DAS ALMAS
MARLENE KAMINSKI
MARLENE LUIZ DOS SANTOS
MARLENE TEREZINHA TEDESCO
MARLI APARECIDA GONCALVES
MARLI APARECIDA MACIEL
MARLI DORNELES
MARLI FATIMA TEDESCO
MARLI IVONE GAIO
MARLI RODRIGUES DOS SANTOS
MARLI TEREZINHA DA CRUZ
MARTA ALVES
MARTA APARECIDA RODRIGUES
MARTA DE LIMA CAMPOS
MARTA FATIMA ANTUNES
MARTA ISABEL DE OLIVEIRA
MARTA LOCATELLI
MARTA MOREIRA
MARTA PELLIN
MATILDA RODRIGUES ALVES
MEDIANEIRA DE FATIMA CAMARGO DE ARAUJO
MERCEDES DOS SANTOS CORREA
MERI TEREZINHA ALVES DOS SANTOS MACIMAVICINS
MEURIN CRISLEI SOUZA MOREIRA
MIALA ROSETH
MICHELE DA SILVA FURTADO
MILTON MORAIS
MIRIAM DA SILVA
MIRIAM FERNANDES
MIRIS ALVES DOS REIS
MONALISA DANIELI DA SILVA CAMARGO
MONICA DOS SANTOS DA SILVA
MONICA GONCALVES DA SILVA
MORGANA PRISCILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
NADEIRE FEITOZA MARQUES
NADIA ANTUNES CARVALHO
NADILSE LUZIA PELINTIER
NADIR MARIA XAVIER DE OLIVEIRA
NADIR RIBEIRO
NATALIA ALVES MOREIRA
NATALINA CALISCTIL
NATALINA MACHADO CORTELINI
NAYR DOMINGOS DA FONSECA
NEIDE APARECIDA ALVES
NEIDE GIMBARSKI
NEIVA HECKLER
NEIVA PIRAN
NEIVA SANTINA DELANY PERETTI
NEIVA VARELA
NEIVANIR RODRIGUES
NELCI APARECIDA CHAVES BRANCO
NELCI APARECIDA MICHELON FRUET
NELCI DE SOUZA
NELCI GENEROSO RODRIGUES DE ARRUDA
NELI LUCI ANTUNES
NELI RODRIGUES DE QUEIROS

NELINA ROQUE BRANDINO DOS SANTOS
NELSI BERNARDETE ALVES VENTURA WALZ
NERCI APARECIDA DE SOUZA
NEUSA APARECIDA RIBEIRO
NEUSA LISBOA MARTINS DOS SANTOS
NEUSA MARIA DOS SANTOS
NEUSO JESUS MORAES
NEUZA APARECIDA CORREA
NEUZA TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS
NILDA FRANCISCA MENGUE TURMINA
NILDA IOLANDA LEMES
NOELI DE SOUZA ZENERE
NOELI GENIS MELERE
NOELI LOURENCO DE MELLO
NOELI MORAIS GHELLER
NOELI TEREZINHA VALERIO
NOEMI DA SILVA
NOEMY DA SILVA ALVES
NOERCI FONTES DE RAMOS DOS SANTOS
ODETE APARECIDA GAIO
ODETE DIAS
OLINDA APARECIDA DOS SANTOS
OLVIDE CLARA GUZZI
ONEIDE VALMIR GOMES
ORDALINA PEREIRA DE MORAIS
ORELINA PERETTI
ORESTINA DA SILVA P FRANCA
OSNI LOPES CARDOZO
OSNIR NUNES DOS SANTOS
OTILIA DAS GRACAS CORDEIRO
OZANA ALVES
PAMELA CHRISTINA ALVES
PATRICIA APARECIDA ALVES DA SILVA
PATRICIA APARECIDA FERREIRA NERIS
PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS ANJOS
PATRICIA SOVRANI
PIERINA APARECIDA ERDMANN WENDLER
RAIMUNDA MATILDE RIBEIRO DE OLIVEIRA
RAQUEL PERRONE ANSELMO
RAQUEL SALETE PAZ
RAQUEL VANESSA VOLPATTO
REGIANE DIAS
REJEANE ALVES DE BOLBA SANTOS
REMI DE FATIMA DE OLIVEIRA MACIEL
RENATA DOS ANJOS
REVAILDA APARECIDA COSTA
RITA DA SILVA
RITA DE CASSIA DE LARA
RITA DE CASSIA OLIVEIRA
RITA SIQUEIRA
RODOLFINA APARECIDA DA SILVA
ROSA APARECIDA NUNES
ROSA DIAS MOREIRA ALVES
ROSA MARIA LINS
ROSALINA DA ROSA SERAFIM
ROSALINA FENILI
ROSALINA RUBINI
ROSANA FERREIRA
ROSANA RODRIGUES DA FREITAS
ROSANA VEIGA
ROSANE ANTUNES
ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA
ROSANE ATT
ROSANE DE ALMEIDA
ROSANE DE SOUZA
ROSANE GERLACH
ROSANE OLIVEIRA
ROSANE PANTERA
ROSANGELA APARECIDA COSTA

ROSANGELA APARECIDA PEDROSO
ROSANGELA KOKOWIC
ROSANGELA PANTERA
ROSANGELA TEIXEIRA FARIA
ROSE APARECIDA MAFI
ROSE FATIMA FERREIRA
ROSE PELENTIR
ROSE RIBEIRO DOS SANTOS
ROSELANIA MARIA LOPES
ROSELEI GUARNIERI
ROSELENE ADAM
ROSELI APARECIDA DOMINGUES BARETTI
ROSELI CAMPOLIM DOS SANTOS
ROSELI DA ROSA
ROSELI DE ALMEIDA
ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS
ROSELI DE SOUZA
ROSELI FOGACA
ROSELI MOTTA
ROSELI OSMARIN BATISTA
ROSELI PANTERA
ROSELI RODRIGUES RIBEIRO
ROSELINA MARIANO
ROSELITA TEREZINHA PINTO
ROSEMARI RIBEIRO DO NASCIMENTO
ROSEMERE BATISTA DE JESUS PINTO ALVES
ROSEMILDA DA SILVA CARRAO
ROSENAIDE MARIA DE RAMOS
ROSILENE DREHMER
ROSILENE MARIA DALLAGNOL
ROSIMAR APARECIDA DOMINGOS
ROSIMAR DA SILVA
ROSINHA DE CAMPOS
ROSITA APARECIDA RODRIGUES
ROZALINA TELLES DE OLIVEIRA
ROZELI POLICENO
RUBIA DAIANI RAMOS
RUTE DE OLIVEIRA
RUTE RIBEIRO
RUTH MARA DA SILVA
RUY NORATO DO AMARAL
SALETE ALONSO DE SOUZA
SALETE ANTUNES DE MOURA
SALETE APARECIDA DOS SANTOS
SALETE APARECIDA PICCINI
SALETE CORDEIRO DE LIMA DEICHE
SALETE DE SOUZA MACHADO FRANCA
SALETE FAE
SALETE FARIAS
SALETE FERNANDES MEDEIROS
SALETE MORAES
SALETE MORAES
SALETE TELLES DE OLIVEIRA
SAMANTA DE SOUZA
SAMIRA RIBEIRO DE GODOY SALGADO
SANDRA ANDREIA DE JESUS ALVES
SANDRA APARECIDA BARBOSA
SANDRA APARECIDA BATISTA
SANDRA ARMILIATO
SANDRA BRIGIDA MIGUEL
SANDRA CATIA FERREIRA DA SILVA
SANDRA LUCIA WAZLAWICK
SANDRA MARA RODRIGUES
SARA GONCALVES RYBANDT
SEBASTIANA DOS SANTOS RIBEIRO RODRIGUES
SEBASTIANA RIETER
SEREALIS SIMONE MAUL
SERGIO FERNANDO ALVES
SERGIO LUIZ MERGERT

SHAIANE RUBINI
SIDNEIA APARECIDA VARELA
SILMARA APARECIDA MANDELLI
SILMARA PEREIRA
SILVALINA FERREIRA
SILVANA APARECIDA FALCHETTI A RIBEIRO
SILVANA APARECIDA LOPES
SILVANA APARECIDA PINTO DE LIMA
SILVANA ARMILIATTO
SILVANA CARDOSO DE LIMA
SILVANA CRUZ DA SILVA
SILVANA GESSI DO PRADO
SILVANA PEREIRA
SILVANA SAROTREL COSSA
SILVANIA TERESINHA DA SILVA
SILVIA DIAS
SILVIANE APARECIDA DE LIMA
SIMONE BATISTA DE OLIVEIRA
SIMONE GONCALVES ALVES
SIMONE RODRIGUES DE OLIVEIRA
SIRLEI ALVES DA LUZ
SIRLEI ANTUNES
SIRLEI APARECIDA CARLO DOS SANTOS
SIRLEI APARECIDA FELIX
SIRLEI APARECIDA HECKLER
SIRLEI DE FATIMA DA ROSA
SIRLEI DOMINGOS
SIRLEI FATIMA MACIEL
SIRLEI FERREIRA DE SALLES KUSTER
SIRLEI GUEDES FERREIRA
SIRLEI MACIEL
SIRLEI TEREZINHA T COSMA
SIRLENE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
SIRLENE DE ALMEIDA
SIRLENE DOMINGUES
SIRLENE GOMES
SIRLEY APARECIDA DA VEIGA CORDEIRO
SOELI TEREZINHA PETRY
SOLANGE ALVES DOS SANTOS
SOLANGE FELIX BATISTA
SOMARA DE SOUZA
SONIA DE OLIVEIRA FERREIRA
SONIA DOS SANTOS
SONIA MARIA DOS SANTOS BRANCO
SONIA MARIA PARANNA
SUELI APARECIDA DA SILVA
SUELI APARECIDA FURQUIM PINTO TIBES
SUELI DA SILVA PINTO
SUELI DA SIVA
SUELI DE FATIMA RIBEIRO GARCIA
SUELI FERNANDES
SUELI FILOMENA SOMMARIVA
SUELI PADILHA
SUELI PEREIRA DUARTE
SUELI RIBEIRO
SUELI TEREZINHA MORAIS DA SILVA
SUELLEM FABRICNEI
SUGANUCHY ALEXSANDRA ROSA DE JESUS
SUSANA ANTUNES
SUSANA RIBEIRO DE FREITAS
SUZAMARA DA SILVA
SUZANA APARECIDA DE SOUZA
SUZANA COSTA
SUZANE APARECIDA QUEIROZ
SUZETE ALVES DE ANDRADE
SUZETE DE OLIVEIRA
TAIS APARECIDA DA SILVA MACHINSKI
TANIA REGINA ALVES
TATIANA SILVEIRA DRUN

TATIANE GRAZIELA DE OLIVEIRA
 TATIANI BATTISTELLA SCHIEVELBEIN
 TERESA DIAS JACINTHO
 TERESA FRIEBEL
 TERESINHA ANTUNES DE MACEDO
 TERESINHA PASTORE BRIDI
 TEREZA ALVES RIBEIRO DA SILVA
 TEREZA BORG
 TEREZINHA ALVES DE OLIVEIRA TONIAZZO
 TEREZINHA ALVES MOREIRA
 TEREZINHA APARECIDA GONCALVES
 TEREZINHA APARECIDA GUINDANI
 TEREZINHA CORREA DE LIMA FAITEN
 TEREZINHA DA SILVA KOHLER KAYSER
 TEREZINHA DE FATIMA ALMEIDA LAVRATTI
 TEREZINHA FERNANDES FRANCA
 TEREZINHA FERREIRA
 TEREZINHA MARI DEON FISCHER
 TEREZINHA MOREIRA RODRIGUES
 TEREZINHA ORBANO
 TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS
 TEREZINHA PEREIRA PRUENCA DA SILVA
 TEREZINHA RODRIGUES
 TEREZINHA RODRIGUES RIBEIRO
 TEREZINHA ROSANI DE SOUZA
 TEREZINHA SALETE DE LIMA
 THAIZA DA COSTA
 VALDECIR FERNANDES
 VALDENI ANTUNES
 VALDICREI DE OLIVEIRA
 VALDIR SERAFINI
 VALDIVINO OLIMPIO
 VALDOMIRO LINS
 VALERIA SILVEIRA
 VALMIR DE MELLO
 VANDERLEIA ANTUNES SILVEIRA
 VANDERLEIA ELIAS VARELA
 VANESSA APARECIDA GONCALVES
 VANESSA SOVRANI
 VANEZA QUADROS DE GOIS
 VANILDA APARECIDA PIRES
 VANUSA CIRINO DA SILVA ANDREIS
 VERA LUCIA CAMPANHA DA TRINDADE RIBEIRO
 VERA LUCIA GOMES DE OLIVEIRA
 VERA LUCIA HEEMANN
 VERA LUCIA PASSAGLIA
 VERA MARIA DOS SANTOS
 VERA MARIA DOS SANTOS SILVA
 VERALUZ DA ROSA
 VERONICA DE FATIMA DE OLIVEIRA
 VERONICE LIZ DA SILVA
 VERONILDA FERRAZ
 VILMA RODRIGUES BUENO
 VILMA WANDSCHEER TEODORO
 VITALINA BONFIN OLIVEIRA
 VITORIA LEITE GUIMARAES
 VIVIANE GOMES ALVES
 VIVIANE LOPES
 WALKIRIA APARECIDA DE OLIVEIRA
 WANDERLI MACCARINI
 ZELI TEREZINHA DE SOUZA
 ZELIA ANTUNES RODRIGUES
 ZELINA SALES DA ROSA DE ARAUJO
 ZENAIDE TEREZINHA MEDEIROS
 ZENAIR RODRIGUES DE CAMARGO
 ZENI PEREIRA MACHADO
 ZENILDA DE FATIMA ZUCONELLI
 ZENILDA TEREZINHA DE SOUZA
 ZENIRA JACINTO DA SILVA COLASSO

ZENITA ALEXANDRE BRESOLIN
 ZENITA ELIZIO

Consórcios

CINCO

Resolução n. 030/2011

Resolução n. 030/2011

Homologa o resultado final do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0006, de 10 de maio de 2011.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0006, de 10 de maio de 2011, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

Resolução n. 030/2011

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0006, DE 10 DE MAIO DE 2011.

RESULTADO PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL

CÓDIGO/ FUNÇÃO	1./ OPERADOR DE MÁQUINA - Escavadeira Hidráulica		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação Total
01.	0001	Eduardo Rodrigues de Almeida	44

Critérios de desempate por ordem de eliminação:

1º) obter maior número de pontos a título de cursos de aperfeiçoamento na área específica de atuação.

2º) obter maior número de pontos a título de tempo de serviço na área específica de atuação.

3º) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função.

4º) maior idade.

Fraiburgo, 27 de maio de 2011.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo